"*Esplêndido... Uma inteligência lúcida e poderosa.*"

Eric Hobsbawm, New Statesman

"*Extremamente agradável... Uma grande contribuição à sociologia histórica.*"

Donald Macrae, New Society

"*Uma narrativa complexa, segura, maravilhosamente tecida, dos antigos gregos às monarquias absolutistas modernas... estimulante.*"

Moses Finley, The Guardian

"*O surpreendente alcance das concepções e a habilidade arquitetônica com que foi executada fazem desta obra uma experiência intelectual formidável.*"

Keith Thomas, New York Review of Books

"*Uma fascinante introdução ao entendimento da moderna sociedade capitalista... A amplitude da interpretação de Anderson impressiona. É uma síntese que oferece explicação convincente para o desenvolvimento desigual do feudalismo europeu, no Leste e no Ocidente, no Báltico e no Mediterrâneo.*"

Rodney Hilton

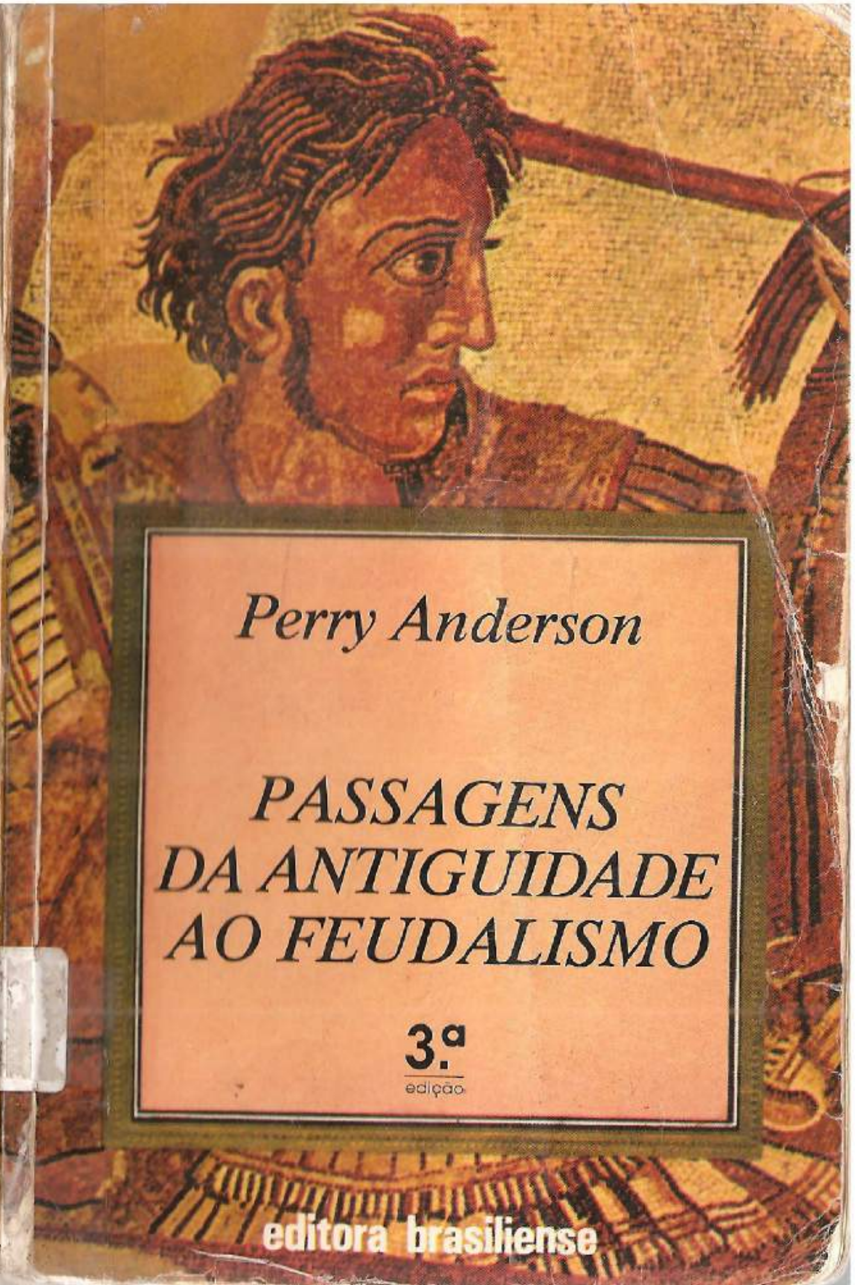
Áreas de Interesse: História, Política

brasiliense

ISBN : 85-11-13067-

NS DA ANTIGUIDADE AO FEUDALISMO
Perry Anders

940.14
548
.8



Perry Anderson

PASSAGENS DA ANTIGUIDADE AO FEUDALISMO

3.ª
edição

editora brasiliense

LEITURAS AFINS

A Bolsa e a Vida
A usura na Idade Média
Jacques Le Goff

As Cruzadas Vistas pelos Árabes
Amin Maalouf

A História e o Conceito na Literatura Medieval
Katharina Holzermayr-Rosenfield

A Idade Média
Nascimento do ocidente
Hilário Franco Jr.

Os Intelectuais na Idade Média
Jacques Le Goff

Mito e Tragédia na Grécia Antiga
Vols. 1 e 2
Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet

Mitologia Grega
Pierre Grimal

Coleção Tudo é História

A Caminho da Idade Média
Waldir Freitas Oliveira

As Cruzadas
Hilário Franco Jr.

O Egito Antigo
Ciro Flamarion Cardoso

O Feudalismo
Hilário Franco Jr.

O Império Bizantino
Hilário Franco Jr.

O Mundo Antigo:
Economia e sociedade
Maria B. B. Florenzano

O Mundo Carolíngio
Sônia Regina de Mendonça

PERRY ANDERSON

PASSAGENS DA ANTIGÜIDADE AO FEUDALISMO

Tradução:
Beatriz Sidou

3ª edição

editora brasiliense

Copyright © by Perry Anderson, 1974
Título original em inglês: Passages from Antiquity to Feudalism.
Copyright © by da tradução brasileira: Editora Brasiliense S.A.
Nenhuma parte desta publicação pode ser
gravada, armazenada em sistemas eletrônicos,
fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou
outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

940.14
A548
e.8

ISBN: 85-11-13067-5
Primeira edição, 1987
3ª edição, 1991

Copydesk: José Romero Antonialli
Revisão: Leila Nunes de Siqueira e Mario R. Quaiato Moraes
Capa: Douglas Araújo

COMPRA Quintilo
DATA 06/08/91
CZ$ 9346,00

N F- 27618

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
078803
BIBLIOTECA CENTRAL

brasiliense

Rua da Consolação, 2697
01416 São Paulo SP
Fone (011) 280-1222 - Fax 881-9980
Telex: (11) 33271 DBLM BR

IMPRESSO NO BRASIL

Índice

Prefácio 7

Primeira parte
1. Antiguidade Clássica

O modo de produção escravo 18
A Grécia 29
O mundo helênico 44
Roma 51

2. A Transição

O cenário germânico 103
As invasões 108
Em busca de uma síntese 123

Segunda parte
1. Europa Ocidental

O modo de produção feudal 143
Tipologia das formações sociais 150
O extremo norte 168
A dinâmica feudal 177
A crise geral 191

2. Europa Oriental

A leste do Elba 205
O atraso nômade 209
O padrão do desenvolvimento 220
A crise no Leste 237
Ao sul do Danúbio 255
Índice onomástico 283
Índice de autores 291

Prefácio

Algumas palavras necessárias para explicar o escopo e a intenção deste ensaio. Ele está concebido como prólogo a um estudo mais amplo: *Linhagens do Estado Absolutista*. Os dois livros são diretamente articulados entre si, e propõem um único argumento. A relação entre ambos — Antiguidade e feudalismo por um lado, e por outro, o absolutismo — não está aparente à primeira vista, na habitual perspectiva da maioria de suas abordagens. Geralmente, a História antiga é separada da História medieval por um cisma profissional, que muito poucos trabalhos contemporâneos tentam cobrir: o golfo entre os dois está, é claro, institucionalmente entrincheirado pelo ensino e pela pesquisa. A distância convencional entre a História medieval e o início da História moderna é (paradoxal ou naturalmente?) muito menor: ainda assim, tem sido suficiente para excluir qualquer exame do feudalismo e do absolutismo dentro — como deveria — de um mesmo enfoque. O argumento destes estudos interligados é o de que, em muitos e importantes aspectos, este é o modo pelo qual as sucessivas formas que são a sua preocupação deveriam ser consideradas. Este ensaio explora o mundo social e político da Antiguidade clássica, a natureza de sua transição ao mundo medieval e as resultantes estrutura e evolução do feudalismo na Europa; um tema central que o atravessa por inteiro são as divisões regionais do Mediterrâneo e da Europa. Sua seqüência discute o absolutismo contra o pano de fundo da Antiguidade e do feudalismo, como seu legítimo herdeiro. As razões que fizeram com que uma visão comparativa do Estado absolutista precedesse uma excursão através da

Antiguidade clássica e do feudalismo se tornarão evidentes no decorrer do segundo trabalho, e serão sintetizadas em suas conclusões, que tentam situar a especificidade da experiência européia como um todo dentro de um panorama internacional mais amplo, à luz das análises dos dois volumes.

É necessário, no entanto, salientar logo no início o caráter limitado e provisório dos relatos apresentados em cada trabalho. Neles estão ausentes a erudição e a habilidade do historiador profissional. O escrito histórico no sentido mais adequado é inseparável da pesquisa direta aos registros oficiais do passado — arquivos, epígrafes e arqueologia. Os estudos que se seguem não reivindicam esta nobreza. Mais do que um documento real da história como tal, eles estão baseados simplesmente na leitura dos trabalhos disponíveis de historiadores modernos: uma questão bastante diferente. O aparato das referências que os acompanham é, portanto, o oposto daquele que denota um trabalho de historiografia erudita. O que tem autoridade não cita: as próprias fontes — matérias fundamentais do passado — falam através dele. O gênero e a extensão das notas que apóiam o texto nos dois trabalhos são apenas indicadores do nível secundário em que se situam. Os próprios historiadores, naturalmente, têm oportunidade de produzir trabalhos comparativos ou de síntese sem necessariamente ter sempre o contato direto da prova no campo a que se referem, embora seu julgamento seja provavelmente temperado pelo domínio em sua especialização. Em si, o esforço para descrever ou compreender estruturas ou épocas históricas muito vastas não precisa de desmesuradas escusas ou justificativas: sem ele, pesquisas locais ou específicas têm diminuído seu próprio significado potencial. Contudo, é verdade que nenhuma interpretação é tão falha como aquelas que se apóiam em conclusões alcançadas em outros locais como suas unidades elementares de prova: estas permanecem sempre abertas à invalidação por novas descobertas ou revisões de alguma investigação anterior. O que geralmente é aceito por historiadores de uma geração pode ser invalidado pela pesquisa da geração seguinte. Qualquer tentativa de generalizar sobre os fundamentos de opiniões vigentes, por mais erudita que seja, será inevitavelmente precária e condicional. Neste caso, os limites dos ensaios envolvidos são especialmente grandes, em razão do espaço de tempo coberto. Realmente, quanto maior o alcance da história estudada, mais restrito tenderá a ser o tratamento relativo a cada fase. Neste sentido, a complexidade total e difícil do passado — que somente pode ser captada na rica tela pintada pelo historiador — permanece em grande parte fora do objeto destes estudos. As análises a seguir, tanto por questões de competência quanto de espaço, são diagramas rudimentares: nada mais. Breves rascunhos para uma outra história, elas tencionam propor elementos para discussão, mais do que expor teses fechadas ou pormenorizadas.

A discussão para a qual foram destinadas está basicamente dentro do campo do materialismo histórico. Os objetivos de uma escolha do método de uso do marxismo nestes dois estudos estão colocados no prefácio de *Linhagens do Estado Absolutista*, onde elas se tornam muito claramente visíveis na estrutura formal do trabalho. Aqui não há necessidade de mais que afirmar os princípios que governaram o uso dessas fontes, em ambos os estudos. As autoridades consultadas para esta pesquisa, como para qualquer investigação basicamente comparativa, são, é natural, extremamente diversificadas — variando muito no caráter intelectual e político. Nenhum privilégio especial foi concedido à historiografia marxista como tal. Apesar das mudanças das últimas décadas, o imenso volume de trabalhos históricos sérios no século XX tem sido escrito por historiadores estranhos ao marxismo. O materialismo histórico não é uma ciência fechada, nem todos os que o praticam têm um calibre similar. Há campos da historiografia que são dominados pela pesquisa marxista; há mais alguns onde as contribuições não-marxistas são superiores em qualidade e quantidade às marxistas; e há, talvez ainda em maior número, aqueles onde não existe intervenção alguma do marxismo. O único critério permissível para discriminação num estudo comparativo que deva considerar trabalhos provenientes de tão diversos horizontes é sua intrínseca solidez e inteligência. A máxima consciência e respeito pelo conhecimento de historiadores fora dos limites do marxismo não é compatível com a busca rigorosa de uma investigação histórica marxista: é sua condição. Inversamente, os próprios Marx e Engels nunca podem ser tomados simplesmente ao pé da letra: os erros de seus escritos no passado não devem ser desconsiderados ou ignorados, e sim identificados e criticados. Fazê-lo não é abandonar o materialismo histórico, mas antes aproximar-se dele. Não há lugar para fideísmo no conhecimento racional, que é necessariamente cumulativo; e a grandeza de fundadores de novas ciências jamais foi provada contra juízos errôneos ou mitos, mas, isto sim, tem sido prejudicada por estes. Tomar "liberdades" com a assinatura de Marx nesse sentido é simplesmente penetrar na liberdade do marxismo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Anthony Barnett, Robert Browning, Judith Herrin, Victor Kiernan, Tom Nairn, Brian Pearce e Gareth Stedman Jones por seus comentários críticos sobre este ensaio ou sua seqüência. Dada a natureza de ambos, é mais do que convencionalmente necessário absolvê-los de qualquer responsabilidade pelos erros, de fato ou de interpretação, que estes contenham.

PRIMEIRA PARTE

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Anthony Barnett, Robert Browning, [illegible], Victor Kiernan, Tom Nairn, Brian Pearce e Gareth Stedman Jones por seus comentários críticos sobre este estudo [illegible]. Dada a natureza de [illegible], é mais do que [illegible] de qualquer [illegible] do texto [illegible] que [illegible].

1. Antiguidade Clássica

[illegible] Europa [illegible]. Ela existe, na verdade, desde [illegible] o fundador da historiografia positiva [illegible] de Ranke [illegible] constantemente evidente [illegible] pode afirmar-se que [illegible]. Naquela época, elas não [illegible] História. [illegible] nas conquistas coloniais [illegible] para Ranke, [illegible] grande [illegible] observar que [illegible] Europa.

[illegible] Leipzig [illegible], p. XIX.

[illegible], p. XXX.

A delimitação do Leste e do Ocidente na Europa há muito tem sido uma delimitação convencional para os historiadores. Ela existe, na verdade, desde Leopold Ranke, o fundador da historiografia positiva moderna. A pedra angular do primeiro trabalho maior de Ranke, escrito em 1824, era um "esboço da unidade das nações latinas e germânicas", no qual ele traçava uma linha através do continente excluindo os eslavos do Leste do destino comum das grandes nações do Ocidente que vieram a ser o assunto de seu livro. "Não se pode sustentar que esses povos também pertençam à unidade de nossas nações; seus costumes e sua constituição sempre os separaram. Naquela época elas não exerciam influência independente, mas simplesmente apareciam subordinadas ou antagônicas: eram tocadas aqui e ali, por assim dizer, pelas marés dos movimentos gerais da História."[1] Era o Ocidente sozinho que participava das migrações bárbaras, das cruzadas medievais e das conquistas coloniais modernas — para Ranke, as *drei grosse Atemzüge dieses unvergleichlichen Vereins*, "as três grandes inspirações dessa incomparável associação".[2] Poucos anos mais tarde, Hegel observou que "os eslavos até certo ponto foram retirados da esfera da Razão ocidental", já que "algumas vezes, como uma guarda avançada — uma nacionalidade intermediária —, eles tomaram parte na luta entre a Europa

---

(1) Leopold von Ranke, *Geschichte der Romanischen und Germanischen Völker von 1494 bis 1514*, Leipzig, 1885, p. XIX.

(2) Ranke, *op. cit.*, p. XXX.

cristã e a Ásia não-cristã". Mas a substância de sua visão da história da região leste do continente era bastante similar à de Ranke. "Todavia, todo este grupo de povos fica excluído de nossa consideração, porque até agora ele não apareceu como um elemento independente nas séries de fases que a Razão assumiu no mundo."[3] Um século e meio depois, historiadores contemporâneos normalmente evitam tais maneiras de falar. As categorias étnicas deram lugar aos termos geográficos: mas a própria distinção e sua origem na Idade das Trevas permanecem virtualmente inalteradas. Em outras palavras, sua aplicação começa com o surgimento do feudalismo, na época histórica em que o relacionamento clássico de regiões dentro do Império Romano — o Leste avançado e o Ocidente atrasado — começa a ser decididamente invertido. Esta mudança de sinais pode ser observada em praticamente todas as análises da transição da Antiguidade para a Idade Média. Assim, as explicações sugeridas para a queda do próprio Império no mais recente e monumental estudo sobre o declínio da Antiguidade, *Later Roman Empire*, de Jones, gira constantemente em torno das diferenças estruturais entre o Ocidente e o Oriente. Este, com suas inúmeras e ricas cidades, economia desenvolvida, um campesinato de pequenas propriedades, relativa unidade cívica e distância geográfica da violência dos ataques bárbaros, sobreviveu; o Ocidente, com sua população mais esparsa e cidades mais fracas, aristocracia grandiosa e campesinato explorado em arrendamentos, anarquia política e vulnerabilidade estratégica às invasões germânicas, naufragou.[4] O fim da Antiguidade foi então selado pelas conquistas árabes, que dividiram as duas margens do Mediterrâneo. O Império Oriental se tornou Bizâncio, um sistema social e político distinto do resto do continente europeu. Era neste novo espaço, que emergia da Idade das Trevas, que a polaridade entre o Oriente e o Ocidente iria mudar sua conotação. Bloch pronunciou o julgamento autorizado de que "do século VIII em diante houve um grupo de sociedades nitidamente demarcado na Europa Ocidental e Central, cujos elementos, embora diversos, estavam solidamente cimentados por profundas semelhanças e pelo constante relacionamento". Foi esta região que deu origem à Europa medieval: "A economia européia na Idade Média — no sentido em que este adjetivo, emprestado da velha nomenclatura das 'cinco partes do mundo', pode ser usado para designar uma realidade humana verdadeira —, que é a do bloco latino e germânico, flanqueado por umas poucas ilhotas célticas e franjas eslavas, gradualmente conquistou uma cultura comum... Assim compreendida, assim delimitada, a Europa é uma criação da nascente Idade Média".[5] Bloch expressamente excluía as regiões que são hoje a Europa Oriental desta definição social do continente: "As grandes porções do Leste eslavo de maneira alguma pertencem a ela... É impossível considerar suas condições econômicas e as de seus vizinhos ocidentais juntas no mesmo objeto de estudo científico. Sua estrutura social totalmente diferente e uma linha muito especial de desenvolvimento proíbem completamente tal confusão: cometê-la seria o mesmo que misturar a Europa e os países europeizados com a China ou a Pérsia num estudo econômico do século XIX".[6] Seus sucessores respeitaram essas injunções. A formação da Europa e a germinação do feudalismo têm sido geralmente confinadas à História da metade ocidental do continente, excluindo da análise a metade oriental. O excelente estudo de Duby sobre a economia feudal, que parte do século IX, já se intitula *Rural Economy and Country Life in the Mediaeval West*.[7] As formas culturais e políticas criadas pelo feudalismo nesse mesmo período — a "revolução secreta destes séculos"[8] — são o foco principal de *The Making of the Middle Ages*, de Southern. A generalidade do título esconde uma elipse, identificando implicitamente um tempo específico em determinado espaço; a primeira frase diz: "A formação da Europa Ocidental do final do século X ao princípio do século XIII é o objeto deste livro".[9] Aqui, o mundo medieval se torna Europa Ocidental *tout court*. A distinção entre Oriente e Ocidente reflete-se, assim, na historiografia moderna diretamente a partir do início da época pós-clássica. Suas origens são efetivamente contemporâneas às do próprio feudalismo. Qualquer estudo marxista do desenvolvimento histórico diferencial dentro do continente deve considerar inicialmente a matriz geral do feudalismo europeu. Somente quando essa matriz é estabelecida, é que será possível ver quanto e de que maneira uma história divergente pode ser traçada em suas regiões ocidental e oriental.

---

(3) G. W. F. Hegel, *The Philosophy of History*, Londres, 1878, p. 363.

(4) A. H. M. Jones, *The Later Roman Empire, 282-602*, Oxford, 1964, vol. II, pp. 1026-1068.

(5) Marc Bloch, *Mélanges Historiques*, Paris, 1963, vol. I, pp. 123-124.

(6) Bloch, *op. cit.*, p. 124.

(7) Georges Duby, *L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval*, Paris, 1962; tradução inglesa, Londres, 1968.

(8) R. W. Southern, *The Making of the Middle Ages*, Londres, 1953, p. 13.

(9) Southern, *op. cit.*, p. 11.

O modo de produção escravo

A gênese do capitalismo tem sido objeto de muitos estudos inspirados pelo materialismo histórico, desde que Marx lhe dedicou capítulos célebres de *O Capital*. Em contraste, a gênese do feudalismo permaneceu em grande parte sem estudos dentro da mesma tradição: como um diferenciado *tipo de transição* para um novo modo de produção, jamais foi integrada ao corpo geral da teoria marxista. Mas, como veremos, sua importância em relação ao padrão global da História talvez seja apenas pouco menor do que a da transição para o capitalismo. O solene julgamento de Gibbon sobre a queda de Roma e o final da Antiguidade emerge hoje paradoxalmente, e talvez pela primeira vez, em toda a sua verdade: "uma revolução que será sempre lembrada, e que ainda é sentida pelas nações da Terra".[1] Em oposição ao caráter "cumulativo" do advento do capitalismo, a gênese do feudalismo na Europa derivou de um colapso "catastrófico" e convergente de dois modos de produção distintos e anteriores, e a *recombinação* de seus elementos desintegrados liberou a adequada síntese feudal, que,

---

(1) *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. I, 1896 (ed. Bury), p. 1. Gibbon arrependeu-se dessa frase numa nota manuscrita para o projeto de uma revisão de seu livro, restringindo sua referência aos países da Europa apenas, e não aos do mundo. "Terão a Ásia e a África, do Japão ao Marrocos, algum sentimento ou memória do Império Romano?", pergunta ele (*op. cit.*, p. xxxv). Ele escreveu cedo demais para ver como o resto do mundo iria realmente "sentir" o impacto da Europa, e com isto as últimas conseqüências da "revolução" que registrou; nem o remoto Japão nem o adjacente Marrocos estariam imunes à História que ela inaugurou.

portanto, sempre manteve um caráter híbrido. Os predecessores do modo feudal de produção foram naturalmente o modo de produção escravo em decomposição, sobre cujos fundamentos todo o enorme edifício do Império Romano fora construído outrora, e os primitivos modos de produção distendidos e deformados dos invasores germânicos, que sobreviveram em suas novas pátrias, depois das conquistas bárbaras. Esses dois mundos radicalmente distintos haviam passado por uma lenta desintegração e uma sutil interpenetração nos últimos séculos da Antiguidade.

Para saber como isso aconteceu, é preciso olhar para trás, para a matriz original de toda a civilização do mundo clássico. A Antiguidade greco-romana sempre constituiu um universo centralizado em cidades. O esplendor e a solidez da antiga *polis* helênica e da posterior República romana, que ofuscaram tantos períodos subseqüentes, traduziam um nível de organização e cultura urbanas que jamais seria igualado em outro milênio. A filosofia, a ciência, a poesia, a história, a arquitetura, a escultura; o direito, a administração, a economia, os impostos; o voto, o debate, o recrutamento — tudo isso chegou a níveis de sofisticação e força inigualáveis. Ao mesmo tempo, esse friso de civilização citadina teve sempre algo do efeito de uma fachada *trompe l'oeil* sobre sua posteridade. Por trás de toda essa organização e cultura não há uma *economia* urbana de alguma forma equiparável a elas: ao contrário, a riqueza material que sustentava sua vitalidade intelectual e cívica era extraída de forma esmagadora do campo. O mundo clássico era inalterável e maciçamente rural em suas proporções quantitativas básicas. A agricultura representou através de sua história o setor inteiramente dominante da produção, fornecendo invariavelmente as principais fortunas das próprias cidades. As cidades greco-romanas nunca foram predominantemente comunidades de artífices, mercadores ou negociantes: elas eram, em sua origem e princípio, conglomerados urbanos de proprietários de terras. Cada agrupamento municipal, fosse da democrática Atenas, da Esparta oligárquica ou da Roma senatorial, era essencialmente dominado por proprietários agrários. Sua renda provinha do milho, do azeite e do vinho — os três grandes produtos básicos do Mundo Antigo, vindos de terras e fazendas fora do perímetro físico da própria cidade. Dentro dela, as manufaturas permaneciam poucas e rudimentares: o gênero das mercadorias urbanas normais nunca ia muito além dos têxteis, cerâmica, mobília e os utensílios de vidro. A técnica era simples, a demanda, limitada e o transporte era exorbitantemente custoso. O resultado era que as manufaturas da Antiguidade se desenvolviam tipicamente não por um aumento da concentração, como em épocas posteriores, mas pela descentralização e dispersão, já que a distância ditava mais os custos relativos da produção do que a divisão do trabalho. Uma idéia do peso comparativo das economias urbana e rural do mundo clássico é fornecida pelos rendimentos fiscais respectivos pagos por todos no Império Romano no século IV a.C., quando o comércio da cidade ficou sujeito finalmente a uma arrecadação imperial pela primeira vez, através da *collatio lustralis* de Constantino: a renda deste imposto nas cidades nunca subiu a mais de 5 por cento da taxa imposta às terras.[2]

Certamente, a distribuição estatística da produção nos dois setores não era bastante para diminuir o significado econômico das cidades da Antiguidade. Para um mundo homogeneamente agrícola, a renda bruta do comércio urbano podia ser muito pequena, mas a superioridade líquida que ela poderia proporcionar a uma dada economia agrária sobre qualquer outra poderia ainda ser decisiva. A precondição desta feição diferenciada da civilização clássica era seu caráter *costeiro*.[3] A Antiguidade greco-romana era essencialmente mediterrânea em sua mais profunda estrutura. O comércio interlocal que a reunia só podia se fazer por água: o transporte marítimo era o único meio viável para a troca de mercadorias a médias ou longas distâncias. A colossal importância do mar para o comércio pode ser avaliada pelo simples fato de que na época de Diocleciano era mais barato transportar o trigo da Síria para a Espanha — de um extremo a outro do Mediterrâneo — por embarcações do que levar por 120 quilômetros por via terrestre.[4] Não é acidental portanto que a zona do Egeu — um labirinto de ilhas, baías e promontórios — tenha sido o primeiro berço da cidade-Estado; que Atenas, seu maior exemplo, tenha tido no transporte marítimo os fundamentos de suas fortunas comerciais; que, quando a colonização grega se espalhou pelo Oriente Próximo no período helênico, o porto de Alexandria se tenha tornado a maior cidade do Egito, a primeira capital marítima em sua história; e que Roma, por sua vez,

---

(2) A. H. M. Jones, *The Later Roman Empire*, vol. I, p. 465. Era o imposto pago pelos *negotiatores*, ou seja, quase todos os que se dedicavam à produção comercial de qualquer espécie nas cidades, tanto artesãos quanto mercadores. Apesar de seus mínimos retornos, ele provou ser intensamente oprimente e não-popular para a população urbana, tão frágil era a própria economia da cidade.

(3) Max Weber foi o primeiro estudioso a dar toda ênfase a este fato fundamental, em seus dois grandes estudos esquecidos, *Agrarverhältnisse im Altertum* e *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur*. Ver *Gesammelte Aufsätze sur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen, 1924, pp. 4 e segs., 292 e segs.

(4) Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 841-842.

situada às margens do Tibre, se tenha tornado uma metrópole costeira. A água era o meio insubstituível da comunicação e do comércio que tornava possível o crescimento urbano de uma sofisticação e uma concentração bem distantes do interior rural que havia por trás. O mar era o condutor do brilho duvidoso da Antiguidade. A combinação específica de cidade e campo que definia o mundo clássico, em última instância, só era operacional porque havia um lago em seu centro. O Mediterrâneo é o único grande mar interior em toda a superfície da Terra: só ele oferecia a velocidade do transporte marítimo com a proteção terrestre contra os fortes ventos ou ondas em zona geográfica ampla. A excepcional posição da Antiguidade clássica dentro da História universal não pode ser isolada deste privilégio físico.

Em outras palavras, o Mediterrâneo proporcionou o adequado cenário geográfico para a civilização antiga. Seu conteúdo histórico e sua novidade, no entanto, estão na fundamentação social do relacionamento entre cidade e campo dentro dela. O modo de produção escravo foi uma invenção decisiva do mundo greco-romano, que constituiu a base definitiva tanto para suas realizações quanto para seu eclipse. A originalidade deste modo de produção deve ser sublinhada. A escravidão em si tinha existido sob várias formas através da Antiguidade no Oriente Próximo (como aconteceria mais tarde em outros lugares na Ásia); mas ela sempre fora uma condição juridicamente impura — tomando com freqüência a forma de servidão por débitos ou de trabalho penal — entre outros tipos mistos de servidão, formando simplesmente uma categoria muito baixa num *continuum* amorfo de dependência e falta de liberdade que se estendia bem acima na escala social.[5] Também nunca foi o tipo predominante de apropriação do excedente nas monarquias pré-helênicas: era um fenômeno residual que existia à margem da principal força de trabalho rural. Os impérios Sumério, Babilônico, Assírio e Egípcio — Estados ribeirinhos construídos sobre uma agricultura irrigada e intensiva que contrastava com as culturas simples de solo seco do futuro mundo mediterrâneo — não eram economias de base escrava, e seus sistemas jurídicos não tinham concepção nítida da propriedade de bens móveis. Foram as cidades-Estado gregas que primeiro tornaram a escravidão absoluta na forma e dominante na extensão, transformando-a assim de sistema auxiliar em um modo sistemático de produção. O mundo helênico clássico, é claro, jamais repousou exclusivamente no uso do trabalho escravo. Os camponeses li-

---

(5) M. I. Finley, "Between Slavery and Freedom", *Comparative Studies in Society and History*, VI, 1963-1964, pp. 237-238.

vres, os rendeiros dependentes e os artesãos urbanos sempre coexistiram com os escravos, em variadas combinações, nas diferentes cidades-Estado da Grécia. Seu próprio desenvolvimento externo ou interno, além do mais, podia alterar muito as proporções entre escravos e trabalhadores livres, de um século para outro: cada formação social concreta é sempre uma combinação específica de diferentes modos de produção, e as da Antiguidade não eram uma exceção.[6] Mas o modo de produção *dominante* na Grécia clássica, que governava a articulação complexa de cada economia local e que deixou sua impressão em toda a civilização da cidade-Estado, foi o da escravidão. Isto também seria verdadeiro para Roma, da mesma forma. O Mundo Antigo nunca foi contínua ou ubiquamente marcado pela predominância do trabalho escravo. Mas suas grandes épocas *clássicas*, quando floresceu a civilização da Antiguidade — a Grécia, nos séculos V e IV a.C., e Roma, do século II a.C. ao século II d.C. —, foram aquelas em que a escravidão era maciça e generalizada, entre outros sistemas de trabalho. O solstício da cultura urbana clássica também sempre testemunhou o zênite da escravidão; e o declínio de uma, na Grécia helênica ou na Roma cristã, era da mesma forma invariavelmente marcado pelo apagar-se da outra.

A proporção global da população escrava no berço original do modo de produção escravo, a Grécia pós-arcaica, não pode ser calculada com exatidão, pela ausência de quaisquer estatísticas confiáveis. As estimativas mais conceituadas variam enormemente, mas uma avaliação recente é de que a proporção entre escravos e cidadãos livres na Atenas de Péricles estava em torno de 3:2;[7] o número relativo de escravos em Quios, Égina ou Corinto foi em várias ocasiões provavelmente maior; a população hilota sempre ultrapassou bastante a dos cidadãos em Esparta. No século IV a.C.,. Aristóteles podia observar com naturalidade que "os Estados tendem a conter escravos em grande número", enquanto Xenofonte elaborou um plano para restaurar as fortunas de Atenas, pelo qual "o Estado possuiria escravos públicos até que houvesse três para cada cidadão ateniense".[8] Na Grécia clássica, os escravos foram, assim, empregados pela primeira vez na manufatura, na indústria e na agricultura, além da escala doméstica. Ao mesmo tempo, enquanto o uso da escravidão se tornava generalizado, sua *natureza*, de maneira correspondente, se tornava absoluta: ela já não era mais uma forma de servidão relativa entre muitas, no decorrer de uma continuidade gradual, e sim uma condição polarizada da perda completa da liberdade, justaposta a uma nova liberdade sem impedimentos. Pois foi exatamente a formação de uma subpopulação escrava nitidamente delimitada o que, inversamente, elevou a cidadania grega a alturas até então desconhecidas de liberdade jurídica consciente. A escravidão e a liberdade helênicas eram indivisíveis: uma era a condição estrutural da outra, num sistema diádico sem precedente ou equivalente nas hierarquias sociais dos impérios do Oriente Próximo, que também ignoravam tanto a noção de livre-cidadania quanto a de propriedade servil.[9] Esta profunda mudança jurídica foi em si o correlato social e ideológico do "milagre" econômico forjado pelo advento do modo de produção escravo.

A civilização da Antiguidade clássica representou, como já vimos, a supremacia anômala da cidade sobre o campo numa economia esmagadoramente rural: uma antítese do mundo feudal primitivo que lhe sucedeu. A condição para a possibilidade desta grandiosidade metropolitana na ausência de uma indústria municipal era a existência do trabalho escravo no campo: somente ela poderia liberar uma classe de proprietários de terra tão radicalmente de suas raízes rurais de maneira

---

(6) Por este texto, a expressão "formação social" será preferida a "sociedade". Na utilização marxista, o teor do conceito de formação social é exatamente sublinhar a pluralidade e a *heterogeneidade* dos possíveis modos de produção dentro de qualquer totalidade histórica e social. Ao contrário, a repetição não-crítica com muita freqüência do termo "sociedade" transmite o assumir de uma unidade inerente de economia, política ou cultura em um conjunto histórico, quando na realidade esta unidade e identidade não existem. As formações sociais, a menos que especificadas de outra maneira, são aqui, assim, sempre combinações concretas de diferentes modos de produção, organizados sob a *dominância* de um deles. Para esta distinção, ver Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, 1968, pp. 10-12. Estando claro esse ponto, seria pedantismo evitar o termo vulgar "sociedade" em seu todo, e não será feita essa tentativa nestas páginas.

(7) A. Andrewes, *Greek Society*, Londres, 1967, p. 135, que calcula que o total da força de trabalho escravo estivesse por volta de 80 a 100 mil no século V, quando os cidadãos somavam talvez em torno de 45 000. Esta ordem de magnitude obriga a um consenso mais amplo do que estimativas mais altas ou mais baixas. Mas todas as modernas Histórias da Antiguidade são prejudicadas pela ausência básica de informações confiáveis sobre o tamanho das populações e das classes sociais. Jones pôde computar a proporção dos escravos em relação aos cidadãos no século IV, quando a população de Atenas havia caído a 1:1, com base nas importações de milho da cidade: *Athenian Democracy*, Oxford, 1957, pp. 76-79. Finley, por outro lado, argumentou que a proporção poderia estar em torno de 3 ou 4: 1 em períodos de pico, tanto no século V como IV: "Was Greek Civilization Based on Slave Labour?", *Historia*, VIII, 1959, pp. 58-59. A mais compreensível, apesar de incompleta, monografia moderna sobre a escravidão antiga, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, de W. L. Westermann, Filadélfia, 1955, p. 9, chega a algo aproximado deste mesmo número aceito por Andrewes e Finley — de uns 60 a 80 mil escravos no início da Guerra do Peloponeso.

(8) Aristóteles, *Política*, VII, iv, 4; Xenofonte, *Meios e Métodos*, IV, 17.

(9) Westermann, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, pp. 42-43; Finley, "Between Slavery and Freedom", pp. 236-239.

a poder ser transmutada em uma cidadania essencialmente urbana que ainda assim continuava tirando suas riquezas do solo. Aristóteles expressou a resultante ideologia social da Grécia clássica tardia com esta despreocupada observação: "Aqueles que cultivam a terra devem idealmente ser escravos, nem todos recrutados de um só povo, nem ardentes no temperamento (de modo que sejam laboriosos no trabalho e imunes à rebelião), ou, não tão idealmente, servos bárbaros de semelhante caráter".[10] Era típico do modo de produção escravo plenamente desenvolvido no campo romano que até funções de administração fossem delegadas a escravos supervisores e feitores, que punham as turmas escravas para trabalhar nas terras.[11] O estado escravo, ao contrário da herdade feudal, permitia uma disjunção permanente entre a residência e o rendimento; o produto excedente que proporcionava as fortunas da classe possuidora podia ser extraído sem a sua presença na terra. A conexão que unia o produtor rural imediato e o apropriador urbano de sua produção não era um laço habitual, e não era mediada pela localização da própria terra (como ocorreu mais tarde na servidão adscritiva). Ao contrário, era caracteristicamente o ato comercial e universal da compra de mercadorias realizada nas cidades, onde o comércio escravo tinha seus próprios mercados. O trabalho escravo da Antiguidade clássica, portanto, incorporava dois atributos contraditórios em cuja unidade está o segredo da paradoxal precocidade urbana do mundo greco-romano. Por um lado, a escravidão representava a mais radical degradação rural imaginável do trabalho — a conversão de seres humanos em meios inertes de produção, por sua privação de todo direito social e sua legal assimilação às bestas de carga: na teoria romana, o escravo da agricultura era designado como sendo um *instrumentum vocale*, um grau acima do gado, que constituía um *instrumentum semi vocale*, e dois acima do implemento, que era um *instrumentum mutum*. Por outro lado, a escravidão era simultaneamente a mais drástica comercialização urbana concebível de trabalho: a total redução da individualidade do trabalhador a um objeto padronizado de compra e venda, nos mercados metropolitanos de comércio de mercadorias. A destinação da

---

(10) *Política*, VII, ix, 9.

(11) A própria ubiqüidade do trabalho escravo no auge do Principado e da República romanos tinha o efeito paradoxal de promover algumas categorias de escravos a posições responsáveis profissionais ou administrativas, que por sua vez facilitava a libertação e a subseqüente integração dos filhos dos homens livres capacitados à classe dos cidadãos. Este processo não era tanto um paliativo humanitário da escravidão clássica, mas outro índice da abstenção radical da classe governante romana de qualquer forma de trabalho produtivo, mesmo do tipo executivo.

maior parte dos escravos na Antiguidade clássica era o trabalho agrário (isto não acontecia sempre assim em todos os lugares; mas era este o caso, no conjunto): sua reunião, alocação e despacho eram normalmente efetuados a partir dos mercados das cidades, onde muitos deles, claro, eram empregados também. Assim, a escravidão era o vínculo que unia cidade e campo, para o desmedido benefício da *polis*. Ela tanto mantinha a agricultura cativa que permitia o dramático distanciamento de uma classe dominante urbana de suas origens rurais, quanto promovia o comércio interurbano que era o complemento desta agricultura no Mediterrâneo. Os escravos, entre outras vantagens, eram um bem eminentemente móvel num mundo onde os transtornos do transporte condicionavam a estrutura de toda a economia.[12] Eles podiam ser deslocados sem dificuldade de uma região para outra; podiam ser treinados em muitas diferentes especializações: em épocas de abundância de estoque, além disso, eles serviam para manter os custos baixos onde trabalhadores contratados ou artífices estivessem trabalhando, por constituírem uma fonte alternativa de trabalho. A riqueza e o conforto da classe urbana proprietária da Antiguidade clássica — acima de tudo, a de Atenas e Roma em seu apogeu — repousavam sobre o amplo excedente que rendia a difusa presença desse sistema de trabalho, que não deixava nenhum outro intacto.

O preço a pagar por esse esquema brutal e lucrativo era, contudo, alto. As relações escravagistas de produção determinavam alguns limites insuperáveis para as antigas forças de produção na época clássica. Acima de tudo, eles tenderam a paralisar a produtividade na agricultura e na indústria. Houve, naturalmente, alguns melhoramentos técnicos na economia da Antiguidade clássica. Nenhum modo de produção está totalmente desprovido de progresso material em sua fase ascendente, e o modo de produção escravo em seus primórdios registrou alguns avanços importantes no aparelhamento econômico desenvolvido no arcabouço de sua nova divisão social do trabalho. Entre eles podem contar-se a disseminação de mais lucrativas culturas de vinho e azeite, a introdução de moinhos rotativos para cereais e a melhoria na qualidade do pão. Foram criadas as prensas de parafuso, o vidro soprado se desenvolveu e os sistemas de produção de calor refinaram-se; a combinação de culturas, o conhecimento botânico e a drenagem do campo provavelmente também progrediram.[13] Não houve, portanto,

---

(12) Weber, *Agrarverhältnisse im Altertum*, pp. 5-6.

(13) Ver especialmente F. Kiechle, *Sklavenarbeit und Technischer Fortschritt im römischen Reich*, Wiesbaden, 1969, pp. 12-114; L. A. Moritz, *Grain-Mills and Flour in*

uma parada técnica no mundo clássico. Ao mesmo tempo, não ocorreu um enxame de invenções que impulsionasse a economia antiga para forças de produção qualitativamente novas. Nada é mais impressionante, em qualquer comparação retrospectiva, do que a estagnação técnica global da Antiguidade.[14] Basta contrastar o registro de seus oito séculos de existência — da ascensão de Atenas à queda de Roma — com a extensão equivalente do modo de produção feudal que lhe sucedeu, para perceber a diferença entre uma economia relativamente estática e uma dinâmica. Mais dramático ainda, naturalmente, era o contraste dentro do próprio mundo clássico entre sua vitalidade cultural e superestrutural e seu embotamento infra-estrutural: a tecnologia manual da Antiguidade era exígua e primitiva não apenas pelos padrões externos de uma História posterior, mas sobretudo pela medida de seu próprio firmamento intelectual — o qual, em muitos aspectos críticos, sempre permaneceu bem mais alto que o da Idade Média ainda por chegar. Há pouca dúvida de que a estrutura da economia escrava é que foi fundamentalmente responsável por essa extraordinária desproporção. Aristóteles, para as eras posteriores o maior e mais representativo pensador da Antiguidade, concisamente resumiu o princípio social da época em seu aforismo: "O melhor Estado não fará de um trabalhador manual um cidadão, pois a massa de trabalhadores manuais é hoje escrava ou estrangeira".[15] Um tal Estado representava a norma ideal do modo de produção escravo, nunca realizado em alguma formação social concreta do Mundo Antigo. Mas sua lógica esteve sempre intrinsecamente presente na natureza das economias clássicas.

Uma vez tornando-se o trabalho manual profundamente associado à perda da liberdade, não havia uma lógica social livre para a imaginação. Os efeitos sufocantes da escravidão sobre a técnica não eram uma simples função da baixa média da produtividade do trabalho escravo em si, ou mesmo do volume de seu uso: afetavam sutilmente todas as formas de trabalho. Marx tentou expressar o tipo de ação que exerciam numa famosa, senão crítica, fórmula teórica: "Em todas as

---

Classical Antiquity, Oxford, 1958; K. D. White, *Roman Farming*, Londres, 1970, pp. 123-124, 147-172, 188-191, 260-261, 452.

(14) O problema geral é colocado energicamente, como sempre, por Finley, "Technical Innovation and Economic Progress in the Ancient World", *Economic History Review*, XVIII, nº 1, 1955, pp. 29-45. Para o específico arquivo histórico do Império Romano, ver F. W. Walbank, *The Awful Revolution*, Liverpool, 1969, pp. 40-41, 46-47, 108-110.

(15) *Política*, III, iv, 2.

formas de sociedade existe uma determinada produção e suas relações, que atribuem a todas as outras produções e suas relações seu alcance e sua influência. É uma iluminação generalizada na qual todas as outras cores estão mergulhadas e que modifica suas tonalidades específicas. É um éter específico que define a gravidade específica de tudo que se encontra dentro dele".[16] Os escravos da agricultura notoriamente tinham pouco incentivo para executar suas tarefas econômicas competente e conscienciosamente uma vez relaxada a vigilância; seu emprego otimizado era em vinhedos ou olivais compactos. Por outro lado, muitos artífices e alguns plantadores entre os escravos eram na maioria das vezes notavelmente habilidosos, dentro dos limites das técnicas que prevaleciam. O retraimento estrutural da escravidão na tecnologia, assim, não assentava tanto numa causalidade intra-econômica direta, embora isto fosse importante em si, quanto na ideologia social mediata que envolvia a totalidade do trabalho manual no mundo clássico, contaminando o trabalho contratado e mesmo o independente com o estigma do aviltamento.[17] O trabalho escravo em geral não era menos produtivo do que o livre, embora, na verdade, em certos campos isso ocorresse; mas estabeleceu o ritmo de ambos, de forma que nenhuma grande divergência jamais se desenvolveu entre os dois num espaço econômico que excluía a aplicação da cultura à técnica para invenções. O divórcio entre o trabalho material e a esfera da liberdade era tão rigoroso que os gregos não tinham uma palavra em sua língua nem mesmo para expressar o conceito de trabalho, tanto como função social, quanto como conduta pessoal. O trabalho na agricultura e o trabalho artesanal eram supostas "adaptações" à natureza, e não transformações dela; eram formas de serviço. Também Platão implicitamente excluía os artesãos da *polis*: para ele, "o trabalho permanece alheio a qualquer valor humano e em certos aspectos parece mesmo a antítese do que seja essencial ao homem".[18] A técnica, como uma ins-

---

(16) *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlim, 1953, p. 27.

(17) Finley nota que a palavra grega *penia*, normalmente oposta a *ploutos* como "pobreza" para "riqueza", na verdade tinha o mais amplo significado pejorativo de "servidão" ou "compulsão ao trabalho penoso", e podia abarcar mesmo os prósperos pequenos proprietários, cujo trabalho caía sob a mesma sombra cultural. M. I. Finley, *The Ancient Economy*, Londres, 1973, p. 41.

(18) J. P. Vernant, *Mythe et Pensée chez les Grecs*, Paris, 1965, p. 192, 197-199, 217. Os dois ensaios de Vernant, "Prométhée et la Fonction Technique" e "Travail et Nature dans la Grèce Ancienne", proporcionam uma análise sutil das diferenças entre *poiesis e praxis*, e das relações do cultivador, do artífice e do que emprestava dinheiro com a *polis*. Alexandre Koyré tentou uma vez argumentar que a estagnação técnica da civilização grega não era devida à presença da escravidão ou à desvalorização do traba-

trumentalização progressiva e premeditada do mundo natural pelo homem, era incompatível com a assimilação em grande escala do homem ao mundo natural como seus "instrumentos falantes". A produtividade era fixada pela rotina permanente do *instrumentum vocalis*, que desvalorizava todo o trabalho pela exclusão de qualquer preocupação com estratagemas para poupá-lo. A via típica para a expansão na Antiguidade, para qualquer estado, era assim sempre um caminho "lateral" — a conquista geográfica — e não o avanço econômico. A civilização clássica foi, por conseguinte, de caráter intrinsecamente colonial: a cidade-Estado celular invariavelmente se reproduzia, nas fases de ascensão, pelo povoamento e pela guerra. O saque, o tributo e os escravos eram os objetos centrais do engrandecimento, tanto meios como finalidades para a expansão colonial. O poder militar estava mais intimamente ligado ao crescimento econômico do que talvez em qualquer outro modo de produção, antes ou depois, porque a principal fonte do trabalho escravo eram normalmente prisioneiros de guerra, enquanto o aumento das tropas urbanas livres para a guerra dependia da manutenção da produção doméstica por escravos; os campos de batalha forneciam a mão-de-obra para os campos de cereais e vice-versa — os trabalhadores capturados permitiam a criação de exércitos de cidadãos. Três grandes ciclos da expansão imperial podem ser traçados na Antiguidade clássica, cujas sucessivas feições variadas estruturaram todo o padrão do mundo greco-romano: o ateniense, o macedônico e o romano. Cada um representou uma determinada solução para os problemas políticos e organizacionais das conquistas de ultramar, que era integrada e ultrapassada pela próxima, sem que as bases subjacentes de uma civilização urbana comum fossem alguma vez transgredidas.

---

lho, mas à ausência da Física, impossibilitada pela incapacidade de aplicar a medição matemática ao mundo terrestre: "Du Monde de l'À Peu Près à l'Univers de la Précision", *Critique*, setembro de 1948, pp. 806-808. Fazendo isto, explicitamente esperava evitar uma explanação sociológica do fenômeno. Mas, como ele próprio implicitamente admitiu em outro lugar, a Idade Média também não conhecia a Física, embora tenha produzido uma economia dinâmica: não foi o itinerário da ciência, mas o curso das relações de produção que imprimiu o destino da técnica.

A Grécia

O surgimento das cidades-Estado helênicas na região egéia é anterior à verdadeira época clássica e apenas seus esboços podem ser vislumbrados em fontes não-escritas disponíveis. Depois do colapso da civilização micênica por volta de 1200 a.C., a Grécia experimentou uma prolongada Idade das Trevas na qual desapareceu a escrita e a vida econômica e política regrediu a um estágio doméstico rudimentar: o mundo rural e primitivo retratado nos épicos homéricos. Foi na época seguinte da Grécia arcaica, de 800 a 500 a.C., que o modelo urbano da civilização clássica lentamente se cristalizou. Algum tempo antes do advento dos registros históricos, monarquias locais foram derrubadas por aristocracias tribais e cidades foram fundadas ou desenvolvidas sob o domínio destas nobrezas. A lei aristocrática na Grécia arcaica coincidiu com o reaparecimento do comércio a longa distância (principalmente com a Síria e o Oriente), os prenúncios da cunhagem (inventada na Lídia no século VII) e a criação da escrita alfabética (derivada da escrita fenícia). A urbanização prosseguia com estabilidade, derramando-se além-mar pelo Mediterrâneo e Euxino, até que ao final do período de colonização em meados do século VI já havia umas 1 500 cidades gregas nas terras helênicas e fora delas — nenhuma virtualmente a mais de 40 quilômetros para dentro da linha da costa. Estas cidades eram essencialmente pontos de concentração de agricultores e proprietários de terras: na cidade pequena típica desta época, os cultivadores viviam dentro das muralhas da cidade e saíam para trabalhar no campo todas as manhãs, retornando à noite — embora o território das cidades sempre incluísse um perímetro agrário com toda a população rural ali instalada. A organização social destas cidades ainda refletia muito do passado tribal de onde haviam emergido: sua estrutura interna era articulada por unidades hereditárias cuja nomenclatura de parentesco representava uma tradução urbana das divisões rurais tradicionais. Portanto, os habitantes da cidade eram normalmente organizados — pela ordem descendente de tamanho e inclusão — em *tribos*, *fratrias* e *clãs*, sendo os "clãs" exclusivamente grupos aristocráticos e as "fratrias" talvez originalmente sua freguesia popular.[1] Pouco se sabe sobre as constituições políticas formais das cidades gregas na era arcaica, já que elas não sobreviveram à própria época clássica — ao contrário de Roma em semelhante estágio de desenvolvimento —, mas é evidente que eram baseadas na lei privilegiada de uma nobreza hereditária sobre o resto da população urbana, e tipicamente exercida através do governo de um conselho aristocrático exclusivo sobre a cidade.

A ruptura desta ordem geral ocorreu no último século da era arcaica, com o advento dos tiranos (c. 650-510 a.C.). Estes autocratas romperam a dominação das aristocracias ancestrais sobre as cidades: eles representavam proprietários de terra mais novos e riqueza mais recente, acumulada durante o crescimento econômico da época precedente, e estendiam seu poder a uma região muito maior graças a concessões à massa sem privilégios dos habitantes das cidades. As tiranias do século VI realmente constituíam a transição crucial para a *polis* clássica. Foi durante seu período geral de predominância que as fundações militares e econômicas da Grécia clássica foram lançadas. Os tiranos foram o produto de um processo dualista dentro das cidades helênicas do último período arcaico. A chegada de um sistema monetário e a disseminação de uma economia financeira foram acompanhados por um rápido aumento na população e no comércio da Grécia. A onda de colonização além-mar dos séculos VIII ao VI era a mais óbvia expressão deste desenvolvimento; entretanto, a maior produtividade helênica das culturas do vinho e das oliveiras, mais intensiva que a cultura contemporânea dos cereais, tenha talvez proporcionado à Grécia uma relativa vantagem nos intercâmbios comerciais na zona do Mediterrâneo.[2] As oportunidades econômicas proporcionadas por este crescimento criaram um estrato de proprietários agrários recentemente enriquecidos, saídos de fora das classes da nobreza tradicional e em certos casos provavelmente tirando benefícios de empresas comerciais auxiliares. A nova riqueza deste grupo não era acompanhada por nenhum poder equivalente na cidade. Ao mesmo tempo, o aumento da população e a expansão e quebra da economia arcaica provocaram tensões sociais agudas entre a classe mais pobre na terra, sempre mais propensa a ser degradada ou sujeita aos nobres proprietários e agora exposta a novas pressões e incertezas.[3] A pressão combinada do descontentamento rural da base e das fortunas recentes da cúpula forçaram a ruptura do estreito anel de domínio aristocrático nas cidades. A conseqüência característica das sublevações políticas resultantes nas cidades foi o surgimento de tiranos transitórios no final do século VII e no século VI. Os próprios tiranos eram em geral novos-ricos competitivos de considerável fortuna, cujo poder pessoal simbolizava o acesso do grupo social onde eram recrutados às honras e posição na cidade. Sua vitória, no entanto, só era possível geralmente por causa da utilização que faziam dos ressentimentos radicais dos pobres, e seu mais duradouro empreendimento foram as reformas econômicas, no interesse das classes populares, que tinham de admitir ou tolerar para garantirem o poder. Os tiranos, em conflito com a nobreza tradicional, na realidade bloquearam o monopólio da propriedade agrária, que era a principal tendência de seu poder irrestrito e que estava ameaçando causar um crescente perigo social na Grécia arcaica. Com a única exceção da planície fechada da Tessália, as pequenas propriedades camponesas estavam preservadas e consolidadas por toda a Grécia nesta época. As formas diferentes em que ocorreu este processo tiveram que ser reconstituídas com base em seus efeitos posteriores, dada a falta de provas documentais do período pré-clássico. A primeira grande revolta contra a dominância da aristocracia que levou a uma bem-sucedida tirania, apoiada pelas classes mais baixas, aconteceu em Corinto em meados do século VII, onde a família Baquíada foi despojada de seu tradicional poder sobre a cidade, um dos primeiros centros de comércio a florescer na Grécia. Mas foram as reformas de Sólon que proporcionaram o mais claro e melhor exemplo conhecido daquilo que era possivelmente algo como um padrão geral em seu tempo. Sólon, ele próprio não sendo um tirano, estava investido com o poder supremo para mediar as amargas lutas sociais entre os ricos e os pobres que irromperam na Ática na

---

(1) A. Andrewes, *Greek Society*, Londres, 1967, pp. 76-82.

(2) Ver a argumentação em William McNeill, *The Rise of the West*, Chicago, 1963, pp. 201, 273.

(3) W. G. Forrest, *The Emergence of Greek Democracy*, Londres, 1966, pp. 55, 150-156, que enfatiza o novo crescimento econômico do interior; A. Andrewes, *The Greek Tyrants*, Londres, 1956, pp. 80-81, que insiste na depressão social da classe dos pequenos agricultores.

virada do século VI. Sua medida decisiva foi abolir os pagamentos de dívidas sobre a terra, mecanismo típico pelo qual os pequenos proprietários se tornavam presa de grandes latifundiários e se tornavam seus rendeiros dependentes, ou os rendeiros se tornavam cativos dos proprietários aristocráticos.[4] O resultado foi conter o crescimento das propriedades nobres e estabilizar o modelo das pequenas e médias propriedades que daí em diante passaram a caracterizar o campo na Ática.

Esta ordem econômica foi acompanhada por uma nova administração política. Sólon privou a nobreza de seu monopólio de cargos pela divisão da população de Atenas em quatro classes de renda, destinando as duas classes mais altas às magistraturas mais elevadas, a terceira tendo acesso às posições administrativas mais baixas, e a quarta tendo direito a um voto na Assembléia dos cidadãos, que desde então se tornou uma instituição normal da cidade. Este arranjo não estava destinado a durar. Nos trinta anos seguintes, Atenas experimentou um rápido crescimento comercial, com a criação de uma unidade monetária municipal e a multiplicação dos negócios locais. Os conflitos sociais com os cidadãos logo se renovaram e agravaram, culminando com a tomada do poder pelo tirano Pisístrato. Foi sob seu governo que emergiu a configuração final da formação social de Atenas. Pisístrato patrocinou um programa de construções que proporcionou emprego para artífices e trabalhadores urbanos e promoveu um florescente desenvolvimento do tráfego marítimo do Pireu. Mas, acima de tudo, proporcionou assistência financeira direta ao campesinato ateniense, na forma de créditos públicos que finalmente confirmaram sua autonomia e segurança na véspera da *polis* clássica.[5] A firme sobrevivência de pequenos e médios fazendeiros estava assegurada. Este processo econômico — cuja não-ocorrência iria mais tarde definir a contrastante história social de Roma — parece ter sido comum por toda a Grécia, embora os acontecimentos por trás dele não estejam tão documentados fora de Atenas. Em outros lugares o tamanho médio das propriedades rurais algumas vezes podia ser maior, mas apenas na Tessália predominavam as grandes herdades aristocráticas. A base econômica da comunidade helênica seria a propriedade agrária modesta.

---

(4) Não é certo que o campesinato pobre na Ática estivesse composto de rendeiros ou de proprietários de suas terras antes das reformas de Sólon. Andrewes argumenta que poderiam ser os primeiros (*Greek Society*, pp. 106-107), mas as gerações seguintes não tinham memória de uma real distribuição de terras por Sólon, portanto, isto parece improvável.

(5) M. I. Finley, *The Ancient Greeks*, Londres, 1963, p. 33, encara a política de Pisístrato como de maior importância para a independência econômica do campesinato da Ática do que as reformas de Sólon.

Quase simultaneamente a este arranjo social na era tirânica, houve uma mudança significativa na organização militar das cidades. Os exércitos daí em diante se compunham essencialmente de hoplitas, uma infantaria pesadamente guarnecida que constituía uma inovação grega no mundo mediterrâneo. Cada hoplita se equipava com armamento e armadura às suas próprias custas — assim, tal soldadesca faz pressupor uma vida econômica razoável, e, de fato, as tropas hoplitas vinham sempre da classe média agricultora das cidades. Sua eficácia militar seria provada com as surpreendentes vitórias gregas sobre os persas no século seguinte. Mas era sua posição central dentro da estrutura política das cidades-Estado que definitivamente era o mais importante. O pressuposto da posterior "democracia" grega, ou da "oligarquia" ampliada, era uma infantaria auto-armada.

Esparta foi a primeira cidade-Estado a incorporar os resultados sociais das operações de guerra dos hoplitas. Sua evolução forma um curioso paralelo em relação a Atenas na era pré-clássica. Esparta não teve uma tirania, e esta omissão num episódio normal de situação transitória emprestou um caráter peculiar às suas instituições econômicas e políticas, misturando feições arcaicas e avançadas, numa configuração *sui generis*. A cidade de Esparta conquistou uma porção relativamente grande do interior do Peloponeso numa época primitiva, primeiro na Lacônia, para o leste, e depois em Messênia, para oeste, e escravizou o total dos habitantes das duas regiões, que se tornaram hilotas do Estado. Este engrandecimento geográfico e a sujeição social da população envolvida foram realizados sob um governo monárquico: No decorrer do século VII, no entanto, a conquista inicial de Messênia e a posterior repressão de uma rebelião tiveram como conseqüência algumas mudanças radicais na sociedade espartana — tradicionalmente atribuídas à figura mítica do reformador Licurgo. De acordo com a lenda grega, a terra estava dividida em porções iguais, que eram distribuídas aos espartanos como *kleroi*, ou lotes, cultivados por hilotas, e que eram possuídos coletivamente pelo Estado; estas "antigas" propriedades mais tarde foram consideradas inalienáveis, enquanto tratos de terra mais recentes eram julgados propriedade pessoal que poderia ser vendida ou comprada.[6] Cada cidadão devia pagar contribuições fixas em espécie pelos *syssitia*, refeições fornecidas por cozinheiros e ser-

---

(6) A realidade de uma divisão de terras original, ou mesmo de uma inalienabilidade dos *kleroi*, tem sido posta em dúvida: ver, por exemplo, A. H. M. Jones, *Sparta*, Oxford, 1967, pp. 40-43. Andrewes, embora cauteloso, dá mais crédito às crenças gregas: *Greek Society*, pp. 94-95.

ventes hilotas: os que se tornavam incapazes de fazê-lo automaticamente perdiam a cidadania e se tornavam "inferiores", um infortúnio contra o qual a posse de lotes inalienáveis por ter sido planejada de propósito. O resultado deste sistema era criar uma unidade coletiva intensa entre os espartanos, que orgulhosamente se designavam como *hoi homoioi* — os "iguais", embora a igualdade econômica completa em tempo algum tenha chegado a ser uma feição da verdadeira cidadania espartana.[7]

O sistema político surgido das bases das propriedades *kleroi* era um sistema adequadamente novo para seu tempo. A monarquia jamais desapareceu inteiramente, como aconteceu nas outras cidades gregas, mas foi reduzida a um generalato hereditário e restringida por uma dupla gestão, outorgada a duas famílias reais.[8] Em todos os outros aspectos, os "reis" espartanos eram apenas membros da aristocracia, participantes sem privilégios especiais no conselho de trinta anciãos ou *gerousia*, que originariamente governavam a cidade; o típico conflito entre monarquia e nobreza no princípio da idade arcaica foi aqui resolvido por um compromisso institucional entre ambas. Durante o século VII, no entanto, a classe cidadã dos soldados-rasos chegou a constituir uma completa Assembléia municipal, com poderes de decisão sobre políticas a ela submetidas pelo conselho de anciãos, que se tornou, por sua vez, um corpo eletivo; cinco magistrados ou éforos exerciam a suprema autoridade executiva pela eleição direta de todos os cidadãos. A Assembléia podia ser controlada por um veto da *gerousia*, e os éforos eram dotados de uma excepcional concentração de poder arbitrário. Mas a constituição espartana que assim se cristalizou na época pré-clássica foi contudo a mais socialmente avançada de seu tempo. Ela representou na verdade o primeiro direito de voto hoplita a ser efetivado na Grécia.[9] Sua introdução é muitas vezes datada a partir do papel desempenhado pela nova infantaria pesada na conquista ou no esmagamento da população messeniana sujeitada, e Esparta passou a ser, daí em diante, naturalmente, sempre conhecida pela disciplina sem igual e pelas proezas de seus soldados hoplitas. As excepcionais qualidades militares dos espartanos por sua vez eram uma função do onipresente trabalho hilota, que desimpedia os cidadãos de qualquer trabalho direto na pro-

---

(7) O tamanho dos *kleroi* que consolidavam a solidariedade espartana tem sido muito discutido, com estimativas variando entre 20 e 90 acres de terra cultivável: ver P. Oliva, *Sparta and Her Social Problems*, Amsterdã-Praga, 1971, pp. 51-52.

(8) Para a estrutura da Constituição, ver Jones, *Sparta*, pp. 13-43.

(9) Andrewes, *The Greek Tyrants*, pp. 75-76.

dução, deixando-os livres para o treino profissional para a guerra em tempo integral. O resultado foi um conjunto de uns 8 a 9 mil cidadãos espartanos economicamente auto-suficientes e com direito de voto político, que era bem mais amplo e mais igualitário do que em qualquer aristocracia contemporânea ou qualquer oligarquia posterior na Grécia. O extremo conservadorismo da formação social espartana e do sistema político na época clássica, que o fazia parecer decadente e atrasado no século V, foi de fato resultado de suas transformações pioneiras no século VII. Primeiro estado grego a chegar a uma constituição hoplita, ele se tornou o último a modificá-la: o modelo primário da era arcaica sobreviveu até às vésperas da extinção final de Esparta, meio milênio depois.

Em outras regiões, como já vimos, as cidades-Estado da Grécia foram mais lentas para evoluir até sua forma clássica. As tiranias eram fases intermediárias necessárias de desenvolvimento: foram sua legislação agrária e suas inovações militares que prepararam a *polis* helênica do século V. Mas foi preciso uma inovação mais avançada e realmente decisiva para o advento da civilização clássica grega. Esta foi, é claro, a introdução em escala maciça da escravidão como bem móvel. A conservação da pequena e média propriedade da terra havia resolvido uma crescente crise social na Ática e arredores. Mas, em si, ela tenderia a deter o desenvolvimento cultural e político da civilização grega em um nível "beócio", impedindo o aumento de uma divisão social mais complexa de trabalho e da superestrutura urbana. Comunidades camponesas relativamente igualitárias podiam-se congregar fisicamente em cidades; elas jamais poderiam criar uma luminosa civilização citadina do tipo que a Antiguidade agora testemunhava pela primeira vez em seu estado simples. Para isto era preciso um superávit de trabalho escravo para a emancipação de seu estrato governante e a construção de um novo mundo cívico e intelectual. "Em seus termos mais amplos, a escravidão era fundamental para a civilização grega, no sentido em que sua abolição e a substituição do trabalho livre, se a alguém tal houvesse ocorrido, teria deslocado toda a sociedade e suprimido o ócio das classes mais altas de Atenas e Esparta."[10]

Assim, não foi por acaso que a salvação do campesinato independente e o cancelamento dos pagamentos dos débitos tivessem sido seguidos prontamente por um novo e abusivo aumento do uso do tra-

---

(10) Andrewes, *Greek Society*, p. 133. Comparar com V. Ehrenburg, *The Greek State*, Londres, 1969, p. 96: "Sem metecos ou escravos, a *polis* dificílmente teria podido existir".

078803

balho escravo, no campo e na cidade da Grécia clássica. Uma vez bloqueados os extremos da polarização social dentro das comunidades helênicas, era lógico o recurso às importações de escravos para solucionar a carência de mão-de-obra para a classe dominante. O preço dos escravos — na maioria trácios, frígios e sírios — era muito baixo, não muito acima do custo de um ano de manutenção;[11] e assim sua utilização se tornou generalizada na sociedade grega, a um ponto em que mesmo os mais humildes artesãos ou pequenos agricultores podiam muitas vezes possuí-los. Este desenvolvimento econômico havia também sido antecipado pela primeira vez em Esparta; fora a criação anterior da massa rural hilota na Lacônia e em Messênia que permitiram o surgimento da fraternidade servilizada dos espartanos, a maior população escrava da Grécia pré-clássica e o primeiro direito de voto hoplita. Mas aqui, como em outros lugares, cada prioridade espartana detinha uma evolução mais avançada: a classe hilota permanecia como uma "forma não desenvolvida",[12] pois os hilotas não podiam ser comprados, vendidos ou manipulados e eram propriedade coletiva, mais do que propriedade individual. A escravidão como mercadoria, regida por uma bolsa de valores, foi introduzida na Grécia nas cidades-Estado que seriam suas rivais. Durante o século V, o apogeu da *polis* clássica, Atenas, Corinto, Égina e virtualmente cada cidade de importância continham uma volumosa população escrava, freqüentemente ultrapassando o número de cidadãos livres. Foi o estabelecimento desta economia de escravos na mineração, na agricultura e na manufatura que permitiu o súbito florescimento da civilização urbana grega. Seu impacto, naturalmente — como visto acima —, não foi apenas econômico. "A escravidão, é claro, não era simplesmente uma necessidade econômica, era vital a toda vida política e social dos cidadãos."[13] A *polis* clássica estava baseada na nova descoberta conceitual da liberdade, acarretada pela sistemática instituição da escravidão: o cidadão livre agora sobressaía plenamente contra o fundo de trabalhadores escravos. As primeiras instituições "democráticas" na Grécia clássica estão registradas em Quios, em meados do século VI: a tradição também sustenta que Quios foi a primeira cidade grega a importar em grande escala escravos do Oriente bárbaro.[14] As reformas de Sólon em Atenas haviam sido seguidas por um brusco aumento na população

---

[11] Andrewes, *Greek Society*, p. 135.

[12] Oliva, *Sparta and Her Social Problems*, pp. 43-44. Os *hilotas* também possuíam suas próprias famílias e em certas ocasiões eram usados para os serviços militares.

[13] Victor Ehrenburg, *The Greek State*, p. 97.

[14] Finley, *The Ancient Greeks*, p. 36.

escrava à época da tirania; e isto por sua vez fora seguido por uma nova constituição legada por Clístenes, que aboliu as divisões tribais tradicionais da população com suas comodidades para a clientela aristocrática, reorganizou os cidadãos em *demos* territoriais locais e instituiu a votação por lote para um Conselho dos Quinhentos ampliado para presidir os negócios da cidade em combinação com a Assembléia popular. O século V viu a generalização desta fórmula política "probolêutica" nas cidades-Estado gregas: um Conselho menor propunha as decisões públicas a uma Assembléia maior que as votava, sem direitos de iniciativa (embora nos estados mais populares essa Assembléia viesse a receber tais direitos). As variações na composição do Conselho e da Assembléia e na eleição dos magistrados do Estado que conduziam sua administração definiam o grau relativo de "democracia" ou "oligarquia" em cada *polis*. O sistema espartano, dominado por um eforado autoritário, era notoriamente antípoda ao ateniense, que veio a ser centralizado na plena Assembléia dos cidadãos. Mas a linha básica de demarcação não passava por dentro da cidadania constituinte da *polis*, não obstante ela estivesse organizada ou estratificada: ela dividia a cidadania — fossem os 8 mil espartanos ou os 45 mil atenienses — dos não-cidadãos e cativos abaixo deles. A comunidade da *polis* clássica, não importava quão dividida em classes internamente, estava acima de uma força de trabalho escravizada que suportava toda sua forma e substância.

Essas cidades-Estado da Grécia clássica estavam empenhadas em constante rivalidade uma contra a outra: a marcha típica de sua expansão, depois do término do processo de colonização no final do século VI, era a conquista militar e o tributo. Com a expulsão das forças persas da Grécia no início do século V, Atenas gradualmente atingiu um poder proeminente entre as cidades competitivas da bacia egéia. O Império Ateniense que fora construído na geração entre Temístocles e Péricles parecia conter a promessa — ou ameaça — de unificação política da Grécia sob o governo de uma única *polis*. Sua base material era proporcionada pelo perfil e situação peculiares da própria Atenas, territorial e demograficamente a maior cidade-Estado helênica — apesar de ter apenas uns 1 500 quilômetros quadrados e talvez uma população de 250 mil habitantes. O sistema agrário da Ática exemplificava talvez de maneira especialmente pronunciada o modelo generalizado da época. Pelos padrões helênicos, a grande propriedade era uma herdade de 40 a 80 hectares.[15] Na Ática havia poucas grandes propriedades, e mesmo os ricos proprietários possuíam muitas pequenas explorações em vez de um latifúndio concentrado. Propriedades de 30 ou mesmo 20 hectares estavam acima da média, enquanto as menores provavelmente não eram de muito mais do que 2 hectares; três quartos dos cidadãos livres possuíam alguma propriedade rural pelo fim do século V.[16] Os escravos prestavam o serviço doméstico, o trabalho no campo — onde eles caracteristicamente cultivavam as propriedades dos ricos no interior — e o trabalho artesanal; provavelmente eram excedidos em número pelo trabalho livre disponível na agricultura e talvez na manufatura, mas constituíam um grupo maior do que o total dos cidadãos. No século V haveria talvez uns 80 a 100 mil escravos em Atenas, para uns 30 a 40 mil cidadãos.[17] Um terço da população livre vivia na própria cidade. A maior parte do restante vivia no interior imediato, em vilarejos. O volume conjunto dos cidadãos era formado pela classe dos *tetas* e a dos hoplitas, nas respectivas proporções de 2:1 talvez, sendo os primeiros a classe mais pobre da população, que era incapaz de se auto-equipar para o dever da infantaria pesada. A divisão entre hoplitas e tetas era tecnicamente uma divisão por rendimentos e não por ocupações ou residência: os hoplitas podiam ser artesãos urbanos, enquanto talvez a metade dos tetas era constituída de camponeses pobres. Acima destas duas classes plebéias estavam duas ordens muito menores de cidadãos mais ricos, cuja elite formava um cume de umas 300 famílias de grande fortuna, no pico da sociedade ateniense.[18] Esta estrutura social, com sua conhecida estratificação e a quase ausência de fendas dramáticas no corpo de cidadãos, é que proporcionou a fundação da democracia política ateniense.

---

[15] Forrest, *The Emergence of Greek Democracy*, p. 46.

Por meados do século V, o Conselho dos Quinhentos, que supervisionava a administração de Atenas, era selecionado entre o total dos cidadãos por sorteio, para evitar os perigos da predominância autocrática e da clientelagem associada às eleições. Os únicos maiores postos eletivos no Estado eram dez *generalatos militares*, que por acaso eram destinados, como regra, ao estrato mais alto da cidade. O Conselho já não apresentava mais resoluções controversas à Assembléia dos Cidadãos, que então concentrava a plena soberania e a iniciativa política no seu seio, simplesmente preparando sua agenda e submetendo conclusões já definidas à sua decisão. A própria Assembléia mantinha um

---

(16) M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens 500-200 B.C.*, New Brunswick, pp. 58-59.

(17) Westermann, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, p. 9.

(18) A. H. M. Jones, *Athenian Democracy*, Oxford, 1957, pp. 79-91.

mínimo de 40 sessões por ano, com uma assistência média provavelmente bem acima dos 5 mil cidadãos: era necessário um quórum de 6 mil para deliberações mesmo sobre muitos assuntos rotineiros. Todas as questões políticas importantes eram debatidas diretamente e determinadas por ela. O sistema judiciário que ladeava o centro legislativo da *polis* era composto por jurados selecionados por sorteio entre os cidadãos e remunerados por seus deveres — para capacitar os pobres a servirem também —, como o eram os conselheiros, princípio este estendido no século IV ao comparecimento à própria Assembléia. Virtualmente não havia nenhuma espécie de burocracia permanente, sendo as posições administrativas distribuídas entre os conselheiros por sorteio, enquanto a diminuta força policial era composta por escravos citas. Na prática, naturalmente, a democracia popular direta da constituição ateniense estava diluída pela dominância informal de políticos profissionais sobre a Assembléia, que eram recrutados de famílias tradicionalmente ricas e bem-nascidas na cidade (ou, mais tarde, entre os novos-ricos). Mas esta dominância social nunca se tornou legalmente entrincheirada ou solidificada, e estava sempre sujeita a transtornos e mudanças devido à natureza demótica da forma de governo na qual devia ser exercida. Esta contradição era fundamental à estrutura da *polis* ateniense, e encontrou notável reflexão na condenação unânime da democracia sem precedentes da cidade pelos pensadores que encarnavam sua cultura inigualável — Tucídides, Sócrates, Platão, Aristóteles, Isócrates ou Xenofonte. Atenas jamais produziu alguma teoria política democrática: praticamente todos os filósofos ou historiadores de nota na Ática eram oligarcas por convicção.[19] Aristóteles condenou o essencial desse ponto de vista em seu breve e significativo banimento de todos os trabalhadores manuais da cidadania do Estado ideal.[20] O modo escravo de produção que sustentou a civilização ateniense encontrou sua mais pura expressão ideológica no estrato social privilegiado da cidade, cujas alturas intelectuais o excedente de trabalho nas profundidades silenciosas abaixo da *polis* tornou possível.

A estrutura da formação social ateniense, assim constituída, não era suficiente em si para gerar a supremacia imperial na Grécia. Por isso, foram necessárias duas outras feições mais avançadas e específicas da economia e da sociedade ateniense, que a colocaram à parte

---

(19) Jones, *Athenian Democracy*, pp. 41-72, documenta esta divergência, mas falha ao encarar suas implicações para a estrutura da civilização ateniense como um todo, contentando-se em defender a democracia da *polis* contra os pensadores da cidade.

(20) *Política*, III, iv, 2, citado.

em relação a qualquer outra cidade-Estado helênica do século V. Primeiro, a Ática continha as mais ricas minas de prata na Grécia, em Laurion. Lavradas principalmente por turmas maciças de escravos — uns 30 mil ou coisa parecida —, foi este minério que financiou a construção da frota ateniense que triunfou sobre os navios persas em Salamina. A prata ateniense foi desde o início a condição do poder naval ateniense. Além disto, ela tornou possível a existência de uma moeda da Ática — única entre os sistemas monetários gregos da época — que se tornou amplamente aceita no exterior como um meio de negociações interlocais, contribuindo grandemente para a prosperidade comercial da cidade. Isto foi ainda mais intensificado pela excepcional concentração de estrangeiros metecos em Atenas, que eram privados da propriedade da terra mas que chegaram a dominar os empreendimentos comerciais e industriais na cidade, fazendo dela o ponto focal do Egeu. A hegemonia marítima que então se acumulava em Atenas emprestou uma relação funcional à configuração política da cidade. A classe hoplita de médios agricultores que supriam a infantaria da *polis* somava uns 13 mil — um terço dos cidadãos. A frota ateniense, no entanto, era tripulada por marinheiros recrutados entre a mais pobre classe dos tetas, abaixo daqueles; os remadores recebiam salários em dinheiro e prestavam serviço oito meses por ano. Seu número era praticamente igual ao de soldados da infantaria (12 mil) e foi sua presença que ajudou a garantir o alcance da política ateniense, contrastando com as cidades-Estado gregas, em que a categoria dos hoplitas sozinha proporcionava a base social da *polis*.[21] A superioridade monetária e a naval deram margem ao seu imperialismo; e igualmente foram elas que promoveram sua democracia. A classe dos cidadãos ali era em grande parte isenta de qualquer forma de taxação direta: a propriedade da terra, especialmente, que era limitada aos cidadãos, não tinha nenhuma carga fiscal, uma condição crítica da autonomia camponesa dentro da *polis*. Os rendimentos internos atenienses derivavam da propriedade do Estado, de taxas indiretas (como os impostos portuários) e de "liturgias" financeiras obrigatórias oferecidas à cidade pelos ricos. Esta fiscalização clemente era complementada por um pagamento público para o serviço jurídico e amplo emprego naval, combinação que ajudava a garantir o notável grau de paz cívica que marcava a vida

---

(21) Segundo a tradição, foi a vitória dos marinheiros em Salamina que, em termos de direitos políticos, tornou as reivindicações dos tetas irresistíveis, como as campanhas dos soldados contra Messênia provavelmente haviam outrora obtido para os hoplitas espartanos seu direito de voto.

política ateniense.[22] Os custos desta harmonia popular eram deslocados para a expansão ateniense do exterior.

O Império Ateniense surgido na esteira das Guerras Pérsicas era essencialmente um sistema marítimo, planejado para a subjugação coercitiva das cidades-Estado gregas do Egeu. A colonização propriamente dita teve um papel secundário, senão negligenciável, em sua estrutura. É significativo que Atenas fosse o único estado grego a criar uma classe especial de cidadãos além-mar — ou "cleruques" —, a quem eram dadas terras coloniais confiscadas dos rebeldes aliados no estrangeiro e, ainda assim, diferentemente do que ocorre em relação a todos os outros colonizadores helênicos, detinham plenos direitos jurídicos em sua própria cidade natal. A fundação estável de "clerúquias" e colônias além-mar no decorrer do século V habilitou a cidade a promover mais de dez mil atenienses da condição teta à condição hoplita, com a dotação de terras no estrangeiro, fortalecendo assim bastante seu poderio militar de um só golpe. O impacto do imperialismo ateniense, contudo, não se deteve nestas colonizações. A ascensão do poder ateniense no Egeu criou uma ordem política cuja função real era a de coordenar e explorar costas e ilhas já urbanizadas através de um sistema de tributo monetário cobrado para a manutenção de uma marinha permanente, que era nominalmente o defensor habitual comum da liberdade grega contra as ameaças orientais e, na verdade, o instrumento central da opressão imperial de Atenas sobre seus "aliados". Em 454 o tesouro central da Liga de Delos, criado originalmente para combater a Pérsia, fora transferido para Atenas; em 450, a recusa ateniense à dissolução da Liga, depois da paz com a Pérsia, converteu-a num Império *de facto*. A esta altura da década de 440, o sistema imperial ateniense abraçava umas 150 cidades — principalmente jônicas —, que pagavam uma soma anual em dinheiro ao tesouro central em Atenas e eram proibidas de manter suas próprias frotas. O tributo total do Império era avaliado como sendo 50 por cento maior do que os rendimentos internos da Ática, e sem dúvida financiou a superabundância cívica e cultural da *polis* de Péricles.[23] Internamente, a marinha paga por ele garantia emprego estável para a mais numerosa e menos próspera classe de cidadãos; as obras públicas que financiou foram os mais notáveis embelezamentos da cidade, e entre elas se destaca o Par-

---

(22) M. I. Finley, *Democracy Ancient and Modern*, Londres, 1973, pp. 45, 48-49; ver também suas observações em *The Ancient Economy*, pp. 96, 173.

(23) R. Meigss, *The Athenian Empire*, Oxford, 1972, pp. 152, 258-260.

tenon. No estrangeiro, esquadrões atenienses policiavam as águas do Egeu, enquanto os residentes políticos, comandantes militares e comissários itinerantes asseguravam magistraturas dóceis nos Estados sujeitados. As cortes atenienses exerciam poderes de repressão judiciária sobre cidadãos de cidades aliadas suspeitos de deslealdade.[24]

Mas os limites do poder externo ateniense logo foram alcançados. Ele provavelmente estimulou o comércio e as manufaturas no Egeu, onde o uso do sistema da Ática estava estendido por decreto e onde a pirataria estava suprimida, embora os maiores lucros do crescimento comercial fossem acumulados pela comunidade meteca na própria Atenas. O sistema imperial também gozava da simpatia das classes mais pobres das cidades aliadas, porque a tutela ateniense geralmente significava a instalação de regimes democráticos localmente, congruentes com os da própria cidade imperial, enquanto a carga financeira do tributo caía sobre as classes mais altas.[25] Mas isto era incapaz de realizar uma inclusão institucional destes aliados em um sistema político unificado. A cidadania ateniense era tão ampla em casa que era impraticável estendê-la no estrangeiro a não-atenienses, pois isto contradiria funcionalmente com a democracia dos residentes diretos da Assembléia, somente factível dentro de um âmbito geográfico muito pequeno. Assim, apesar das tonalidades populares agudas do governo ateniense, a fundação doméstica do imperialismo de Péricles necessariamente gerava a exploração ditatorial de seus aliados jônicos, que inevitavelmente, por sua vez, tendiam a ser avidamente lançados a uma servidão colonial: não havia base para igualdade ou federação, como o teria permitido uma constituição mais oligárquica. Ao mesmo tempo, contudo, a natureza democrática da *polis* ateniense — cujo princípio era a participação direta e não a representação — impedia a criação de uma máquina burocrática que poderia ter dominado um extenso império territorial através de uma coerção administrativa. Mal havia qualquer aparato do Estado separado ou profissional na cidade, cuja estrutura política fosse basicamente definida por sua rejeição a corporações de funcionários especializados — civis ou militares — fora da cidadania normal: a democracia ateniense significava, exatamente, a recusa a

---

(24) Meigss, *The Athenian Empire*, pp. 171, 205-207, 215-216, 220-233.

(25) Esta simpatia é convincentemente demonstrada por G. E. M. De Ste Croix, "The Character of the Athenian Empire", *Historia*, Bd. III, 1954-1955, pp. 1-41. Havia Algumas oligarquias aliadas na Liga de Delos — Mitilene, Quios ou Samos — e Atenas não intervinha sistematicamente nas cidades que a constituíam; mas os conflitos locais eram tipicamente usados como oportunidades para o estabelecimento à força de sistemas populares.

qualquer divisão semelhante entre Estado e sociedade.[26] Assim, tampouco havia base para uma burocracia imperial. O expansionismo ateniense, em conseqüência, sucumbiu relativamente cedo, por causa tanto das contradições de sua própria estrutura, quanto da resistência, que isso propiciava, por parte das cidades mais oligarcas do interior da Grécia, lideradas por Esparta. A Liga Espartana possuía as vantagens opostas aos riscos atenienses: uma confederação de oligarquias cuja força era baseada de maneira harmonizadora nos proprietários hoplitas mais do que numa mistura com os marinheiros demóticos, e cuja unidade daí por diante não envolvia nem tributo monetário nem monopólio militar pela própria hegemônica cidade de Esparta, cujo poder representava, portanto, sempre intrinsecamente menor ameaça às outras cidades gregas do que o de Atenas. A falta de alguma porção de terras interiores deixou o poder ateniense — tanto em recrutamento quanto em recursos — muito reduzido para resistir a uma coligação de rivais terrestres.[27] A Guerra do Peloponeso combinou o ataque de seus pares com a revolta de seus súditos, cujas classes abastadas reagiam às oligarquias do continente desde o começo da guerra. Mesmo assim, o ouro persa foi necessário para financiar uma frota espartana capaz de terminar com o domínio ateniense do mar, antes que o Império Ateniense fosse finalmente derrubado por terra por Lisandro. Depois disso já não houve mais oportunidade de as cidades helênicas gerarem um estado imperial unificado a partir de seu meio interior, apesar de sua relativamente rápida recuperação dos efeitos da longa guerra do Peloponeso: a própria paridade e multiplicidade de centros urbanos na Grécia neutralizava-as coletivamente para a expansão externa. As cidades gregas do século IV mergulharam na exaustão, enquanto a *polis* clássica experimentava dificuldades crescentes nas finanças e no serviço militar obrigatório, sintomas de um anacronismo iminente.

---

(26) Para Ehrenburg, esta foi sua grande fraqueza. A identidade de Estado e sociedade era necessariamente uma contradição, porque o Estado devia ser singular, enquanto a sociedade permanecia sempre plural, por estar dividida em classes. Portanto, mesmo que o Estado pudesse reproduzir estas divisões sociais (oligarquia) ou a sociedade pudesse absorver o Estado (democracia), nenhuma das soluções respeitava uma distinção institucional que para ele era inalterável, e, em conseqüência, ambas carregavam a semente da destruição em si: *The Greek State*, p. 89. Para Marx e Engels era, naturalmente, nessa recusa estrutural que repousava a grandeza da democracia ateniense.

(27) Em geral, as linhas divisórias entre "oligarquia" e "democracia" são muito proximamente correlacionadas às orientações mar-continente na Grécia clássica; os mesmos fatores relativos ao mar que prevaleciam em Atenas estavam presentes em sua zona de influência jônica, enquanto a maioria dos aliados de Esparta no Peloponeso e na Beócia estava mais estreitamente enraizada no solo. A principal exceção, é claro, era Corinto, a tradicional rival comercial de Atenas.

O mundo helênico

O segundo maior ciclo de conquista colonial derivou então da periferia setentrional rural da civilização grega, com suas maiores reservas camponesas e demográficas. O Império Macedônio originou-se de uma monarquia tribal do interior montanhoso, uma zona retrógrada que havia preservado muitas das relações sociais da Grécia pós-micênica. O Estado real macedônio, precisamente por ter sido morfologicamente muito mais primitivo que as cidades-Estado do sul, não estava sujeito ao impasse e assim mostrou-se capaz de ultrapassar seus limites na nova época de seu declínio. Sua base territorial e política permitiu uma expansão internacional integrada, uma vez que era aliada à própria civilização grega, bem mais desenvolvida. A realeza macedônia era hereditária, embora sujeita a uma confirmação por uma assembléia militar dos guerreiros do reino. Toda terra era tecnicamente propriedade do monarca, mas na prática uma nobreza tribal mantinha propriedades nela e reclamava consangüinidade com o rei, formando um círculo de "companheiros" reais que fornecia seus conselheiros e governadores. A maioria da população era de camponeses rendeiros livres, e havia relativamente pouca escravidão.[1] A urbanização era mínima, a própria capital, Pela, era uma fundação recente e frágil. A ascensão do poder macedônio nos Bálcãs, no reinado de Filipe II, logo obteve um impulso decisivo com a anexação das minas de ouro trácias — o equivalente em lingotes às minas de prata da Ática no século anterior —, o que proporcionou à Macedônia as indispensáveis finanças para a agressão externa.[2] O sucesso dos exércitos de Filipe na aniquilação das cidades-Estado gregas e na unificação da península helênica devia-se essencialmente às suas inovações militares, que refletiam a composição social distinta do interior tribal da Grécia do norte. A cavalaria — uma arma aristocrática, anteriormente sempre subordinada aos hoplitas na Grécia — foi renovada e ligada elasticamente à infantaria, enquanto esta perdia parte de seu equipamento pesado hoplita para maior mobilidade e uso generalizado da longa lança em batalha. O resultado foi a famosa falange macedônia, flanqueada por cavalos, vitoriosa de Tebas a Cabul. A expansão macedônia, é claro, não se deveu meramente às capacidades de seus comandantes ou de seus soldados, ou ao seu acesso inicial aos metais preciosos. A precondição de sua irrupção na Ásia foi sua anterior absorção da própria Grécia. A monarquia macedônia consolidava seus avanços na península pela criação de novos cidadãos gregos e outros nas regiões conquistadas e pela urbanização do seu interior rural — demonstrando sua capacidade para uma administração territorial expandida. Foi o ímpeto político e cultural que adquiriu da integração dos mais avançados centros citadinos da época que lhe permitiu nuns poucos anos a brilhante conquista de todo o Oriente Próximo sob Alexandre. Simbolicamente, a frota insubstituível que transportava e fornecia as tropas invencíveis na Ásia era sempre grega. O Império Macedônio unitário que emergiu depois a partir de Gaugamela, estendendo-se do Adriático ao Oceano Índico, não sobreviveu ao próprio Alexandre, que morreu antes que lhe fosse dada qualquer estrutura institucional coerente. Os problemas sociais administrativos, colocados por esta razão, já podiam ser vislumbrados a partir das tentativas de fusão das nobrezas macedônia e persa por casamentos oficiais: no entanto, deixou-se aos sucessores providenciar soluções. As lutas internas desses generais macedônios opostos — os Diadóquios — terminaram com a divisão do Império em quatro zonas, a Mesopotâmia, o Egito, a Ásia Menor e a Grécia, os três primeiros daí por diante geralmente ultrapassando o último em importância política e econômica. A dinastia selêucida governava a Síria e a Mesopotâmia; Ptolomeu fundou o reino lágida no Egito; e meio século

---

(1) N. G. L. Hammond, *A History of Greece to 322 B.C.*, Oxford, 1959, pp. 535-536.

(2) A renda proporcionada pelas minas de ouro da Trácia era maior do que a das minas de prata de Laurion na Ática; *Filippo II Macedone*, de Arnaldo Momigliano, Florença, 1934, pp. 49-53, é o estudo mais lúcido sobre a primeira fase da expansão macedônia, que em geral atrai relativamente pouca pesquisa moderna.

depois, o reino atálida de Pérgamo tornou-se o poder dominante na Ásia Menor. A civilização helênica basicamente foi o produto destas novas monarquias gregas do Oriente.

Os Estados helênicos eram criações híbridas, que no entanto deram forma a todo o modelo histórico do Mediterrâneo oriental pelos séculos que seguiram. Por um lado, elas dominavam o mais grandioso surgimento de cidades-Estado visto até então na Antiguidade clássica: grandes cidades gregas se disseminavam, por iniciativa espontânea ou patrocínio real, pelo Oriente Próximo, daí em diante a região mais densamente habitada do mundo antigo, e helenizando solidamente as classes governantes locais onde estivessem.[3] Se o número destas fundações era menor do que na Grécia arcaica, seu tamanho era infinitamente maior. A maior cidade da Grécia clássica era Atenas, com uma população total em torno de 80 mil habitantes no século V a.C. Os três maiores centros urbanos do mundo helênico — Alexandria, Antióquia e Selêucia — devem ter tido uns 500 mil habitantes. A distribuição das novas fundações era irregular, já que o Estado lágida centralizado no Egito desconfiava da autonomia de qualquer *polis* e não apoiava muitas cidades novas, enquanto o Estado selêucida ativamente as multiplicava e na Ásia Menor as nobrezas locais criavam suas próprias cidades imitando o exemplo helênico em outros lugares.[4] Em todos os cantos estas novas fundações urbanas eram estabelecidas com soldados, administradores e mercadores gregos e macedônios, que chegaram a constituir o estrato social dominante nas monarquias continuadoras dos Diadóquios. A proliferação de cidades gregas no leste foi acompanhada por um impulso nos negócios internacionais e na prosperidade comercial. Alexandre havia dilapidado o ouro real da Pérsia, investindo as reservas aquemênidas acumuladas no sistema de trocas do Oriente Próximo, financiando deste modo um abrupto aumento no volume das transações comerciais no Mediterrâneo. O padrão monetário da Ática agora estava generalizado através do mundo helênico, com a exceção do Egito ptolomaico, facilitando o comércio internacional e o transporte marítimo.[5] O caminho marítimo triangular entre Rodes, Antióquia e Alexandria se tornou o eixo do novo espaço mercantil criado pelo Oriente helênico. A atividade bancária foi desenvolvida pela administração lágida do Egito a níveis jamais ultrapassados mais tarde em toda a Antiguidade. O modelo urbano do Mediterrâneo oriental foi estabelecido com sucesso pela emigração e exemplo gregos.

E, ainda, ao mesmo tempo, as formações sociais do Oriente Próximo — com tradições políticas e econômicas muito diferentes — resistiram impenetráveis aos modelos gregos no interior. Assim, o trabalho escravo não chegou a se espalhar pelo interior rural do Oriente helênico. Ao contrário da lenda popular, as conquistas de Alexandre não eram acompanhadas pela escravização em massa, e a proporção da população escrava não parece ter aumentado de maneira apreciável no rastro das conquistas macedônicas.[6] Em conseqüência, as relações agrárias de produção foram relativamente pouco afetadas pelo domínio grego. Os sistemas agrícolas tradicionais das grandes culturas ribeirinhas do Oriente Próximo haviam associado proprietários senhores, rendeiros dependentes e camponeses com a propriedade do solo, definitiva ou imediata. A escravidão rural nunca havia sido economicamente muito importante. As pretensões reais a um monopólio da terra vinham de há séculos. Os novos Estados helênicos herdaram este modelo, bastante estranho aos da pátria grega, e o preservaram com pouca alteração. As principais variações entre eles eram relativas ao grau em que a propriedade real sobre a terra era verdadeiramente imposta pelas dinastias de cada região. O Estado lágida no Egito — a mais rica e a mais rigidamente centralizada das monarquias — exigia entre suas reivindicações um monopólio legal de terra absoluto, fora dos limites das poucas *polis*. Os governantes lágidas arrendam virtualmente toda a terra em pequenos lotes em contratos de curto prazo a um campesinato miserável, a preços exorbitantes diretamente pagos ao Estado, sem qualquer segurança de posse e sujeitos ao trabalho forçado na irrigação.[7] A dinastia selêucida na Mesopotâmia e na Síria, que dominava um complexo territorial muito maior e mais irregular, nunca havia tentado um tão rigoroso controle da exploração agrícola. As terras reais eram concedidas a nobres ou administradores nas províncias, e aldeias autônomas de proprietários camponeses eram toleradas, lado

---

(3) A maioria das pequenas cidades nascia da base — pelos proprietários locais; mas as maiores e mais importantes eram, naturalmente, fundações oficiais dos novos governantes macedônios. A. H. M. Jones, *The Greek City from Alexander to Justinian*, Oxford, 1940, pp. 27-50.

(4) Para contraste entre as políticas lágida e selêucida, ver M. Rostovtsev, *The Social and Economic History of Hellenistic World*, Oxford, 1941, vol. I, pp. 476 e segs.

(5) F. M. Heichelheim, *An Ancient Economic History*, vol. III, Leyden, 1970, p. 10.

(6) Westermann, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, pp. 28-31.

(7) Para uma descrição deste sistema, ver Rostovtsev, *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, vol. I, pp. 274-300; há um exame analítico das várias formas de uso do trabalho no Egito lágida em *Formy Zavisimosti v Vostochnom Sredizemnomor'e Ellenisticheskovo Perioda*, K. K. Zel'in e M. K. Trofimova, Moscou, 1969, pp. 57-102.

a lado com os rendeiros *laoi* dependentes, que formavam o maior volume da população rural. Significativamente, era somente na Pérgamo atálida, o mais ocidental dos novos Estados helênicos, que fica imediatamente do outro lado do Egeu da própria Grécia, que o trabalho escravo foi usado nas propriedades reais e aristocráticas.[8] Os limites geográficos do modo de produção pioneiro na Grécia clássica eram aqueles das regiões adjacentes da Ásia Menor.

Se as cidades eram gregas no modelo, enquanto o interior permanecia oriental no padrão, a estrutura dos Estados que integravam os dois lados era inevitavelmente sincrética, mistura das formas helênica e asiática, em que o legado secular da última era inequivocamente predominante. Os governantes helênicos herdaram a poderosa tradição autocrática das civilizações ribeirinhas do Oriente Próximo. Os monarcas diadóquios gozavam um poder pessoal ilimitado, como seus predecessores orientais antes deles. Realmente, as novas dinastias gregas introduziram uma sobrecarga ideológica no peso preexistente da autoridade real na região, com o estabelecimento da adoração oficialmente decretada de governantes. A divindade dos reis nunca foi uma doutrina do Império Persa derrubado por Alexandre: foi uma inovação macedônia, primeiro instituída por Ptolomeu no Egito, onde o antigo culto dos faraós existira antes da absorção pela Pérsia, e o qual daí em diante naturalmente proporcionou um solo fecundo para a adoração aos soberanos. A divinização dos monarcas logo se tornou uma norma ideológica geral em todo o mundo helênico. O modelo administrativo dos novos Estados reais revelou um desenvolvimento similar — uma estrutura fundamentalmente oriental refinada pelos aperfeiçoamentos gregos. O pessoal na liderança civil e militar do Estado era recrutado entre os emigrantes macedônios ou gregos e seus descendentes. Não havia tentativa de realizar uma fusão étnica com as aristocracias autóctones do tipo que Alexandre tinha imaginado um tanto superficialmente.[9] Uma considerável burocracia — o instrumento imperial que faltara tão completamente na Grécia clássica — foi criada, com ambiciosas tarefas administrativas distribuídas — acima de tudo, no Egito lágida, onde cabia por sucessão grande parte de toda a administração rural e econômica. O reino selêucida sempre foi mais livremente integrado, e sua administração compreendia uma porção maior de não-gregos do que as burocracias atálida ou lágida;[10] era também de caráter mais militar, como era adequado à sua vastidão, em contraste com os funcionários escreventes de Pérgamo ou do Egito. Mas em todos estes Estados, a existência de burocracias reais centralizadas se combinava com a ausência de quaisquer sistemas legais desenvolvidos visando estabilizar ou universalizar suas funções. Nenhuma lei impessoal poderia emergir onde a vontade arbitrária do governante era a única fonte de todas as decisões públicas. A administração helênica no Oriente Próximo jamais elaborou códigos legais unitários simplesmente improvisando de acordo com os sistemas de origem grega ou local, e todos sujeitos a uma interferência pessoal do monarca.[11] Por isso mesmo, a máquina burocrática do Estado estava já em si condenada a uma supremacia dos "amigos do rei", o grupo móvel sempre cambiante de cortesãos e comandantes que eram o séquito, o círculo mais próximo ao rei. A deformidade máxima dos sistemas estatais helênicos refletia-se na ausência de quaisquer denominações territoriais: eram simplesmente as terras da dinastia que as explorava, donde vinha a sua única forma de designação.

Nestas condições, já não poderia haver questão de uma genuína independência política para as cidades do Leste helênico: os dias da *polis* clássica já se tinham ido há muito. As liberdades municipais das cidades gregas do leste não eram negligenciáveis, se comparadas com a despótica moldura exterior em que estavam inseridas. Mas estas novas fundações estavam implantadas num ambiente muito desassemelhado ao da terra-mãe, e conseqüentemente nunca puderam adquirir a autonomia ou a vitalidade da fonte. O interior, que estava abaixo, e o Estado, acima delas, formavam um meio que reprimia sua dinâmica e as adaptava aos modos seculares da região. O resultado disto estará melhor exemplificado por Alexandria, que se tornou a nova capital marítima do Egito lágida, e, dentro de umas poucas gerações, a maior e mais florescente cidade grega do Mundo Antigo: era o eixo econômico e intelectual do Mediterrâneo Oriental. A riqueza e cultura de Alexandria sob os governantes ptolomaicos, no entanto, foram conquistadas a um certo preço. Nenhuma cidadania livre poderia surgir de um interior

---

(8) Rostovtsev, *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, vol. II, pp. 806, 1106, 1158, 1161. Os escravos também eram amplamente empregados nas minas e indústrias reais de Pérgamo. Rostovtsev achou que continuasse a haver uma abundância de escravos nas próprias terras gregas durante a época helênica (*op. cit.*, pp. 625-626, 1127).

(9) O cosmopolitismo de Alexandre tem sido exagerado com freqüência, com base em provas insuficientes; para uma efetiva crítica a tal reivindicação, ver "Alexander the Great and the Unity of Mankind", de E. Badian, em *Alexander the Great; the Main Problems*, Cambridge, 1966, pp. 287-306.

(10) Na verdade, os persas talvez tenham ultrapassado em número aos gregos e macedônios nas instituições estatais selêucidas: *Alexander and the Hellenistic World*, C. Bradford Welles, Toronto, 1970, p. 87.

(11) P. Petit, *La Civilisation Hellénistique*, Paris, 1962, p. 9; V. Ehrenburg, *The Greek State*, pp. 214-217.

povoado por camponeses *laoi* dependentes ou de um reino dominado por uma burocracia real onipresente. Mesmo na própria cidade, as atividades financeiras e industriais — outrora esfera dos metecos na Atenas clássica — não eram liberadas na mesma medida do desaparecimento da velha estrutura da *polis*. A maior parte das manufaturas urbanas — o óleo, os têxteis, o papiro ou a cerveja — eram monopólios reais. As taxações eram entregues em arrendamento a empresários privados, mas sob o estrito controle do Estado. A característica polarização conceitual da liberdade e da escravidão, que havia definido as cidades da época grega clássica, estava assim fundamentalmente ausente de Alexandria. Sugestivamente, a capital lágida ao mesmo tempo foi cenário do mais fecundo episódio na história da tecnologia antiga: o museu de Alexandria foi o pai da maior parte das poucas inovações significativas do mundo clássico, e seu assalariado Ctesíbio, um dos raros inventores notáveis da Antiguidade. Mas mesmo neste caso, o principal motivo, ao fundar o museu e promover suas pesquisas, foi a busca de aperfeiçoamentos militares e de engenharia, e não a de projetos econômicos ou para poupar trabalho, e a maioria de seu trabalho refletia esta ênfase característica. Os impérios helênicos — complexos ecléticos de formas gregas e orientais — ampliavam o espaço da civilização urbana da Antiguidade clássica diluindo sua substância, mas por isto mesmo eram incapazes de ultrapassar seus próprios limites.[12] Do ano 200 a.C. em diante, o poder imperial romano avançou à custa deles, e pela metade do século II, suas legiões haviam esmagado todas as barreiras perigosas de resistência no Oriente. Simbolicamente, Pérgamo foi o primeiro reino helênico a ser incorporado ao novo Império Romano, quando seu último governante atálida dispôs dele a seu bel-prazer como um legado pessoal à Cidade Eterna.

---

(12) O sincretismo dos Estados helênicos mal justifica os ditirambos de Heichelheim, para quem eles representam "milagres de organização econômica e administrativa", cuja destruição inescrupulosa por uma Roma bárbara interrompeu a história pelos 1500 anos seguintes. Ver *An Ancient Economic History*, vol. III, pp. 185-186, 206-207. Rostovtsev é um tanto mais moderado, mas ele também se permitiu a opinião de que a conquista romana no Mediterrâneo Oriental fosse um desastre lamentável que o tenha desintegrado e "deselenizado", comprometendo de maneira "não-natural" a integridade da própria civilização romana: *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, vol. II, pp. 70-73. O ancestral remoto de tais atitudes vai até Winckelmann e até o culto helênico no Iluminismo alemão, onde tiveram alguma importância intelectual.

Roma

A ascensão de Roma marcou um novo ciclo de expansão imperial urbana, que não apenas representava um deslocamento geográfico no centro de gravidade do Mundo Antigo para a Itália, mas também um desenvolvimento sócio-econômico do modo de produção, que fora pioneiro na Grécia e que tornava possível um dinamismo muito maior e mais duradouro do que aquele que o período helênico produzira. O crescimento prematuro da República Romana seguiu o curso normal de qualquer cidade-Estado clássica ascendente: guerras locais com cidades rivais, anexação de terras, sujeição de "aliados", fundação de colônias. Em um aspecto crítico, no entanto, o expansionismo romano se distinguia em princípio da experiência grega. A evolução constitucional da cidade conservou todo o poder político aristocrático durante a fase clássica de sua civilização urbana. A monarquia arcaica foi dominada por uma nobreza no período mais antigo de sua existência, ao final do século VI a.C., em uma alteração rigorosamente comparável ao modelo helênico. Mas, daí em diante, ao contrário das cidades gregas, Roma jamais conheceu a transformação social de um governo despótico, que quebrasse a dominação aristocrática e conduzisse a uma subseqüente democratização da cidade, baseada em uma firme agricultura média ou pequena. Em vez disto, uma nobreza hereditária manteve seu poder sólido baseado em uma constituição cívica extremamente complexa, que passou por importantes modificações populares no decorrer de uma prolongada luta social violenta dentro da cidade, mas que nunca foi abolida ou substituída. A República era dominada pelo Senado, que nos dois primeiros séculos de sua existência era controlado por um pequeno grupo de clãs patrícios; a qualidade de membro do Senado, que era cooptativa, era vitalícia. Os magistrados anuais, dos quais os dois mais elevados eram os cônsules, eram eleitos por assembléias populares, compreendendo toda a cidadania de Roma, mas organizada em unidades "centuriadas" desiguais, ponderadas de maneira a garantir a maioria às classes proprietárias. Os consulados eram os cargos públicos executivos supremos do Estado, e constituíram juridicamente monopólio de uma restrita ordem de patrícios até 366 a.C.

Esta estrutura original implicava a dominação política pura e simples da aristocracia tradicional. Ela foi subseqüentemente alterada e modificada em dois aspectos importantes, depois de lutas sucessivas que proporcionaram o equivalente romano mais próximo às fases gregas da "tirania" e da "democracia", que sempre estivera aquém do que se obtivera na Grécia em período similar. Em primeiro lugar, plebeus recentemente enriquecidos forçaram a nobreza patrícia a lhes conceder acesso a um dos cargos consulares a partir de 366 a.C.; apesar disto, só duzentos anos depois, no ano de 172 a.C., ambos os cônsules pela primeira vez foram plebeus. Esta lenta mudança levou a uma ampliação da composição do próprio Senado, uma vez que os antigos cônsules automaticamente se tornavam senadores. O resultado foi a formação social de uma nobreza mais extensa, incluindo famílias patrícias e plebéias, em vez da derrubada do próprio sistema aristocrático, como tinha acontecido na época dos tiranos na Grécia. Sobrepondo-se cronológica e sociologicamente a esta disputa que se passava no estrato mais rico da República, estava a luta das classes mais pobres para conquistar maiores direitos dentro dela. A pressão destas logo originou a criação do tribunato da plebe, uma representação corporativa da massa popular dos cidadãos. Os tribunos eram eleitos a cada ano por uma assembléia "tribal" que, diferentemente da assembléia de "centúrias", a princípio era autenticamente igualitária: as "tribos" eram, como na Grécia arcaica, realmente territoriais em vez de divisões familiares da população — quatro na cidade e dezessete fora dela (uma indicação do grau de urbanização àquela data). O tribunato formava uma representação secundária e paralela, planejada para proteger os pobres da opressão dos ricos. E finalmente, no início do século III a.C., as assembléias tribais que elegiam os tribunos ganharam poderes legislativos e os próprios tribunos, direitos nominais de veto sobre os atos dos cônsules e os decretos do Senado.

A direção desta evolução correspondia ao processo que levara à *polis* democrática na Grécia. Mas aqui também o processo foi detido antes que pudesse lançar as bases para uma nova constituição política para a cidade. O tribunal e a assembléia tribal simplesmente foram acrescentados às instituições centrais existentes do Senado, Consulados e Assembléia centuriada: não significavam uma abolição interna do complexo oligárquico de poder que guiava a República, mas acréscimos externos a ele, cujo significado prático era muitas vezes menor do que seu potencial formal. A luta das classes mais pobres sempre fora conduzida por plebeus enriquecidos, que defendiam a causa popular para promover seus próprios interesses adventícios — e isto continuou verdadeiro até mesmo depois que os novos ricos ganharam acesso às fileiras da própria classe senatorial. Os tribunos, em geral homens de considerável fortuna, tornaram-se assim dóceis instrumentos deste senado por longos períodos.[1] A supremacia aristocrática na República não foi muito seriamente abalada. A plutocracia agora simplesmente engrandecia uma nobreza de nascimento, e ambos utilizando extensos sistemas de clientelagem para garantir seguidores diferentes entre as massas urbanas, e generosos subornos habituais para assegurar a eleição às magistraturas anuais durante a assembléia dos centuriões. A República Romana manteve assim o governo oligárquico tradicional, por meio de uma constituição compósita, até a época clássica de sua história.

A estrutura social resultante da cidadania romana, desta maneira, era inevitavelmente distinta da que havia sido típica na Grécia clássica. A nobreza patrícia muito cedo se empenhara em concentrar a propriedade de terras em suas mãos, reduzindo o campesinato livre mais pobre à escravidão por débito (como na Grécia), e se apropriando do *ager publicus*, ou terras comuns, que eles usavam para pastagem e cultivo. A tendência a humilhar o campesinato pela escravidão por débito à condição de rendeiros dependentes foi refreada, apesar de continuar existindo o problema dos próprios débitos:[2] mas a expropriação

(1) P. A. Brunt, *Social Conflicts in the Roman Republic*, Londres, 1971, pp. 8, 66-67. Esse pequeno trabalho é um magistral panorama das lutas de classe da República, à luz da pesquisa histórica moderna.

(2) Brunt, *Social Conflicts in the Roman Republic*, pp. 55-57. A instituição legalizada da escravidão por débito — o *nexum* — foi abolida em 326 a.C. Brunt talvez minimize as conseqüências dessa abolição um pouco demais, em sua ênfase no fato de que o *nexum* poderia ser revivido mais tarde em outras versões informais. A história da formação social de Roma certamente teria sido bem diferente se tivesse sido consolidado um campesinato juridicamente dependente de uma classe de senhores, durante a República. No caso, o endividamento rural levou à concentração da propriedade agrícola agrária em mãos da nobreza, mas não a uma força de trabalho confinada à sua disposição. A escravidão deveria proporcionar a mão-de-obra para suas propriedades, produzindo uma configuração social muito diferente.

do *ager publicus* e a depressão de pequenos e médios agricultores, não. Não houve transformação social econômica ou política para estabilizar a propriedade rural do cidadão comum em Roma, comparável com a que houvera em Atenas ou, de maneira diversa, em Esparta. Quando os Gracos finalmente tentaram seguir a linha de Sólon e Pisístrato, já era tarde demais: por esta época, século II a.C., seriam necessárias medidas muito mais radicais do que as decretadas em Atenas para poupar a situação do pobres — nada menos que a redistribuição da terra, pedida pelos dois irmãos Graco — sem uma correspondente viabilidade de implementação, face à oposição aristocrática. Na verdade, não ocorreu nenhuma reforma agrária durável ou substancial na República, apesar da constante agitação e turbulência a respeito da questão na época final de sua existência. A dominação política da nobreza bloqueava todos os esforços para inverter a implacável polarização social da propriedade da terra. Como resultado, houve uma ininterrupta erosão da modesta classe agrícola que havia sido a espinha dorsal da *polis* grega. O equivalente romano à categoria dos hoplitas — homens que podiam equipar-se com armaduras e armas necessárias ao serviço de infantaria nas legiões — eram os *assidui* ou "assentados na terra", que possuíam a necessária qualificação de proprietários para sustentar suas próprias armas. Abaixo deles estavam os *proletarii*, cidadãos sem propriedade, cujo único serviço prestado ao Estado era criar filhos (*proles*). A crescente monopolização da terra pela aristocracia assim era traduzida por um firme declínio no número dos *assidui* e um inexorável aumento no tamanho da classe dos *proletarii*. Além disto, o expansionismo militar romano também tendia a diminuir as fileiras dos *assidui* que forneciam os homens para os exércitos com os quais era conduzido. O resultado foi que, pelo final do século III a.C., os *proletarii* já eram provavelmente a maioria absoluta dos cidadãos e tiveram de ser convocados para lutar contra a emergente invasão da Itália por Aníbal, enquanto a qualificação proprietária dos *assidui* era reduzida em duas vezes, até que, no século seguinte, estava degradada a um nível de subsistência mínima na terra.[3]

Os pequenos proprietários jamais desapareceram completamente na Itália, mas foram sendo empurrados para os mais remotos e precários recessos do país, em regiões pantanosas ou montanhosas que

---

(3) Brunt, *Social Conflicts in the Roman Republic*, pp. 13-14. Mesmo depois de Mário haver suprimido a qualificação de proporiedade para o recrutamento, as legiões permaneceram esmagadoramente rurais em sua composição. Brunt, "The Army and the Land in the Roman Revolution", *The Journal of Roman Studies*, 1962, p. 74.

importante

não ofereciam atrativos para os proprietários monopolizadores. Desta maneira a estrutura da política romana na época republicana chegou a divergir nitidamente de qualquer precedente grego. Pois, enquanto o interior se tornava pontilhado com vastos domínios nobres, a cidade inversamente se tornava povoada por massa proletarizada, desprovida de terras ou qualquer outra propriedade. Uma vez totalmente urbanizada, esta grande e desesperançada subclasse perdeu toda a vontade de retornar à condição de pequena proprietária e muitas vezes podia ser manipulada pelas "igrejinhas" aristocráticas contra projetos de reforma agrária apoiados pelos fazendeiros *assidui*.[4] Sua posição estratégia na capital de um império em expansão finalmente obrigou a classe governante romana a conciliar seus interesses materiais imediatos com a distribuição pública de cereais. Isto era, com efeito, um substituto barato para a distribuição de terra que jamais aconteceu: era preferível um proletariado passivo e consumidor a um campesinato recalcitrante produtor, para a oligarquia senatorial que controlava a República.

Agora é possível considerar as implicações desta configuração para a específica trajetória do expansionismo romano. O crescimento do poder cívico romano era, em conseqüência, distinto dos exemplos gregos em dois aspectos fundamentais, ambos relacionados diretamente à estrutura interna da cidade. Em primeiro lugar, Roma provou ser capaz de ampliar seu próprio sistema político para incluir as cidades italianas durante sua expansão peninsular. Desde o começa ela havia — diferentemente de Atenas — exigido de seus aliados tropas para seus exércitos, e não dinheiro para seu tesouro; desta maneira, diminuindo a carga de sua dominação na paz e unindo-os solidamente em tempo de guerra. Neste ponto, seguia o exemplo de Esparta, embora seu controle militar central das tropas aliadas fosse sempre muito maior. Mas Roma também era capaz de conseguir obter uma integração definitiva destes aliados em sua própria política, o que nenhuma cidade grega jamais considerara. Era a estrutura social peculiar de Roma que permitia isso. Mesmo a mais oligárquica *polis* grega da época clássica basicamente repousava sobre um corpo intermediário de

---

(4) Tibério Graco, um defensor em tribunal de uma Lex Agraria, denunciou o empobrecimento dos pequenos proprietários: "Os homens que lutam e morrem pela Itália compartilham o ar e a luz e nada mais... Lutam e perecem para dar suporte à riqueza e à luxúria de outros, e, apesar de chamados de senhores do mundo, eles não possuem um único torrão de terra de seu" (Plutarco, *Tibério e Caio Graco*, IX, 5). Ídolo do pequeno campesinato, foi linchado por uma horda urbana inflamada contra ele por patronos senatoriais.

cidadãos proprietários e impedia as disparidades econômicas extremas de riqueza ou pobreza na cidade. O autoritarismo político de Esparta — exemplar na oligarquia helênica — não significava uma polarização de classe dentro da cidadania: realmente, como vimos, era acompanhado por um acentuado igualitarismo econômico na época clássica, incluindo provavelmente a distribuição de propriedades rurais inalienáveis a cada espartano, exatamente para proteger os hoplitas contra o tipo de "proletarização" que os surpreendeu em Roma.[5] A *polis* grega clássica, qualquer que fosse o seu grau relativo de democracia e oligarquia, detinha uma unidade cívica enraizada na propriedade rural da localidade mais próxima — pela mesma razão era territorialmente sem elasticidade, incapaz de uma expansão sem perda de identidade. Em contraste, a constituição romana não era simplesmente oligárquica na forma: era muito mais profundamente aristocrática em conteúdo, pois atrás dela configura-se uma estratificação econômica da sociedade romana de ordem bastante diversa. Foi isto que tornou possível a extensão da cidadania republicana a classes dirigentes comparáveis nas cidades aliadas da Itália, que eram socialmente semelhantes à própria nobreza romana, e que se haviam beneficiado das conquistas romanas ultramarinas. As cidades italianas finalmente se revoltaram contra Roma no ano de 91 a.C., quando sua reivindicação ao direito de cidadania romana foi recusada — algo que nenhum aliado ateniense ou espartano jamais havia requerido. Mesmo então, o objetivo de suas lutas era um estado peninsular italiano com uma capital e um senado, em manifesta imitação da própria ordem romana unitária, em vez de um retorno a uma independência municipal dispersa.[6] A rebelião italiana foi derrotada militarmente no longo e amargo conflito da chamada Guerra Social. Mas no subseqüente torvelinho das Guerras Civis entre as facções de Mário e Sila na República, o Senado pôde outorgar o programa político básico dos aliados, porque o caráter da classe governante romana e sua Constituição facilitavam uma extensão viável da cidadania às outras cidades italianas, dirigidas por uma pequena nobreza urbana, similar à própria classe senatorial, dispondo de riqueza e tempo ocioso para participar do sistema político da República, mesmo a distância. A nobreza italiana não consumou imediatamente de maneira alguma suas aspirações políticas a um cargo central no Estado romano, e suas ambições, depois da concessão da cidadania, deveriam tornar-se uma força poderosa para as transformações sociais em data posterior. Mas sua integração cívica, no entanto, representou um passo decisivo para a futura estrutura do Império Romano como um todo. A relativa flexibilidade institucional que isto demonstrava deu a Roma uma notável vantagem em sua ascensão imperial: era um escape aos dois pólos entre os quais a expansão grega se havia repartido e onde soçobrara — um prematuro e impotente encerramento da cidade-Estado ou um meteórico triunfalismo real às suas custas. Comparativamente, a fórmula política da Roma republicana marcou um avanço notável na sua eficácia relativa.

Além do mais, a inovação decisiva da expansão romana era fundamentalmente econômica: a introdução do *latifundium* escravo em larga escala pela primeira vez na Antiguidade. A agricultura grega empregava escravos amplamente, como já vimos; mas, em si, estava confinada a pequenas áreas, com uma população escassa, pois a civilização grega sempre permaneceu precariamente costeira e insular em seu caráter. Além disto, e acima de tudo, as propriedades cultivadas por escravos da Ática ou de Messênia normalmente eram de tamanho modesto — talvez uma média de uns 12 a 24 hectares, no máximo. Este modelo rural estava, é claro, ligado à estrutura social da *polis* grega,

---

(5) O declínio de Esparta depois da Guerra do Peloponeso, ao contrário, foi inversamente seguido por um abismo econômico dramaticamente ampliado entre a riqueza e os cidadãos empobrecidos, entre a contração demográfica e a desmoralização política. Mas as tradições de igualdade marcial permaneceram tão violentas e profundas que no século II a.C. Esparta foi a causa dos episódios surpreendentes dos reis radicais Agis II, Cleomenes III e — acima de todos — Nabis, bem no final de sua História. O programa social de Nabis para o renascimento de Esparta incluía o exílio dos nobres, a abolição do eforato, a emancipação dos súditos locais, a libertação dos escravos e a distribuição de terras confiscadas aos pobres: provavelmente o conjunto mais coerente e de mais longo alcance de medidas revolucionárias jamais formulado na Antiguidade. Esta última explosão de vitalidade política helênica com muita freqüência é escondida como sendo um pós-escrito aberrante ou marginal à Grécia clássica: realmente, ela projeta uma luz retrospectiva e reveladora sobre a natureza da forma de governo espartano em seu apogeu. Num dos mais dramáticos confrontos da Antiguidade, no ponto exato de intersecção entre o eclipse da Grécia e a ascensão de Roma, Nabis enfrentou Quinto Flamínio — comandante dos exércitos enviados para aniquilar o exemplo da subversão espartana — com estas significativas palavras: "Não exijas que Esparta se conforme com as tuas leis e instituições... Tu escolhes a tua cavalaria e a tua infantaria por suas qualificações de propriedade e desejas que uns poucos possam distinguir-se pela riqueza e que as pessoas comuns estejam sujeitas a estes. Nosso legislador não quis que a propriedade estivesse nas mãos de poucos, a quem chamas Senado, nem que alguma classe detivesse a supremacia do Estado. Acreditava que pela igualdade de fortuna e dignidade muitos haveriam de prestar o serviço militar para seu país". Lívio, *Histórias*, XXXIV, xxxi, pp. 17-18.

(6) P. A. Brunt, "Italian Aims at the Time of the Social War", *The Journal of Roman Studies*, 1965, pp. 90-109. Brunt acredita que o século da paz na Itália depois da derrota de Aníbal foi uma das razões que convenceram os aliados das vantagens de uma unidade política.

com sua ausência de grandes concentrações de riqueza. Em contraste, a civilização helênica havia testemunhado imensas acumulações de propriedades de terras nas mãos de dinastias e de nobres, mas nenhuma escravidão agrícola estendida sobre vastas áreas. Foi a República Romana que primeiro uniu a grande propriedade agrícola com a escravidão em grupos no interior em maior escala. O advento da escravidão como um modo de produção organizado inaugurou — como na Grécia — a fase clássica que distinguia a civilização romana, o apogeu de seu poder e de sua cultura. Mas enquanto na Grécia isto havia coincidido com a estabilização da pequena agricultura e de um compacto corpo de cidadãos, em Roma, foi sistematizado por uma aristocracia urbana a qual já gozava de um domínio social e econômico sobre a cidade. O resultado foi a nova instituição rural do *latifundium* escravo extensivo. A mão-de-obra para as enormes explorações que emergiam do século III a.C. em diante era abastecida pela espetacular série de campanhas que deu a Roma o poder sobre o mundo mediterrâneo: as Guerras Púnicas, Macedônica, e contra Jugurta, Mitrídates e a Gália, que despejavam cativos militares na Itália para proveito da classe dominante romana. Ao mesmo tempo, as sucessivas lutas cruéis no próprio solo da península — a guerra contra Aníbal, a guerra social e as guerras civis — entregavam nas mãos da oligarquia senatorial ou de suas falanges vitoriosas os grandes territórios expropriados das vítimas derrotadas nestes conflitos, especialmente no Sul da Itália.[7] Além disto, estas mesmas guerras externas e internas acentuavam dramaticamente o declínio do campesinato romano, que uma vez havia formado a sólida base de pequenos proprietários da pirâmide social da cidade. As guerras constantes envolviam uma mobilização incessante; os cidadãos *assidui* chamados às legiões ano após ano morriam aos milhares, enquanto aqueles que sobreviviam eram incapazes de manter suas propriedades na terra natal, e estas eram absorvidas de modo crescente pela nobreza. Do ano 200 a 167 a.C., 10 por cento ou mais de todos os romanos livres adultos eram recrutados permanentemente: esse gigantesco esforço militar só foi possível porque a economia civil por detrás dele podia ser guarnecida com soldados a tal ponto, por causa do trabalho escravo, que liberava as reservas humanas correspondentes, em número, para o exército da República.[8] Por sua vez, as guerras vitoriosas proporcionavam mais cativos escravizados que eram distribuídos às aldeias e propriedades da Itália.

(grupo de soldados)

---

[7] Onde estavam concentrados os dois inimigos mais irreconciliáveis de Roma durante a guerra contra Aníbal e a guerra social: os samnitas e os lucanos.

[8] P. A. Brunt, *Italian Manpower 225 B.C.-A.D. 14*, Oxford, 1971, p. 426.

O resultado final foi o surgimento de propriedades agrícolas trabalhadas por escravos de uma até então desconhecida imensidão. Nobres proeminentes como Lucius Domitius Ahenobarbus podiam possuir até mais de 80 mil hectares no século I a.C. Estes latifúndios representavam um novo fenômeno social que transformava o interior rural italiano. Eles não formavam necessária ou invariavelmente, é claro, blocos consolidados de terra, cultivados como unidades isoladas.[9] Comumente o latifundiário possuía um grande número de *villae* de tamanho médio, às vezes contíguas mas talvez também em muitos casos distribuídas pelo país, planejadas de modo que tivessem uma vigilância ótima por vários feitores e agentes. Mesmo tais propriedades dispersas eram, no entanto, notavelmente maiores do que suas predecessoras gregas, freqüentemente excedendo os 120 hectares (500 *iugera*); e propriedades consolidadas, como a de Plínio, o Jovem, na Toscana, podiam ter 1 200 hectares ou mais.[10] O aparecimento dos latifúndios italianos levou a um grande aumento da pecuária e da cultura intercalada de uva, oliveiras e cereais. O influxo de trabalho escravo era tão grande, que na fase final da República não apenas a lavoura italiana estava inteiramente remodelada por ele, mas o comércio e a indústria também estavam intensamente invadidos: talvez uns 90 por cento dos artesãos de Roma fossem de origem escrava.[11] A natureza da gigantesca sublevação social que envolveu a expansão imperial romana e a força motora básica que a sustentou podem ser percebidas com a completa transformação demográfica forjada por ela. Brunt estima que no ano 225 a.C. houvesse em torno de 4 400 000 pessoas livres na Itália, para uns 600 mil escravos; lá por 43 a.C. talvez já fossem 4 500 000 pessoas livres para 3 000 000 de habitantes escravos — realmente, houve um declínio claro no total da população livre, enquanto a população escrava quintuplicava.[12] Nada semelhante havia sido visto antes no Mundo Antigo. Todo o potencial do modo de produção escravo foi revelado pela primeira vez por Roma, que o organizou e o levou a uma conclusão lógica que a Grécia jamais experimentara. O militarismo predatório da República Romana era sua principal alavanca de acumulação econômica. A guerra trazia terras, tributos e escravos; os escravos, os tributos e as terras forneciam o aparato para a guerra.

---

[9] Isto também era verdade por todo o Império, mesmo depois que os blocos concentrados de terra agrupados em *massae* se tornaram mais freqüentes. Não compreender este aspecto fundamental do latifundismo romano tem sido relativamente comum. Exemplo recente é o maior estudo russo sobre o último Império: E. M. Shtaerman, *Krisis Rabovladel'cheskovo Stroya v Zapadnykh Provintsiyakh Rimskoi Imperii*, Moscou, 1957. Toda a análise de Shtaerman da história social do século III repousa numa contraposição irreal da *villa* média ao *latifundium* extensivo, sendo a primeira denominada "antiga forma de propriedade" e identificada com as oligarquias municipais da época, e o último se tornando um fenômeno protofeudal, característico de uma aristocracia extramunicipal. Ver *Krisis Rabovladel'cheskovo Stroya*, pp. 34-45, 116-117. Na realidade, os *latifundia* foram sempre compostos de *villae*, e as limitações "municipais" na propriedade da terra nunca tiveram grande importância; enquanto que o *saltus*, propriedade extraterritorial fora dos limites municipais, possivelmente nunca tenha ultrapassado uma porção desprezível do território imperial como um todo. (Para este último caso, em que Shtaerman se apóia com ênfase exagerada, ver Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 712-713).

[10] Ver K. D. White, "Latifundia", *Bulletin of the Institute of Classic Studies*, 1967, nº 14, pp. 76-77. White dá ênfase ao fato de que os latinfúndios tanto poderiam ser explorações mistas em grande escala, como a propriedade toscana de Plínio, ou terras para criação de gado. Estas últimas eram mais freqüentes na Itália do Sul, e as primeiras, nas terras mais férteis do Centro e do Norte.

[11] Brunt, *Social Conflicts in the Roman Republic*, pp. 34-35.

Mas o significado histórico das conquistas romanas na bacia mediterrânea de maneira alguma podia ser reduzido simplesmente às espetaculares fortunas da oligarquia senatorial. A marcha das legiões completava uma mudança muito mais profunda que esta, por toda a História da Antiguidade. O poder romano integrou o Mediterrâneo ocidental e as regiões ao norte do mundo clássico. Esta foi a atuação decisiva da República, que, em contraste com sua prudência diplomática no Oriente, desde o começo desencadeou seu avanço expansionista no Ocidente. A expansão colonial grega no Mediterrâneo oriental, como já vimos, tomou a forma de uma proliferação de fundações urbanas, primeiro criadas a partir de cima, pelos próprios governantes macedônios, e logo imitadas na base pela pequena nobreza da região; e isto ocorreu numa zona onde havia uma história bastante anterior de civilização desenvolvida, indo bem mais longe que a da própria Grécia. A expansão colonial romana no Mediterrâneo ocidental diferiu basicamente em contexto e caráter. A Espanha e a Gália — mais tarde a Nórica, a Rétia e a Bretanha — eram terras remotas e primitivas povoadas por comunidades tribais célticas, muitas das quais sem história nenhuma de contato com o mundo clássico. Sua integração a este colocou problemas de uma ordem totalmente diferente dos da helenização do Oriente Próximo. Eles não eram apenas atrasados social e culturalmente — também representavam massas do interior de um tipo que a Antiguidade clássica até então nunca fora capaz de organizar economicamente. A matriz original da cidade-Estado era o estreito litoral e o mar,

---

[12] Brunt, *Italian Manpower*, pp. 121-125, 131. Para a imensa escala do tesouro saqueado no exterior pela classe governante romana, à parte a acumulação de escravos, ver A. H. M. Jones, "Rome", *Troisième Conférence Internationale d'Histoire Économique*, Munique, 1965, 3, Paris, 1970, pp. 81-82 — um ensaio sobre o caráter econômico do imperialismo romano.

de que a Grécia clássica jamais abriu mão. A era helênica tinha visto a urbanização intensiva das culturas ribeirinhas do Oriente Próximo, de há muito baseada na irrigação fluvial e agora parcialmente orientada para o mar (uma modificação simbolizada pelo recuo de Mênfis para Alexandria). Mas o deserto fica logo atrás de toda a faixa costeira do Mediterrâneo meridional e oriental, de maneira que a profundidade da colonização nunca foi muito grande no Levante ou no Norte da África. O Mediterrâneo ocidental, entretanto, não oferecia nem um litoral nem um sistema de irrigação para as fronteiras romanas que avançavam. Aqui, pela primeira vez, a Antiguidade clássica confrontava-se com grandes massas de terras interiores desprovidas de prévia civilização urbana. Foi a cidade-Estado romana, que havia desenvolvido o latifúndio escravo rural, que se mostrou capaz de dominá-las. As rotas fluviais da Espanha e da Gália assistiram a esta penetração. Mas o ímpeto irresistível que transportava as legiões ao Tejo, ao Loire, Tâmisa e Reno era o do modo de produção escravo que se propagava na terra, sem restrições ou impedimentos. Foi nesta época que provavelmente se registrou o maior avanço isolado na tecnologia agrícola da Antiguidade clássica: a descoberta do moinho rotativo para trigo, que em suas duas principais formas foi primeiro demonstrado na Itália e Espanha na metade do século II a.C.,[13] concomitantemente com a expansão romana no Mediterrâneo ocidental e símbolo de seu dinamismo rural. O êxito da organização da produção agrícola em grande escala pelo trabalho escravo foi a condição primeira da conquista e colonização permanente das extensas terras interiores do Ocidente e do Norte. A Espanha e a Gália junto com a Itália permaneceram as províncias romanas mais profundamente marcadas pela escravidão até o final do Império.[14] O comércio grego permeara o Oriente —

---

[13] L. A. Moritz, *Grain-Mills and Flour in Classical Antiquity*, Oxford, 1958, pp. 74, 105, 115-116.

[14] Jones, "Slavery in the Ancient World", pp. 196-198. Mais tarde Jones tendia a separar a Gália, confinando as zonas de mais alta densidade de escravidão à Espanha e à Itália: *The Later Roman Empire*, II, pp. 793-794. Mas na verdade estas são boas razões para sustentar seu julgamento original. A Gália do Sul era notada por sua proximidade da Itália na estrutura social e econômica, do primeiro período imperial em diante: Plínio a encarava como sendo virtualmente uma extensão da península — *Italia verius quam provincia*, "mais Itália que uma província". A hipótese dos latifúndios com trabalho escravo na Gália Narbonense assim nos parece de confiança. A Gália do Norte, contrastando com isto, tinha uma feição bem mais primitiva e muito menos urbanizada. Mas seria precisamente aí, na região do Loire, que explodiriam as grandes rebeliões *bacaudae* no final do Império, explicitamente descritas em relatos contemporâneos como levantes de escravos rurais: ver a nota 82 deste capítulo. Parece plausível alinhar daí por diante a Gália em seu todo com a Espanha e a Itália como uma das grandes regiões de escravatura agrícola.

a agricultura latina "abriu" o Ocidente. Naturalmente os romanos fundaram aldeias ao longo das margens dos rios navegáveis no Mediterrâneo ocidental. A criação de uma economia rural trabalhada por escravos dependia da implantação de uma próspera rede de cidades que representassem os pontos terminais para a produção de excedentes e seu princípio estrutural de articulação e controle. Córdoba, Lyon, Amiens, Trier e centenas de outras cidades foram construídas. Seu número jamais se equiparou ao da sociedade oriental mediterrânea, muito mais antiga e mais densamente povoada, mas foi bem maior do que o das cidades fundadas por Roma no Oriente.

A expansão romana na zona helênica seguiu um curso muito diferente de seu modelo assumido no interior celta do Ocidente. Por muito tempo ela foi mais hesitante e incerta, orientada mais para intervenções bloqueadoras para conter grandes rupturas no sistema político existente (Filipe V, Antíoco III), criando reinos dependentes em vez de províncias conquistadas.[15] Assim, é de se assinalar que mesmo depois da derrota do último grande exército selêucida em Magnésia em 198, nenhum território oriental tenha sido anexado por mais de cinqüenta anos; e não foi senão depois de 129 a.C. que Pérgamo passou à administração romana pacificamente, pelo testamento de seu leal soberano e não por decisão senatorial, tornando-se a primeira província asiática do Império. Daí em diante, uma vez inteiramente conhecidas em Roma as imensas riquezas disponíveis no Oriente e os comandantes do exército tendo obtido poderes imperiais sempre crescentes no exterior, a agressão tornou-se mais rápida e sistemática no século I a.C. Mas os regimes republicanos geralmente administravam as províncias asiáticas lucrativas que os generais agora tomavam de seus governantes helênicos com um mínimo de mudança social ou interferência política, alegando havê-las "libertado" de seus déspotas reais e contentando-se com as exuberantes taxas que a região proporcionava. Não houve uma introdução generalizada da escravidão agrícola difundida no Mediterrâneo oriental — os inúmeros prisioneiros de guerra escravizados eram enviados ao Ocidente para serem utilizados na própria Itália. As propriedades reais eram tomadas por administradores romanos e aventureiros, mas seus sistemas de trabalho foram deixados efetivamente intactos. A principal inovação do governo romano no Oriente ocorreu nas cidades gregas da região, onde a qualificação de proprietário agora era exigência para o exercício de cargos municipais — para deixá-las mais de acordo com as normas oligárquicas da própria Cidade Eterna; na prática, isto apenas deu uma codificação jurídica ao poder *de facto* das nobrezas locais que já dominavam estas cidades.[16] Umas poucas colônias urbanas especificamente romanas foram criadas no Oriente por César e Augusto para acomodar proletários e veteranos latinos na Ásia. Mas deixaram marcas muito pequenas. Significativamente, quando surgiu uma nova onda de cidades construídas sob o Principado (acima de tudo, na época de Antônio), estas eram essencialmente fundações gregas, em conformidade com o anterior caráter cultural da região. Jamais houve alguma tentativa de romanizar as províncias orientais — foi o Ocidente que sofreu toda a força da latinização. A fronteira da língua — que ia da Ilíria à Cirenaica — demarcava as duas zonas básicas da nova ordem imperial.

A conquista romana do Mediterrâneo nos dois últimos séculos da República e a maciça expansão da economia senatorial que ela promovia eram acompanhadas na capital por um desenvolvimento superestrutural sem precedentes no Mundo Antigo. Foi este o período em que a legislação civil romana emergiu em toda sua unidade e singularidade. Desenvolvido gradualmente de 300 a.C. em diante, o sistema jurídico romano tornou-se essencialmente preocupado com a regulamentação de relações informais de contrato e permuta entre cidadãos. Sua orientação básica reside nas transações econômicas — compra, venda, aluguel, contratos, herança, segurança — e nos agregados familiares — matrimoniais ou testamentários. O relacionamento público entre cidadão e Estado e o relacionamento patriarcal entre o cabeça da família e seus dependentes eram marginais ao desenvolvimento central de teoria e prática legais; o primeiro, considerado mutável demais para estar sujeito à jurisprudência sistemática, ao passo que o segundo cobria mais a esfera inferior do crime.[17] O verdadeiro esforço da jurisprudência republicana não dizia respeito a nenhum destes casos: não era a lei pública ou criminal, mas a lei civil administrando processos entre partes em disputa sobre propriedade, o que formava o peculiar campo de seu notável progresso. O desenvolvimento de uma teoria jurídica geral como tal era inteiramente novo na Antiguidade. Não era uma criação de funcionários do Estado ou de legisladores praticantes, mas de juristas especializados e aristocráticos que permaneciam fora do próprio processo de litigação, fornecendo opiniões ao judiciário em casos reais na corte apenas em relação a questões de princípio legal e não em relação a matérias de fato. Os juristas republicanos, sem uma posição oficial, desenvolveram uma série de figuras contratuais aplicáveis à análise de atos privados de intercâmbio comercial e social. Tinham uma tendência mais analítica do que sistemática, mas o resultado cumulativo de seu trabalho foi o surgimento, pela primeira vez na História, de um corpo organizado de jurisprudência civil como tal. O crescimento econômico das operações comerciais na Itália apensas à construção do sistema imperial romano, e baseado no uso extensivo da escravidão, assim, encontrou seu reflexo jurídico na criação de uma lei comercial sem antecedentes no final da República. A grande e decisiva realização da nova lei romana foi, bastante adequadamente, sua invenção do conceito de propriedade absoluta — *dominium ex jure Quiritium.*[18] Nenhum sistema legal anterior jamais conhecera a noção de uma propriedade particular desqualificada: na Grécia, Pérsia ou no Egito, a propriedade sempre fora relativa, em outras palavras, condicionada a direitos superiores ou colaterais de outras autoridades e partes, ou de obrigações referentes a elas. Foi a jurisprudência romana que pela primeira vez emancipou a propriedade privada de quaisquer qualificações extrínsecas ou restritivas, desenvolvendo a nova distinção entre a mera posse — o controle factual de bens — e a propriedade — o pleno direito legal a eles. A lei de propriedade romana, da qual uma seção muito substancial era naturalmente dedicada à propriedade de escravos, representou a destilação conceitual primitiva da produção comercializada e da troca de mercadorias num sistema estatal muito mais amplo que o imperialismo republicano tornara possível. Exatamente como a civilização grega fora a primeira a desvincular o pólo absoluto da liberdade do *continuum* político de condições e direitos relativos, a civilização romana era a primeira a separar a cor pura da propriedade do espectro econômico da posse opaca e indeterminada que, de modo geral, a precedera. A propriedade quiritária, consumação legal da economia escrava extensiva de Roma, foi um importante advento, destinado a sobreviver ao mundo e à era em que se originara.

---

[15] E. Badian, *Roman Imperialism in the Late Republic*, Oxford, 1968, pp. 2-12, contrasta de modo nítido as políticas romanas no Oriente e no Ocidente.

[16] Jones, *The Greek Cities from Alexander to Justinian*, pp. 51-58, 160.

[17] Para uma argumentação sobre o surgimento e a natureza da jurisprudência neste período, ver F. H. Lawson, "Roman Law", em J. P. Balsdon (ed.), *The Romans*, Londres, 1965, pp. 102, 110 e segs.

A República dera a Roma seu Império, e ele se tornou anacrônico

por suas próprias vitórias. A oligarquia de uma única cidade não poderia manter o Mediterrâneo unido numa política unitária — ela fora superada pela imensa escala de seu próprio êxito. O século final da conquista republicana, que levou legiões ao Eufrates e ao Canal da Mancha, foi seguido por tensões sociais em espiral dentro da própria sociedade romana — resultado direto dos mesmos triunfos obtidos regularmente lá fora. A agitação camponesa pela terra fora sufocada pela supressão dos Gracos. Mas repetia-se agora em formas novas e ameaçadoras dentro do próprio exército. O recrutamento constante havia enfraquecido e reduzido invariavelmente toda a classe dos pequenos proprietários como tal: mas suas aspirações econômicas continuaram e agora encontraram expressão nas crescentes pressões da época de Mário em diante para distribuição de terra a veteranos exonerados — os endurecidos sobreviventes dos serviços militares que caíam tão pesadamente sobre o campesinato romano. A aristocracia senatorial se beneficiou imensamente dos saques financeiros do Mediterrâneo que se sucediam às anexações progressivas realizadas por Roma, formando fortunas ilimitadas em tributo, extorsão, terra e escravos: mas ela não desejava absolutamente fornecer sequer uma pequena quantia em compensação à soldadesca, cujas lutas propiciavam esses ganhos, de que jamais se ouvira falar. Os legionários recebiam vil pagamento e eram bruscamente demitidos, sem indenização alguma por longos períodos de serviço nos quais não apenas arriscavam suas vidas, mas muitas vezes também perdiam suas propriedades na pátria. Pagar-lhes recompensas pela dispensa teria significado jogar taxas sobre as classes possuidoras, embora levemente, e isto a aristocracia dominante se recusava a considerar. O resultado foi criar-se uma tendência dentro dos exércitos republicanos posteriores a um desvio da lealdade militar para fora do Estado, que era canalizada para os generais vitoriosos, que podiam garantir as pilhagens de seus soldados ou os donativos por seu poder pessoal. O vínculo entre legionário e comandante começou de modo crescente a parecer-se com o que havia entre patrão e empregado na vida civil: a partir da época de Mário e Sila, os soldados procuravam seus generais para uma reabilitação econômica, e os generais usavam seus soldados para algum avanço político. Os exércitos chegavam a ser instrumentos de comandantes populares e guerras começavam a se tornar aventuras particulares de cônsules ambiciosos: Pompeu na Bitínia, Crasso na Pártia, César na Gália determinavam seus próprios planos estratégicos de conquista ou agressão.[19] As rivalidades de facções que haviam tradicionalmente lacerado políticas municipais conseqüentemente foram transferidas a um estágio militar, muito mais amplo que os estreitos confins da própria Roma. O resultado inevitável foi a eclosão de guerras civis em grande escala.

---

[18] A importância desta realização recebe a devida ênfase no melhor estudo moderno sobre a lei romana: H. F. Jolowicz, *Historical Introduction to the Study of Roman Law*, Cambridge, 1952, pp. 142-143, 426. A completa propriedade privada era "quiritária", por ser um atributo de cidadania romana como tal: era absoluta, e não universal.

[19] A novidade deste desenvolvimento é enfatizada por Badian, *Roman Imperialism in the Late Republic*, pp. 77-90.

Ao mesmo tempo, se a miséria dos camponeses era o subsolo da turbulência e da desordem militar da última República, a condição das massas urbanas aguçou intensamente a crise do poder senatorial. Com a ampliação do Império, a cidade capital de Roma aumentou de tamanho de maneira incontrolável. A crescente evasão da população rural era combinada a uma importação maciça de escravos, para produzir uma vasta metrópole. Pela época de César, Roma provavelmente continha uma população de uns 750 mil habitantes — ultrapassando mesmo as maiores cidades do mundo helênico. A fome, a doença e a pobreza comprimiam as favelas apinhadas da capital, cheias de artesãos, trabalhadores e pequenos comerciantes, fossem eles escravos, libertos ou nascidos livres.[20] O populacho urbano fora habilmente mobilizado por nobres manipuladores contra os reformadores agrários no século II — operação mais uma vez repetida com o abandono de Catilina pela plebe romana, que se deixou influenciar por uma propaganda oligárquica contra um inimigo "incendiário" do Estado, tendo somente os pequenos proprietários da Etrúria permanecido fiéis até o fim. Mas este não seria o último desses episódios. Daí em diante, o proletariado romano parece ter escapado irreversivelmente à tutela senatorial, e se tornou cada vez mais ameaçador e hostil à ordem política tradicional no transcorrer dos últimos anos da República. Dada a virtual ausência de qualquer força sólida ou séria de polícia numa fervilhante cidade de três quartos de milhão de habitantes, a pressão imediata de massa que os tumultos urbanos podiam exercer em crises da República era considerável. Orquestrado pelo tribuno Clódio, que armou setores dos pobres da cidade nos anos 50, o proletariado urbano obteve uma distribuição gratuita de cereais pela primeira vez em 53 a.C. — a partir daí fato permanente na vida política romana: o número dos recebedores havia subido para 320 mil por volta de 46 a.C. Além disto, foi o clamor popular que deu a Pompeu os comandos extraordinários que puseram em movimento a desintegração militar final do Estado senatorial; o entusiasmo popular por César que o tornou tão ameaçador para a aristocracia uma década mais tarde; e foi a amável acolhida popular que garantiu sua recepção triunfante em Roma depois de cruzar o Rubicão. Após a morte de César, mais uma vez foi a bulha popular pelas ruas de

---

(20) P. A. Brunt, "The Roman Mob", *Past and Present*, 1966, pp. 9-16.

Roma devido à ausência de um seu herdeiro que forçou o Senado a pedir a Augusto que aceitasse poderes consulares e ditatoriais em 22-19 a.C., que foi o sepultamento definitivo da República.

Finalmente, e talvez o mais fundamental de tudo, o imobilismo autoprotetor e o mau governo fortuito da nobreza romana na administração de seus preceitos sobre as províncias a tornavam cada vez mais imprópria para dirigir um império cosmopolita. Seus privilégios exclusivos eram incompatíveis com qualquer unificação gradual de suas conquistas de além-mar. As províncias como tais ainda estavam por demais desamparadas para impor qualquer séria resistência a seu egoísmo voraz. Mas a própria Itália, primeira província a atingir a paridade cívica formal depois de uma violenta rebelião na geração precedente, não estava. O povo italiano ganhara integração jurídica à comunidade romana, mas até agora não pudera romper o círculo interno do quadro e do poder senatorial. Com a explosão do último ciclo das guerras civis entre os triúnviros, sua oportunidade para uma intervenção política decisiva havia chegado. A nobreza provincial da Itália reuniu-se a Augusto, autoproclamado defensor de suas tradições e prerrogativas contra o orientalismo sinistro e remoto de Marco Antônio e seu grupo.[21] Foi sua adesão à causa dele, com o famoso juramento de fidelidade por *tota Italia* no ano 32 que assegurou a vitória de Ātio. É significativo que cada uma das três guerras civis que determinaram o destino da República tenha seguido o mesmo padrão geográfico: foram todas vencidas pelo lado que controlava o Ocidente, e perdidas pelo que estava baseado no Oriente, apesar de seus muito maiores recursos e riqueza. Farsala, Filipi e Ātio foram lutas sustentadas na Grécia, o posto avançado do hemisfério derrotado. O centro dinâmico do sistema imperial romano mais uma vez mostrou estar no Mediterrâneo ocidental. Mas, considerando que a base territorial original de César fossem as províncias bárbaras da Gália, Otaviano forjou seu bloco político na própria Itália — e sua vitória, em conseqüência, provou ser menos pretoriana e mais duradoura.

O novo Augusto acumulou o poder supremo unindo atrás de si as múltiplas forças de descontentamento e desintegração dentro do último período da República. Foi capaz de reunir uma desesperada ralé urbana e camponeses recrutados exaustos contra uma elite dirigente pequena e odiada, cujo conservacionismo opulento a expunha a um desprezo po-

---

(21) O papel da classe proprietária italiana na ascensão de Augusto ao poder é um dos temas centrais do estudo mais famoso deste período: R. Syme, *The Roman Revolution*, Oxford, 1960, pp. 8, 286-290, 359-365, 384, 453.

pular ainda maior: acima de tudo, ele confiava na pequena nobreza provinciana da Itália que agora visava seu quinhão no quadro e nas honras do sistema que havia ajudado a construir. Uma estável monarquia universal emergiu de Átio, pois sozinha ela podia superar o estreito municipalismo da oligarquia senatorial em Roma. A monarquia macedônia fora repentinamente superposta a um vasto continente alienígena e falhara em apresentar uma classe governante unificada para governá-la *post facto*, embora seja possível que Alexandre estivesse ciente de que este fosse o problema estrutural central que a situação apresentava. A monarquia romana de Augusto, por outro lado, chegou na hora certa, nem cedo, nem tarde demais: a passagem crítica da cidade-Estado ao império universal — a transição cíclica familiar da Antiguidade clássica — foi realizada com marcante êxito sob o Principado.

As tensões mais perigosas da última República agora eram aliviadas por uma série de políticas astutas, planejadas para reestabilizar toda a ordem social romana. Em primeiro lugar, Augusto forneceu lotes de terra aos milhares de soldados desmobilizados depois das guerras civis, financiando a muitos com sua fortuna pessoal. Estas doações — como as de Sila antes dele — eram em sua maioria às custas de outros pequenos proprietários, que eram expulsos para dar espaço aos veteranos que retornavam, e conseqüentemente pouco fizeram para melhorar a situação social do campesinato como um todo, ou para alterar o modelo generalizado da propriedade agrícola na Itália;[22] mas efetivamente elas apaziguaram as demandas da minoria crítica da classe camponesea armada, a fatia principal da população rural. O pagamento pelo serviço ativo já fora dobrado por César, aumento mantido sob o Principado. Mais importante ainda, do ano 6 em diante, os veteranos recebiam normalmente recompensas em dinheiro quando exonerados, no valor do soldo de treze anos, que eram pagos por um tesouro militar criado especialmente para isto e financiado por vendas modestas e por taxas de herança das classes proprietárias da Itália. A oligarquia senatorial resistira até o fim a tais medidas, desejando sua abolição: mas com o início do novo sistema, a disciplina e a lealdade voltaram ao exército, que foi adaptado de 50 para 28 legiões e convertido numa força profissional permanente.[23] O resultado foi tornar possível a mais significativa mudança de todas: o recrutamento foi suspenso ao tempo de Tibério, aliviando desta maneira a carga secular dos pequenos proprietários italianos que provocara um tão grande sofrimento sob a República — este talvez um benefício mais tangível que qualquer um dos projetos de lotes de terra.

Na capital, o proletariado urbano foi apaziguado com as distribuições de cereais, que novamente subiram de nível em relação à época de César, e que agora estavam melhor garantidas desde a incorporação dos celeiros do Egito ao Império. Foi lançado um ambicioso programa de construção, que deu considerável emprego aos plebeus, e os serviços municipais da cidade melhoraram muito com a criação de corpo de bombeiros e fornecimento de água efetivos. Ao mesmo tempo, daí em diante as cortes pretorianas e a polícia urbana ficaram sempre postadas em Roma para dominar tumultos. Enquanto isto, as fortuitas e desenfreadas extorsões dos coletores de impostos republicanos nas províncias — um dos piores abusos do antigo regime — ficaram defasadas e foram substituídas por um sistema uniforme de tributos sobre a terra e capitações baseados em recenseamentos exatos: aumentaram os rendimentos do Estado central e as regiões periféricas já não sofriam mais as pilhagens dos publicanos. Os governadores provinciais daí por diante recebiam salários regulares. O sistema judiciário foi revisado para expandir amplamente suas facilidades apelatórias contra as decisões arbitrárias, tanto para os italianos, quanto para os provincianos. Foi criado um serviço postal imperial para unir as vastas províncias do Império por meio de um sistema regular de comunicações pela primeira vez.[24] Foram instaladas colônias e municipalidades romanas e comunidades latinas em regiões afastadas com grande concentração nas províncias a ocidente. Após uma geração de guerras civis destrutivas, foi restaurada a paz doméstica e, com ela, a prosperidade das províncias. Nas fronteiras, o êxito da conquista e integração dos corredores críticos entre

---

(22) A questão das terras doadas aos veteranos do exército por César, pelo triunvirato e por Augusto tem levantado muitas interpretações diferentes. Jones acredita que estes, na realidade, redistribuíram a propriedade agrária a soldados-camponeses o bastante para acalmar o descontentamento rural na Itália daí por diante, de onde a relativa paz social do Principado, depois das tempestades da última República: A. H. M. Jones, *Augustus*, Londres, 1970, pp. 141-142. Brunt, por outro lado, argumenta persuasivamente que os lotes de terra eram muitas vezes simples confiscos dos pequenos lotes dos soldados ou dos patrocinadores dos exércitos derrotados nas guerras civis, transferidos para os soldados rasos das tropas vitoriosas, sem a quebra das grandes propriedades — tomadas pelos oficiais proprietários de terras — ou sem com isso alterar muito o modelo total de propriedade no campo. "A revolução romana assim pode não ter provocado mudanças permanentes na sociedade agrária da Itália". Ver "The Army and the Land in the Roman Revolution", p. 84; *Social Conflicts in the Roman Republic*, pp. 149-150.

(23) Jones, *Augustus*, pp. 110-111 e segs.

(24) Jones, *Augustus*, pp. 95-96, 117-120, 129-130, 140-141.

leste e oeste — Rétia, Nórica, Panônia e Ilíria — completaram a unificação geoestratégica final do Império. A Ilíria, em particular, passou a ser daí em diante o elo militar central do sistema imperial no Mediterrâneo.[25]

Dentro dos novos limites, o advento do Principado significava a promoção de famílias municipais italianas às fileiras da ordem senatorial e à mais alta administração, onde agora formavam um dos bastiões do poder de Augusto. O próprio Senado já não era mais a autoridade central no Estado romano: não era desprovido de poder ou de prestígio, mas, daí por diante, um instrumento geralmente obediente e subordinado de sucessivos imperadores, revivendo politicamente apenas durante disputas dinásticas ou a intervalos. Mas, enquanto o Senado era, como instituição, apenas a casca majestosa de sua aparência anterior, a própria ordem senatorial em si — agora purgada e renovada pelas reformas do Principado — continuava sendo a classe governante do Império, dominando amplamente a máquina do Estado imperial mesmo depois que as nomeações de cavaleiros se tornaram normais para um maior número de cargos. Sua capacidade de assimilação cultural e ideológica de recém-chegados em suas fileiras era notável: nenhum representante da velha nobreza patrícia da República jamais deu uma expressão tão poderosa à sua visão de mundo quanto Tácito, o outrora modesto provinciano da Gália do Sul, ao tempo de Trajano. O oposicionismo senatorial sobreviveu por séculos depois da criação do Império, em muda reserva ou recusa à autocracia instalada pelo Principado. Atenas, que conhecera a mais livre democracia do Mundo Antigo, não produziu teóricos ou defensores importantes desta. Roma, paradoxal mas logicamente, que não conhecera nada senão uma oligarquia estreita e oprimente, deu à luz as mais eloqüentes odes à liberdade da Antiguidade. Não houve um verdadeiro equivalente grego ao culto latino da *libertas*, intenso ou irônico nas páginas de Cícero ou Tácito.[26] A razão é evidente na estrutura contrastante das duas sociedades escravagistas. Em Roma, não havia um conflito social entre

---

(25) Syme, *The Roman Revolution*, p. 390. A tentativa de Augusto de conquistar a Germânia, a um tempo em que as migrações teutônicas maiores para o campo estavam chegando do Báltico, foi um malogro externo importante do reinado; as fronteiras do Reno viriam a ser definitivas — ao contrário de expectações oficiais da época. Para uma reavaliação recente dos objetivos estratégicos romanos deste período, ver C. M. Wells, *The German Policy of Augustus*, Oxford, 1972, pp. 1-13, 149-161, 246-250.

(26) Para conotações variantes deste conceito, ver Ch. Wirszubski, *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Empire*, Cambridge, 1950, que traça a evolução da *libertas* através de Cícero, quando ainda era um ideal ativo e público, até seu descrédito final na ética subjetiva e pacífica de Tácito. Wirszubski apon-

literatura e política: poder e cultura estavam concentrados numa aristocracia compacta sob a República e o Império. Quanto mais restrito era o círculo que gozava da liberdade municipal característica do Mundo Antigo, mais pura era a reivindicação de liberdade que legou à posteridade, memorável e formidável ainda hoje, transcorridos quinze séculos.

O ideal senatorial de *libertas*, foi, é claro, suprimido e negado pela autocracia imperial do Principado, e a resignada aquiescência das classes proprietárias da Itália ao novo regime foi a estranha feição da sua própria dominação na época que se seguiu. Mas a liberdade nunca chegou a ser completamente anulada, pois a estrutura política da monarquia romana que agora abarcava todo o mundo mediterrâneo jamais foi a mesma das monarquias do Oriente grego que a precederam. O Estado imperial romano estava apoiado num sistema de leis civis, não no simples capricho real, e sua administração pública nunca interferiu muito na estrutura legal básica deixada pela República. Na verdade, o Principado pela primeira vez elevou juristas romanos a posições oficiais dentro do Estado, quando Augusto selecionou jurisconsultos proeminentes como consultores e conferiu autoridade imperial às suas interpretações da lei. Por outro lado, os próprios imperadores deveriam daí em diante legislar através de editais, sentenças e decretos em resposta a petições de indivíduos. O desenvolvimento de um direito público autocrático por meio de decretos imperiais, é claro, tornou a legislação romana muito mais complexa do que sob a República. A distância política entre o *legum servi sumus ut liberi esse possimus* ("Obedecemos às leis para que possamos ser livres") de Cícero e o *quod principi placuit legis habet vicem* ("A vontade do governante tem força de lei") de Ulpiano fala por si.[27] Mas as doutrinas-chave da lei civil — acima de todas, as que regiam as transações econômicas — foram deixadas substancialmente intactas por esta evolução autoritária da lei pública, que em geral não ultrapassavam o domínio das relações entre cidadãos. As classes proprietárias continuavam a estar juridicamente garantidas em

---

ta as conotações contrastantes de *libertas* e *eleutheria*, pp. 13-14. A última estava associada à idéia de governo popular; jamais foi compatível com a dignidade aristocrática que era inseparável da primeira, e assim não recebeu honras comparáveis no pensamento político da Grécia.

(27) É importante não antedatar as sucessivas fases nesta evolução. A máxima constitucional de que o imperador era *legibus solutus* não significava que ele estivesse acima de todas as leis durante o Principado, mas que ele poderia cancelar estas restrições cuja dispensa era possível legalmente. Foi somente sob o Senhorio que a frase chegou a adquirir um significado mais amplo. Ver Jolowicz, *Historical Introduction to the Study of Roman Law*, p. 337.

suas propriedades pelos preceitos estabelecidos na República. Abaixo deles, o direito criminal — destinado basicamente às classes baixas — permanecia tão arbitrário e repressivo como sempre tinha sido: uma proteção social para toda a ordem governante. O Principado preservava assim o sistema legal clássico de Roma, enquanto superpunha a ele os novos poderes inovatórios do imperador no campo da lei pública. Ulpiano foi o último a formular a distinção que articulou todo o corpo jurídico sob o Império com uma clareza característica: o direito privado — *quod ad singulorum utilitatem pertinet* — estava especialmente separada do direito público — *quod ad statum rei Romanae spectat*. O primeiro não sofreu um eclipse real com a extensão do último.[28] Foi realmente o Império que produziu as grandes sistematizações da jurisprudência civil no século III no trabalho dos prefeitos dos Severos Papiniano, Ulpiano e Paulo, que transmitiram o direito romano como um conjunto codificado às eras posteriores. A solidez e a estabilidade do Estado imperial romano, tão diferentes de qualquer coisa que o mundo helênico produziu, estavam enraizadas nessa herança.

A história subseqüente do Principado foi muito a da crescente "provincialização" do poder central dentro do Império. Destruído o monopólio da função política central que desempenhava a aristocracia romana, um processo gradual de difusão foi incorporando no sistema imperial um círculo cada vez maior de membros das classes fundiárias ocidentais de fora da Itália.[29] A origem das sucessivas dinastias do Principado é um registro franco dessa evolução. A casa patrícia romana dos Júlios e Cláudios (de Augusto a Nero) foi seguida pela linha italiana municipal de Flávio (de Vespasiano a Domiciano); a sucessão passou então a uma série de imperadores de origem espanhola ou da Gália do Sul (de Trajano a Marco Aurélio). A Espanha e a Gália Narbonense foram as mais antigas conquistas romanas no Ocidente, cuja estrutura social conseqüentemente era a mais próxima da própria Itália. A composição do Senado refletia muito este mesmo modelo, com uma entrada crescente de dignitários rurais da Itália Transpadana, da Gália do Sul e da Espanha Mediterrânea. A unificação imperial que Alexandre sonhara outrora foi simbolicamente realizada na época de Adriano, o

---

(28) Naturalmente, os imperadores individualistas como Nero confiscaram arbitrariamente fortunas senatoriais. Tais extorsões eram a marca dos governantes mais detestados pela aristocracia; mas elas não adquiriram uma forma contínua ou institucional, e não afetaram substancialmente a natureza coletiva da classe proprietária.

(29) R. Syme, *Tacitus*, II, Oxford, 1958, pp. 585-606, documenta a ascensão dos provinciais no primeiro século do Império.

primeiro imperador a viajar por todo seu imenso domínio de ponta a ponta em pessoa. O império foi consumado formalmente pelo decreto de Caracala de 212 d.C., que concedia a cidadania romana a quase todos os habitantes livres no Império. A unificação política e administrativa foi equiparada pela segurança externa e prosperidade econômica. O reino dácio foi conquistado e suas minas de ouro anexadas, as fronteiras asiáticas foram estendidas e consolidadas. As técnicas agrícolas e artesanais foram ligeiramente aperfeiçoadas: prensas de parafuso favoreciam a produção de óleo, máquinas misturadoras simplificavam a manufatura do pão, disseminou-se o vidro soprado.[30] Acima de tudo, a nova *pax romana* foi seguida por uma onda vívida de rivalidade municipal e embelezamento urbano em virtualmente todas as províncias do Império, explorando a descoberta arquitetural do arco e da abóbada feita por Roma. O período antonino talvez tenha sido o apogeu da construção de cidades na Antiguidade. O crescimento econômico era acompanhado pelo florescimento da cultura latina no Principado, quando desabrocharam a poesia, a história e a filosofia depois da relativa austeridade intelectual e estética da primeira República. Esta foi uma idade de ouro para o iluminismo, nas palavras de Gibbon: "O período na História do mundo durante o qual a condição da raça humana foi a mais feliz e próspera".[31]

Por uns dois séculos, a tranqüila magnificência da civilização urbana do Império romano escondeu os limites subjacentes e as pressões da base produtiva sobre a qual repousava. Ao contrário da economia feudal que o seguiu, o modo de produção escravo da Antiguidade não tinha um mecanismo interno natural de auto-reprodução, porque sua força de trabalho nunca poderia ser uniformemente estabilizada dentro do sistema. Tradicionalmente, o suprimento de escravos dependia muito das conquistas estrangeiras, já que os prisioneiros de guerra provavelmente sempre haviam proporcionado a principal fonte de trabalho servil na Antiguidade. A República saqueara todo o Mediterrâneo para obter sua mão-de-obra, para instalar o sistema imperial romano. O Principado deteve uma expansão maior nos três setores remanescentes disponíveis para um possível avanço — a Germânia, a Dácia e a Mesopotâmia. Com o encerramento final das fronteiras imperiais depois de

---

(30) F. Kiechle, *Sklavenarbeit und Technischer Fortschritt*, pp. 20-60, 103-105. O livro de Kiechle tem o objetivo de refutar as teorias marxistas da escravidão na Antiguidade; mas, de fato, as evidências por ele reunidas, às quais dá uma importância um tanto exagerada, nada apresentam de estranho aos cânones do materialismo histórico.

(31) *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, I, p. 78.

Trajano, o poço de cativos de guerra inevitavelmente secou. O negócio de escravos a nível comercial não podia compensar as deficiências que disto resultaram, pois sempre fora amplamente parasitário das operações militares para a formação de seus estoques. A periferia bárbara junto ao Império continuou a fornecer escravos, comprados por mercadores nas fronteiras, mas não em número suficiente para resolver o problema do abastecimento em condições de paz. Como resultado, os preços começaram a subir muito; nos séculos I e II d.C., estavam umas oito ou dez vezes acima dos níveis dos séculos II e I a.C.[32] Essa íngreme subida dos custos expôs as contradições e os riscos do trabalho escravo para seus proprietários. Cada escravo adulto representava um investimento de capital perecível para o seu proprietário e que era perdido *in toto* com a morte do escravo, de maneira que a renovação do trabalho forçado (ao contráro do trabalho assalariado) requeria um desembolso pesado naquilo que se tornara um mercado cada vez mais restrito. Pois, como observa Marx, "o capital pago para a compra de um escravo não pertence ao capital por meio do qual o lucro, a mais-valia, é dele extraído. Ao contrário, é o capital do qual o proprietário do escravo se desfez, uma dedução do capital de que ele dispunha para a produção real".[33] Além do mais, é claro, a manutenção da prole escrava era uma carga financeira improdutiva para o proprietário, que inevitavelmente tendia a ser minimizada ou negligenciada. Os escravos agrícolas eram abrigados em *ergástulas* que eram uma espécie de galpões, em condições aproximadas às de prisões rurais. As mulheres escravas eram poucas, por serem geralmente inaproveitáveis a seus proprietários a não ser para as tarefas domésticas, porque havia uma falta de emprego adequado para elas.[34] Portanto, a composição sexual da população escrava rural era sempre drasticamente assimétrica, constituída pela virtual ausência de conjugalidade nela. O resultado deve ter sido um costumeiro baixo índice de reprodução, que diminuiria a extensão da força de trabalho de geração para geração.[35] Para contrabalançar esta queda, a procriação de escravos parece ter sido

---

(32) Jones, *Slavery in the Ancient World*, pp. 191-194.

(33) Marx, *O Capital*, Moscou, 1962, III, pp. 788-789. Marx referia-se ao uso da escravidão dentro do modo capitalista de produção do século XIX, e — como será apontado — é perigoso extrapolar suas observações aplicando-as sem maiores comentários à Antiguidade. Mas, neste caso, o ponto essencial de seu comentário se aplica *mutatis mutandis* ao modo de produção escravo como tal. O mesmo ponto de vista foi retomado mais tarde por Weber: "Agrarverhältnisse im Alterturm", p. 18 e segs.

(34) Brunt, *Italian Manpower*, pp. 143-144, 707-708.

(35) Classicamente enfatizado por Weber em "Die Sozialen Grunde des Untergangs der Antiken Kultur", pp. 297-299, "Agrarverhältnisse im Altertum", p. 19: "Os

cada vez mais praticada pelos proprietários de terra no último Principado, que dava prêmios às escravas que tinham filhos.[36] Embora haja pouca evidência sobre a procriação de escravos no Império, pode ter sido este recurso o que por algum tempo mitigou a crise em todo o modo de produção depois do fechamento das fronteiras: mas isto não poderia proporcionar uma solução a longo prazo. E, entretanto, nem a população rural livre aumentava para compensar as perdas no setor escravo. As ansiedades imperiais sobre a situação demográfica no campo foram reveladas pela época de Trajano, que instituiu empréstimos públicos aos proprietários para a manutenção de órfãos locais, um presságio das deficiências por virem.

O volume decrescente de trabalho também não poderia ser compensado por aumentos em sua produtividade. A agricultura escrava na última fase da República e no início do Império era mais racional e mais proveitosa aos proprietários de terra que qualquer outra forma de exploração do solo, em parte porque os escravos podiam ser utilizados em tempo integral, onde os rendeiros eram improdutivos por consideráveis períodos do ano.[37] Catão e Columela enumeraram cuidadosamente todas as diferentes tarefas dentro de casa e fora de estações para as quais eles deviam ser levados quando não havia campo a cultivar ou

---

custos da manutenção de viúvas e da educação de crianças terá figurado como lastro no investimento de capital do proprietário".

(36) Columela recomendou bônus para a maternidade escrava no século I d.C., mas existem poucos casos registrados de uma criação sistemática. Finley argumentara que, desde que a criação de escravos foi praticada com sucesso entre os plantadores do Sul nos Estados Unidos durante o século XIX, onde a população escrava realmente aumentou depois da abolição do comércio de escravos, não há razão por que a mesma conversão não possa ter ocorrido no Império romano depois do fechamento das fronteiras: ver *The Journal of Roman Studies* XLVIII, 1958, p. 158. Mas a comparação é falha. Os plantadores de algodão do Sul forneciam a matéria-prima para a indústria manufatureira central de uma economia capitalista mundial: seus custos poderiam ser ajustados a níveis internacionais de lucro, de caráter sem precedentes, realizados pelo modo de produção capitalista depois da revolução industrial do início do século XIX. Mesmo assim, a condição para a reprodução de escravos era talvez a integração nacional do Sul à maior economia de trabalho assalariado dos Estados Unidos como um todo. Não foram obtidos índices de reprodução comparáveis na América Latina, onde a mortalidade de escravos era catastrófica de uma ponta à outra, no caso do Brasil, a população diminuindo a um quinto de seu nível em 1850 à época da abolição formal da escravatura. Ver o instrutivo ensaio de C. Van Woodward, "Emancipation and Reconstruction. A Comparative Study", *13th International Congress of Historical Sciences*, Moscou, 1970, pp. 6-8. A escravidão na Antiguidade Clássica, naturalmente, era bem mais primitiva que a da América do Sul. Não há possibilidade objetiva de alguma antecedência à experiência do Sul dos Estados Unidos.

(37) K. D. White, "The Productivity of Labour in Roman Agriculture", *Antiquity*, XXXIX, 1965, pp. 102-107.

colheitas a fazer. Os artesãos escravos eram exatamente tão proficientes quanto os livres, pois tendiam a determinar o nível geral de tarefas em qualquer negócio por seu emprego nelas. Por outro lado, não apenas a eficiência dos *latifundia* dependia da qualidade de seus feitores *vilicus* (sempre o ponto fraco no *fundus*), mas a supervisão dos trabalhadores escravos era notoriamente difícil nas safras de cereais mais extensivas.[38] Acima de tudo, no entanto, alguns limites inerentes de produtividade escrava não poderiam nunca ser ultrapassados. O modo de produção escravo não era de maneira alguma desprovido de progresso técnico; como já vimos, sua escala extensiva no Ocidente foi marcada por algumas inovações agrícolas significativas, particularmente a introdução do moinho rotativo e a prensa de parafusos. Mas sua dinâmica era muito restrita, pois repousava essencialmente na anexação do trabalho em vez da exploração de terra ou a acumulação de capital; assim, ao contrário dos modos de produção feudal ou capitalista que deviam sucedê-lo, o modo de produção escravo tinha muito pouco ímpeto objetivo para o avanço tecnológico, já que seu tipo de crescimento acumulativo de trabalho constituía um campo estrutural resistente, ao final das contas, às inovações técnicas, embora não inicialmente desprovido delas. Assim, porquanto não seja totalmente exato dizer que a tecnologia alexandrina permaneceu como base imutável dos métodos de trabalho no Império romano, ou que não foi introduzido artifício algum para economia de trabalho durante os quatro séculos de sua existência, os limites da economia agrícola romana logo foram alcançados e rigidamente fixados.

Os obstáculos sociais insuperáveis a maiores progressos técnicos — e os limites fundamentais do modo de produção escravo — ficaram, de fato, flagrantemente ilustrados pelo destino das duas maiores invenções registradas sob o Principado: o moinho de água (na Palestina, pela virada do século I d.C.) e a colhedeira (na Gália, século I d.C.). O imenso potencial do moinho de água — essencial à agricultura feudal que veio depois — é bastante evidente: ele representou o primeiro uso da aplicação de força inorgânica na produção econômica — conforme o comentário de Marx, com seu aparecimento "o Império romano captou a forma elementar de todo o maquinário na roda d'água".[39] No entanto, o Império não chegou a fazer uso geral da invenção em si. Na prática, foi ignorado sob o Principado; no período final do Império, sua incidência era um tanto mais freqüente, mas parece nunca ter-se tornado um instrumento corriqueiro da agricultura antiga. Da mesma forma, a colhedeira de roda introduzida para acelerar a colheita no clima chuvoso do Norte, jamais foi adotada em qualquer escala fora da Gália.[40] A falta de interesse aqui foi um reflexo de uma omissão maior: a de alterar os métodos da agricultura no árido solo mediterrâneo — com seu sistema de dois campos e aragem — e nas terras pesadas e úmidas da Europa do Norte, que necessitavam de novos instrumentos de trabalho para serem mais amplamente exploradas. Ambos os casos demonstram muito bem que a simples técnica em si jamais é um fator primordial para uma mudança econômica: invenções individuais podem permanecer isoladas por séculos, enquanto não surgem as relações sociais que podem fazê-las funcionar como uma tecnologia coletiva. O modo de produção escravo tinha pouco espaço ou tempo para o moinho ou a colhedeira — a agricultura romana ignorou-os durante toda a sua existência. Significativamente, os únicos grandes processos de invenção ou técnica aplicada a sobreviver ao Império romano foram militares ou arquitetônicos — representados basicamente por seu complexo de armamentos e fortificações e por seu repertório de ornamentação cívica.

Contudo, não havia salvação urbana para a doença do campo. O Principado presidia a um significativo crescimento na área da construção de cidades no Mediterrâneo sem precedentes. No entanto, a expansão quantitativa de cidades médias e grandes nos primeiros dois séculos do Império nunca foi acompanhada por qualquer modificação qualitativa da estrutura de sua produção global. Nem a indústria nem o comércio puderam jamais acumular capital ou experiência além dos estritos limites impostos pela economia da Antiguidade clássica como um todo. A regionalização das manufaturas, devido a custos de trans-

império

---

(38) Nestes casos de propriedades aráveis, os comentários de Marx sobre a eficiência dos escravos eram mais justificáveis: "O trabalhador aí, para usar uma expressão notável dos antigos, se distinguia apenas, como *instrumentum vocale*, de um animal, que era um *instrumentum semi vocale*, e de uma ferramenta, que era um *instrumentum mutum*. Mas ele próprio cuida em fazer que tanto o animal quanto o implemento sintam que ele não é nenhum dos dois, e sim, um homem. Ele se convence, com imensa satisfação, de que é um ser diferente — ao tratar um impiedosamente e ao danificar o outro *con amore*". *O Capital*, Moscou, 1961, I, p. 196. No entanto, devemos ter sempre em mente que Marx, em *O Capital*, estava basicamente preocupado com o uso de escravos no modo de produção capitalista (a América do Sul) e não com o modo de produção escravo em si. Ele nunca teorizou completamente sobre a função da escravatura na Antiguidade. Além disso, a pesquisa moderna já revisou radicalmente muitos de seus julgamentos sobre a própria escravidão americana.

(39) *O Capital*, I, p. 348.

(40) Para o moinho de água no final da Antiguidade, ver Moritz, *Grain-Mills and Flour*, pp. 137-139; Jones, *The Later Roman Empire II*, 1047-1048. Para a colhedeira, ver White, *Roman Farming*, pp. 452-453.

2

porte, impediu qualquer concentração de desenvolvimento industrial e uma divisão de trabalho mais avançada entre os manufatureiros. Uma população esmagadoramente composta de camponeses subsistentes, trabalhadores escravos e pobres urbanos restringia os mercados consumidores a uma escala muito estreita. À parte as coletas de impostos e os contratos públicos da época republicana (cujo papel declinou muito no Principado, depois das reformas fiscais de Augusto), empresa comercial alguma pôde desenvolver-se e não existiam as dívidas consolidadas: o sistema de crédito permaneceu rudimentar. As classes proprietárias mantinham seu tradicional desprezo pelo comércio. Os mercadores eram uma categoria menosprezada, geralmente recrutada dentre libertos. A alforria de escravos administrativos ou domésticos continuava uma prática generalizada, diminuindo sistematicamente os níveis da população escrava urbana; enquanto isso, o retraimento dos fornecimentos externos deve ter diminuído gradualmente o número de artesãos servis nas cidades. A vitalidade econômica das cidades era sempre limitada e secundária: seu andamento mais refletia do que contrabalançava a do campo. Não havia motivações cívicas para uma inversão no relacionamento entre ambos. Além disto, uma vez consolidado o Principado, o caráter do aparato do Estado imperial por si tendia a impedir o crescimento da empresa comercial. O Estado era de longe o maior consumidor individual do Império e era o único foco real para a produção em massa de bens — o que poderia ter dado origem a um setor manufatureiro dinâmico. No entanto, a política de abastecimento e a estrutura peculiar do Estado imperial eram um obstáculo a isto. Por toda a Antiguidade clássica, os serviços públicos comuns — estradas, construção, aquedutos, esgotos — eram executados caracteristicamente pelo trabalho escravo. O Império romano, com sua máquina de Estado maciçamente ampliada, viu uma extensão correspondente a este princípio: todos os armamentos e uma considerável proporção das mediações de suprimentos para seu aparato civil e militar vieram a ser providos autarquicamente por suas próprias indústrias, equipadas com a mão-de-obra de pessoal submilitar ou escravos estatais hereditários.[41] O único setor manufatureiro em grande escala era assim completamente subtraído em grande parte do comércio de mercadorias. O uso

(41) Para algumas observações sobre a tradição do uso de escravos em obras públicas, ver Finley, *The Ancient Economy*, p. 75. As cunhagens imperiais e as fábricas têxteis (que forneciam uniformes para o aparato de Estado, obrigatórios para os civis e também para os militares de Constantino em diante) tinham escravos do Estado; assim também era o enorme corpo de trabalhadores manuais no *cursus publicus* — o serviço postal imperial — que proporcionava o sistema central de comunicações do Império.

permanente e direto do trabalho escravo pelo Estado romano — uma característica estrutural que durou até o Império Bizantino — foi um dos pilares centrais da economia política do final da Antiguidade. A infra-estrutura da escravidão encontrou uma de suas mais concentradas expressões na própria superestrutura imperial. Assim, o Estado podia expandir-se, mas a economia urbana recebia pouco benefício de seu crescimento: — talvez seu volume ou peso tendessem a sufocar a iniciativa comercial privada e a atividade empresarial. Desta maneira não houve um aumento de produção nem na agricultura nem na indústria dentro dos limites imperiais, para contrabalançar o silencioso declínio de sua mão-de-obra servil, uma vez cessada a expansão externa.[42]

O resultado foi uma crise incipiente em todo o sistema econômico e social por volta do século III, que logo se transformou em insidioso colapso da ordem política tradicional, em meio aos violentos ataques externos ao Império. A repentina carência de recursos, um dos sintomas da crise da metade do século III, torna muito difícil traçar retrospectivamente seu percurso exato ou seus mecanismos.[43] É como se pres-

---

Os estabelecimentos de armas eram mantidos por trabalhadores hereditários com *status* militar, que eram marcados para evitar que escapassem à sua condição. Na prática, não havia muita diferença social entre os dois grupos. Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 830-837.

(42) Finley recentemente propôs uma engenhosa reinterpretação sobre a recessão da escravidão pelo final do Principado. Ele argumentava que o intervalo entre o fechamento das fronteiras (efetivamente no ano 14 d.C.) e o começo do declínio da escravidão (depois do ano 200) é muito longo para que se possa levar em consideração a influência do primeiro sobre o segundo. Sugere que o mecanismo básico deve antes ser encontrado na decadência do significado da cidadania dentro do Império, o que levou à distinção jurídica entre as duas classes de *honestiores* e *humiliores*, ao rebaixamento do campesinato livre a uma situação de dependência, sob o peso político e fiscal do Estado imperial. Uma vez o trabalho nativo bastante reduzido a uma condição dependente explorável (cuja forma última foi o colonato), as importações de trabalho cativo exterior se tornaram desnecessárias e a escravidão tendeu a desaparecer: ver sua análise em *The Ancient Economy*, pp. 85-87 e segs. Esta explanação, no entanto, sofre da própria dificuldade que atribui àquilo que rejeita. A eliminação política de qualquer verdadeira cidadania popular e o declínio econômico do campesinato livre foram consumados muito antes da diminuição da escravatura: elas foram antes, em escala maior, obra do último período republicano. Mesmo a distinção entre *honestiores* e *humiliores* data do início do século II no máximo — uns cem anos antes da crise da própria economia escrava, que o mesmo Finley admite que deveria ser datada do século III. Um matiz de ódio sutil contra o Estado imperial talvez possa ser detectado por baixo da superfície dos argumentos de Finley, o que efetivamente torna a autocracia do Império a responsável pelas mutações de sua economia. Uma análise materialista, começando com as contradições internas do próprio modo de produção escravo, é preferível. É possível que o lapso cronológico para o qual Finley chama a atenção tenha sido devido aos efeitos lenitivos da reprodução e da compra na fronteira no período seguinte.

(43) A grande linha divisória da metade do século III permanece como a fase mais obscura da História imperial romana, sem comparações, menos documentada e

sões muito graves já estivessem vindo à superfície nos anos que encerravam a era antonina. A pressão germânica nas fronteiras do Danúbio havia levado às prolongadas guerras marcomanas; o denário fora desvalorizado nuns 25 por cento por Marco Aurélio; a primeira grande eclosão de banditismo irrompera com a ameaçadora tomada de vastas regiões da Gália e da Espanha pelos bandos armados do desertor Maternus, que ainda chegou a tentar invadir a própria Itália durante o desastroso reinado de Cômodo.[44] Depois de uma breve guerra civil, a ascensão da casa dos Severos trouxe uma dinastia africana ao poder: a rotatividade regional da função imperial parecia ter funcionado mais uma vez, e a ordem cívica e a prosperidade aparentemente estavam restauradas. Misteriosamente a inflação se tornou desmedida, o dinheiro se desvalorizando cada vez mais. Pela metade do século, houve um colapso total na cunhagem da prata, o que reduzia o denário a 5 por cento de seu valor tradicional, e, pelo final do século, os preços do milho haviam disparado verticalmente a níveis 200 vezes acima dos índices do início do Principado.[45] A estabilidade política degenerou rapidamente ao mesmo tempo que a estabilidade monetária. Nos caóticos cinqüenta anos entre 235 e 284 houve nada menos que 20 imperadores, 18 dos quais tiveram morte violenta, um esteve cativo no exterior e outro foi vítima da peste — tudo isso, expressivas demonstrações dos tempos. As guerras civis e as usurpações eram virtualmente ininterruptas, de Máximo Trácio a Diocleciano. Estas eram combinadas com uma devastadora seqüência de invasões estrangeiras e ataques ao longo

---

estudada que a queda dos séculos IV ou V. A maioria das discussões existentes é muito falha. Rostovtsev proporciona uma extensa descrição em *The Social and Economic History of the Roman Empire*, Oxford, 1926, pp. 417-448. Seu relato está virtualmente viciado pelo insistente anacronismo de seus conceitos analíticos, que incongruentemente transformam proprietários municipais em uma "burguesia" e as legiões imperiais em "exércitos camponeses", formados contra aquela, e interpreta toda a crise em termos da polaridade entre ambos. Meyer Reinhold escreveu uma efetiva crítica marxista sobre estes temas nada históricos dos trabalhos de Rostovtsev: "Historian of the Ancient World: A Critique of Rostovtseff", *Science and Society*, outono de 1946, X, nº 4, pp. 361-391. Por outro lado, o mais conspícuo tratamento marxista dessa época, *Krizis Rabovladel'cheskovo Stroya*, de E. V. Shtaerman, também sofre de uma grave fragilidade, com origem na rígida contraposição de Shtaerman das *villae* escravas medianas — a antiga forma da propriedade — ao latifúndio extensivo — um desenvolvimento "proto-feudal" de uma aristocracia extramunicipal. Ver anteriormente, nota 9, p. 59.

(44) Sobre Maternus, ver as recentes e refletidas observações de M. Mazza, *Lotte Sociale e Restaurazione Autoritaria nel Terzo Secolo D.C.*, Catania, 1970, pp. 326-327.

(45) F. Millar, *The Roman Empire and its Neighbours*, Londres, 1967, pp. 241-242. Há uma discussão um pouco extensiva demais sobre a grande inflação em Mazza, *Lotte Sociale e Restaurazione Autoritaria*, pp. 316-408.

das fronteiras, penetrando o interior. Os francos e outras tribos germânicas assaltavam a Gália repetidamente, saqueando tudo em seu caminho até a Espanha; os alamanos e jutúngidas entraram pela Itália, os carpos pela Dácia e pela Mésia; os hérulos aniquilaram a Trácia e a Grécia; os godos cruzaram o mar para pilhar a Ásia Menor; os persas sassânidas ocuparam a Cilícia, a Capadócia e a Síria; Palmira foi separada do Egito; os nômades mouros e blêmios fustigavam a África do Norte. Atenas, Antióquia e Alexandria caíram em mãos inimigas em diferentes momentos; Paris e Tarragona foram incendiadas; a própria Roma teve de ser fortificada novamente. O torvelinho político doméstico e as invasões estrangeiras logo trouxeram sucessivas epidemias em seu rastro, enfraquecendo e reduzindo as populações do Império já diminuídas pelas destruições da guerra. As terras eram abandonadas e a escassez no abastecimento da produção agrícola aumentava.[46] O sistema de taxação se desintegrava com a depreciação da moeda corrente e as obrigações fiscais revertiam-se em entregas em espécie. A construção de cidades foi abruptamente detida, o que está comprovado arqueologicamente por toda a Europa; em algumas regiões os centros urbanos perdiam cor e se retraíam.[47] Na Gália, onde se manteve ainda por quinze anos uma dissidência do sistema imperial com a capital em Trier, houve rebeliões rurais promovidas em grande escala, pelas massas exploradas, nos anos 283-284, a primeira das insurreições *bacaudae* que iriam ocorrer periodicamente na história das províncias ocidentais. Sob intensa pressão externa e interna, durante cinqüenta anos — entre 235 e 284 —, a sociedade romana pareceu entrar em colapso.

Mas pelo final do século III e início do IV, o Estado imperial se havia modificado e se recuperara. A segurança militar era restaurada gradualmente por uma série de generais belicosos do Danúbio e dos Bálcãs que tomaram sucessivamente a púrpura: Cláudio II derrotou os godos na Mésia, Aureliano fez recuar os alamanos da Itália e subjugou Palmira, Probo aniquilou os invasores germânicos da Gália. Estes sucessos calçaram o caminho para a reorganização de toda a estrutura do Estado romano ao tempo de Diocleciano, proclamado imperador no ano 284, e tornaram possível o efêmero renascimento dos próximos cem

---

(46) Roger Rémondon, *La Crise de l'Empire Romain*, Paris, 1964, pp. 85-86. Rémondon tende a atribuir a crise de trabalho no campo basicamente ao êxodo rural em direção às cidades, como conseqüência da urbanização geral; na verdade, um dos fenômenos mais solidamente estabelecidos da época foi o declínio na construção de cidades.

(47) Millar, *The Roman Empire and its Neighbours*, pp. 243-244, dá ênfase em particular à repentina interrupção no desenvolvimento urbano como prova central para a profundidade da crise.

anos. Antes de mais nada, os exércitos imperiais foram aumentados maciçamente com a reintrodução do recrutamento: o número de legiões foi efetivamente dobrado no decorrer do século, chegando as forças totais das tropas a aproximadamente 450 mil homens. Desde o final do século II e o início do III em diante, números sempre crescentes de soldados eram postados ao longo das estradas para manter a segurança interna e para policiar o interior.[48] Mais tarde, do tempo de Galieno, na década de 260 em diante, exércitos de elite no campo eram constantemente estacionados em profundidade no interior das fronteiras imperiais, para maior mobilidade contra ataques externos, deixando unidades *limitanei* de segunda classe para guardar o perímetro exterior do Império. Grande número de voluntários bárbaros era incorporado ao exército, doravante suprindo muitos de seus regimentos de elite. Mais importante ainda é que todos os altos postos de comando militar agora eram confiados somente aos homens da cavalaria; a aristrocracia senatorial passou a ser deslocada de seu papel tradicional de eixo no sistema político, enquanto o poder imperial passava cada vez mais ao corpo do oficialato profissional do exército. O próprio Diocleciano sistematicamente passou a fechar a administração civil aos senadores.[49] As províncias dobraram em número e foram divididas em unidades menores mais fáceis de governar, e o oficialato aumentou de maneira considerável nesta direção, com um controle burocrático mais próximo. Depois do colapso da metade do século, foi estabelecido um novo sistema fiscal que fundia os princípios de taxação de eleições e da terra numa só unidade, calculada com base nos novos e mais extensivos censos. As estimativas para um orçamento anual foram introduzidas pela primeira vez no Mundo Antigo e podiam ajustar os níveis de impostos aos gastos habituais — o que previsivelmente fazia, de forma gradual, crescer a economia. A formidável expansão material da máquina do Estado, que era resultado de todas estas medidas, inevitavelmente contradizia as tentativas ideológicas de Diocleciano e seus sucessores para estabilizar a estrutura social do fim do Império que estava abaixo dela. Decretos encurralando grandes grupos de população em associações hereditárias de casta, depois da turbulência do meio século anterior, tinham pequena eficácia prática;[50] a mobilidade social possivelmente aumentou um pouco, devido à abertura de novas vias de promoção militar e burocrática dentro do Estado.[51] Os esforços transitórios para fixar preços e salários administrativos pelo Império eram até menos realistas. Por outro lado, a autocracia imperial em si afastava com êxito todas as restrições tradicionais impostas pela opinião senatorial e pelo costume ao exercício do poder pessoal. O Principado deu lugar ao "Dominato", pois os imperadores de Aureliano em diante se atribuíam as qualidades de *dominus et deus* e compeliam ao cerimonial oriental de uma reverência de corpo inteiro diante da presença real, a *proskynesis*, com a qual Alexandre iniciara outrora os impérios helênicos do Oriente Próximo.

A configuração política do Dominato, assim, tem sido muitas vezes interpretada como um deslocamento de todo o centro de gravidade do sistema imperial romano para o Mediterrâneo oriental, a ser consumado em breve com a ascensão de Constantinopla, a nova Roma nas margens do Bósforo. Não há dúvida de que as províncias orientais agora prevaleciam dentro do Império em dois aspectos fundamentais. Economicamente, a crise do modo de produção escravo desenvolvido atingira com muito maior rigor o Ocidente, onde ele estava muito mais enraizado, e o deixara comparativamente em piores condições: agora já não possuía mais nenhum dinamismo nativo para contrabalançar a riqueza tradicional do Oriente, e manifestamente começou a perder terreno, ficando como a metade mais pobre do Mediterrâneo. Culturalmente, seu ímpeto estava cada vez mais fraco. A Filosofia e a História gregas estavam novamente em ascensão no final da era de Antonino: a lin-

---

(48) Millar, *The Roman Empire and its Neighbours*, p. 6. A multiplicação destas *stationes* foi um sintoma da inquietação social crescente do período de Cômodo a Carino. Entretanto, interpretações de Tetrarquia como sendo essencialmente uma junta de emergência para a restauração da ordem política interna, como esboçado por Shtaerman e Mazza, são indevidamente exageradas. Shtaerman encara o regime de Diocleciano como produto de uma reconciliação entre os dois tipos de proprietários, cujos conflitos ela acredita caracterizarem a época em que os latifundiários extensivos mantinham o controle contra a ameaça de um levante social vindo de baixo. Ver *Krizis Rabovladel'cheskovo Stroya*, pp. 479-480, 499-501, 508-509. Um crítico russo apontara, entre outras objeções, que todo o projeto de Shtaerman curiosamente deixa passar as invasões externas maciças que formam o cenário principal da Tetrarquia: V. N. D'yakov, *Vestnik Drevnei Istorii*, 1958, IV, p. 126.

(49) Ver especialmente M. Arnheim, *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*, Oxford, 1972, pp. 39-48.

(50) R. Macmullen, "Social Mobility and the Theodosian Code", *The Journal of Roman Studies*, LIV, 1964, pp. 49-53. O ponto de vista tradicional (de Rostovtsev, por exemplo) de que Diocleciano impôs uma estrutura de casta verdadeira no último Império tem sido desacreditado: é evidente que a burocracia imperial era incapaz da implementação de decretos oficiais e do policiamento das associações.

(51) A melhor análise rápida de vestígio social pela máquina de Estado é a de Keith Hopkins, "Elite Mobility in the Roman Empire", *Past and Present*, n.º 32, dez. 1965, pp. 12-26, que salienta os necessários limites deste processo: a maioria dos novos dignitários do final do Império vinha sempre da classe proprietária provincial.

guagem literária de Marco Aurélio, para não se falar em Dio Cássio, já não era mais o latim. Bastante mais importante, é claro, era o lento crescimento da nova religião que iria tomar conta do Império. O cristianismo havia nascido no Oriente e se espalhara firmemente por toda esta região durante o século III, enquanto o Ocidente, em comparação, permanecia relativamente imune. Ainda assim, estas mudanças críticas não estavam proporcionalmente refletidas na estrutura política do Estado, apesar das aparências. Não ocorreu nenhuma helenização na cúpula imperial de governo, e muito menos uma orientalização geral. A rotação orbital do poder dinástico curiosamente se deteve diante do Oriente greco-levantino.[52] A casa dos Severos, africana, parecia ter podido levar a efeito uma plácida transmissão da função imperial mais uma vez a uma nova região, quando a família síria, na qual Sétimo Severo havia entrado pelo casamento, engendrou a ascensão de um jovem local, que falsamente foi apresentado como seu neto, e que se tornou o imperador Heliogábalo em 218. O exotismo cultural — religioso e sexual — deste adolescente tornou seu breve reinado notório nas memórias romanas desde então. Rapidamente ele foi deposto pela opinião senatorial profundamente afrontada, sob cuja tutelagem seu insípido primo, Alexandre Severo — outro menor, que fora educado na Itália — veio a sucedê-lo, antes de ser assassinado em 235. Depois disso, apenas um oriental se tornou ainda imperador romano, mas um representante extremamente atípico da região: Júlio Filipe, um árabe do deserto da Transjordânia. Surpreendentemente, nenhum grego, nem da Ásia Menor ou da própria Grécia, nenhum outro sírio e nenhum egípcio jamais receberam a púrpura imperial. As regiões mais ricas e mais urbanizadas do Império não lograram assegurar qualquer ligação direta com o ápice do Estado que os governava. Permaneceram interditadas pelo caráter irredutivelmente *romano* do Império, fundado e construído a partir do Ocidente, muito mais homogêneo culturalmente do que o extravagante Oriente, em que pelo menos três culturas maiores — a grega, a síria e a egípcia — disputavam o legado da civilização helênica, para não falar-se em outras notáveis minorias da

---

(52) Esse fato fundamental tem sido omitido com freqüência. A lista levemente ecumênica de Millar das sucessivas dinastias na verdade é seriamente equivocada: *The Roman Empire and its Neighbours*, p. 3. Mais tarde ele comenta que foi simplesmente por "um acidente do acaso" que Heliogábalo e seu primo se tornaram os primeiros imperadores do Oriente grego, "antes de quaisquer senadores da próspera burguesia da Ásia Menor" (p. 49). Na realidade, nenhum grego da Ásia Menor jamais se tornara governante do Império indiviso.

região.[53] Por volta do século III, os italianos já não eram maioria no Senado, do qual talvez um terço fosse recrutado entre os orientais de língua grega em geral. Mas enquanto o Senado exercia algum poder na seleção e controle de imperadores, escolhia os representantes da classe proprietária de terras do Ocidente latino. Balbino (da Espanha) e Tácito (da Itália) estiveram entre os últimos candidatos senatoriais a atingir a dignidade imperial no século III.

Ao mesmo tempo, o centro do poder político deixou de ser a capital mudando para o campo militar de áreas fronteiriças. Galieno foi o último governante nesta época a residir em Roma. Daí em diante, os imperadores eram feitos e desfeitos além do alcance da influência senatorial, por lutas de facções entre os comandantes militares. Esta mudança política foi acompanhada por um novo e decisivo deslocamento regional na composição dinástica. Da metade do século III em diante, o poder imperial passou com impressionante regularidade a generais da zona recuada que outrora fora chamada genericamente de *Illiricum*, e que agora formava o bloco de províncias compreendido pela Panônia, pela Dalmácia e pela Mésia. A predominância destes imperadores danúbio-balcânicos permaneceu uma constante desde a queda do Estado romano no Ocidente. Décio, Cláudio, Gótico, Aureliano, Probo, Diocleciano, Constantino, Galério, Joviano, Valentiniano e Justiniano são alguns deles;[54] sua origem regional comum era ainda mais notável pela ausência de qualquer parentesco entre eles. Até a virada do século VI, o único imperador significativo de fora desta zona era um espanhol do remoto Oeste do Império — Teodósio. A razão mais óbvia para a ascensão destes governantes da Panônia ou da Ilíria foi o papel das províncias do Danúbio e as balcânicas no fornecimento de recrutas para o exército: agora eles eram uma reserva tradicional de soldados e oficiais profissionais para as legiões. Eram também as razões mais profundas para a nova proeminência desta região. A Panônia e a Dalmácia eram as conquistas-chave da expansão de Augusto, pois elas completavam o cordão geográfico básico do Império, fechando a brecha entre seus setores oriental e ocidental. Daí por diante, operaram sempre

---

(53) Assim, havia quatro línguas literárias no Oriente — o grego, o siríaco, o copta e o aramaico —, e nenhuma outra língua escrita além do latim em parte alguma do Ocidente.

(54) Syme sugere que Maximino Tráxio — provavelmente da Mésia, e não da Trácia — e possivelmente também mesmo Tácito deveriam ser acrescentados a esta lista: *Emperors and Biography, Studies in the Historia Augusta*, Oxford, 1971, pp. 182-186, 246-247. Os outros poucos imperadores dessa época parecem ter sido todos ocidentais. Triboniano Galo, Valeriano e Galieno eram da Itália, Macrino, da Mauritânia e Caro, provavelmente, da Gália meridional.

como a ponte estratégica central unindo as duas metades do território imperial. Todos os movimentos de tropas terrestres ao longo do eixo Oriente-Ocidente deviam passar por esta zona, que conseqüentemente se tornou o sustentáculo crítico de muitas guerras civis importantes do Império, em contraste com as lutas marítimas na Grécia, típicas do período republicano. O controle dos passos dos Alpes Julianos permitia um desfecho ligeiro e uma decisão rápida dos conflitos na Itália. A vitória de Vespasiano em 69 foi conseguida a partir da Panônia, tal como o triunfo de Sétimo em 193, a usurpação de Décio em 249, a tomada do poder por Diocleciano em 285 e a apropriação de Constantino em 351. Além da importância estratégica desta zona, entretanto, estava a sua muito especial posição social e cultural dentro do Império. A Panônia, a Dalmácia e a Mésia eram regiões intratáveis cuja proximidade com o mundo grego jamais as levara à sua integração. Estavam entre as últimas províncias continentais a ser romanizadas e sua conversão à agricultura de *villa* convencional necessariamente foi bem mais tardia que na Gália, Espanha ou África, e mais incompleta.[55] O modo de produção escravo nessas regiões jamais atingiu a mesma escala que em outras províncias latinas das terras ocidentais, embora seja possível que ocasionalmente se tenham registrado avanços aí enquanto regredia em outras regiões mais antigas: a Panônia foi apontada como exportadora maior de escravos num levantamento do Império pelo final do século IV.[56] A crise na agricultura escravagista, em conseqüência, não surgiu tão cedo, nem foi tão aguda, e o número de camponeses livres proprietários e de rendeiros era mais considerável, num modelo rural mais aproximado ao do Oriente. A vitalidade da região, em contraposição ao declínio de outras regiões ocidentais, não deixa de estar ligada a essa formação particular. Ao mesmo tempo, seu papel político central era inseparável de sua latinidade. Lingüisticamente, era romana, e não grega — a rude, e mais oriental extremidade da civilização latina. Assim, não foi simplesmente sua localização territorial o que determinou sua importância, na junção interior entre Ocidente e Oriente: foi também sua posição no lado certo da fronteira cultural que, sozinha, tornou possível sua inesperada proeminência num sistema imperial que era, ainda, em sua mais profunda natureza e em sua origem, uma ordem romana. A mudança dinástica para os interiores do Danúbio e dos Bálcãs representou o movimento mais a oriente possível do sistema político romano, para manter unido o Império, e compatível com a manutenção de seu caráter latino na íntegra.

O vigor militar e burocrático dos novos governantes da Panônia e da Ilíria havia completado a reestabilização do Estado imperial pelo início do século IV a.C. A restauração administrativa do poder foi comprada ao preço de uma séria e crescente fissura em sua estrutura global de poder. A unificação política do Mediterrâneo mais uma vez trouxe consigo uma divisão social dentro das classes dominantes. A aristocracia senatorial da Itália, Espanha, Gália e África permanecia de longe o estrato economicamente mais poderoso a ocidente, pela tradicional concentração de sua riqueza. Agora estava separada do aparato militar de comando que era a fonte do poder político imperial e que passara às mãos de oficiais muitas vezes estrangeiros dos empobrecidos Bálcãs. Assim, foi introduzido um antagonismo estrutural à ordem governante do Dominato, que jamais existira no Principado e que deveria ter definitivamente conseqüências fatais. Foi levado a seu extremo pela inflexível discriminação de Diocleciano contra os candidatos senatoriais a praticamente qualquer posto maior, militar ou civil. Sob essa forma exacerbada o conflito não estava destinado a durar muito. Constantino inverteu a orientação política de seu antecessor em relação à nobreza tradicional do Ocidente e sistematicamente a cortejou com nomeações para os governos de províncias e honras administrativas, quando não para comandos do exército — do qual seu banimento seria permanente. O próprio Senado aumentara e fora criada uma nova elite patrícia dentro dele. Ao mesmo tempo, a composição da aristocracia através do império como um todo foi modificada drasticamente pela grande mudança institucional no reinado de Constantino — a cristianização do Estado, depois da conversão de Constantino e de sua vitória sobre Maxêncio na Ponte Mílvia. Caracteristicamente, a nova religião oriental somente conquistou o Império depois de adotada por um César no Ocidente. Foi um exército marchando da Gália que impôs um credo originado na Palestina, acidente significativo e paradoxal, ou um sintoma, da dominância política da pátria latina do sistema imperial romano. Imediatamente, talvez o efeito institucional mais importante da mudança religiosa tenha sido a promoção social de grande número de "cristãos de serviço", que fizeram suas carreiras administrativas por sua lealdade à nova fé, entrando nas ampliadas fileiras dos *clarissimi* do século IV.[57] A maior parte deles era recrutada no Oriente, de onde

---

(55) P. Oliva, *Pannonia and the Onset of Crisis in the Roman Empire*, Praga, 1962, pp. 248-258, 345-350.

(56) Shtaerman, *Krizis Rabovladel'cheskovo Stroya*, p. 354.

(57) Sobre este fenômeno, ver Jones, "The Social Background of the Struggle between Paganism and Christianity" em A. Momigliano (ed.), *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, Oxford, 1973, pp. 35-37.

vinham para juntar-se ao segundo Senado desenvolvido em Constantinopla por Constâncio II. Sua integração ao maquinário de grande capacidade do Dominato, com a proliferação de novos postos burocráticos, refletia e reforçava o firme crescimento das dimensões totais do Estado na sociedade romana da última fase. Além do mais, o estabelecimento da cristandade como a Igreja oficial do Império doravante iria adicionar uma enorme burocracia clerical — onde nenhuma existira antes — ao já sinistro peso do aparato secular de Estado. Dentro da própria Igreja, um processo semelhante de mobilidade expandida provavelmente ocorreu, pois a hierarquia eclesiástica era recrutada principalmente na classe curial. Os salários e benefícios destes dignitários religiosos, que vinham dos enormes rendimentos trazidos pela riqueza incorporada à Igreja, logo passaram a ser muito maiores que os de níveis equivalentes na burocracia secular. Constantino e seus sucessores presidiam aos novos gastos com exageros verdadeiramente palacianos; as indicções (previsões orçamentárias anuais) e os impostos aumentaram inexoravelmente. Enquanto isso, e acima de tudo, o efetivo do exército foi muito ampliado por Constantino, que criou novas unidades de cavalaria e infantaria e implantou suas reservas estratégicas: no decorrer do século IV devia alcançar quase 650 mil — quase quatro vezes acima dos níveis das tropas do primeiro Principado. O Império romano dos séculos IV e V, assim, estava sobrecarregado com um imenso acréscimo suplementar em suas superestruturas militares, políticas e ideológicas.

A expansão do Estado, por outro lado, foi seguida por um retraimento da economia. As perdas demográficas do século III não se recuperaram outra vez: embora o declínio estatístico na população não possa ser calculado, o abandono continuado de terras já cultivadas (os *agri deserti* do final do Império) é evidência inequívoca da tendência para uma queda generalizada. A renovação política do sistema imperial no século IV produziu alguma melhoria temporária na construção urbana e uma restauração da estabilidade financeira com a emissão do *solidus* de ouro. Estas duas recuperações foram limitadas e precárias. O crescimento urbano estava amplamente concentrado nos novos centros militares e administrativos sob patrocínio direto dos imperadores: Milão, Trier ou Sárdica — e Constantinopla acima de todos. Não era um fenômeno econômico espontâneo, e não poderia contrabalançar o prolongado declínio das cidades. As oligarquias municipais que outrora haviam governado magníficas cidades cheias de vida estavam sujeitas a uma crescente supervisão e interferência no primitivo Principado, quando "curadores" imperiais especiais de Roma eram nomeados para

vigiar as cidades provinciais. Da crise do século III em diante, o relacionamento entre o centro e a periferia foi curiosamente invertido; daí em diante, os imperadores se empenhavam sempre em persuadir ou coagir a classe dos decuriões incumbida da administração municipal a cumprir seus deveres hereditários nos conselhos urbanos, enquanto estes proprietários locais evitavam suas responsabilidades cívicas (e os custos conseqüentes) e as cidades decaíam por falta de fundos públicos ou de investimento privado. Essa "fuga dos decuriões" orientava-se para as fileiras mais elevadas dos *clarissimi* ou para a burocracia central, onde estavam isentos das obrigações municipais. Socialmente mais abaixo, entretanto, os pequenos artesãos e os artífices saíam das cidades, buscando segurança e emprego nas propriedades dos magnatas do campo, apesar dos decretos oficiais proibindo tais migrações.[58] A grande rede de estradas que ligava as cidades do Império — sempre mais estratégicas, em princípio, que comerciais — pode ter-se tornado enfim realmente negativa para a economia das regiões que atravessava, meros condutos para os aquartelamentos ou para os coletores de impostos, em vez de canais de comércio e investimento. Nestas condições, a estabilização do dinheiro e as reconversões dos impostos em moeda corrente no século IV não representaram nenhum renascimento autêntico da economia urbana. Ou antes, a nova cunhagem inaugurada por Constantino combinava um padrão de ouro de elite para uso do Estado e dos ricos, que depreciava constantemente as unidades de cobre para as necessidades dos pobres, sem nenhuma escala intermediária de classificação entre ambos, de maneira que foram criados realmente dois sistemas monetários separados — um registro fidedigno da polarização social do fim do Império.[59] Em muitas províncias o comércio urbano e a indústria declinavam invariavelmente: estava havendo uma gradual e inequívoca ruralização do Império.

Foi no próprio campo, é claro, que se originou a crise final da Antiguidade; enquanto as cidades estagnavam ou minguavam, era na economia rural que agora aconteciam mudanças de mais longo alcance, pressagiando a transição a um outro modo de produção. Os inexoráveis limites ao modo de produção escravo, uma vez que as fronteiras impe-

---

(58) Weber comenta corretamente que este êxodo era o oposto exato do modelo medieval típico de movimentos camponeses do campo para as cidades, para ganhar a liberdade e o emprego urbanos. "Die Sozialen Grunde des Untergangs der Antiken Kultur", pp. 306-307.

(59) Há uma boa análise sobre a situação da moeda em André Piganiol, *L'Empire Chrétien (325-395)*, Paris, 1947, pp. 294-300. Ver também Jones, "Inflation under the Roman Empire", *Economic History Review*, V, nº 3, 1953, pp. 301-314.

riais já não avançavam, haviam sido indicados: foram eles que precederam e que estavam por baixo do desarranjo político e econômico do século III. E agora, nas condições recessivas do fim do Império, o trabalho escravo — sempre ligado a um sistema de expansão política e militar — se tornava cada vez mais raro e incômodo; doravante amplamente convertido pelos proprietários de terras em servidão dependente do solo. Um momento crítico ocorreu quando a curva de preços dos escravos — que, como já vimos, estivera sempre subindo nos primeiros duzentos anos do Principado por causa da escassez no abastecimento — começou a achatar-se e cair no século III, um sinal seguro de retração da demanda.[60] Daí em diante os proprietários passaram a deixar de se ocupar diretamente da manutenção de seus escravos, estabelecendo-os em pequenos lotes de terra, a fim de que cuidassem uns dos outros, deixando que recolhessem o excesso de produção.[61] As propriedades tendiam a dividir-se em explorações nucleares, ainda trabalhadas pelo braço escravo, e em uma massa de inquilinatos camponeses nos arredores, cultivados pelos dependentes. Com um tal esquema, a produtividade pode ter marginalmente aumentado, apesar de — dado um decréscimo na força total de trabalho no campo — não ser uma potência desenvolvida. Ao mesmo tempo, aldeias de pequenos proprietários e de rendeiros livres — que sempre haviam existido sob o Império lado a lado com escravos — caíram sob o "patrocínio" de grandes proprietários agrícolas em busca de proteção contra as arrecadações fiscais e o recrutamento pelo Estado, e vieram a ocupar posições econômicas em muito semelhantes às dos ex-escravos.

*Concei O resultado foi o surgimento e a ocasional predominância, na maioria das províncias, do *colonus* — o rendeiro camponês dependente, amarrado à propriedade de seu senhor, pagando-lhe aluguéis em bens ou em dinheiro por seu lote ou trabalhando em seu cultivo em base de meação (os trabalhos remunerados propriamente ditos não eram comuns). Os *coloni* geralmente retinham a metade do que produzia o lote. As vantagens de custo para a classe que explorava este novo sistema de trabalho se tornaram brutalmente claras quando os

---

(60) Jones, "Slavery in the Ancient World", p. 197; Weber, "Agrarverhältnisse im Altertum", pp. 271-272. Weber exagera a queda final de preços de escravos no final do Império; como Jones demonstra, estes caíram até aproximadamente a metade dos níveis do século II, permanecendo os escravos como um bem relativamente caro, exceto nas províncias fronteiriças.

(61) O melhor relato sobre este processo é o ensaio póstumo de Marc Bloch, "Comment et Pourquoi Finit l'Esclavage Antique?", *Annales E. S. C.*, 2, 1947, pp. 30-44, 161-170.

proprietários de terras passaram a preferir pagar mais do que o preço de mercado de um escravo para manter um *colonus* isento do serviço no exército.[62] Diocleciano decretara que os rendeiros deviam ser encarados como ligados às suas aldeias para fins de recolhimento de impostos; os poderes jurídicos dos proprietários de terras sobre os *coloni* daí em diante aumentaram com firmeza através dos séculos IV e V com decretos sucessivos assinados por Constantino, Valente e Arcádio. Entretanto, os escravos agrícolas gradualmente deixaram de ser considerados mercadoria convencional até que Valentiniano I — o último grande imperador pretoriano do Ocidente — formalmente baniu sua venda desvinculada das terras em que trabalhavam.[63] Assim, num processo convergente, uma classe de produtores rurais dependentes, jurídica e economicamente distinta tanto dos escravos quanto dos rendeiros livres ou pequenos proprietários, foi formada no final do Império. O surgimento deste colonato não significou uma diminuição de riqueza ou poder da classe proprietária: ao contrário, justamente porque absorvia os pequenos camponeses independentes e ainda diminuía os problemas de gerenciamento de maior escala, correspondeu a um significativo aumento global no tamanho das propriedades que pertenciam à aristocracia romana. As posses dos grandes proprietários rurais — dispersas por muitas províncias na maioria das vezes — atingiram o auge por volta do século V.

Naturalmente, a escravidão em si não desapareceu por completo. Na verdade, o sistema imperial não poderia jamais dispensá-la. O aparelho do Estado se assentava ainda sobre os sistemas de fornecimento de mão-de-obra escrava e de comunicações, os quais foram mantidos quase ao nível tradicional até o fim do Império no Ocidente. Em toda parte, os escravos proporcionavam generoso serviço doméstico para as classes proprietárias, mesmo que seu papel na produção artesanal urbana tenha declinado notavelmente. Mas, pelo menos na Itália e na Espanha, e provavelmente também na Gália, e em maior extensão do que se costuma supor, eles permaneciam relativamente presos ao solo no campo, trabalhando os latifúndios de proprietários de província. Melânia, aristocrata que se voltou para a religião no início do século V, pode ter possuído 25 mil escravos em 62 aldeias situadas apenas em suas propriedades próximas a Roma.[64] O setor escravo de

---

(62) Jones, *The Later Roman Empire*, II, p. 1042.

(63) Jones, *op. cit.*, p. 795.

(64) No total, possuía terra nas Campania, Apúlia, Sicília, Tunísia, Numídia, Mauritânia, Espanha e Bretanha; ainda assim, para os contemporâneos, seus rendimen-

economia rural, a população de serviço escravo e as indústrias escravas mantidas pelo Estado eram, no conjunto, amplas o bastante para garantir que o trabalho continuasse a ser marcado pela degradação social e para impedir os inventos na esfera do trabalho. "A escravidão que agonizava deixou atrás seu ferrão venenoso ao estigmatizar o trabalho dos homens livres como ignóbil", escreveu Engels, "e neste beco sem saída é que o mundo romano foi apanhado".[65] As descobertas técnicas isoladas do Principado, ignoradas no auge do modo de produção escravo, continuaram a passar despercebidas na época de sua desintegração. A tecnologia não recebeu impulso com a conversão de escravos em *coloni*. As forças de produção da Antiguidade permaneceram bloqueadas em seus níveis tradicionais.

Com a formação do colonato, a trama central de todo o sistema econômico agora passava para outro lugar: corria basicamente ao longo do relacionamento entre o produtor rural dependente, o senhor e o Estado. A máquina militar e burocrática ampliada do final do Império cobrou um preço terrível de uma sociedade cujos recursos econômicos haviam, na verdade, declinado. A chegada dos coletores de impostos fiscais urbanos enfraqueceu o comércio e a produção artesanal nas cidades. Sobretudo, um conjunto de taxações caiu infatigável e insuportável sobre o campesinato. Estimativas de orçamento anual ou "indicções" dobraram entre 324 e 364. Pelo final do Império, os índices de impostos sobre terras eram provavelmente três vezes maiores do que no final da República, e o Estado absorvia entre um quarto e um terço da produção agrícola em bruto.[66] Mas, os custos de coletas de impostos eram sustentados pelo indivíduo, que poderia pagar até uns 30 por cento a mais sobre os índices oficiais para aplacar e manter os funcionários que o extorquiam.[67] Realmente, com freqüência os impostos eram recolhidos pelos próprios senhores, que podiam escapar de suas responsabilidades fiscais enquanto sobrecarregavam as de seus *coloni*. A Igreja estabelecida — um complexo institucional desconhecido pela Antiguidade clássica, em contraste com as civilizações do Oriente Próximo que a precederam — acrescentou mais uma carga parasitária à situação da agricultura, de onde eram tirados 90 por cento de seus rendimentos. O conforto ostentatório da Igreja e a avareza insensível do Estado vinham acompanhados de uma concentração drástica de propriedades rurais particulares, enquanto grandes proprietários nobres adquiriam propriedades de senhores menores e se apropriavam das terras de antigos camponeses independentes.

O Império foi assim fendido por crescentes dificuldades econômicas e uma polarização social no desdobrar dos últimos anos do século IV. Mas foi somente no Ocidente que estes processos atingiram seu fim crucial, com o colapso de todo o sistema imperial diante dos bárbaros invasores. A análise convencional deste desastre final se vale da concentração de pressões germânicas sobre as províncias ocidentais e de sua vulnerabilidade estratégica maior que as províncias orientais. Segundo o famoso epitáfio de Piganiol: *L'Empire Romain n'est pas mort de sa belle mort; il a été assassiné.*[68] Esta avaliação tem o mérito de acentuar de modo claro o caráter irredutivelmente catastrófico da queda do Ocidente, contra as muitas tentativas eruditas de apresentá-la como pacífica e imperceptível mutação dificilmente notada por aqueles que a viveram.[69] A crença de que "as fraquezas internas do império não podem ter sido um fator maior em seu declínio" é evidentemente insustentável.[70] Ela não fornece explicação estrutural das razões por que o Império do Ocidente sucumbiu aos bandos de invasores primitivos que o atravessaram no século V, enquanto, no Oriente, o Império — contra o qual seus ataques haviam sido muito mais perigosos — escapava e sobrevivia. A resposta a esta questão repousa em todo o desenvolvimento histórico anterior das duas zonas do sistema imperial romano. Discussões ortodoxas quase sempre situam sua última crise contra um cenário temporal demasiadamente breve; na verdade, as raízes dos destinos diversos do Mediterrâneo oriental e ocidental no século V d.C. vão até as origens de suas respectivas integrações ao governo romano no limiar da expansão republicana. O Oci-

---

tos eram apenas os de uma família senatorial de média fortuna. Ver Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 554, 782, 793.

(65) Marx-Engels, *Selected Works*, Londres, 1968, p. 570.

(66) A. H. M. Jones, "Over-Taxation and the Decline of the Roman Empire", *Antiquity*, XXXIII, 1959, pp. 39-40.

(67) Jones, *The Later Roman Empire*, I, p. 468.

(68) "O Império Romano não morreu de morte natural; ele foi assassinado": *L'Empire Chrétien*, p. 422.

(69) O ponto de vista antagônico foi expresso por Sundwall: *das weströmische Reich ist ohne Erschütterung eingeschlafen* — "O Império Ocidental adormeceu sem convulsões": J. Sundwall, *Weströmische Studien*, Berlim, 1915, p. 19; esta frase foi muito citada depois, particularmente por Dopsch, e recentemente endossada mais uma vez em K. F. Stroheker, *Germanentum und Spätantike*, Zurique, 1965, pp. 89-90. Estes julgamentos contrastantes não foram isentos de mistura de sentimento nacionalista.

(70) Esta é a última frase do trabalho de Jones: *The Later Roman Empire*, II, p. 1068. Contradiz-se pela carga de sua própria evidência. A grandeza e a estreiteza de Jones como historiador estão resumidas na pequena e magnífica nota de Momigliano, *Quarto Contributo alla Storia degli Studi Classici e del Mondo Antico*, Roma, 1969, pp. 645-647, que justamente critica esta conclusão.

dente, como já vimos, foi o verdadeiro campo de ensaios do expansionismo imperial romano, teatro de sua autêntica e decisiva ampliação de todo o universo da Antiguidade clássica. Foi para ali que a economia escravagista aperfeiçoada na Itália republicana foi transportada e implantada com êxito em terreno social realmente virgem. Ali foram fundadas as cidades romanas. Foi ali que sempre residiu a parte principal da última classe dominante provincial que ascendeu ao poder com o Principado. Ali foi que a língua latina se tornou a língua falada — primeiro ao nível oficial e posteriormente ao nível popular. Por outro lado, a conquista romana no Oriente simplesmente encobriu e coordenou uma civilização helênica avançada, que já havia estabelecido a "ecologia" social fundamental da região — cidades gregas, o interior com senhores e camponeses, a realeza oriental. O modo de produção escravagista que dinamizou o sistema imperial romano foi assim naturalizado desde a sua origem, sobretudo no Ocidente. Portanto, era lógico e previsível que as contradições endógenas daquele modo de produção mostrassem seus efeitos até sua conclusão final no Ocidente, onde não eram amortecidos ou refreados por nenhuma forma histórica anterior ou alternativa. Onde o meio ambiente era mais puro, os sintomas eram mais extremos.

Assim, para começar, o declínio da população do Império do século III em diante deve ter afetado o Ocidente, muito menos densamente povoado, de forma mais grave que o Oriente. São impossíveis estimativas precisas, embora se possa avaliar que a população do Egito no último Império deva ter chegado a uns 7 500 000 comparados com talvez uns 2 500 000 da Gália.[71] As cidades do Oriente eram mais numerosas, é claro, e preservavam sua vitalidade comercial em extensão muito maior: a resplandecente ascensão de Constantinopla como segunda capital do Império foi o grande sucesso urbano dos séculos IV e V. E, ao contrário, não foi por acidente, como vimos antes, que os latifúndios tenham permanecido até o final mais concentrados na Itália, na Espanha e na Gália, onde haviam sido pioneiros. Mais surpreendente é que o modelo geográfico do novo sistema do colonato seguisse a mesma divisão básica. A instituição do colonato vinha do Oriente, especialmente do Egito, onde aparecera inicialmente: assim, torna-se mais notável que sua extensão a um sistema rural maior tenha chegado ao Ocidente, onde eventualmente predominou em extensão muito maior do que no interior helênico do Mediterrâneo Oriental.[72] Igualmente o

---

[71] Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 1040-1041.

[72] Joseph Vogt, *The Decline of Rome*, Londres, 1965, pp. 21-22.

patrociniu em sua origem foi um fenômeno comum à Síria e ao Egito, onde normalmente indicava a concessão de uma proteção de oficiais militares a aldeias contra os abusos de agentes do Estado. Mas foi na Itália, na Gália e na Espanha que chegou a significar a entrega das terras dos camponeses a um senhor-patrão, que então as devolvia como arrendamento temporário (o chamado *precário*).[73] Este tipo de patronato jamais se disseminou muito no Oriente, onde as aldeias livres muitas vezes conservavam seus próprios conselhos autônomos e sua independência como comunidades rurais por mais tempo do que as próprias comunidades municipais;[74] e foi portanto onde subsistiu a pequena propriedade camponesa em grau bem mais elevado — em combinação com arrendamentos coloniais e dependentes — do que no Ocidente. A carga de impostos imperiais parece também ter sido comparativamente bem mais leve no Oriente: parece que pelo menos na Itália as extorsões fiscais sobre a terra no século V iam até o dobro, talvez, do que o índice no Egito. Sobretudo, os índices de extorsão pelos coletores de taxas oficialmente sancionadas sob a forma de "gratificações" pelos serviços parecem ter chegado a sessenta vezes mais no Ocidente em relação ao Oriente.[75]

Afinal, e crucialmente, as duas regiões eram dominadas por classes proprietárias significativamente diferentes. No Oriente, os proprietários rurais formavam uma pequena nobreza média, com base nas cidades, que tanto estava acostumada à exclusão do poder político central quanto à obediência a um comando real e burocrático: esta foi a única ala da classe proprietária rural de terras que jamais produziu uma dinastia imperial. Com a crescente mobilidade para cima do último Império, e com a criação da segunda capital em Constantinopla, este estrato forneceu o volume da administração estatal do Oriente. Eram eles que formavam a grande massa de "cristãos de serviço" e que invadiram o novo Senado de Constantinopla — ampliado para uns dois mil senadores por Constâncio II, e solidamente composto por oficiais estrangeiros e por dignitários das províncias de língua grega. Sua riqueza era mais limitada que as de seus pares mais velhos e mais antigos em Roma, seu poder local menos opressivo e sua lealdade ao Estado correspondentemente maior.[76] Realmente, não houve guerras civis no Oriente, de Diocleciano a Maurício, enquanto o Ocidente era dilacerado por repetidas usurpações e lutas intestinas na classe dos magnatas. Isto era em parte uma questão de tradição política da veneração helênica pelos governantes reais sagrados, ainda vigorosa na região, mas também era um reflexo do equilíbrio social diferente entre o Estado e o povo. Nenhum imperador ocidental jamais tentou deter a disseminação do *patrocinium*, apesar do fato de que ele subtraía áreas territoriais inteiras à vigilância dos agentes do Estado; sucessivos imperadores orientais, no entanto, legislaram contra isto, repetidamente, durante o século IV.[77]

---

[73] M. T. W. Arnheim, *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*, Oxford, 1972, pp. 149-152; Vogt, *The Decline of Rome*, p. 197.

[74] Jones, *The Greek City from Alexander to Justinian*, pp. 272-274.

[75] Jones, *The Later Roman Empire*, I, pp. 205-207, 468; III, p. 129. A taxação deve ter tomado uns dois terços da colheita do camponês. Os senhores, naturalmente, não pagavam uma parte proporcional da carga fiscal. Suas obrigações evadiam-se no Ocidente em especial. Para Sundwall, a incapacidade do governo imperial em taxar a aristocracia proprietária adequadamente foi a causa de seu colapso final no Ocidente; *Weströmische Studien*, p. 101.

A aristocracia senatorial do Ocidente representava uma outra força bem diferente. Já não compreendia a mesma rede de famílias como no primeiro Principado: o índice muito baixo de nascimentos na aristocracia romana e a turbulência política da era pós-antonina trouxeram proeminência a novas linhagens. Os proprietários senhores provinciais da Gália e da Espanha perderam importância política na capital por volta da metade da era imperial;[78] por outro lado, é notável que a única zona a produzir uma "dinastia" separatista nesta época tenha sido a Gália, onde uma série de usurpadores — Póstumo, Vitorino e Tétrico — manteve por mais de uma década um regime relativamente estável, cujo poder se estendia à Espanha. A nobreza italiana naturalmente permanecera mais próxima do centro das políticas imperiais. No entanto, o advento da Tetrarquia reduziu drasticamente as prerrogativas tradicionais da aristocracia proprietária por todo o Ocidente; mas não diminuiu seu poderio econômico. A classe senatorial perdera seus comandos militares e muito de sua influência política direta no decorrer do século III. Mas nunca foi destituída de suas terras e não esquecera suas tradições: propriedades que sempre haviam sido as maiores no Império, e memórias de um passado antiimperial. O próprio Diocleciano, de origem extremamente humilde e com um olhar rude de

---

(76) Peter Brown, *The World of Late Antiquity*, Londres, 1971, pp. 43-44.

(77) Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 777-778.

(78) Para a análise do papel das nobrezas da Espanha e da Gália no final do Império, ver K. F. Stroheker, "Spanische Senatoren der spätromischen und westgotischen Zeit", *Germanentum und Spätantike*, pp. 54-87; e *Der Senatorische Adel im Spätantiken Gallien*, Tübingen, 1948, pp. 13-42. Stroheker dá ênfase à última réplica política obtida por cada uma delas depois de seu eclipse no século III, na época de Graciano e Teodósio.

caserna, destituíra a classe senatorial de quase todos os governos provinciais e sistematicamente a excluíra das posições administrativas mais altas na Tetrarquia. Contudo, seu sucessor, Constantino, inverteu estas políticas antiaristocráticas e reabriu amplamente os limites mais altos do aparelho burocrático imperial no Ocidente à classe senatorial, agora fundida com a ordem eqüestre, para formar a singular nobreza dos *clarissimi*. Em seu governo multiplicaram-se mais uma vez no Ocidente os ***praesidii*** e ***vicarii*** senatoriais.[79] O motivo para a aproximação entre Constantino e a aristocracia ocidental pode ser inferido da outra grande mudança de seu reinado: sua conversão ao cristianismo. A ordem senatorial no Ocidente não era apenas econômica e politicamente o segmento mais poderoso da nobreza proprietária no Império; era também ideologicamente o baluarte do paganismo tradicional e potencialmente mais hostil às inovações religiosas de Constantino. A reintegração desta classe à elite administrativa imperial foi assim provavelmente inspirada a curto prazo pela necessidade de conciliá-la, entre os riscos do estabelecimento do cristianismo como religião oficial do Império.[80] Mas a um prazo mais longo foram as fortunas e as conexões das grandes famílias patrícias do Ocidente que asseguraram seu retorno político — os clãs dos Anicii, Betitii, Scipiones, Ceionii, Acilii e outros, interligados por casamentos.

A aristocracia senatorial do Ocidente, reduzida politicamente à inatividade durante a Tetrarquia, se havia recuperado economicamente numa escala imensa. Altos índices de consolidação da propriedade e índices baixos de nascimento haviam conduzido a concentrações cada vez maiores de terras nas mãos de cada vez menos grandes proprietários, até que o rendimento médio da aristocracia ocidental no século IV chegou a ser algo em torno de umas cinco vezes o de seus predecessores no século I.[81] Os imperadores que se seguiram a Constantino muitas vezes eram oficiais militares de baixa extração social, e, de Jovi-

---

(79) Arnheim, *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*, pp. 216-219, que fornece dados estatísticos.

(80) Arnheim, *op. cit.*, pp. 5-6, 49-51, 72-73. Deve ser observado, no entanto, que fossem quais fossem as resistências que a classe senatorial do Ocidente pudesse evidenciar contra a cristianização do império, eles eram informalmente tolerantes quanto à diversidade religiosa de costumes e casamento dentro de seu próprio grupo. Ver Peter Brown, *Religion and Society in the Age of St. Augustine*, Londres, 1972, pp. 161-182.

(81) Brown, *The World of Late Antiquity*, p. 34. Durante a última fase do Império, a aristocracia proprietária provavelmente anexou uma porção maior da produção excedente agrícola que o Estado Imperial em impostos — em uma época de extorsões fiscais sem precedentes: ver Jones, "Rome", *Troisième Conférence Internationale d'Histoire Économique*, p. 101.

niano em diante, eram cada vez mais recrutados entre as *scholae palatinae* ou as próprias guardas palacianas;[82] mas cada um deles, mesmo o mordazmente anti-senatorial Valentiniano I, terminou incumbindo os *clarissimi* dos postos civis-chave da administração ocidental, da prefeitura pretória para baixo. O contraste com o Oriente é impressionante: ali, as mesmas funções burocráticas eram preenchidas com não-nobres, e os poucos aristocratas que recebiam nomeações eram muitas vezes — ainda mais surpreendentemente — ocidentais.[83] A máquina militar do Império ocidental permanecia fora do centro da rede aristocrática do Ocidente. Com a morte de Valentiniano em 375, a plutocracia senatorial retomou progressivamente a própria função imperial do exército e, com o cego egoísmo patrício, enfraqueceu gradualmente todo o aparato de defesa que havia sido a preocupação especial dos governantes militares do Império desde Diocleciano. A fuga aos impostos e a contenção do recrutamento haviam sido endêmicas entre a classe proprietária ocidental. Seu antimilitarismo empedernido dera uma nova arrancada ao passar os comandos dos exércitos no Ocidente a generais germânicos que etnicamente estavam incapacitados de assumir eles próprios a dignidade imperial, como haviam feito seus antecessores da Panônia, e estavam expostos à xenofobia popular entre a soldadesca que lideravam, o que nunca acontecera com os generais balcânicos. Arbogasto ou Estilicão, um franco e um vândalo, jamais conseguiram, assim, transformar sua autoridade militar em poder político estável. Sucessivos imperadores fracos, Graciano, Valentiniano II e Honório, puderam ser manipulados por grupos aristocráticos em Roma contra estes generais isolados e estrangeiros, cujas responsabilidades para a defesa já não mais lhes garantiam dominância ou segurança domésticas. A nobreza proprietária do Ocidente desta maneira final e fatalmente reconquistara uma influência central no Estado imperial.

surto de doença

inflexível

aversão a estrangeiros

Dentro de poucos anos, esse golpe, procedente da aristocracia, foi seguido por insurreições das massas. Desde o final do século III, tinha havido esporádicas revoltas camponesas na Gália e na Espanha: escravos fugitivos, desertores do exército, *coloni* desanimados e os pobres rurais se haviam reunido periodicamente em bandos saqueadores denominados *bacaudae*, que por anos a fio haviam promovido guerras

---

[82] Joviano, Valentiniano I, Valente e Majoriano eram todos funcionários públicos das *scholae*. Para uma análise perspicaz sobre o papel da elite militar no final do Império, ver R. I. Frank, *Scholae Palatinae. The Palace Guards of the Later Roman Empire*, Roma, 1969, especialmente pp. 167-194.

[83] Arnheim, *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*, pp. 167-168.

de guerrilhas contra tropas do exército e notáveis da província, sendo necessária, algumas vezes, a intervenção direta do Estado para subjugá-los. Estes levantes, que não tiveram equivalente em parte alguma do Oriente, combinavam rebeliões contra a escravidão e o colonato — ambos sendo os sistemas inicial e final do Ocidente agrícola. Na virada do século V, em meio às intoleráveis pressões fiscais e de rendas, as insurreições *bacaudae* explodiram em nova escala e intensidade, nos anos 407-417, 435-437 e 442-443. Na zona rebelde central da Armórica, estendendo-se ao norte do vale do Loire, insurgentes camponeses virtualmente criaram um Estado independente, expulsando oficiais, expropriando proprietários, punindo os donos de escravos com a escravidão e criando seu próprio judiciário e seu exército.[84] A polarização social do Ocidente terminou, assim, em um duplo final sombrio, com o Império fendido de alto a baixo por forças internas antes que forças externas aplicassem o golpe de misericórdia.

5

---

[84] Sobre as *bacaudae*, ver V. Sirago, *Gallia Placidia e la Transformazione Politica dell'Occidente*, Louvain, 1961, pp. 376-390; E. A. Thompson, "Peasant Revolts in Late Roman Gaul and Spain", *Past and Present*, novembro de 1952, pp. 11-23, que é de longe o melhor relato sinótico. A importância da escravidão da Gália está evidente nos registros da época. Thompson comenta: "Nossas fontes parecem sugerir que estas revoltas fossem primeiramente devidas aos escravos na agricultura ou, pelo menos, que os escravos tenham tido um papel relevante nelas" (p. 11). A outra categoria principal de pobre agrário — os *coloni* dependentes — sem dúvida participou nas insurreições da Gália e da Espanha. Os *circuncelliones* nômades na África do Norte, em contraste, eram trabalhadores rurais de condição mais alta, inspirada pelo donatismo; o caráter social e religioso deste movimento transformou-o num fenômeno isolado, que jamais foi tão maciço ou ameaçador quanto a *bacaudae*. Ver B. H. Warmington, *The North African Provinces from Dioclecian to the Vandals*, Cambridge, 1954, pp. 87-88, 100.

2. A transição

antes de 406 já havia "bárbaros" no mundo romano. Não existe a idéia do passivismo perante a invasão pois em partes eles lutavam c/ consentimento romano

O cenário germânico

Foi neste turvo mundo de oligarcas sibaritas, com as defesas desmanteladas e massas rurais desesperadas, que os bárbaros germânicos penetraram ao cruzar o Reno congelado no último dia de 406. Qual era a classe social destes invasores? Quando as legiões romanas haviam encontrado pela primeira vez as tribos germânicas ao tempo de César, eram agricultores assentados, com uma economia predominantemente pastoril. Um modo de produção comunal primitivo prevalecia entre eles. A propriedade privada da terra era desconhecida: a cada ano os líderes de uma tribo determinavam que parte do solo comum deveria ser cultivada e distribuíam porções dela aos clãs respectivos, que as lavrariam e se apropriariam dos campos coletivamente: as redistribuições periódicas evitavam grandes disparidades de riqueza entre os clãs e as famílias, embora os rebanhos fossem propriedade particular, que proporcionavam as fortunas dos guerreiros liderantes das tribos.[1] Não havia chefes em tempos de paz que tivessem autoridade sobre todo um povo: os chefes militares excepcionais eram eleitos em tempo de guerra. Muitos dos clãs ainda eram matrilineares. Esta rudimentar estrutura social logo foi modificada com a chegada dos romanos ao Reno e a

---

(1) Esta descrição segue E. A. Thompson, *The Early Germans*, Oxford, 1965, pp. 1-28, um estudo marxista das formações sociais germânicas de César a Tácito, que é um modelo de clareza e elegância. Os trabalhos de Thompson formam um ciclo inestimável que na verdade cobre toda a evolução da sociedade germânica na Antiguidade desta época até a queda do reino visigodo da Espanha, uns sete séculos mais tarde.

ocupação temporária da Germânia até o Elba no século I d.C. O comércio de mercadorias de luxo através da fronteira rapidamente produziu uma crescente estratificação interna dentro das tribos germânicas: para comprar bens dos romanos, os líderes tribais vendiam o gado, ou faziam incursões sobre outras tribos, capturando escravos para exportar aos mercados romanos. Pela época de Tácito, a terra deixara de ser distribuída pelos clãs e era distribuída diretamente aos indivíduos, ao passo que a freqüência das redistribuições diminuía. O cultivo ainda se deslocava muitas vezes, por entre terrenos florestais desocupados, de maneira que as tribos não tinham uma fixação territorial muito grande: o sistema agrário encorajava as guerras sazonais e permitia as migrações em grande escala.[2] Uma aristocracia hereditária com fortuna acumulada compunha um conselho permanente que exercia poder estratégico na tribo, embora uma assembléia geral de guerreiros livres ainda pudesse rejeitar suas propostas. Linhagens dinásticas quase reais emergiam, de onde saíam chefes elegíveis acima do conselho. Acima de tudo, os líderes de cada tribo haviam reunido em torno de si "cortejos" de guerreiros para grupos de ataque, o que rompia as unidades de parentesco dos clãs. Estes cortejos eram recrutados entre a nobreza, mantidos pelo produto de terras a eles redistribuídas, e isolados de participação na produção agrícola. Formaram os núcleos para a divisão de classes permanente e institucionalizaram a autoridade coercitiva dentro destas formações sociais primitivas.[3] Lutas entre os guerreiros comuns e ambiciosos líderes nobres procurando usurpar um poder ditatorial dentro das tribos pela força de seus leais cortejos explodiam cada vez com maior freqüência; o próprio Armínio, vencedor da Floresta de Teutoburgo, foi pretendente e vítima de uma delas. A diplomacia romana ativamente inflamava estas disputas mortais, com subvenções e alianças, de maneira a neutralizar as pressões bárbaras nas fronteiras e a cristalizar um estrato de dirigentes aristocráticos desejosos de cooperar com Roma.

Assim, tanto econômica como politicamente, por meio de trocas comerciais e da intervenção diplomática, a pressão romana acelerou a diferenciação social e a desintegração dos modos de produção comunitários nas florestas germânicas. Povos em contato mais estreito com o Império inevitavelmente revelavam estruturas social e econômica mais "avançadas" e maiores distanciamentos em relação ao modo de vida tradicional das tribos. Os alamanos da Floresta Negra e, acima de todos, os marcomanos e os quados na Boêmia tinham *villae* no estilo romano, com propriedades cultivadas pelo trabalho escravo de cativos de guerra. Os marcomanos, além disso, haviam subjugado outros povos germânicos e criado um Estado organizado com um governo real na região central do Danúbio, por volta do século II. Seu império logo foi derrubado, mas era um sintoma da forma das coisas ainda por virem. Cento e cinqüenta anos depois, os visigodos que haviam ocupado a Dácia, depois que Aureliano evacuara daí as legiões, ainda exibiam sinais mais avançados do mesmo processo social, no início do século IV. Suas técnicas agrícolas eram mais avançadas, e eles eram em sua maioria lavradores que cultivavam cereais, produziam artefatos de aldeia (uso do torno de oleiro) e tinham um alfabeto rudimentar. A economia visigoda nesta província outrora romana, com suas cidades residuais restantes, era agora tão dependente do comércio trans-Danúbio com o Império, que os romanos podiam recorrer com sucesso ao bloqueio comercial como medida de guerra decisiva contra ela. A assembléia geral dos guerreiros desaparecera inteiramente. Um conselho confederado de nobres exercia uma autoridade política central sobre aldeias obedientes. Os nobres eram uma classe proprietária com terras, cortejos e escravos, claramente distinta do resto de seu povo.[4] Realmente, quanto mais subsistia o sistema imperial romano, mais seu poder, influência e exemplo tendiam a levar as tribos germânicas instaladas ao longo de suas fronteiras a uma maior diferenciação social e a níveis mais elevados de organização militar e política. Dessa maneira, os sucessivos aumentos da pressão bárbara sobre o Império, da época de Marco Aurélio em diante, não eram golpes de azar casuais para Roma — eram em grande parte conseqüências estruturais de sua própria existência e de seu êxito. As lentas mudanças induzidas em seu meio am-

---

(2) M. Bloch, "Une Mise au Point: Les Invasions", *Mélanges Historiques*, I, Paris, 1963, pp. 117-118.

(3) Thompson, *The Early Germans*, pp. 48-60. A formação de um sistema cortesão é sempre um passo preliminar decisivo na transição gradual de uma tribo em direção a uma ordem feudal. Constitui o rompimento crítico com um sistema social regido por relações de parentesco: o cortejo sempre é definível como uma elite que irrompe através da solidariedade parental, substituindo as ligações de lealdade convencionais pelas biológicas. Assinala a morte do sistema de clã se aproximando. Uma aristocracia feudal completamente formada, naturalmente, terá seu próprio (e novo) sistema de parentesco, que os historiadores só agora começam a estudar: estes jamais serão sua estrutura dominante, no entanto. Há uma boa argumentação sobre este ponto de vista central no estimulante artigo de Owen Lattimore, "Feudalism in History", *Past and Present*, nº 12, nov. 1957, p. 52.

(4) E. A. Thompson, *The Visigoths in the Time of Ulfila*, Oxford, 1966, esp. pp. 40-51; um outro estudo de fácil compreensão que forma a seqüência de seu trabalho anterior.

biente, pela imitação e intervenção, iriam tornar-se acumulativas: o perigo vindo das fronteiras germânicas crescia enquanto a civilização romana gradualmente as alterava.

federados

Enquanto isso, no próprio Império Romano, números crescentes de guerreiros germânicos eram usados nas fileiras dos exércitos imperiais. A diplomacia romana tentara tradicionalmente, onde possível, guarnecer as fronteiras do Império com uma linha exterior de *foederati*, chefes aliados ou clientes, que mantinham sua independência além das fronteiras romanas, mas que defendiam os interesses romanos dentro do mundo bárbaro em troca de subvenções financeiras, apoio político e proteção militar. Entretanto, no final do Império, o governo lançou mão do recrutamento regular de soldados para suas próprias unidades nessas tribos. Ao mesmo tempo, os refugiados ou cativos bárbaros eram instalados em terras desocupadas como *laeti*, obrigando-se ao serviço militar em retribuição a suas terras. Além disto, muitos guerreiros germânicos se alistavam voluntariamente nos regimentos romanos, atraídos pelas perspectivas de pagamento e promoção dentro do estabelecimento militar imperial.[5] Pela metade do século IV, era comum uma porcentagem relativamente alta de tropas palatinas de elite, oficiais e generais serem de origem germânica, cultural e politicamente integrada no universo social romano. Generais francos como Silvano e Arbogasto, que chegaram à posição de *magister militum*, ou comandante-em-chefe no Ocidente, eram ocorrência comum. Havia assim um certo entrelaçamento de elementos romanos e germânicos dentro do próprio aparato de Estado. Os efeitos sociais e ideológicos da integração de grande número de soldados e oficiais teutônicos ao mundo romano sobre o mundo germânico que eles haviam deixado para trás provisória ou permanentemente não são difíceis de reconstruir: representaram um poderoso reforço a tendências diferenciadoras e estratificantes já em andamento dentro das sociedades tribais além das fronteiras. A autocracia política, os níveis sociais, a disciplina militar e a remuneração monetária eram lições todas aprendidas no exterior e prontamente assimiláveis pelos chefes locais e pelos nobres. E assim, pela época das *Völkerwanderungen* do século V, quando toda a Germânia foi lançada em comoção pelos invasores nômades hunos da Ásia Central, e as tribos começaram a correr através das fronteiras romanas, pressões internas e externas haviam levado a sociedade germânica a uma considerável distância das formas que tinha nos dias de César. Agora, uma

---

(5) Frank, *Scholae Palatinae*, pp. 63-72; Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 619-622.

nobreza cortesã solidificada e a fortuna individual em terras haviam por quase todos os cantos sucedido a rude igualdade dos clãs originais. A longa simbiose das formações sociais romana e germânica nas regiões fronteiriças gradualmetne estreitara a brecha entre ambas, embora ainda continuasse uma fenda enorme na maioria dos aspectos.[6] De sua colisão e fusão final e cataclísmica iria surgir finalmente o feudalismo.

---

(6) Neste século tem havido às vezes uma tendência entre os historiadores de exagerar o grau de simbiose apriorística dos dois mundos, em reação aos conceitos tradicionais. Um exemplo extremo é o argumento de Porshnev de que toda a infra-estrutura romana permaneceu sempre atada ao trabalho do escravo bárbaro capturado, e assim os dois sistemas sociais estariam entrelaçados estruturalmente desde o início: as assembléias dos povos germânicos primitivos tornar-se-iam simplesmente respostas defensivas às expedições escravizadoras dos romanos. De acordo com este conceito, o Império sempre teria formado uma "unidade complexa e antagonística" com a periferia bárbara. Ver B. F. Porshnev, *Feodalizm i Narodny Massye*, Moscou, 1964, pp. 510-512. Sua visão superestima em muito o papel do trabalho escravo no final do Império e também as proporções de escravos tirados dos *limes* germânicos mesmo no início do Império.

As invasões

As invasões germânicas que assolaram o Império Ocidental se desdobraram em duas fases sucessivas, cada uma com um impulso e um modelo diferente. A primeira grande onda começou com a momentosa marcha através do Reno gelado na noite de inverno de 31 de dezembro de 406, por uma informal confederação de suevos, vândalos e alanos. Poucos anos depois, em 410, os visigodos, sob as ordens de Alarico, saquearam Roma. Duas décadas mais tarde, os vândalos tomaram Cartago, em 439. Por volta de 480, o primeiro sistema rudimentar de Estado bárbaro se havia estabelecido em solo que antes fora romano: os burgúndios na Savóia, os visigodos na Aquitânia, os vândalos no Norte da África e os ostrogodos na Itália. O caráter dessa terrível irrupção inicial — que em épocas posteriores proporcionou com suas imagens arquetípicas o começo da Idade Média — era realmente muito complexo e contraditório: foi ao mesmo tempo o mais radicalmente destrutivo assalto dos povos germânicos ao Ocidente romano, e o mais notadamente conservador neste aspecto para o legado latino. A unidade econômica, política e militar do Império Ocidental foi fragmentada de maneira irreparável. Alguns dos exércitos de campo romanos de *comitatenses* sobreviveram por mais algumas décadas depois que as defesas fronteiriças (*limitanei*) haviam sido varridas; mas, rodeados e isolados por um território dominado pelos bárbaros, bolsões militares autônomos como a Gália do Norte somente enfatizam o esfacelamento completo do sistema imperial em seu todo. As províncias recaíram em desordem e confusão endêmicas, sua administração tradicional submergiu ou perdeu o rumo; a rebelião social e o banditismo reinaram por áreas imensas; culturas locais arcaicas e sepultadas vieram à superfície, e a pátina romana ruiu nas mais remotas regiões. Na primeira metade do século V a ordem imperial foi dissipada pelo influxo dos bárbaros por todo o Ocidente.

Contudo, as tribos germânicas que esfacelaram o Império Ocidental não eram capazes de trazer por si sós um novo universo político e coerente em substituição a ele. A diferença de nível entre as duas civilizações era ainda muito grande: seria necessária uma série de comportas artificiais para reuni-las. Os povos bárbaros da primeira série de invasões tribais, apesar de sua diferenciação social progressiva, constituíam-se ainda de comunidades primitivas extremamente incipientes quando penetraram pelo Ocidente romano. Nenhum jamais conhecera um Estado territorial duradouro; todos tinham religiões pagãs ancestrais; a maioria não tinha linguagem escrita; poucos possuíam qualquer sistema de propriedade articulado ou estabilizado. A casualidade da conquista de vastos blocos de antigas províncias romanas naturalmente brindava-os com problemas insolúveis de apropriação e administração imediatas. Estas dificuldades intrínsecas eram intensificadas pelo padrão geográfico da primeira onda de invasões. Para estas mesmas *Völkerwanderungen* — muitas vezes imensas peregrinações através de todo o continente —, o local de instalação final de cada povo bárbaro estava muito longe de seu ponto de partida. Os visigodos viajaram dos Bálcãs para a Espanha; os ostrogodos, da Ucrânia para a Itália; os vândalos, da Silésia à Tunísia; os burgúndios, da Pomerânia à Savóia. Não houve o caso de uma comunidade bárbara simplesmente ocupar terras romanas diretamente contíguas à sua região original de domicílio. Como resultado, os bandos de colonos germânicos no Sul da França, na Espanha, Itália e África do Norte eram desde o início necessariamente limitados em número, devido ao longo itinerário que deviam percorrer, e também não recebiam reforços através da migração natural.(1) As estruturas improvisadas dos primeiros estados bárbaros refletiam esta situação básica de fraqueza e isolamento relativos. Por isso, eles se apoiavam firmemente nas estruturas imperiais, que paradoxalmente preservavam, combinando-as sempre que possível com as germânicas, formando um dualismo institucional sistemático.

---

(1) O único número confiável para o volume das primeiras invasões é o da comunidade vândala, que foi contada por seus chefes antes da travessia para o Norte da África, e que chegava a 80 mil — perfazendo um exército talvez de 20 a 25 mil homens: ver C. Courtois, *Les Vandales et l'Afrique*, Paris, 1955, pp. 215-221. A maioria dos povos germânicos que irromperam pelas fronteiras imperiais nesta época provavelmente tinha o mesmo volume, raramente com exércitos de campo de mais do que 20 mil homens. Russell estima que pelo ano 500 d.C., o máximo possível da população bárbara dentro do antigo Império Ocidental não passasse de um milhão de indivíduos, de um total de 16 milhões. J. C. Russell, *Population in Europe 500-1500*, Londres, 1969, p. 21.

Assim, para as comunidades invasoras, a primeira questão fundamental a ser decidida, depois de suas vitórias em campo, era a da disposição econômica das terras. A solução adotada normalmente de início era um modelo próximo às práticas romanas, particularmente familiar aos soldados germânicos, e uma ruptura crítica distanciada do passado tribal em direção a um futuro social aguçadamente diferenciado. O regime de *hospitalitas* foi imposto aos proprietários romanos locais pelos visigodos, burgúndios e ostrogodos. Derivado do velho sistema de aquartelamento imperial, de que muitos mercenários germânicos haviam participado, ultimamente chegava a entregar dois terços da área total das grandes propriedades aos "hóspedes" bárbaros na Burgúndia e na Aquitânia, e um terço na Itália, cuja superfície total permitia que lhes fosse distribuído um quinhão menor de *villae* individuais, e onde as propriedades indivisas pagavam uma taxa especial para equalizar o sistema. Os *hospes* burgúndios recebiam também um terço dos escravos romanos e metade das florestas.[2] Na Espanha, os visigodos demoraram a tomar um terço das propriedades e dois terços dos rendeiros de qualquer território considerado. Só no Norte da África, os vândalos simplesmente expropriaram a nobreza em massa e saquearam a Igreja completamente, sem qualquer compromisso ou qualquer espécie de concessões — uma opção que iria custar-lhes muito caro a longo prazo. A distribuição de terras sob o sistema de "hospitalidade" provavelmente afetava a estrutura da sociedade romana relativamente pouco: dado o pequeno número de conquistadores bárbaros envolvidos, os *sortes* — ou lotes a eles distribuídos — jamais cobriram senão uma certa porção dos territórios sob seu governo. Normalmente essa porção era mais concentrada por seu receio de uma dispersão militar depois da ocupação: as colônias aglomeradas dos ostrogodos no vale do Pó eram do padrão típico. Não há sinal de que a divisão das grandes propriedades tenha encontrado resistência violenta da parte de proprietários latinos. Por outro lado, seu efeito sobre as comunidades germânicas não poderia ser senão drástico. Os *sortes* não eram partilhados totalmente pelos guerreiros germânicos que chegavam. Pelo contrário, todos os pactos entre romanos e bárbaros que sobreviveram, referentes às divisões de terras, envolviam apenas duas pessoas: o proprietário de terras de província e um sócio germânico; e a seguir, os *sortes* eram na verdade cultivados por alguns germânicos. Daí por diante parece provável que as terras tenham sido tomadas por clãs de nobres, que então instalavam os soldados rasos tribais como rendeiros seus ou então como pequenos proprietários pobres.[3] Os primeiros se tornaram de um só golpe iguais sociais da aristocracia provincial, enquanto os últimos caíam direta ou indiretamente na dependência econômica deles. Este processo — apenas muito obliquamente perceptível a partir dos documentos da época — sem dúvida era aliviado pelas frescas memórias do igualitarismo da floresta e pela natureza armada de toda a comunidade invasora, o que assegurava ao guerreiro comum sua condição livre. A princípio, os *sortes* não eram propriedade absoluta ou hereditária, e os soldados comuns que os cultivavam possivelmente detinham a maioria de seus direitos habituais. Mas era evidente a lógica do sistema: dentro de mais ou menos uma geração, uma aristocracia germânica estava consolidada sobre a terra, com um campesinato dependente abaixo dela — na verdade, realmente, às vezes também com escravos de outras etnias.[4] A estratificação de classe cristalizou-se rapidamente, uma vez que as federações tribais nômades ficavam fixadas territorialmente dentro dos limites das fronteiras imperiais antigas.

O desenvolvimento político dos povos germânicos depois das invasões confirmava e refletia essas mudanças econômicas. A formação do Estado agora era inevitável e, com ela, a coercitiva autoridade central sobre a comunidade guerreira livre. A passagem de uma a outra em alguns casos só era obtida depois de longas e tortuosas convulsões internas; a evolução política dos visigodos, quando cortaram a Europa de Adrianópolis a Toulouse, entre 375 e 417, é uma seqüência destes episódios vividos em que o poder real autoritário — ativamente assistido e promovido por influências romanas — aos poucos lutou por seu equilí-

---

(2) O mais completo relato dos diversos arranjos da *hospitalitas* é o de F. Lot, "Du Régime de l'Hospitalité", *Recueil des Travaux Historiques de Ferdinand Lot*, Genebra, 1970, pp. 63-99; ver também Jones, *The Later Roman Empire*, II, pp. 249-253, III, 46.

(3) É esta a reconstrução de Thompson: "The Visigoths from Fritigern to Euric", *Historia*, Bd. XII, 1963, pp. 120-121 — a mais precisa discussão recente sobre as implicações sociais destas colônias. Bloch acreditava que os *sortes* fossem distribuídos desigualmente, na comunidade tribal, por nível, a partir de um fundo composto por todas as terras confiscadas, assim criando inicialmente os grandes proprietários de terras germanos e os pequenos proprietários camponeses, em vez de rendeiros dependentes; mas o eventual resultado possivelmente não teria sido muito diferente se esta hipótese estivesse correta: *Mélanges Historiques*, I, pp. 134-135.

(4) E. A. Thompson, "The Barbarian Kingdoms in Gaul and Spain", *Nottingham Mediaeval Studies*, VII, 1963, p. 11.

brio sobre uma soldadesca tribal turbulenta, até que um Estado dinástico institucionalizado foi firmado enfim, com a chegada ao local de repouso temporário, a Aquitânia.[5] O "Livro das Constituições" reais foi logo depois promulgado pelo reino da Borgonha, consagrado por um pequeno grupo de 31 líderes nobres, cuja autoridade havia manifestamente eliminado qualquer palavra popular sobre as leis da comunidade tribal. O Estado vândalo na África se tornou a autocracia mais cruel de todas, apenas enfraquecido por um sistema sucessório excêntrico e irregular.[6] Da mesma maneira como o plano econômico das primeiras colônias germânicas era baseado numa partilha formal das terras romanas, a forma política e jurídica dos novos Estados germânicos fundamentava-se num dualismo oficial, separando o reino administrativa e legalmente em duas ordens distintas — a maior evidência da inabilidade dos invasores em dirigir a velha sociedade e organizar uma nova forma de governo de igual durabilidade. Os reinos germânicos característicos desta fase eram ainda monarquias rudimentares, com regras de sucessão incertas, apoiadas sobre os corpos das guardas reais ou de cortes domésticas,[7] a meio caminho entre os seguidores pessoais do passado tribal e

---

[5] Thompson, "The Visigoths from Fritigern to Euric", pp. 105-126, fornece um relato admirável deste complicado itinerário geopolítico.

[6] Para a passagem dos vândalos de um tribalismo conciliar a uma autocracia real, estorvado por um sistema de sucessão do tipo *tanistry*, ver Courtois, *Les Vandales et l'Afrique*, pp. 234-248. (*Tanistry*: sucessão após a eleição prévia de um membro da família.)

[7] A crença tradicional na existência generalizada de cortesãos germânicos até e durante a Idade Média foi combatida seriamente por Hans Kuhn, "Die Grenzender germanischen Gefolgschaft", *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechstgeschichte* (*Germanische Abteilung*), LXXXVI, 1956, pp. 1-81, que argumenta muito a partir da evidência filológica de que as próprias cortes livres eram um fenômeno relativamente raro, de início confinado à Germânia do Sul, que não deveria ser confundido com os servidores militares não-livres ou *Dienstmänner*, os quais supõe que fossem muito mais disseminados. Entretanto, o próprio Kuhn vacila sobre a questão de que as cortes tribais tenham existido durante as próprias *Völkerwanderungen*, aparecendo ocasionalmente para dar a conhecer suas presenças (comparar com as pp. 15-16, 19-20, 79, 83). O problema do *Gefolgschaft* realmente não pode ser resolvido com o recurso à filologia: o próprio termo é de cunho moderno. A impureza de suas formas era inerente à instabilidade das formações sociais tribais surgidas da Germânia, antes e depois das invasões: servidores não-livres, cujos descendentes mais tarde seriam os *ministeriales* medievais, poderiam dar lugar a cortesãos livres com trocas em relações sociais móveis, e vice-versa. As circunstâncias da época muitas vezes permitiam pouca exatidão etimológica ou jurídica na definição dos grupos armados que rodeavam os sucessivos líderes tribais. Naturalmente, a territorialização política depois das invasões por sua vez produziu outros corpos mistos de transição, do tipo esboçado acima. Para uma vigorosa refutação às revisões de Kuhn, ver Walter Schlesinger, "Randbemerkungen zu drei Aufsätzen über Sippe, Gefolgschaft und Treue", *Beiträge zur Deutschen Verfassungsgeschichte des Mittelalters*, Bd. I, Göttingen, 1963, pp. 296-316.

os nobres proprietários do futuro feudal. Abaixo destes, estavam os soldados rasos e os camponeses, e onde possível, especialmente nas cidades, os residencialmente segregados do resto da população. Apa.

A comunidade romana, por outro lado, significativamente, manteve o seu próprio aparelho administrativo, com sua estrutura e seus funcionários, e seu próprio sistema jurídico, nas mãos da classe proprietária provincial. Esse dualismo se desenvolveu mais na Itália ostrogoda, onde um aparato militar germânico e uma burocracia civil romana foram efetivamente justapostos no governo de Teodorico, que preservou a maior parte do legado da administração imperial. Dois códigos jurídicos subsistiam normalmente, aplicados a cada respectiva população — uma lei germânica derivada das habituais tradições (penalidades com tarifas, jurados, laços de parentesco, juramentos) e uma lei romana que sobrevivia virtualmente inalterada desde o Império. Os próprios sistemas jurídicos germânicos muitas vezes revelavam pronunciadas influências latinas, inevitáveis uma vez que os costumes orais se tornaram códigos escritos — diversos elementos do código imperial de Teodósio II foram tomados de empréstimos às leis dos burgúndios e dos visigodos no século V.[8] E mais, o espírito destes empréstimos era geralmente hostil aos princípios de parentesco e dos clãs incorporados em tradições bárbaras mais primitivas: a autoridade das novas posições reais devia ser desenvolvida contra a obstinada influência destes padrões de parentesco mais antigos.[9] Ao mesmo tempo, houve muito pouca ou nenhuma tentativa de alterar a legalidade estritamente latina que governava a vida da população romana. Assim, em muitos aspectos, as estruturas jurídica e política romanas foram deixadas intactas nestes reinos bárbaros primitivos: as suas similares germânicas abastardadas eram simplesmente acrescentadas a elas. O modelo ideológico era semelhante. Todos os maiores invasores germânicos ainda eram pagãos às vésperas de sua irrupção no Império.[10] A organização social tribal era inseparável das religiões tribais. A passagem política a um sistema de Estado territorial também era inevitavelmente acompanhada pela conversão ideológica ao cristianismo — que parece ter ocorrido em todos os casos numa geração durante o início do cru-

eu

---

[8] J. M. Wallace-Hadrill, *The Barbarian West 400-1000*, Londres, 1967, p. 32.

[9] Thompson, "The Barbarian Kingdoms in Gaul and Spain", pp. 15-16, 20.

[10] Isto é contestado por Vogt, *The Decline of Rome*, pp. 218-220. Mas a prova reunida por Thompson em seu ensaio "Christianity and the Northern Barbarians", ed A. Momigliano, *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, Oxford, 1963, pp. 56-78, parece convincente. Única exceção a este tempo parece ter sido o contingente menor dos ruges, convertido na Baixa Áustria antes de 482.

zamento das fronteiras. Isto não foi fruto dos esforços missionários da Igreja Católica, que ignorava ou desprezava os recém-chegados ao Império.[11] Foi obra, objetivamente, do próprio processo remodelador de transplantação, do qual a mudança de fé foi um sinal interior. A religião cristã consagrou o abandono do mundo subjetivo da comunidade de clã: uma ordem divina mais extensa era o complemento espiritual de uma autoridade terrestre mais firme. Aqui também, a primeira onda de invasores germânicos reproduzia a mesma combinação de respeito e distância às instituições do Império. Eles adotaram unanimemente o arianismo, em vez da ortodoxia cristã, e assim asseguraram uma identidade religiosa separada dentro do universo comum da cristandade. A conseqüência foi uma Igreja Germânica, paralela à Igreja Romana, em todos os reinos bárbaros iniciais. Não houve uma perseguição ariana à maioria da população católica, exceto na África vândala, onde a aristocracia inicial fora expropriada e a Igreja rigorosamente reprimida com isso. As duas crenças coexistiram pacificamente em outras regiões, e no século V o proselitismo entre as duas comunidades era mínimo. Na verdade, os ostrogodos na Itália e os visigodos na Espanha chegaram a opor obstáculos jurídicos à adoção de seu credo ariano pelos romanos, para garantir a separação entre as duas populações.[12] O arianismo germânico não era fortuito nem agressivo: era uma insígnia de separação, dentro de uma certa unidade aceita.

O impacto econômico, ideológico e político da primeira onda de invasões bárbaras, desta maneira, era limitado relativamente em sua esfera positiva, uma vez que estavam irreversivelmente demolidas as defesas imperiais. Ciente da disparidade entre o que havia destruído e o que poderia construir, a maioria dos governantes germânicos empenhou-se em restaurar tanto quanto possível os edifícios romanos que havia inicialmente posto abaixo aqui e ali: o maior deles, o ostrogodo Teodorico, criou um meticuloso condomínio administrativo na Itália, decorou sua capital, padronizou a arte e a filosofia pós-clássicas, e conduziu as relações exteriores no estilo imperial tradicional. Em geral, estes reinos bárbaros modificavam em uma extensão relativamente limitada as estruturas social, econômica e cultural do mundo romano — e era mais por fissão do que por fusão. Significativamente, a escravidão agrária em grande escala foi preservada, junto com outras instituições rurais básicas do Império ocidental, incluindo o colonato. Os novos nobres germânicos não mostravam qualquer simpatia pelas *bacaudae*, e ocasionalmente foram auxiliados pelos proprietários de terras romanos, que agora eram seus associados, para acabar com elas. Foi somente Totila, o último líder ostrogodo, confrontado com os vitoriosos exércitos bizantinos, que recorreu *in extremis* à emancipação de escravos na Itália — por si um testemunho da importância deles — para revigorar o apoio popular num desesperado lance final antes de sua destruição.[13] À parte esta instância solitária, os vândalos, burgúndios, ostrogodos e visigodos conservaram da mesma forma grupos de escravos nas grandes propriedades onde os encontrassem. No Mediterrâneo ocidental, a escravidão rural continuou a ser um fenômeno econômico maior. A Espanha visigótica em particular parece ter contido um número excepcionalmente grande de tais escravos, a julgar pelas providências legais punitivas preocupadas com seu controle e pelo fato de que eles parecem ter suprido a maior parte dos destacamentos forçados para o exército permanente.[14] Assim, enquanto as cidades continuavam a declinar, o campo foi deixado basicamente intocado pela primeira onda de invasões, à parte a desordem de guerras externas e de guerras civis e a introdução de propriedades e camponeses germânicos lado a lado com seus protótipos romanos. O mais impressionante índice dos limites da penetração bárbara nesta fase foi que em lugar algum ela alterou as fronteiras lingüísticas entre o mundo latino e o teutônico: nenhuma região do Ocidente romano foi

---

(11) A alegação de Momigliano de que uma das razões para a ascendência do cristianismo no final do Império Romano era que este tinha um programa para integrar os bárbaros pela conversão, onde o paganismo clássico só oferecia a exclusão, parece fantasiosa: *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, pp. 14-15. Realmente, a Igreja Católica não fazia proselitismo oficial entre os povos germânicos nesta época.

(12) E. A. Thompson, "The Conversion of the Visigoths to Catholicism", *Nottingham Mediaeval Studies*, IV, 1960, pp. 30-31; Jones, *The Later Roman Empire*, II, p. 263.

(13) Santo Mazzarino, "Si può Parlare di Rivoluzione Sociale alla Fine del Mondo Antico?", *Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medievo, Sttimani di Spoleto*, IX, 6-12, abril de 1961, pp. 415-416, 422. Mazzarino acredita que os camponeses insurgentes da Panônia tenham participado das invasões vândalo-alanas da Gália em 406, que iriam representar um caso único de aliança bárbaro-camponesa contra o Estado imperial. Mas a evidência na verdade sugere que a fonte de referência do século V se refere os ex-federados ostrogodos temporariamente instalados na Panônia, entre a população local. Ver Laszlo Varady, *Das Letzte Jahrhundert Pannoniens (376-476)*, Amsterdã, 1969, p. 218 e segs. Por outro lado, a sugestão de Thompson de que os visigodos e os burgúndios podem realmente ter sido até certo ponto colocados na Aquitânia e na Savóia pelos romanos para evitar o perigo de revoltas *bacaudae* pode ser considerada mal concebida: "The Settlement of the Barbarians in Southern Gaul", *The Journal of Roman Studies*, XLVI, 1956, pp. 65-75.

(14) Thompson, "The Barbarian Kingdoms in Gaul and Spain", pp. 25-27; Robert Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, Paris, 1959, I, p. 235. Os aspectos legais e militares da escravidão visigótica estão documentados por Thompson, *The Goths in Spain*, Oxford, 1969, pp. 267-274, 318-319, e em maior extensão por Charles Verlinden, *L'Esclavage dans l'Europe Médiévale*, I, Bruges, 1955, pp. 61-102.

germanizada na fala por qualquer destes conquistadores iniciais. No máximo, sua chegada simplesmente comprometeu a dominação romana nos pontos mais remotos das províncias o suficiente para permitir que surgissem línguas e culturas locais pré-romanas: o basco e o celta registram avanços maiores que a língua germânica no princípio do século V.

O tempo de vida dos Estados bárbaros originais não foi muito longo. A expansão franca subjugou os burgúndios e expulsou os visigodos da Gália. As incursões bizantinas esmagaram os vândalos na África e, depois de uma longa guerra desgastante, exterminaram os ostrogodos na Itália. Finalmente, invasores islâmicos fizeram recuar o governo visigodo na Espanha. Poucos traços das respectivas instalações foram deixados atrás, exceto nos redutos mais ao norte da Cantábria. Foi a onda seguinte de invasões germânicas que determinou profundamente e de maneira permanente o último mapa do feudalismo ocidental. Os três episódios principais desta segunda fase bárbara foram, naturalmente, a conquista franca da Gália, a ocupação anglo-saxônica da Inglaterra e — um século depois, à sua maneira — o assalto lombardo à Itália. O caráter destas migrações diferia daquele da primeira onda e, possivelmente daí em diante, sua escala também.[15] Em cada caso, eles representavam uma expansão comparativamente modesta e sempre adiante de um ponto de partida geográfico adjacente. Os francos habitavam a Bélgica contemporânea antes de partirem para o sul em direção à Gália do Norte. Os anglos e os saxões localizavam-se nas costas do Norte da Alemanha, em frente à Inglaterra; os lombardos concentravam-se na Baixa Áustria antes de invadirem a Itália. As linhas de comunicação entre as regiões recentemente conquistadas e as terras de povoação recente, em conseqüência, eram poucas, de maneira que outros contingentes de tribos idênticas ou aliadas podiam chegar sempre para reforçar os migrantes iniciais. O resultado foi um lento avanço feito pouco a pouco na Gália, um obscuro excesso de desembarques na Inglaterra e uma série gradual de mudanças em direção ao sul, na Itália, que povoaram essas províncias antes romanas muito mais densamente do que o fizeram as primeiras incursões à época dos hunos. Apenas as invasões lombardas iniciais mantiveram o caráter épico de uma *Völkerwanderung* militar. Mesmo estas foram sendo retardadas e atenuadas enquanto se expandiam mais adiante e mais profundamente

---

(15) Para uma comparação entre as duas vagas migratórias, ver Lucien Musset, *Les Invasions. les Vagues Germaniques*, Paris, 1965, pp. 116-117 e segs. O livro de Musset é o trabalho de síntese mais esclarecedor sobre todo o período.

do que a anterior ocupação dos ostrogodos. Embora o poder lombardo devesse centralizar-se nas planícies do norte como foi o de seus antecessores, as colônias lombardas empurraram pela primeira vez a penetração bárbara para o extremo meridional da Itália. As migrações francas e anglo-saxônicas eram movimentos estáveis de colonização armada em regiões onde efetivamente existia um vácuo político primordial. A Gália setentrional era o posto avançado do último exército de campo romano solitário, sessenta anos depois que o sistema imperial entrara em colapso por todo o Ocidente. O domínio romano na Bretanha jamais fora desafiado em batalha; havia expirado silenciosamente, uma vez que sua corda salva-vidas para o continente se fora e o interior havia caído sob chefias célticas moleculares mais uma vez. A profundidade desta segunda onda de migrações pode ser medida a partir das alterações lingüísticas que haviam conduzido. A Inglaterra foi germanizada *en bloc*, tanto quanto foi estendida a colonização anglo-saxônica — as margens célticas da ilha sequer proporcionando um acréscimo de vocabulário à fala dos conquistadores: indício da fortíssima romanização da província mais setentrional do Império, que manifestamente jamais afetou a massa da população. No continente, a fronteira romana foi recuada em uma faixa de território umas 50 a 100 milhas de Dunquerque até a Basiléia, e umas 100 a 200 milhas ao sul do Alto Danúbio.[16] Além disto, os francos legaram à posteriedade umas 500 palavras ao vocabulário francês e os lombardos, umas 300 ao italiano (quando os visigodos deixaram só umas 60 para o espanhol, e o suevo, 4 para o português). A sedimentação cultural da segunda onda de conquistas foi muito mais profunda e mais duradoura que a primeira.

ex

Camada

Uma das principais razões, naturalmente, foi que a onda inicial havia limpado completamente o terreno da verdadeira resistência organizada oposta pelo sistema imperial no Ocidente. Suas próprias criações se mostraram singularmente imitativas e frágeis, e em geral não houve a pretensão de ocupar todo o terreno assim nivelado. As migrações seguintes dispunham tanto do volume como do espaço para construir formas sociais mais complexas e duradouras no Ocidente. O dualismo rígido e instável do século V desapareceu aos poucos no século VI (exceto na última fortaleza dos governos da primeira geração — a Espanha visigótica —, onde ele desapareceu no século VII). Um lento processo de fusão, integrando elementos germânicos e romanos numa nova síntese que haveria de substituí-los, começou a ocorrer gradualmente. O mais importante destes desenvolvimentos — o surgimento de um novo

---

(16) Musset, *Les Invasions. Les Vagues Germaniques*, pp. 172-181.

sistema agrário — infelizmente é o mais obscuro para a historiografia subseqüente. A economia rural da Gália merovíngia e da Itália lombarda permanece um dos capítulos mais opacos na História da agricultura ocidental. Alguns fatos deste período são evidentes. Já não havia mais razão para o sistema de *hospitalitas*. Nem os francos, nem os lombardos (nem os anglo-saxões *a fortiori*, naturalmente) procederam a idêntica distribuição regulamentada dos domínios fundiários romanos. Em vez disso, parece ter ocorrido um duplo modelo de colonização. Por um lado, governantes francos e lombardos simplesmente confiscavam os latifúndios locais em grande escala, anexando-os ao tesouro real, ou faziam sua distribuição às suas cortes nobres. A aristocracia senatorial que sobreviveu na Gália do Norte havia recuado para o sul do Loire mesmo antes de Clóvis haver derrotado o exército de Siágrio em 486 e ter-se apossado dos despojos provinciais de sua vitória. Os reis lombardos na Itália não tentaram conciliar-se com os proprietários romanos, que eram esmagados e aniquilados onde impusessem obstáculos à apropriação da terra; alguns chegaram a ser reduzidos à condição de escravos.[17] A mudança da grande propriedade agrária assim foi provavelmente muito maior na segunda do que na primeira onda de invasões. Por outro lado, entretanto, desde que a massa demográfica das migrações posteriores foi consideravelmente maior que a das primeiras e o ritmo de seu avanço muitas vezes mais lento e mais firme, o componente popular e camponês da nova ordem rural também foi mais marcado. Foi especialmente neste período que as comunidades aldeãs, que eram uma feição subseqüente de feudalismo medieval tão proeminente, parecem ter-se entrincheirado pela França e outros lugares pela primeira vez. As aldeias se multiplicavam, enquanto as *villae*, como unidades organizadas de produção, declinavam, entre a incerteza e a anarquia dos tempos.

Pelo menos na Gália, este fenômeno pode ser atribuído a dois processos convergentes. O colapso do governo romano minou a estabilidade do instrumento básico de colonização rural latina, o sistema de *villae*; agora ressurgia debaixo dele uma antiga paisagem celta revelando aldeias primitivas de choupanas e vivendas camponesas que haviam sido oprimidas pela romanização da Gália. Ao mesmo tempo, as migrações das comunidades germânicas locais em direção ao sul e ao ocidente — já não mais necessariamente em ataques guerreiros — trouxeram com elas muitas das tradições agrícolas de suas terras tribais

---

(17) L. M. Hartmann, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, II/ii, Gotha, 1903, pp. 2-3.

de origem, menos erodidas pelo tempo e pela viagem do que à época das primeiras *Völkerwanderungen* épicas. Assim, os lotes camponeses alodiais e as terras das aldeias comunais — legados diretos das florestas do Norte — reapareciam nas novas colônias dos migrantes. Por outro lado, as subseqüentes guerras do período merovíngio levaram a novas escravizações, vindas especialmente das regiões fronteiriças da Europa Central. A proporção da combinação final de propriedades nobres germânicas, de arrendamentos dependentes, de pequenas propriedades camponesas, de terras comunais, das *villae* romanas sobreviventes e da escravidão rural é impossível de estimar na confusão e obscurantismo dessa época. Mas está claro que na Inglaterra, na França e na Itália um campesinato étnico livre foi inicialmente um dos elementos de migrações anglo-saxônicas, francas e lombardas — embora sua extensão não possa ser determinada. Na Itália, as comunidades camponesas lombardas estavam organizadas em colônias militares, com sua própria administração autônoma. Na Gália, a nobreza franca recebia terras e cargos pelo interior num modelo que era uma notável variante das colonizações rurais francas, indicando claramente que os migrantes mais comuns não eram de maneira alguma necessariamente rendeiros dependentes do antigo estrato aristocrata.[18] Na Inglaterra, as invasões anglo-saxônicas levaram a um prematuro e total colapso do sistema de *villa* — de qualquer forma, bem mais precário do que no continente, por causa da limitada extensão da romanização. Ali também, entretanto, os senhores bárbaros e os camponeses coexistiam em diferentes combinações depois das migrações, com uma tendência geral a um aumento de dependência rural, enquanto surgiam unidades políticas mais estáveis. Na Inglaterra, a diferença mais acentuada entre as ordens romana e germânica talvez tenha levado a uma mudança mais profunda nos próprios métodos de cultivo. Em todo caso, o modelo das colônias anglo-saxônicas contrastava muito com o romano que o precedera e prefigurava algumas das mudanças mais importantes da agricultura feudal posterior. Enquanto as propriedades romanas estavam localizadas em colinas com solos mais leves, mais aproximados aos terrenos mediterrâneos e que podiam ser cultivados com arados simples, as propriedades anglo-saxônicas situavam-se usualmente em vales com solos pesados e úmidos, em que os habitantes usavam arados de ferro; enquanto a agricultura romana tinha um significativo componente pastoril, os invasores anglo-saxônicos tendiam a abrir enormes claros de flo-

---

(18) Musset, *Les Invasions. Les Vagues Germaniques*, p. 209.

resta e pântanos para formar terras aráveis.[19] Aldeias celtas dispersas deram lugar a aldeamentos nucleares, em que a propriedade individual de casas camponesas era combinada com os campos abertos de cultivo coletivo. Acima destas colônias, os chefes e senhores locais consolidavam seus poderes pessoais: pela virada do século VII, estava consolidada uma aristocracia legalmente definida e hereditária na Inglaterra anglo-saxônica.[20] Assim, enquanto a segunda onda de invasões produzia por toda parte uma aristocracia germânica dotada de propriedades maiores do que nunca anteriormente, ela também povoava o interior com comunidades aldeãs permanentes e torrões de pequenas propriedades camponesas. Ao mesmo tempo, muitas vezes também reabastecia a escravidão agrícola, com os cativos de guerra da época.[21] Ainda não podia organizar estes elementos díspares da economia rural da Idade das Trevas em um novo e coerente modo de produção.

Politicamente, esta segunda onda de invasões marcava ou pressagiava o fim das leis e administrações dualistas, com uma contínua desmoralização dos legados jurídicos romanos. Os lombardos não se esforçavam para repetir o paralelismo ostrogodo na Itália. Reformaram o sistema civil e jurídico do interior nas regiões que ocupavam, promulgando um novo código legal baseado em normas germânicas tradicionais, mas redigido em latim, que logo predominou sobre a lei romana. Os reis merovíngios mantinham um duplo sistema legal, mas, com a crescente anarquia de seu governo, as normas e memórias latinas gradualmente desapareceram. A lei germânica se tornou progressivamente a dominante, enquanto as taxações herdadas de Roma decaíam ante a resistência da população e da Igreja a uma fiscalização que já não mais correspondia a qualquer serviço público ou Estado integrado. Gradualmente, a taxação passava também aos reinos francos. Na Inglaterra, a lei e a administração romana haviam desaparecido de qualquer maneira, inteiramente, antes que os anglo-saxões chegassem, e assim este problema nunca foi levantado. Mesmo na Espanha visigótica, o único Estado bárbaro cuja ancestralidade ia agora até a primeira onda de invasões, a lei e administração dualistas terminaram no final do século VII, quando a monarquia de Toledo aboliu todos os legados ro-

---

(19) H. R. Loyn, *Anglo-Saxon England and the Norman Conquest*, Londres, 1962, pp. 19-22.

(20) Loyn, *Anglo-Saxon England and the Norman Conquest*, pp. 199 e segs.

(21) Para a continuada importância dos escravos no final da Idade Média, ver Georges Duby, *Guerriers et Paysans*, Paris, 1973, pp. 41-43.

manos e sujeitou toda a população a um sistema gótico modificado.[22] Por outro lado, o separatismo religioso germânico agora diminuía lentamente. Os francos adotaram o catolicismo diretamente com o batismo de Clóvis nos últimos anos do século V, depois de sua vitória sobre os alamanos. Aos poucos os anglo-saxões foram convertidos por missões romanas no século VII. Os visigodos na Espanha renunciaram ao arianismo com a conversão de Recaredo em 587. O reino lombardo aceitou o catolicismo em 653. Junto a estas mudanças, houve a assimilação por casamentos entrecruzados entre as duas classes proprietárias, romana e germânica, onde elas coexistiam. Este processo foi limitado na Itália pela exclusividade lombarda e pelo revanchismo bizantino, que unidos impediam qualquer pacificação duradoura da península, e o conflito daí surgido lançou as bases para a divisão secular do Norte e do Sul em épocas posteriores. Mas ele continuava com estabilidade na Gália sob o governo merovíngio; pelo início do século VII estava completado substancialmente, com a consolidação de uma única aristocracia rural, não mais senatorial ou partidária em sua feição. A correspondente fusão das linhas romana e germânica na Igreja levou um tempo mais considerável: os bispos na Gália continuaram a ser virtualmente romanos durante a maior parte do século VI e nenhuma fusão étnica completa ocorreu na hierarquia eclesiástica até o século VIII.[23]

A substituição das simples acomodações dualistas às formas imperiais romanas, entretanto, não trouxe consigo nenhuma fórmula política nova que fosse concludente ou permanente no final da Idade Média. No máximo, o abandono das tradições avançadas da Antiguidade clássica levou a uma regressão no nível de sofisticação e desempenho dos Estados sucessórios que seguiram, agravado pelas conseqüências da expansão islâmica no Mediterrâneo do início do século VII em diante, que depois fechou o comércio e bloqueou à Europa Ocidental em isolamento rural. É possível que as melhorias climáticas no século VII, anunciando um ciclo um tanto mais cálido e mais seco na Europa, e a recuperação do crescimento demográfico possam ter começado a beneficiar a economia rural.[24] Pouca incidência de tal progresso

---

(22) Para o cenário possível deste processo, ver Thompson, *The Goths in Spain*, pp. 216-217.

(23) Musset, *Les Invasions. Les Vagues Germaniques*, p. 190.

(24) Esta hipótese é colocada por Duby: *Guerriers et Paysans*, pp. 17-19, 84-85. Mas a prova é muito dispersiva para quaisquer conclusões confiáveis. Duby geralmente tende a apresentar uma interpretação mais otimista desta época que outros historiadores. Assim, o desaparecimento da moeda corrente de ouro é encarado por ele como sinal de comércio reativado, e as moedas de prata menores desta época, como um indício de tran-

era perceptível na confusão política da época. A cunhagem de moedas de ouro desapareceu depois de 650, conseqüência das deficiências de comércio endêmicas com o Leste bizantino e também das conquistas árabes. A monarquia merovíngia mostrou-se incapaz de manter o controle sobre a cunhagem da moeda, que se tornou degradada e dispersa. A taxação pública na Gália caiu no esquecimento; a diplomacia endureceu e limitou-se; a administração ficou embotada e estreita. Os Estados lombardos na Itália estilhaçaram-se e enfraqueceram pelos enclaves bizantinos, permanecendo primitivos e defensivos. Assim, talvez a realização mais positiva dos bárbaros terá sido a conquista da própria Germânia, completada pelas campanhas merovíngias até o Weser no século VI,[25] cujas aquisições vinham integrar as terras de origem das migrações ao universo político das províncias imperiais, unificando as duas zonas cujo conflito desencadeara na Idade Média uma única ordem territorial e cultural. O rebaixamento dos níveis institucionais de civilização urbana na Gália franca acompanhou e permitiu sua relativa elevação na Germânia bávara e alamana. Entretanto, mesmo nesta esfera, a administração merovíngia foi singularmente rude e pobre: nem a literatura, nem a moeda corrente nem a cristandade foram introduzidas pelos condes enviados a governar além do Reno. Em suas estruturas econômicas, sociais e políticas, a Europa Ocidental havia deixado para trás o precário dualismo das primeiras décadas depois da Antiguidade; um processo tosco de fusão ocorrera, mas os resultados eram ainda informes e heteróclitos. Nem a simples justaposição nem a mescla rudimentar poderiam libertar um novo modo de produção geral, capaz de ultrapassar o impasse da escravidão e do colonato, e, com isto, uma nova e internamente coerente ordem social. Em outras palavras, só uma genuína *síntese* poderia realizar isso. Uns poucos sinais premonitórios isolados pressagiavam o advento de um tal resultado definitivo. O mais notável foi o surgimento, já evidente no século VI, de sistemas antroponímicos e toponímicos completamente novos — combinando elementos lingüísticos germânicos e romanos em unidades estranhas a ambos — nas terras fronteiriças entre a Gália e a Germânia.[26] A língua falada, longe de estar sempre seguindo as mudanças materiais, pôde antecipá-las em outras ocasiões.

---

sações comerciais mais flexíveis e mais freqüentes — o contrário do ponto de vista comum sobre os registros monetários merovíngios.

(25) Musset, *Les Invasions. Les Vagues Germaniques*, pp. 130, 132.

(26) Musset, *Les Invasions. Les Vagues Germaniques*, p. 197.

Em busca de uma síntese

A síntese histórica que naturalmente ocorreu foi o feudalismo. O termo preciso — *síntese* — é de Marx, junto com os de outros historiadores de seu tempo.[1] A catastrófica colisão dos dois modos anteriores de produção em dissolução — o primitivo e o antigo — produziu a ordem feudal que se disseminou por toda a Europa medieval. Já estava evidente para os pensadores do Renascimento, quando esta gênese foi debatida pela primeira vez,[2] que o feudalismo ocidental era resultado específico de uma fusão dos legados romano e germânico. A controvérsia moderna sobre a questão data essencialmente de Montesquieu, que declarou serem germânicas as origens do feudalismo no Iluminismo. Desde então, o problema das "proporções" exatas da mistura de elementos romanos e germânicos que geraram o feudalismo levantou paixões de sucessivos historiadores nacionalistas. Na verdade os tons do final da Antiguidade eram freqüentemente alterados, dependendo do patriotismo do cronista. Para Dopsch, que escreveu na Áustria depois da Primeira Guerra Mundial, o colapso do Império Romano foi apenas a culminação de séculos de pacífica absorção pelos povos germânicos: foi vivido como uma calma libertação pelos habitantes do Ocidente. "O mundo romano foi gradualmente conquistado do interior pelos ger-

---

(1) Em sua afirmação principal sobre o método histórico, Marx falou dos resultados das conquistas germânicas como um processo de "interação" (*Wechselwirkung*) e "fusão" (*Verschmelzung*) que gerava um novo "modo de produção" (*Produktionsweise*), que era uma "síntese" (*Synthese*) de seus dois predecessores: *Grudrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (*Einleitung*), Berlim, 1953, p. 18.

manos, que o haviam penetrado pacificamente por muitos séculos e assimilado sua cultura, e realmente assumido a responsabilidade de sua administração, de maneira que a remoção de seu domínio político foi somente a conseqüência final de um demorado processo de mudança, como a retificação da nomenclatura de uma empresa cujo nome há muito deixou de corresponder aos verdadeiros diretores do negócio... Os germanos não eram inimigos para destruir ou varrer a cultura romana, ao contrário: eles a preservaram e desenvolveram."[3] Para Lot, escrevendo na França à mesma época, o final da Antiguidade foi um desastre inimaginável, o holocausto da própria civilização: a lei germânica era responsável pela "violência perpétua, sem rédeas, e frenética" e pela "insegurança da propriedade" da época seguinte, cuja "terrível corrupção" fez dele "um período realmente maldito da história".[4] Na Inglaterra, onde não houve um confronto, mas somente uma pausa entre as ordens romana e germânica, a controvérsia foi desviada para a invasão inversa da conquista normanda, e Freeman e Round sucessivamente polemizaram sobre os relativos méritos das contribuições anglo-saxônicas e latinas ao feudalismo local.[5] As cinzas desta disputa ainda brilham hoje; os historiadores soviéticos trocaram farpas sobre elas em uma conferência recente na Rússia.[6] Naturalmente, na verdade, a precisa mistura de elementos romanos ou germânicos no puro modo feudal de produção em si é de importância muito menor do que sua respectiva distribuição nas formações sociais variantes que emergiam na Europa medieval. Em outras palavras, como veremos, uma *tipologia* do feudalismo europeu é necessária — em vez de um simples *pedigree*.

A derivação original de instituições feudais específicas muitas vezes parece emaranhada em qualquer caso, dada a ambigüidade das fontes e o paralelismo de desenvolvimentos dentro dos dois sistemas sociais antecedentes. A vassalagem assim pode ter tido suas principais raízes tanto no *comitatus* germânico quanto na *clientela* galo-romana: as duas formas de corte aristocrática que existiram em cada lado do Reno bem antes do fim do Império, ambas tendo contribuído para o surgimento definitivo do sistema de vassalagem.[7] O domínio, que no devido tempo se fundiu para formar o feudo, pode ser traçado a partir das últimas práticas eclesiásticas romanas e das distribuições tribais germânicas de terras.[8] O *manor*, por outro lado, certamente é derivado do *fundus* ou *villa* galo-romanos, que não tinham equivalente bárbaro: imensas propriedades auto-suficientes e cultivadas por *coloni*, que entregavam a produção em espécie a grandes proprietários, esboço claro de uma economia senhorial.[9] Os enclaves comunais da aldeia medieval, de sua parte, eram basicamente uma herança germânica, sobrevivente dos sistemas rurais originais da floresta após a evolução do campesinato bárbaro do regime alodial para o de rendeiros dependentes. A própria servidão provavelmente descende tanto do clássico estatuto do *colonus* como da lenta degradação de camponeses germânicos livres por "reco-

---

(2) Para um debate sobre o Renascimento, ver D. R. Kelley, "De Origine Feudorum: The Beginnings of a Historical Problem", *Speculum*, XXXIX, abril de 1964, nº 2, pp. 207-228; a discussão de Montesquieu está em *De l'Esprit des Lois*, livros XXX e XXXI.

(3) Alfons Dopsch, *Wirtschaftliche und Soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen*, Viena, 1920-1923, vol. I, p. 413.

(4) Ferdinand Lot, *La Fin du Monde Antique et le Début du Moyen Age*, Paris, 1952 (reedição), pp. 462, 463 e 469. Lot terminou seu livro no final de 1921.

(5) Para Freeman, "a conquista normanda foi a derrota temporária de nosso ser nacional. Mas foi apenas uma derrota temporária. Para um observador superficial, o povo inglês pode ter parecido por um momento estar fora do toque de reunir das nações, ou apenas existir como escravos de governantes estrangeiros em sua própria terra. Mas, em poucas gerações, fizemos de cativos nossos conquistadores, a Inglaterra era a Inglaterra mais uma vez". Edward A. Freeman, *The History of the Norman Conquest of England, Its Causes and Results*, Oxford, 1867, vol. I, p. 2. Ao panegírico de Freeman sobre a herança anglo-saxônica opõe-se Round com uma exaltação um pouco menos veemente sobre a chegada dos normandos. Em 1066, "o longo cancro da paz fizera a sua obra. O país estava maduro para o invasor, ia aparecer o salvador da sociedade"; a conquista normanda pelo menos trouxe à Inglaterra "algo melhor do que as entradas em nossa frugal crônica nativa". J. H. Round, *Feudal England*, Londres, 1964 (reed.), pp. 247, 304-305.

(6) Ver a longa discussão em *Srednie Veka*, Fasc. 31, 1968, do relatório de A. D. Liublinskaya, "Tipologiya Rannevo Feodalizm v Zapadnoi Evrope i Problema Romano-Germanskovo Sinteza", pp. 17-44. Os participantes foram O. L. Vainshtein, M. Ya. Siuziumov, Ya. L. Bessmertny, A. P. Kazhdan, M. D. Lordkipanidze, E. V. Gutnova, S. M. Stam, M. L. Abramson, T. I. Desnitskaya, M. M. Friedenberg e V. T. Sirotenko. Note-se em particular o tom das intervenções de Vainshtein e Siuziumov, respectivamente defensores das contribuições bárbaras e imperiais ao feudalismo, sendo que o último — um historiador bizantinista — inequivocamente desferindo uma nota antigermânica nacional. Em geral, os bizantinistas soviéticos parecem ocupacionalmente inclinados a privilegiar o peso da Antiguidade na síntese feudal. A réplica de Liublinskaya à discussão é tranqüila e sensata.

(7) Compare Dopsch, *Wirtschafliche und Sozial Grundlagen*, II, pp. 300-302, com Bloch, *Feudal Society*, vol. I, 147-151. Formas intermediárias eram os *bucellarii* galo-romanos ou guarda-costas, e os *antrustiones* francos (guardas palacianos) ou *leudes* (partidários militares). Para este último, ver Carl Stephenson, *Mediaeval Institutions*, Ithaca, 1954, pp. 225-227, que considera os *leudes* ancestrais diretos dos *vassi* carolíngios.

(8) Dopsch, *Wirtschaftliche und Soziale Grundlagen*..., II, pp. 332-336.

(9) Dopsch, *Wirtschaftliche und Soziale Grundlagen*..., I, pp. 332-339. A etimologia das palavras-chave do feudalismo europeu pode lançar uma frágil luz sobre sua variada origem. *Fief* (feudo) é derivada do germano antigo *vieh*, a palavra para herdade. *Vassal* (vassalo) vem do celta *kwas*, que originalmente significava escravo. Por outro lado, *village* (aldeia) vem do latim *villa*, *serf* (servo) vem de *servus* e *manor* (domínio) do latim *mansus*.

mendação" meio coercitiva a guerreiros de clãs. O sistema legal e constitucional desenvolvido na Idade Média era híbrido da mesma forma. Uma justiça de caráter realmente popular e uma tradição de obrigações formalmente recíprocas entre governantes e governados numa comunidade tribal pública deixaram marca muito difundida nas estruturas jurídicas do feudalismo, mesmo quando as cortes populares não sobreviveram, como aconteceu na França. O sistema de propriedades que surgiu mais tarde nas monarquias feudais deveu muito a este último, em particular. Por outro lado, o legado romano de uma lei codificada e escrita foi também de importância central para a síntese jurídica específica da Idade Média; a herança conciliar da Igreja Cristã clássica foi também sem dúvida decisiva para o desenvolvimento do sistema de propriedade.[10] No auge da forma de governo medieval, a instituição da própria monarquia feudal representou inicialmente um amálgama mutável do líder de guerra germânico, semi-eletivo e com funções seculares rudimentares, e o governante imperial romano, que era um autocrata sagrado de ilimitados poderes e responsabilidades.

O complexo infra e supra-estrutural que iria compor a estrutura geral de uma totalidade feudal na Europa teve assim uma dupla origem, depois do colapso e confusão da Idade Média. Entretanto, uma única instituição abarcou toda a transição da Antiguidade à Idade Média em continuidade essencial: a Igreja Cristã. Ela foi, realmente, o principal e frágil aqüeduto sobre o qual passavam agora as reservas culturais do Mundo Clássico ao novo universo da Europa feudal, onde a escrita se tornara clerical. Assunto histórico singular *par excellence*, cuja peculiar temporalidade jamais coincidiu com a de uma simples seqüência de uma economia ou forma de governo à outra, mas que se justapôs e sobreviveu a muitas em seu próprio ritmo, a Igreja não recebeu nunca uma teorização dentro do materialismo histórico.[11] Aqui não se pode fazer nenhuma tentativa para remediar esta omissão. Mas

são necessários alguns comentários breves sobre o significado de seu papel na transição da Antiguidade ao feudalismo, já que isto tem sido alternativamente exagerado ou negligenciado em muitas discussões históricas da época. No final da Antiguidade, a Igreja Cristã, como já vimos, contribuiu indubitavelmente para o enfraquecimento dos poderes de resistência do sistema romano imperial. Conseguiu isto, não desmoralizando doutrinas ou valores extramundanos, como acreditavam os historiadores do Iluminismo, mas por seu absoluto peso temporal. O vasto aparato clerical que ela desovou no último Império foi uma das principais razões da sobrecarga parasítica que exauriu a economia e a sociedade romana. Foi ainda agregada uma segunda superburocracia ao já opressivo ônus do Estado secular. Por volta do século VI, os bispos e o clero no Império remanescente eram em muito maior número que os agentes administrativos e funcionários do Estado, e recebiam salários consideravelmente mais altos.[12] A carga intolerável deste edifício desequilibrado foi uma determinante central do colapso do Império. A tese clara de Gibbon de que o cristianismo foi uma das causas fundamentais da queda do Império Romano — um resumo final expressivo do idealismo iluminista — desta maneira permite uma reformulação materialista nos dias de hoje.

Ainda assim, a Igreja foi também o terreno movediço dos primeiros sintomas da libertação de técnica e cultura a partir dos limites de um mundo construído sobre a escravidão. As realizações extraordinárias da civilização greco-romana haviam sido propriedade de um pequeno estrato governante, inteiramente divorciado da produção. O trabalho manual era identificado com a servidão e era *eo ipso* degradante. Economicamente, o modo de produção escravo levou à estagnação técnica: não havia estímulo para técnicas que economizassem o trabalho. Assim, a tecnologia alexandrina, como vimos, persistiu através de todo o Império Romano: foram feitas poucas invenções significativas, e nenhuma jamais foi aplicada extensivamente. Por outro lado, culturalmente, tornou possível a ilusória harmonia entre o homem e o universo natural que marcou a arte e a filosofia de grande parte da Antiguidade clássica: o estar inquestionavelmente isento do trabalho era uma das precondições à sua serena ausência de tensão em relação à natureza.

---

(10) Hintze enfatiza esta filiação em seu ensaio "Weltgeschichtliche Bedingungen der Repräsentativverfassung", em Otto Hintze, *Gesammelte Abhandlungen*, vol. I, Leipzig, 1941, pp. 134-135.

(11) Saída de uma minoria étnica pós-tribal, triunfante no final da Antiguidade, dominante no feudalismo, decadente e renascendo no capitalismo, a Igreja Romana sobreviveu a qualquer outra instituição — cultural, política, jurídica ou lingüística — historicamente coeva. Engels fez uma breve reflexão sobre sua longa odisséia em *Ludwig Feuerbach and the End of German Classical Philosophy* (Marx-Engels, *Selected Works*, Londres, 1968, pp. 628-631; mas limitou-se a registrar a dependência de suas mutações sobre as da história geral dos modos de produção. Sua própria autonomia e adaptabilidade regional — extraordinária para quaisquer padrões comparativos — ainda têm de ser seriamente exploradas. Lukács acreditava que ela estivesse numa relativa permanência do homem em relação à natureza, invisível substrato do cosmos religioso. Mas ele nunca se aventurou a mais do que tocar na questão. Ver G. Lukács, *History and Class Consciousness*, Londres, 1971, pp. 235-236.

(12) Jones, *The Later Roman Empire*, vol. II, pp. 933-934, 1046.

A labuta da transformação material ou mesmo de sua supervisão gerencial era um substrato consideravelmente excluído desta esfera. A grandeza da herança cultural e intelectual do Império Romano não foi acompanhada apenas de uma imobilidade técnica: ela estava restrita por suas próprias precondições à camada mais fina das classes governantes provinciais e metropolitanas. O índice mais notável de sua limitação verticalizada foi o fato de que a grande massa da população no Império pagão não conhecia o latim. A própria língua do governo e das letras era monopólio de uma pequena elite. A ascensão da Igreja Cristã foi o que primeiro assinalou uma subversão e alteração deste padrão. O cristianismo rompeu a união entre o homem e a natureza, entre o espírito e o mundo carnal, potencialmente distorcendo o relacionamento entre os dois em direções opostas e atormentadas: o ascetismo e o ativismo.[13] De imediato, a vitória da Igreja no final do Império nada fez para alterar as atitudes tradicionais em relação à tecnologia ou à escravidão. Ambrósio de Milão expressou a nova opinião oficial ao condenar como ímpias até as puramente teóricas ciências da astronomia e da geometria: "Não conhecemos os segredos do imperador e mesmo assim reivindicamos conhecer os de Deus".[14] Os Padres da Igreja, de Paulo a Jerônimo, também aceitavam de modo unânime a escravidão, apenas aconselhando os escravos a serem obedientes a seus senhores, e os senhores a serem justos com seus escravos — a verdadeira liberdade não seria encontrada neste mundo, de qualquer maneira...[15] Na prática, a Igreja destes séculos era muitas vezes uma grande proprietária institucional de escravos, e seus bispos, quando fosse o caso, poderiam ir ao encalço de seus direitos legais sobre uma propriedade fugitiva com um pouco mais do que um zelo punitivo comum.[16]

Entretanto, à margem do próprio aparato eclesiástico, o crescimento da vida monacal apontava para uma possível direção diferente. Os camponeses egípcios tinham uma tradição de eremitério solitário no deserto, ou *anachoresis*, como forma de protesto contra a coleta de impostos ou outros males sociais; isso foi adaptado por Antônio numa religiosidade anacoreta ascética no final do século III d.C. Foi então desenvolvido por Pacômio no início do século IV na forma de cenobitismo comunal nas áreas cultivadas próximas ao Nilo, onde eram recomendados o trabalho agrícola e a leitura, assim como a prece e o jejum;[17] no ano 370, Basílio reuniu o ascetismo, o trabalho manual e a instrução intelectual num regulamento monástico pela primeira vez. Entretanto, embora esta evolução possa ser vista retrospectivamente como um dos primeiros sinais de uma lenta maré de mudança nas atitudes sociais em relação ao trabalho, o desenvolvimento da vida monacal no final do Império Romano apenas agravou o parasitismo econômico da Igreja, afastando ainda mais a mão-de-obra da produção. Nem teve também daí em diante qualquer papel especialmente tônico na economia bizantina, onde o monasticismo oriental logo se tornou contemplativo na melhor das hipóteses, e, na pior, ocioso e obscurantista. Por outro lado, transplantado ao Ocidente, e reformulado por Benedito de Núrcia durante as sombrias profundezas do século VI, os princípios monásticos revelaram-se organizacionalmente eficazes e ideologicamente influenciadores da Idade Média em diante. Nas ordens monásticas do Ocidente o trabalho manual e o intelectual estavam unidos providencialmente a serviço de Deus. O pesado trabalho agrícola adquiria a dignidade do culto divino, e era desempenhado por monges letrados: *laborare est orare*. Com isto caía uma das barreiras à invenção técnica e ao progresso. Seria um erro atribuir esta mudança a qualquer poder autosuficiente dentro da Igreja[18] — o curso diferente dos acontecimentos no

---

(13) Esta ruptura, naturalmente, não era peculiar à nova religião, mas estendeu-se ao paganismo tradicional também. Brokes o evoca caracteristicamente: "Depois de gerações de aparente satisfazer a atividade pública, era como se uma corrente que passasse suavemente da experiência interior do homem ao mundo exterior tivesse sido cortada. O calor sugado do meio ambiente familiar... A máscara clássica já não servia mais ao aparecimento do vulto indistinto do centro do universo". *The World of Late Antiquity*, pp. 51-52. Mas, como ele mostra, a resposta pagã mais intensa a isto foi o neoplatonismo, última doutrina de reconciliação interior entre o homem e a natureza, primeira teoria da *beleza* sensual, redescoberta e apropriada em outra época pelo Renascimento.

(14) E. A. Thompson, *A Roman Reformer and Inventor*, Oxford, 1952, pp. 44-45.

(15) Engels observou ironicamente que "a cristandade é perfeitamente inocente deste gradual desaparecimento da escravidão. Ela havia compartilhado os frutos da escravidão no Império Romano por séculos e afinal nada fez para impedir o comércio escravo de cristãos". Marx-Engels, *Selected Works*, p. 570. Este julgamento foi excessivamente peremptório, como se pode ver da análise sutil de Bloch sobre a atitude da Igreja em "Comment et Pourquoi Finit l'Esclavage Antique?" (esp. pp. 37-41). Mas, em substância, as conclusões de Bloch não divergem muito das de Engels, apesar das necessárias qualificações que ele acrescenta. Para discussões mais recentes e confirmatórias das atitudes cristãs primitivas em relação à escravidão, ver Westermann, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, pp. 149-162; A. Hadjinicolaou-Marava, *Recherches sur la Vie des Esclaves dans le Monde Byzantin*, Atenas, 1950, pp. 13-18.

(16) Por exemplo, ver Thompson, *The Goths in Spain*, pp. 305-308.

(17) D. J. Chitty, *The Desert a City*, Oxford, 1966, pp. 20-21, 27. É lamentável que o que aparenta ser o único estudo recente completo dos primórdios do monasticismo seja tão obtusamente devocional na abordagem. Os comentários de Jones sobre o registro misturado do monasticismo no final da Antiguidade são aguçados e pertinentes: *The Later Roman Empire*, II, pp. 930-933.

(18) Este é o defeito principal do ensaio de Lynn White, "What Accelerated Technological Progress in the Western Middle Ages?", em A. C. Crombie (ed.), *Scientific Change*, Londres, 1963, pp. 272-291 — uma arrojada exploração sobre as conse-

Oriente e no Ocidente apenas seria o bastante para deixar claro que foi todo o complexo dos relacionamentos sociais, e não a própria instituição religiosa em si, que definitivamente fixou os papéis econômicos e culturais do monasticismo. Sua carreira produtiva só poderia iniciar uma vez que a desintegração da escravidão clássica houvesse liberado os elementos para uma outra dinâmica, a ser completada com a formação do feudalismo. É a flexibilidade da Igreja nesta difícil passagem que impressiona, e não o seu rigor.

Ao mesmo tempo a Igreja, sem a menor dúvida, também foi diretamente responsável por uma outra formidável transformação silenciosa nos últimos séculos do Império. A própria vulgarização e corrupção da cultura clássica, que Gibbon denunciaria, era na verdade parte de um gigantesco processo de assimilação e adaptação dessa cultura por uma população mais vasta, que iria arruiná-la e salvaguardá-la no colapso de sua infra-estrutura tradicional. A mais impressionante manifestação desta transmissão foi ainda outra vez a da linguagem. Até o século III, os camponeses da Gália e da Espanha falaram suas próprias línguas célticas, impermeáveis à cultura da classe governante clássica: qualquer conquista germânica dessas províncias a esta altura teria conseqüências incalculáveis para a História da Europa mais tarde. Com a cristianização do Império, os bispos e o clero das províncias ocidentais, assumindo a conversão da massa da população rural, latinizaram permanentemente sua fala durante os séculos IV e V.[19] As línguas romanas foram o efeito desta popularização, um dos elos sociais mais essenciais de continuidade entre a Antiguidade e a Idade Média. As conseqüências de uma conquista germânica destas províncias ocidentais sem sua anterior latinização deve apenas ser encarada pela importância momentosa que seria evidente no caso de ser realizada.

Esta realização essencial da Igreja primitiva indica seu verdadeiro lugar e função na transição ao feudalismo. Sua eficácia autônoma não seria encontrada na esfera das estruturas de relações econômicas ou sociais, onde às vezes tem sido equivocadamente procurada, mas na esfera cultural acima destas relações — em toda sua limitação e imensidão. A civilização da Antiguidade clássica foi definida pelo desenvolvimento de superestruturas de sofisticação e complexidade sem precedentes sobre estruturas materiais de uma relativa rusticidade e simplicidade: existe sempre uma desproporção dramática no mundo greco-romano entre o exagerado firmamento intelectual e político e o acanhado mundo econômico que lhe era subjacente. Quando chegou o colapso final, nada era menos óbvio que o fato de que esta herança superestrutural — agora impossivelmente distanciada das realidades sociais imediatas — iria sobreviver a ela, embora de forma comprometida. Era necessário um recipiente específico para isto, suficientemente distanciado das instituições clássicas da Antiguidade e ainda assim moldado por elas, e por isto capaz de fugir ao desmoronamento geral para transmitir as misteriosas mensagens do passado ao futuro próximo. A Igreja desempenhou objetivamente este papel. Em certos aspectos essenciais, a civilização superestrutural da Antiguidade permaneceu superior à do feudalismo por um milênio — até a época em que passou a chamar-se conscientemente de Renascimento, para assinalar a regressão que se interpunha. A condição para este poder omisso através dos séculos caóticos e primitivos da Idade Média foi a resistência da Igreja. Nenhuma outra transição dinâmica de um modo de produção a outro revela a mesma obliqüidade em seu desenvolvimento superestrutural: nenhuma outra transição engloba uma instituição de alcance comparável.

A Igreja foi a indispensável ponte entre duas épocas, numa passagem "catastrófica" e não "cumulativa" entre dois modos de produção (cuja estrutura assim diferia necessariamente *in toto* da transição entre o feudalismo e o capitalismo). Significativamente, foi o mentor oficial da primeira tentativa sistemática de fazer "renascer" o Império no Ocidente — a monarquia carolíngia. Com o Estado Carolíngio, começa a história do feudalismo propriamente dito. Este esforço maciço ideológico e administrativo de "recriar" o sistema imperial do velho

---

qüências do sistema monástico, em alguns aspectos superior a seu *Mediaeval Technology and Social Change*, em que a técnica não é apresentada como a primeira causa histórica, mas pelo menos está ligada a instituições sociais. A afirmação de White da importância da desanimização ideológica da natureza pela cristandade como uma condição prévia de suas transformações tecnológicas subseqüentes parece sedutora, mas ele passa por cima do fato de que o Islã era responsável por uma ainda mais decisiva *Entzauberung der Welt* pouco depois, com nenhum impacto notável sobre a tecnologia muçulmana. O significado do monasticismo como um solvente premonitório do sistema de trabalho clássico não deveria ser exagerado.

(19) Brown, *The World of Late Antiquity*, p. 130. Este trabalho em muitos aspectos é a reflexão mais brilhante em muitos anos sobre o fim da época clássica. Um de seus temas centrais é a criatividade vital da transmissão adulterada da cultura clássica pela cristandade, que produziu a típica arte do final da Antiguidade, a ordens sociais mais baixas e eras posteriores. O aviltamento social e intelectual foi a provação salutar que a salvou. A semelhança entre este conceito, muito mais poderosamente expresso por Brown do que por qualquer outro escritor, e a noção típica de Gramsci do relacionamento entre o Renascimento e a Reforma, é notável. Gramsci acreditava que o esplendor cultural do Renascimento, o refinamento de uma elite aristocrática, teve de tornar-se grosseiro e embaçado no obscurantismo da Reforma, de maneira a passar às massas e assim ressurgir finalmente sobre fundamentos mais amplos e mais livres. *Il Materialismo Storico*, Turim, 1966, p. 85.

Mundo Antigo, na verdade, por uma inversão característica, incluía e ocultava o involuntário assentamento das fundações do novo. Na era carolíngia foram dados os passos decisivos para a formação do feudalismo.

A imponente expansão da nova dinastia franca forneceu, entretanto, pouca sugestão imediata de seu legado definitivo à Europa. O tema manifesto dominante era a unificação política e militar do Ocidente. A derrota dos árabes em Poitiers, em 733, infligida por Carlos Martel, deteve o avanço do Islã, que acabara de absorver o Estado visigodo na Espanha. Daí em diante, em trinta rápidos anos, Carlos Magno anexou a Itália lombarda, conquistou a Saxônia e a Frísia e incorporou a Catalunha. Tornou-se então o único governante do continente cristão além das fronteiras de Bizâncio, com exceção do inacessível litoral das Astúrias. No ano 800, ele assumiu o título — extinto há muito — de imperador do Ocidente. A expansão carolíngia não foi um simples acréscimo territorial. Suas reivindicações imperiais corresponderam a um verdadeiro renascimento administrativo e cultural através dos limites do Ocidente continental. O sistema de cunhagem de moedas foi padronizado, e recuperado seu controle central. Em muito próxima coordenação com a Igreja, a monarquia carolíngia patrocinou uma renovação da literatura, filosofia, arte e educação. Missões religiosas eram enviadas às terras pagãs além do Império. A grande nova zona de fronteira da Germânia, ampliada pela sujeição das tribos saxônicas, pela primeira vez foi cuidadosamente atendida e sistematicamente convertida — um programa facilitado pela mudança da corte carolíngia mais para o leste, em Aachen, a meio caminho entre o Elba e o Loire. Além disto, uma rede administrativa elaborada e centralizada desceu sobre tôda a massa, da Catalunha a Schleswig e da Normândia à Estíria. Sua unidade básica era o condado, derivado da velha *civitatis* romana. Nobres de confiança eram nomeados condes com poderes judiciais e militares para governar estas regiões, numa clara e firme delegação de autoridade pública, revogável pelo imperador. Havia uns 250 a 350 destes agentes pelo Império; eles não tinham salário, mas recebiam uma porção dos rendimentos reais locais e dotes em terras no condado.[20] As carreiras cortesãs não estavam confinadas a um único distrito qualquer: um nobre competente podia ser transferido sucessivamente a diversas regiões, embora na prática as revogações ou mudanças de condado não fossem freqüentes. Os cruzamentos por casa-

---

(20) F. L. Ganshof, *The Carolingians and the Frankish Monarchy*, Londres, 1971, p. 91.

mentos e a migração de famílias proprietárias de terras das várias regiões do Império criaram uma certa base social para uma aristocracia "supra-étnica" imbuída com a ideologia imperial.[21] Ao mesmo tempo, o sistema regional de condados estava sobreposto por um grupo central menor de magnatas clericais e seculares, oriundos principalmente da Lorena e da Alsácia, muitas vezes até mais próximos do círculo pessoal do próprio imperador. Estes proporcionaram os *missi dominici*, uma reserva móvel de agentes imperiais diretos enviados como plenipotenciários para lidar com problemas especialmente difíceis ou reclamações em províncias distantes. Os *missi* se tornaram uma instituição regular do governo de Carlos Magno a partir do ano 802; tipicamente enviados aos pares, cada vez mais passaram a ser recrutados entre os bispos e abades, para isolá-los das pressões locais em suas missões. Foram eles que no princípio garantiram a integração efetiva da imensa rede cortesã. Passou-se a fazer um uso crescente de documentos escritos, em esforços para melhorar as tradições de total iliteralidade herdada dos merovíngios.[22] Na prática, sempre havia brechas e atrasos neste maquinário, cujo funcionamento era sempre extremamente lento e desajeitado, na ausência de alguma burocracia palatina séria para proporcionar uma integração impessoal do sistema. Contudo, dadas as condições da época, os objetivos e a escala dos ideais administrativos carolíngios foram uma realização formidável.

As inovações embrionárias reais deste período, entretanto, estão em outra parte — no surgimento gradual das instituições fundamentais do feudalismo subjacentes ao aparato do governo imperial. A Gália merovíngia conhecera o juramento de lealdade ao monarca reinante e a concessão de terras aos nobres servidores. Mas estes nunca estavam combinados num sistema único ou significativo. Os governantes merovíngios habitualmente distribuíam propriedades diretamente a partidários leais, recorrendo ao termo eclesiástico ***beneficium*** para tais doações. Mais tarde, muitas das propriedades assim distribuídas foram confiscadas da Igreja pela linhagem dos Arnolfos com o objetivo de recrutar tropas adicionais para seus exércitos;[23] enquanto isso, a Igreja era compensada com a introdução do dízimo por Pepino III, doravante a única forma mais aproximada a uma taxação geral no reino franco. Mas foi a época do próprio Carlos Magno que anunciou a síntese crítica entre as doações de terras e as ligações de serviço. No decorrer do sé-

---

(21) H. Fichtenau, *The Carolingian Empire*, Oxford, 1957, pp. 110-113.

(22) Ganshof, *The Carolingians and the Frankish Monarchy*, pp. 125-135.

(23) D. Bullough, *The Age of Charlemagne*, Londres, 1965, pp. 35-36.

culo VIII, a vassalagem (homenagem pessoal) e o benefício (concessão de terras) lentamente fundiram-se, ao passo que, durante o século IX, o benefício, por sua vez, se tornou cada vez mais assimilado à honra (ofício e jurisdição pública).[24] Desde então, as concessões de terras pelos governantes deixaram de ser doações, para tornarem-se arrendamentos condicionais, mantidos em troca de serviços juramentados; e as posições administrativas inferiores com isso tendiam a equiparar-se-lhes legalmente. Uma classe de *vassi dominici*, vassalos diretos do imperador, que recebiam seus benefícios diretamente de Carlos Magno, agora se desenvolvia no campo, formando uma classe proprietária de terras local disseminada por entre as autoridades cortesãs do Império. Eram estes *vassi* reais que proporcionavam o núcleo do exército carolíngio, chamado ano após ano para serviço nas constantes campanhas de Carlos Magno no exterior. Mas o sistema se estendia bastante além da direta lealdade ao imperador. Outros vassalos eram beneficiários de príncipes, que por sua vez eram vassalos do governante supremo. Ao mesmo tempo, imunidades legais, inicialmente peculiares à Igreja — isenções jurídicas concedidas com base nos códigos germânicos hostis no início da Idade Média — começaram a estender-se aos guerreiros seculares. Daí por diante, os vassalos equipados com tais imunidades estavam imunes à interferência da corte em suas propriedades. O resultado desta evolução convergente foi o surgimento do "feudo", como uma concessão de terra delegada, investida de poderes jurídicos e políticos, em troca de serviço militar. O desenvolvimento militar, pela mesma época, com a cavalaria pesadamente armada, contribuiu para a consolidação deste novo vínculo institucional, embora não tenha sido responsável por seu aparecimento. Levou um século para que o sistema feudal se tornasse amoldado e enraizado no Ocidente; mas seu núcleo inequívoco era já visível durante o domínio de Carlos Magno.

Entretanto, as constantes guerras do reino tendiam cada vez mais a oprimir a massa da população rural. A condição prévia do campesinato guerreiro livre da sociedade germânica tradicional havia sido o cultivo móvel, e as guerras eram locais e sazonais. Uma vez estabilizada a colonização agrícola e tendo as campanhas militares se tornado de maior alcance e mais demoradas, a base material para uma unidade social de lutas e cultivo estava inevitavelmente quebrada. A guerra se tornou a prerrogativa distante da cavalaria nobre, enquanto um campesinato sedentário trabalhava em casa para manter um ritmo permanente de lavouras, desarmado e sobrecarregado com o abastecimento para os exércitos reais.[25] O resultado foi uma deterioração geral na posição da massa da população agrária. Assim, foi também neste período que tomou forma a unidade feudal característica de produção, cultivada por um campesinato dependente. O Império Carolíngio era, na prática, um imenso trato de terra fechado, com um mínimo comércio exterior (apesar de suas fronteiras com o Mediterrâneo e o Mar do Norte) e com uma circulação de dinheiro morosa: a resposta econômica ao isolamento foi o desenvolvimento de um sistema senhorial. A *villa* do reino de Carlos Magno já antecipava a estrutura do senhorio do início da Idade Média — uma imensa propriedade autárquica composta de uma mansão senhorial e uma multidão de pequenos lotes camponeses. O tamanho destes domínios nobres ou clericais era muitas vezes bastante considerável — de uns 800 a 1 600 hectares de extensão. A produção agrícola permanecia extremamente baixa; mesmo proporções de 1:1 eram inteiramente desconhecidas, tão primitivos eram os métodos de cultivo.[26] A própria reserva senhorial, o *mansus indominicatus*, poderia cobrir talvez um quarto da área total; o restante era geralmente cultivado por *servi* ou *mancipia* instalados em pequenos *manses*. Estes formavam o maior volume da força de trabalho rural dependente; embora sua denominação legal ainda fosse a da palavra romana para "escravo", sua condição na verdade estava agora mais próxima à do futuro "servo" medieval, uma mudança registrada semanticamente com o uso do termo *servus* no século VIII. O *ergastulum* desaparecera. Os *mancipia* carolíngios eram geralmente famílias ligadas ao solo, prestando obrigações em espécie e serviços a seus senhores: explorações que possivelmente eram na verdade ainda maiores que as do colonato galo-romano. As grandes propriedades carolíngias podiam também conter rendeiros camponeses livres (em *manses ingenuiles*), prestando obrigações e serviços, mas sem uma dependência servil; no entanto, estes eram bem menos comuns.[27] Com mais freqüência, os *mancipia* seriam reforçados para serviço na casa senhorial por trabalhadores contratados e autênticos escravos como bens móveis, o que ainda não havia desaparecido de maneira alguma. Dada a ambígua terminologia da época, é impossível fixar com alguma precisão o volume real da força de trabalho escravo na Europa carolíngia; mas, em todo caso, já

---

(24) L. Halpen, *Charlemagne et l'Empire Carolingien*, Paris, 1949, pp. 198-206, 486-493; Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, I, pp. 150-159.

(25) Ver as sensíveis observações de Duby: *Guerriers et Paysans*, p. 55.

(26) J. Boussard, *The Civilization of Charlemagne*, Londres, 1968, pp. 57-60; Duby, *Guerriers et Paysans*, p. 38.

(27) R. H. Bautier, *The Economic Development of Mediaeval Europe*, Londres, 1971, pp. 44-45.

foi estimado em torno de 10 a 20 por cento da população rural.[28] O sistema de *villa* naturalmente não significava que a propriedade em terra se tivesse tornado exclusivamente aristocrática. Ainda subsistiam pequenas propriedades alodiais cultivadas por camponeses livres — *pagenses* ou *mediocres* — entre as grandes faixas de propriedades senhoriais. Sua quantidade relativa ainda está por ser determinada, embora esteja claro que já nos primeiros anos de Carlos Magno, uma parte significativa da população camponesa permanecia acima da condição servil. Mas as relações rurais básicas de produção de uma nova era estavam daí em diante ficando cada vez mais manifestas.

À época da morte de Carlos Magno, as instituições centrais do feudalismo já estavam presentes, sob o dossel de um Império centralizado pseudo-romano. Na verdade, logo tornou-se claro que a rápida disseminação dos benefícios e a crescente possibilidade de hereditariedade tendiam a minar por baixo todo o canhestro aparato do Estado carolíngio — cuja expansão ambiciosa jamais correspondera a suas reais capacidades de integração administrativa, dado o nível extremamente baixo das forças de produção nos séculos VIII e IX. A unidade interna do Império logo desmoronou, entre guerras civis de sucessão e a crescente regionalização da aristocracia que o mantivera coeso. Uma precária divisão tripartite do Ocidente ocorreu. Ataques externos inesperados e selvagens, de todos os pontos cardeais, por mar e por terra, por invasores *vikings*, sarracenos e magiares, pulverizaram então todo o sistema para-imperial de governo cortesão que permanecia. Não existia um exército ou marinha permanente para resistir a estes ataques violentos; a cavalaria franca era lenta e desajeitada para se mobilizar; a flor ideológica da aristocracia carolíngia perecera nas guerras civis. A estrutura política centralizada legada por Carlos Magno desagregou-se. Por volta de 850, os benefícios eram hereditários virtualmente em todas as partes; por 870, os últimos *missi dominici* haviam desaparecido; pelo ano 880, os *vassi dominici* estavam sujeitos a potentados locais; por 890, os condes já haviam se tornado senhores regionais hereditários.[29] Foi nas últimas décadas do século IX, quando bandos *vikings* e magiares assolavam o continente na Europa Ocidental, que o termo *feudum* (feudo) entrou em uso. Foi então também que

---

(28) Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, I, pp. 130-131; ver também a argumentação de Duby, *Guerriers et Paysans*, pp. 100-103. Há uma boa análise da mudança geral na França carolíngia da escravidão e da servidão a uma situação legal em C. Verlinden, *L'Esclavage dans l'Europe Médiévale*, I, pp. 733-747.

(29) Boussard, *The Civilization of Charlemagne*, pp. 227-229; L. Musset, *Les Invasions. Le Second Assaut contre l'Europe Chrétienne*, Paris, 1965, pp. 158-165.

tal, que o termo *feudum* (feudo) entrou em uso. Foi então também que
toda a França, particularmente, ficou cheia de castelos e fortificações privados, erigidos por senhores rurais sem nenhuma permissão imperial, para resistir aos novos ataques bárbaros e consolidar o seu poder local. Essa paisagem cheia de castelos era ao mesmo tempo uma proteção e uma prisão para a população rural. Os camponeses, já vítimas de uma sujeição progressiva nos anos finais do reinado de Carlos Magno, marcados pela depressão e por guerras, agora eram levados a uma servidão generalizada. O enraizamento dos condes e dos senhores locais nas províncias, através do nascente sistema feudal, a consolidação de suas propriedades senhoriais e a suserania sobre o campesinato provaram ser a pedra fundamental do feudalismo, que lentamente foi solificado por toda a Europa nos próximos duzentos anos.

SEGUNDA PARTE

1. Europa Ocidental

O modo de produção feudal

O modo de produção feudal que surgiu na Europa Ocidental foi caracterizado por uma unidade complexa. Suas definições tradicionais muitas vezes o interpretam parcialmente, e tornou-se difícil fazer algum relatório sobre a dinâmica do desenvolvimento feudal. Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural, na qual nem o trabalho nem os produtos do trabalho eram bens. O produtor imediato — o camponês — estava unido ao meio de produção — o solo — por uma específica relação social. A fórmula literal deste relacionamento era proporcionada pela definição legal da servidão — *gleba adscripti* ou ligados à terra: os servos juridicamente tinham mobilidade restrita.[1] Os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus proprietários. A propriedade agrícola era controlada privadamente por uma classe de senhores feudais, que extraíam um excedente de produção dos camponeses através de uma relação político-legal de coação. Esta coerção extra-econômica, tomando a forma de serviços, arrendamentos em espécie ou obrigações consuetudinárias ao senhor individual pelo camponês, era exercida tanto na própria terra senhorial diretamente ligada à pessoa do senhor, como nas faixas pe-

---

(1) Cronologicamente esta definição legal surgiu muito mais tarde que o fenômeno factual que designava. Foi uma definição inventada por juristas da lei romana nos séculos XI e XII e popularizada no século XIV. Ver Marc Bloch, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, Paris, 1952, pp. 89-90. Repetidamente encontraremos exemplos deste movimento retardatário na codificação jurídica de relações econômicas e sociais.

quenas de arrendamento (ou *virgates*) cultivadas pelo camponês. Seu efeito foi necessariamente um amálgama de exploração econômica e autoridade política. O camponês estava sujeito à jurisdição de seu senhor. Ao mesmo tempo, os direitos de propriedade do senhor sobre sua terra geralmente eram apenas de grau: o senhor era investido neles por um nobre (ou nobres) superior, a quem passaria a dever serviços de cavaleiro — o fornecimento de um efetivo militar em tempo de guerra. Em outras palavras, suas propriedades eram mantidas como um feudo. O senhor feudal, por seu lado, muitas vezes seria vassalo de um outro senhor feudal superior,[2] e a cadeia de tais posses dependentes se estenderia até o cume do sistema — na maioria dos casos, um monarca — de quem a princípio toda a terra, em última instância, seria o eminente domínio. Típicas ligações intermediárias de tal hierarquia feudal no início dessa época, entre o simples senhorio e o monarca suserano, eram a castelania, o baronato, o condado ou o principado. A conseqüência deste sistema era que a soberania política nunca estava enfocada num único centro. As funções do Estado desagregavam-se em concessões verticais sucessivas, e a casa nível estavam integradas as relações econômicas e políticas. Esta parcelarização da soberania seria constitutiva de todo o modo de produção feudal.

Decorriam dela três características estruturais do feudalismo ocidental, todas de importância fundamental em sua dinâmica. Em primeiro lugar, a sobrevivência das terras aldeãs comunais e lotes camponeses alodiais dos modos de produção pré-feudais não era incompatível com o feudalismo, apesar de essas formas não terem sido geradas por ele. A divisão feudal das soberanias em zonas particularizadas, com limites justapostos e nenhum centro universal de competência, sempre havia permitido a existência de entidades corporativas "alógenas" em seus interstícios. Assim, embora a classe feudal tentasse por vezes reforçar a regra do *nulle terre sans seigneur*, isto na prática jamais foi realizado em nenhuma formação social feudal: as terras comunais — pastos, campos, florestas — e alódios disseminados permaneceram sempre um setor significativo da autonomia e resistência camponesa, com importantes conseqüências para a produtividade agrária total.[3] Além disso, mesmo

---

(2) A vassalagem era tecnicamente uma forma de homenagem que precedia todas as outras, em casos onde um vassalo devia fidelidade a muitos senhores. Na prática, entretanto, os senhores feudais logo se tornaram sinônimo de qualquer superior feudal, e a vassalagem perdeu sua distinção original e específica. Marc Bloch, *Feudal Society*, Londres, 1962, pp. 214-218.

(3) Engels enfatizou sempre, com precisão, as conseqüências sociais das comunidades aldeãs, integradas pelas terras comuns e pelo sistema de três campos, na con-

dentro do próprio sistema senhorial, a estrutura escalar da propriedade era manifestada não só pela característica divisão da terra do senhor em herdades organizadas por seus administradores e cultivada por seus vilões, como também pelas parcelas campesinas, das quais ele recebia um excedente complementar, ficando, entretanto, a organização e controle da produção nas mãos dos próprios vilões.[4] Desta maneira, não havia uma simples concentração horizontal das duas classes básicas da economia rural dentro de uma única forma de propriedade homogênea. As relações de produção eram mediadas através de um estatuto agrário dual dentro do senhorio. Muitas vezes ocorria um outro descompasso entre a justiça a quem os servos estavam sujeitos nas cortes senhoriais de seu senhor e as jurisdições senhoriais do senhorio territorial. Os domínios não coincidiam normalmente com uma única povoação, mas estavam distribuídos através de certo número de vilas; portanto, inversamente, poderia estar entrecruzado em determinada aldeia um certo número de propriedades de diferentes senhores. Acima deste complicado labirinto jurídico, caracteristicamente estava a *haute justice* dos senhorios territoriais, cuja competência não era senhorial, mas geográfica.[5] A classe camponesa de quem era extraído o excedente neste sistema habitava então um mundo social de direitos e poderes superpostos, e a própria pluralidade de cujas instâncias de exploração criavam interstícios latentes e discrepâncias que seriam insuportáveis num sistema jurídico e econômico mais unificado. A coexistência

---

dição do campesinato medieval. Foram eles, observou em *The Origin of the Family, Private Property and the State*, que deram à classe oprimida, aos camponeses, mesmo sob as mais cruéis condições da servidão medieval, uma coesão local e meios para a resistência que nem os escravos da Antiguidade nem os modernos proletários encontraram à mão. Marx-Engels, *Selected Works*, Londres, 1968, p. 575. Baseando-se no trabalho do historiador alemão Maurer, Engels erradamente acreditava que estas comunidades, que datavam mesmo do princípio da Idade Média, era "associações de marcas"; na verdade, estas últimas eram uma inovação do final da Idade Média, que apareceram pela primeira vez no século XIV. Mas o erro não afeta seu argumento essencial.

(4) Os domínios medievais variavam em estrutura conforme o relativo equilíbrio entre estes dois componentes que continham. Em um extremo, havia (poucas) propriedades inteiramente devotadas ao cultivo senhorial, como as "granjas" cistercienses cultivadas por irmãos leigos; e, no outro extremo, havia propriedades inteiramente arrendadas a foreiros camponeses. Mas o tipo modal era sempre uma combinação de terras e arrendamentos, em diversas proporções: "esta composição bilateral do castelo e seus rendimentos era o verdadeiro sinete da típica mansão senhorial". M. M. Postan, *The Mediaeval Economy and Society*, Londres, 1972, pp. 89-94.

(5) Há um excelente relato sobre os traços básicos deste sistema em B. H. Slicher Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe*, Londres, 1963, pp. 46-51. Onde estavam ausentes os senhorios territoriais, como em geral na Inglaterra, muitas casas senhoriais com uma única aldeia deram à comunidade camponesa considerável espaço para uma autogestão: ver Postan, *The Mediaeval Economy and Society*, p. 117.

das terras comunais, alódios e parcelas camponesas com o domínio senhorial era por si constitutiva do modo de produção feudal na Europa Ocidental e teve implicações críticas em seu desenvolvimento.

Entretanto, em segundo lugar e ainda mais importante, a parcelarização feudal de soberanias produziu o fenômeno da cidade medieval na Europa Ocidental. Aqui novamente a gênese da produção de bens de consumo urbano não deve ser situada dentro do feudalismo em si: naturalmente, ela é anterior a isto. Contudo, o modo de produção feudal foi o *primeiro* a permitir a esta produção um *desenvolvimento autônomo* em uma economia agrária natural. O fato de as maiores cidades medievais jamais tenham rivalizado em dimensão com as da Antiguidade ou com as dos impérios asiáticos, muitas vezes tem atenuado a verdade de que sua função na formação social era muito mais avançada. No Império Romano, com uma civilização urbana altamente sofisticada, as cidades estavam subordinadas ao governo de nobres proprietários que viviam nelas, mas não delas; na China, imensas aglomerações provinciais eram controladas por burocratas mandarins residentes num distrito especial segregado de toda atividade comercial. Em contraste, as cidades modelares da Europa que praticavam o comércio e as manufaturas eram comunidades autogovernadas, tendo uma autonomia incorporada política e militar isolada da Igreja e da nobreza. Marx viu esta diferença muito claramente e deu memorável expressão a ela: "A história antiga é a história das cidades, mas de cidades baseadas na propriedade senhorial e na agricultura; a história da Ásia é a de uma espécie de unidade de campo e cidade não diferenciada (a grande cidade, propriamente dita, deve ser encarada simplesmente como um acampamento militar do príncipe, sobreposto à estrutura econômica real); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como local da história, cujo desenvolvimento continua até a oposição cidade/campo; a história moderna é a urbanização do campo, e não como entre os antigos, a ruralização da cidade".[6] Assim, uma *oposição dinâmica* de cidade e campo só foi possível no modo de produção feudal: a oposição entre uma economia urbana de crescente comércio de bens, controlada pelos mercadores e organizada em associações e corporações, e uma economia rural de troca natural, controlada pelos nobres e organizada em terras senhoriais e pequenas propriedades, com enclaves camponeses individuais. Não é preciso dizer que a preponderância deste último era enorme: o modo de produção rural era esmagadoramente agrário. Mas as leis de sua dinâmica eram determinadas pela complexa unidade de suas diferentes regiões, e não pela simples predominância do domínio senhorial.

3C) Em terceiro lugar, havia uma ambigüidade ou oscilação inerente no vértice de toda a hierarquia das dependências feudais. O pico desta cadeia era, em certos aspectos importantes, seu elo mais fraco. A princípio, o nível mais alto da hierarquia feudal em qualquer território da Europa Ocidental necessariamente era diferente — não em gênero — mas apenas em grau, dos níveis subordinados de senhorio abaixo dele. O monarca, em outras palavras, era um suserano feudal de seus vassalos, aos quais estava ligado por laços de feudalidade, e não um soberano supremo colocado acima de seus súditos. Seus recursos econômicos provinham quase exclusivamente dos seus domínios pessoais enquanto senhor, enquanto aos seus vassalos pedia contribuições de natureza essencialmente militar. Ele não teria acesso político direto à população como um todo, pois a jurisdição sobre ela seria intermediada por muitas camadas de subfeudos. Na verdade, ele só poderia ser o senhor de suas propriedades, sendo, fora delas, uma simples figura decorativa. O modelo acabado de tal forma de governo, em que o poder político estava estratificado para baixo de tal maneira que seu ápice não detinha nenhuma autoridade qualitativamente separada ou plenipotenciária de forma alguma, jamais existira em parte nenhuma na Europa medieval.[7] A ausência de qualquer mecanismo real de integração no topo de um sistema feudal que implicava este tipo de política impunha uma ameaça permanente à sua estabilidade e sobrevivência. Uma completa fragmentação da soberania era incompatível com a própria unidade da classe da nobreza, pois a potencial anarquia que isto implicava era necessariamente disruptiva de todo o modo de produção sobre o qual repousavam seus privilégios. Assim, dentro do feudalismo havia uma contradição não-definida, entre sua própria tendência rigorosa à

---

(6) Karl Marx, *Pre-Capitalist Formations*, Londres, 1964, pp. 77-78.

(7) O Estado fundado pelos cruzados no Levante muitas vezes tem sido considerado a maior aproximação a uma perfeita constituição feudal. As edificações ultramarinas do feudalismo europeu foram criadas *ex nihilo* num meio ambiente alienígena, e assim assumiram uma forma jurídica excepcionalmente sistemática. Engels, entre outros, observou a respeito desta singularidade: "O feudalismo terá alguma vez correspondido a este conceito? Fundado no reino dos francos ocidentais, mais desenvolvido na Normandia pelos conquistadores noruegueses, continuada pelos franco-normandos na Inglaterra e no Sul da Itália, chegou mais próximo deste conceito no efêmero reino de Jerusalém, que deixou atrás de si a mais clássica expressão da ordem feudal no *Tribunal de Jerusalém*". Marx-Engels, *Selected Correspondence*, Moscou, 1965, p. 484. As realidades práticas até o reino cruzado jamais corresponderam a esta codificação legal de seus juristas baronais.

decomposição de soberania e a exigência absoluta de um centro final de autoridade onde poderia ocorrer uma recomposição prática. A *monarquia* feudal, portanto, jamais foi redutível a uma suserania do rei: ela sempre existiu, em alguma medida, em um âmbito ideológico e jurídico situado além daquele das relações de vassalagem cujos vértices, aliás, poderiam ser ocupados por potentados, duques ou condes, e possuía direitos a que estes últimos não podiam aspirar. Ao mesmo tempo, o verdadeiro poder real sempre tivera de ser defendido e estendido contra a unidade espontânea da política feudal como um todo, em luta constante para estabelecer uma autoridade "pública" fora da teia compacta das jurisdições privadas. O modo de produção feudal no Ocidente, portanto, originalmente especificava em sua própria estrutura uma tensão e contradição dinâmicas em relação ao Estado centrífugo que organicamente produziu e reproduziu.

Tal sistema político, por força, impedia a existência de uma burocracia numerosa e dividia as funções de dominação de classe de novo modo. Por um lado, a parcelização da soberania no início da Europa medieval também levou à constituição de uma ordem ideológica isolada. A Igreja, que no final da Antiguidade estivera sempre integrada à máquina do Estado imperial, e a ela subordinada, agora se tornava uma instituição eminentemente autônoma dentro da forma de governo feudal. Única fonte de autoridade religiosa, seu domínio sobre as crenças e valores da massa era imenso; mas sua organização eclesiástica era diferente da de qualquer nobreza ou monarquia secular. Devido à dispersão da coerção inerente ao feudalismo ocidental que surgia, a Igreja podia defender seus próprios interesses particulares, se necessário, a partir de um reduto territorial, e pela força armada. Os conflitos institucionais entre um senhorio leigo e o religioso eram então endêmicos no período medieval: seu resultado foi uma cisão na estrutura da legitimidade feudal, cujas conseqüências culturais para o desenvolvimento intelectual posterior seriam consideráveis. Por outro lado, o próprio governo secular notoriamente foi vazado em novos modelos mais apertados. Tornou-se essencialmente o exercício da justiça, que sob o feudalismo ocupou uma posição funcional totalmente distinta da que hoje está subjacente ao capitalismo. A justiça era a modalidade *central* do poder político assim especificado pela própria natureza da forma de governo feudal. A pura hierarquia feudal, como já vimos, excluía absolutamente qualquer "executivo" no sentido moderno de um aparato de Estado administrativo permanente para reforço da lei: a parcelarização da soberania tornava-o desnecessário e impossível. Ao mesmo tempo, também não havia espaço para uma "legislatura" ortodoxa tipo moderno, pois a ordem feudal não possuía um conceito geral de inovação política pela criação de *novas* leis. Os governantes reais preenchiam seus cargos preservando as leis tradicionais, e não inventando novas leis. Desta maneira o poder político por algum tempo chegou a ser identificado realmente com a função meramente "judiciária" de interpretar e aplicar as leis existentes. E mais, na ausência de qualquer burocracia pública, coerção e administração local, os poderes de fiscalização, decisão, cobranças de impostos e de fazer cumprir a lei inevitavelmente se lhe incorporaram. É então necessário lembrar sempre que a "justiça" medieval incluía um elenco muito mais amplo de atividades do que a justiça moderna porque estruturalmente ocupava uma posição bem mais central dentro de todo o sistema político. Era este o nome comum do poder. 40

?

[illegible]...

Tipologia das formações sociais

Até aqui discutimos a gênese do feudalismo na Europa Ocidental como síntese de elementos liberados pela dissolução circunstancial dos modos de produção comunais primitivo e escravo; e, então, esboçamos a estrutura constitutiva do modo de produção feudal desenvolvido no Ocidente. Agora falta mostrarmos brevemente como a natureza essencial intrínseca desta síntese produziu uma tipologia variegada de formações sociais na época medieval. O modo de produção que acabamos de descrever resumidamente jamais existiu em um estado puro em parte alguma da Europa, como ocorreria mais tarde no modo de produção capitalista. As *formações sociais* concretas da Europa medieval eram sempre sistemas complexos, nos quais sobreviviam outros modos de produção entrelaçados com o feudalismo propriamente dito: os escravos, por exemplo, existiram por toda a Idade Média, e os camponeses livres nunca foram totalmente eliminados em lugar algum durante este período obscurantista. E, assim, seria fundamental examinar, mesmo ligeiramente, a diversidade do mapa do feudalismo ocidental como ele emergiu a partir do século IX. Os historiadores soviéticos Liublinskaya, Gutnova e Udaltsova sugeriram corretamente uma tríplice classificação.[1] Realmente, a região central do feudalismo europeu

foi aquela onde ocorreu uma "síntese equilibrada" de elementos romanos e germânicos: essencialmente, o Norte da França e zonas contíguas, a terra do Império Carolíngio.[2] Ao sul dessa área, na Provença, na Itália ou na Espanha, a dissolução e a recombinação dos modos de produção bárbaro e antigo ocorriam sob o legado dominante da Antiguidade. Ao norte e leste, na Germânia, Escandinávia e Inglaterra, onde o governo romano jamais penetrara ou apenas se havia enraizado superficialmente, houve, ao contrário, uma lenta transição ao feudalismo, sob a dominância nativa da herança bárbara. A síntese "equilibrada" gerou o feudalismo mais rápida e completamente e proporcionou sua forma clássica — que, por sua vez, teve grande impacto em zonas exteriores a esta região com um sistema feudal menos articulado.[3] Foi aí que primeiro surgiu a servidão; um sistema senhorial desenvolveu-se; a justiça senhorial era mais pronunciada; e uma subinvestidura hierárquica se tornou mais densa. Os subtipos do Norte e do Sul eram, por sua vez, simetricamente distintos pela presença de poderosos resquícios de seus modos de produção anteriores. Na Escandinávia, na Germânia e na Inglaterra anglo-saxônica, um campesinato alodial com fortes instituições comunais persistiu até bem depois do começo de uma diferenciação hierárquica estável na sociedade rural, do aumento de laços de dependência e da consolidação de clãs guerreiros numa aristocracia proprietária. A servidão não foi introduzida na Saxônia até os séculos XII e XIII; ela jamais foi propriamente estabelecida na Suécia. Por outro lado, na Itália e nas regiões adjacentes, a civilização urbana do final da Antiguidade nunca foi totalmente a pique, a organização política municipal — em mistura com o poder eclesiástico, onde a Igreja herdara a posição do velho patriciado senatorial — floresceu a partir do século X; e as concepções romanas legais

---

(1) A. D. Liublinskaya, "Tipologiya Rannevo Feodalizma v Zapadnoi Evrope i Problema Romano-Germanskovo Sinteza", *Srednie Veka*, Fasc. 31, 1968, pp. 9-17; Z. V. Udaltsova e E. V. Gutnova, "Genezis Feodalizma v Stranakh Evropy", *13th World Congress of Historical Sciences*, Moscou, 1970. O problema de uma tipologia foi levantado superficialmente antes por Porshnev em seu *Feodalizm i Narodni Massy*, citado acima, pp. 507-518. O ensaio de Udaltsova e Gutnova é cuidadoso e reflexivo mesmo quando suas conclusões em particular não possam ser aceitas. Os autores encaram o Estado bizantino do princípio da Idade Média como uma das variantes do feudalismo, com uma segurança difícil de ser compartilhada.

(2) Para uma tentativa recente de identificar cinco subtipos regionais dentro do feudalismo surgidos na Gália pós-bárbara, ver A. Ya. Shevelenko, "K. Tipologii Genezisa Feodalizma", *Voprosy Istorii*, janeiro de 1971, pp. 97-107.

(3) A propagação de relacionamentos feudais pela Europa foi sempre topograficamente desigual em cada grande região. As zonas montanhosas resistiam à organização senhorial, que era essencialmente difícil de impor e desvantajosa de manter, em terras altas rochosas e estéreis. Por isso as montanhas tendiam a conservar bolsões de comunidades camponesas independentes, mas pobres, econômica e culturalmente mais atrasadas que as planícies senhoriais abaixo, mas capazes muitas vezes de defender militarmente suas austeras fortalezas.

da propriedade como livre, hereditária e inalienável desde o princípio qualificaram as normas de propriedade feudal.[4] O mapa do início do feudalismo europeu compreendia três zonas que iam de norte a sul, mais ou menos demarcadas pelas respectivas densidades em alódios, feudos e cidades.

Contra este pano de fundo, é possível esboçar algumas das principais diferenças entre as formações sociais maiores da Europa Ocidental desta época, que deveriam ter importantes repercussões ulteriores. Em cada caso, nossa principal preocupação será o padrão das relações de produção rural, a extensão dos enclaves urbanos e — muito especialmente — o tipo de estado político que surgiu no início da Idade Média. Este último aspecto inevitavelmente será dominado pela discussão das origens e vicissitudes da monarquia nos vários países da Europa Ocidental.

A França, como centro do feudalismo europeu, poderá receber um tratamento relativamente breve. O Norte da França, de fato, conformou-se mais estreitamente ao sistema feudal arquetípico que qualquer outra região da Europa. O colapso do Império Carolíngio no século IX foi acompanhado por uma comoção de guerras destrutivas e invasões nórdicas. Por entre a generalizada anarquia e insegurança, ali ocorreu uma fragmentação universal e a localização do poder dos nobres, que se concentrou em praças fortes selecionadas e em castelos, através do país, em condições que aceleraram a dependência de um campesinato que se achava exposto à ameaça constante da rapina *viking* ou muçulmana.[5] O poder feudal estava assim ligado de maneira singular ao solo nesta época triste. Prevaleciam, praticamente em toda parte, duras jurisdições senhoriais sobre uma massa rural aviltada pela servidão e destituída totalmente dos próprios tribunais populares que já tivera; não obstante, o Sul, onde o impacto da Antiguidade foi maior, foi um pouco menos feudalizado, com uma proporção maior de propriedades nobres que se mantiveram plenamente como tais e não como feudos, e com uma maior população camponesa não-dependente.[6] O caráter mais orgânico do feudalismo ao norte assegurou-lhe a iniciativa econômica e política durante a Idade Média. Entretanto, pelo final do século X e início do XI, o modelo francês geral era uma hierarquia feudal excepcionalmente extensa, construída de baixo para cima, muitas vezes com múltiplos graus de subinvestidura. O complemento deste sistema vertical foi uma extrema desarticulação territorial. Pelo final do século X, havia mais de 50 divisões políticas distintas em todo o país. Seis potentados maiores exerciam o poder provincial autônomo — os duques ou condes de Flandres, da Normandia, da França, da Borgonha, Aquitânia e Toulouse. Incidentalmente foi o Ducado de França que proporcionou o núcleo para a construção de uma nova monarquia francesa.

Inicialmente confinada a um frágil enclave na região Laon-Paris, a casa real dos capetos lentamente consolidava sua base e firmava crescentes direitos suseranos sobre os grandes ducados, por meio de agressão militar, auxílio clerical e alianças matrimoniais. Os primeiros grandes arquitetos deste poder foram Luís VI e Suger, que pacificaram o próprio Ducado de França. A ascensão da monarquia dos capetos nos séculos XII e XIII foi seguida por um marcante progresso econômico, com reivindicações de terras tanto nos domínios reais como nos dos vassalos, duques e condes e com o surgimento de florescentes comunas urbanas, especialmente no extremo norte. O reinado de Filipe Augusto foi decisivo no início do século XIII para o estabelecimento do poder monárquico em uma efetiva realeza acima dos ducados: foram anexados a Normandia, Anjou, Maine, Touraine e Artois à casa real, que triplicara em tamanho. Um ágil reagrupamento das cidades do norte ainda mais reforçaram o poder militar capeto: foram suas tropas e seu entusiasmo que garantiram a notável vitória francesa sobre as forças anglo-flamengas em Bouvines em 1214, um ponto crítico nos esforços políticos internacionais da época. O sucessor de Filipe Augusto, Luís VIII, tomou parte do Languedoc com grande êxito e assim estendeu o governo capeto até o Mediterrâneo. Foi criado um oficialato relativamente grande e leal de *baillis* e *sénéschaux* para administrar as terras diretamente sob controle real. No entanto, o tamanho desta burocracia era um índice, nem tanto do poder intrínseco dos reis franceses, mas

---

(4) Os alódios germânicos eram sempre diferentes da propriedade romana, pois como forma de transição entre a propriedade comunal e individual na aldeia eram um tipo de propriedade privada ainda caracteristicamente sujeita a obrigações e ciclos consuetudinários na comunidade e não eram livremente alienáveis.

(5) A descrição de Bloch desta época é bastante famosa na primeira parte de *Feudal Society*. Para a disseminação dos castelos, ver Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, II, Paris, 1970, pp. 31-39.

(6) Esta configuração foi seguida pela sobrevivência maior da escravidão no Sul da França através de toda a Idade Média: para o tráfico revigorado do século XIII em diante, ver Verlinden, *L'Esclavage Médiéval*, I, pp. 748-833. Como veremos mais adiante, há uma correlação repetitiva entre a presença de escravos e a não-complementação da servidão em diferentes regiões da Europa feudal.

dos problemas que se deparariam a qualquer administração unitária do país.[7] A perigosa devolução de regiões recentemente adquiridas em apanágios controlados por príncipes capetos menores era apenas mais um indício da dificuldade inerente à tarefa. Enquanto isto, subsistia o poder independente dos governos provinciais e ocorria uma fortificação análoga de seus aparatos administrativos. O processo básico na França permaneceu assim uma "centralização concêntrica" em que o grau de controle real exercido de Paris ainda era muito precário. Depois das vitórias de Luís XI e de Filipe, o Belo, esta instabilidade interna se tornaria muito evidente. Nas prolongadas guerras civis dos próximos três séculos (a Guerra dos Cem Anos, as Guerras Religiosas), a trama da unidade feudal francesa seria lacerada repetida e ameaçadoramente, sem, entretanto, jamais cair.

Na Inglaterra, em contraste, um feudalismo centralizado fora importado e sistematicamente implantado de cima para baixo pelos conquistadores normandos, num território compacto que era apenas um quarto do tamanho da França. A formação social anglo-saxônica que sucumbira à invasão normanda havia sido o exemplo mais bem desenvolvido na Europa da transição potencialmente "espontânea" de uma sociedade germânica para uma formação social feudal, livre de qualquer impacto romano direto. Naturalmente, a Inglaterra fora pesadamente afetada pelas invasões escandinavas do século IX em diante. As sociedades anglo-saxônicas locais evoluíram lentamente em hierarquias sociais consolidadas, com um campesinato subordinado, nos séculos VII e VIII, mas sem a unificação política da ilha e sem muito desenvolvimento urbano. Os crescentes ataques noruegueses e dinamarqueses de 793 em diante modificaram gradualmente o ritmo e a direção deste desenvolvimento. A ocupação escandinava no século IX, primeiro de metade da Inglaterra e depois de sua completa conquista e integração a um Império do Mar do Norte no início do século XI, teve um duplo efeito na sociedade anglo-saxônica. As colônias nórdicas promoviam as cidades e implantavam comunidades camponesas nas regiões de suas migrações mais densas. Ao mesmo tempo, a pressão militar *viking* desencadeou processos sociais na ilha, semelhantes em conjunto aos que ocorriam no continente, à época dos grandes navios: a insegurança rural constante levou a um aumento das encomendações e a uma crescente degradação do campesinato. Na Inglaterra, a carga econômica dos senhores locais sobre a população rural estava combinada a impostos de defesa lançados pelo rei como meio de resistência ou conciliação diante das agressões dinamarquesas; esses impostos eram os *geld*, que se tornaram o primeiro imposto regular a ser coletado na Europa Ocidental no final da Idade das Trevas.[8] Pela metade do século XI, o governo escandinavo havia sido derrubado e um reino anglo-saxão recentemente unificado fora restaurado. O campesinato por esta época consistia geralmente de rendeiros semidependentes, exceto nas áreas de antiga colonização dinamarquesa mais a nordeste, onde havia muitos lotes alodiais de proprietários jurisdicionais. Os escravos ainda existiam, compreendendo uns 10 por cento da força de trabalho; eram mais importantes economicamente nas regiões ocidentais mais remotas, onde a resistência céltica à conquista anglo-saxônica fora mais demorada, e os escravos compreendiam um quinto ou mais da população. Uma aristocracia de *thegns** dominava a estrutura social rural, explorando as propriedades de gênero proto-senhorial.[9] A monarquia tinha um sistema administrativo relativamente adiantado e coordenado, com taxação real, moeda e justiça efetiva por todo o país. Por outro lado, não fora estabelecido nenhum sistema seguro de sucessão dinástica. A fragilidade externa crítica deste reino ilhéu, entretanto, era a ausência de ligação estrutural entre a propriedade de terras e o serviço militar que formava as bases do sistema continental feudal.[10] Os *thegns* eram uma infantaria nobre, transportada a cavalo para os

---

(7) Para o sistema administrativo capeto, ver Charles Petit-Dutaillis, *Feudal Monarchy in England and France*, Londres, 1936, pp. 233-258.

(8) Loyn, *Anglo-Saxon England and the Norman Conquest*, pp. 139, 195-197, 305, 309-314.

(*) *Thegns* eram nobres de grau inferior, cujo título era obtido por mérito. (N. T.)

(9) Os poderes políticos desta nobreza estão acentuados, talvez um tanto pesadamente, por E. John, "English Feudalism and the Structure of Anglo-Saxon Society", *Bulletin of the John Rylands Library*, 1963-1964, pp. 14-41.

(10) Henry Loyn, *The Norman Conquest*, Londres, 1965, pp. 76-77, e G. O. Sayles, *The Mediaeval Foundations of England*, Londres, 1964, pp. 210, 225; ambos tentam minimizar a distância política entre as formações sociais anglo-saxônica e anglo-normanda. É curioso que Sayles preste homenagem ao legado de Freeman como inspiração à erudição contemporânea. O racismo extremado de Freeman merece registro, naturalmente: os africanos são "macacos horrendos", os judeus e chineses, "estrangeiros sujos", enquanto os normandos eram parentes teutônicos dos saxões que "foram à Gália para se cobrir de um verniz francês e voltaram à Inglaterra para uma limpeza" (*sic*); para uma documentação, ver M. E. Bratchel, *Edward Augustus Freeman and the Victorian Interpretation of the Norman Conquest*, Ilfracombe, 1969. Mas ele pode ser tacitamente ignorado, porque sua mensagem central, o misticamente "inquebrantável drama" da história inglesa, ainda merece muito ampla e fervorosa aceitação, ao contrário da História do continente europeu com suas rupturas revolucionárias. Os motivos ideológicos apreciados de uma "continuidade" inviolada da Inglaterra, do século X ao XX, ocorrem com onírica insistência em muito da historiografia local. Loyn termina seu livro muito útil e sério com o típico credo: "No campo das instituições, a continuidade é o tema essencial básico da história inglesa", *The Norman Conquest*, p. 195.

campos de batalha, embora lutasse a pé. O exército anglo-saxão era assim uma combinação de *housecarls* (membros da escolta real) e *fyrd* (milícia popular). Não podia competir com a forte cavalaria normanda, ponta de lança militar de uma sociedade feudal muito mais desenvolvida na zona litorânea do território francês, onde o vínculo entre a posse de propriedade e o serviço eqüestre era de longa data o eixo da ordem social. Os próprios normandos, naturalmente, eram apenas invasores nórdicos que se haviam instalado na França do Norte um século antes. A conquista normanda, resultado do desenvolvimento desequilibrado de duas comunidades bárbaras que se confrontavam de cada lado do Canal, uma das quais passara pela fusão "romano-germânica" gerando assim uma síntese "tardia" na Inglaterra de duas formações sociais relativamente adiantadas. O resultado foi a peculiar combinação de um Estado altamente centralizado e uma justiça popular flexível que distinguiu a Inglaterra daí em diante.

Imediatamente depois de sua vitória, Guilherme I procedeu a uma distribuição sistemática planejada de uns 5 mil feudos para ocupar e controlar o campo. Contrariamente aos hábitos continentais, os subvassalos inferiores deviam jurar obediência não apenas a seus senhores imediatos, mas ao próprio monarca — doador último de todas as terras. Os reis normandos exploraram ainda mais os resquícios pré-feudais da formação social anglo-saxônica para reforçar seu Estado: a milícia popular ou *fyrd* era, por vezes, somada às hostes feudais convencionais e às tropas domésticas;[11] mais importante, a tradicional taxa de defesa do *danergeld*, um fenômeno fora do sistema de rendimento ortodoxo de uma monarquia medieval, continuou a ser coletada, somando-se aos rendimentos proporcionados pela imensa propriedade senhorial real e pela exação de tributos que recaíam sobre os feudos. O Estado anglo-normando desta maneira representou o sistema institucional mais unificado e solidificado na Europa Ocidental por esta época. O sistema senhorial mais desenvolvido estava estabelecido principalmente no Sul e no Centro-Sul do país, onde a eficácia da exploração senhorial aumentara de modo notável com a intensificação do trabalho obrigatório e uma acentuada degradação do campesinato local. Nas outras regiões, áreas consideráveis foram deixadas às pequenas propriedades, sobrecarregadas apenas levemente com obrigações feudais, com uma população rural que escapava à situação servil imediata. Entretanto, era inequívoca a tendência a uma servidão generalizada. Nos cem anos seguintes houve um progressivo nivelamento a um grau inferior da condição jurídica do campesinato inglês sob as dinastias normanda e angevina, até que, por volta do século XII, os *villani* e os *nativi* formavam uma só classe de servos. Por outro lado, dado o completo desaparecimento da lei romana na Inglaterra e a ausência de qualquer esperiência neo-imperial do tipo carolíngio, os condados e as cem cortes da formação social anglo-saxônica — originalmente terreno de justiça comunal popular — sobreviveram na nova ordem. Agora, naturalmente dominados por nomeados reais oriundos da classe dos barões, eles formavam um sistema de justiça "pública" relativamente menos implacável para os pobres do que as jurisdições senhoriais privadas que eram norma em outros lugares.[12] O posto de juiz supremo do condado jamais se tornou hereditário: Henrique II no século XII realizou um completo expurgo para evitar esse perigo; a justiça real propriamente dita foi ampliada pelos tribunais da corte do mesmo soberano. Eram poucas as cidades de certa importância, e não gozavam de independência substancial. O resultado foi a criação de uma forma de governo feudal com subenfeudamentos limitados e um grau enorme de unidade e flexibilidade.

A Germânia apresenta uma oposição polar a essa experiência. Ali, as terras francas de leste estavam entre as principais conquistas recentes do Império Carolíngio e ficavam fora das fronteiras da Antiguidade clássica. O elemento romano da síntese feudal final era muito mais fraco em relação a isto, mediado pela nova dominação do próprio Estado carolíngio nessas regiões fronteiriças. Assim, enquanto na França a estrutura administrativa cortesã coincidia com o *civitatus* romano, e presidia um sistema de vassalagem crescentemente articulado, o caráter comunal e primitivo da sociedade rural germânica — ainda legalmente organizada em base semitribal — excluía qualquer réplica direta a isto. Os condes que governavam em nome do imperador tinham jurisdições incertas sobre regiões nebulosamente definidas, sem muito poder real sobre as cortes populares locais ou sem apoio firme em grandes domínios reais.[13] Na Francônia e na Lorena, ajuntando-se o Norte da França próximo e parte já de um reino merovíngio, desen-

---

(11) Para uma discussão do sistema militar pós-conquista, ver J. O. Prestwich, "Anglo-Norman Feudalism and the Problem of Continuity", *Past and Present*, nº 26, novembro de 1963, pp. 35-57 — uma crítica salutar aos mitos paroquiais e chauvinistas da continuidade; e Warren Hollister, "1066: the Feudal Revolution", *American Historical Review*, vol. LXXIII, nº 3, fev. 1968, pp. 708-723, que proporciona um breve exame histórico da controvérsia sobre a questão.

(12) As cortes senhoriais floresceram, naturalmente, e o poder econômico real dos senhores ingleses na Idade Média certamente não era menor que o de seus antagonistas continentais, como é frisado por Hilton. R. H. Hilton, *A Mediaeval Society: The West Midlands as the End of the Twelfth Century*, Londres, 1964, pp. 227-241.

(13) Sidney Painter, *The Rise of the Feudal Monarchies*, Ithaca, 1954, p. 85.

volveram-se uma aristocracia protofeudal e uma agricultura servil. Mas na maior parte da Germânia — na Baviera, Turíngia, Suábia e Saxônia — ainda havia um campesinato alodial livre e uma nobreza federativa de clãs, não organizada em rede de vínculos de vassalagem. A nobreza germânica era tradicionalmente um "meio homogêneo"[14] em que as gradações de nível tinham pouca sanção formal; a monarquia em si não estava investida de nenhum valor supra-ordenado especial. A administração imperial carolíngia fora imposta sobre uma formação social onde estavam ausentes as complexas hierarquias de dependência que surgiam na França: sua memória sobreviveu por mais tempo neste meio mais primitivo. Além disto, a Germânia não era castigada na mesma extensão que a França pela nova onda de ataques bárbaros nos séculos IX e X: enquanto esta última fora saqueada por todos os três invasores — *vikings*, magiares e sarracenos — a primeira apenas se defrontou com os magiares. Estes nômades finalmente foram derrotados em Lechfeld, a leste, enquanto a Normandia era cedida aos *vikings* a oeste. Assim, a Germânia escapou à pior das atribulações dessa época, como iria demonstrar a relativamente rápida recuperação otoniana. Mas a herança política carolíngia, aqui menos apagada, não constituía um substituto duradouro para uma hierarquia senhorial compacta. Com o colapso da própria dinastia, inicialmente houve uma espécie de vácuo político na Germânia durante o século X. Logo surgiram ducados usurpados por linhagens, de caráter tribal, que estabeleceram controle sobre as cinco principais regiões do país — Baviera, Turíngia, Suábia, Francônia e Saxônia. O perigo de invasões magiares levou esses duques rivais a eleger formalmente um suserano. A história da monarquia germânica daí em diante passou a ser a de tentativas abortadas de criar uma pirâmide orgânica de submissões feudais sobre esses alicerces insatisfatórios. Do mais poderoso desses ducados a Saxônia, saiu a primeira dinastia a tentar a unificação do país. Mobilizando o auxílio da Igreja, os governantes otonianos da Saxônia gradualmente sujeitaram seus rivais eclesiásticos e estabeleceram a autoridade real em toda a Germânia. Para salvaguardar seu flanco ocidental, Oto I também assumiu o manto imperial transmitido pelos carolíngios ao decrépito "reino médio" da Lotaríngia, que incluía a Borgonha e a Itália do Norte. No oeste, expandiu as fronteiras germânicas para dentro do

---

[14] *Die Herrschaftsformen gehen kontinuierlich ineinander über*: esta frase perspicaz foi cunhada por Walter Schlesinger, "Herrschaft und Gefolgschaft in der germanische-deutschen Verfassungsgeschichte", *Beiträge zur deutschen Verfassungsgeschichte des Mittelalters*, Bd. I, Göttingen, 1963, p. 32.

território eslavo e estabeleceu a suserania sobre a Boêmia e a Polônia. A "Renovação" otoniana foi ideológica e administrativamente o último sucessor do Império Carolíngio; também testemunhou culturalmente um renascimento classicista e reivindicou um domínio universal. Mas seu tempo de vida seria ainda mais breve.

Os êxitos de Oto I por sua vez criaram novas dificuldades e perigos para um Estado germânico unitário. A sujeição dos magnatas ducais pela linha saxônica na prática apenas liberou um estrato de nobres abaixo deles, desta maneira simplesmente deslocando para baixo o problema de anarquia regional. A dinastia sálica, que a seguiu no século XI, tentou lidar com a resistência e turbulência aristocráticas disseminadas criando uma classe especial de *ministeriales* reais não-livres, que formavam um corpo de leais castelãos e administradores instalados pelo país. Este refúgio para funcionários servis, investidos de poderosos postos políticos ainda que sem posição social equivalente, e, portanto, exterior a qualquer hierarquia nobre, era a marca da continuada fragilidade da função monárquica, numa formação social que ainda não tinha um sistema amplo de relacionamentos sociais ao nível de aldeia. Superficialmente, os governantes sálicos registraram considerável progresso em direção a um governo imperial centralizado: foram suprimidas as rebeliões aristocráticas dissidentes na Saxônia, foi fundada uma capital permanente em Goslar e o domínio real foi bastante ampliado. Entretanto, neste ponto, a disputa da Investidura com o Papado tornou incapaz qualquer consolidação maior do poder real. A luta de Gregório VII com Henrique IV pelo controle das nomeações episcopais desencadeou a guerra civil generalizada na Germânia, enquanto a nobreza local aproveitou a oportunidade para levantar-se contra o imperador, com a bênção papal. Durante cinqüenta anos de lutas constantes, ocorreu uma enorme mudança social na Germânia: em condições de cruéis depredações, anarquia e violência social, a aristocracia germânica destruiu as bases alodiais da população livre não-pobre que havia predominado sempre na Saxônia e na Turíngia, e que fora sempre uma presença opressiva na Baviera e na Suábia. O campesinato estava reduzido à servidão, declinavam as justiças pública e popular, eram extorquidos tributos feudais e intensificadas e codificadas as obrigações militares entre os próprios membros da classe nobre, a cujas fileiras eram acrescentados os *ministeriales*, entre o torvelinho dos tempos e a grande mudança das famílias tradicionais.[15]

---

[15] Geoffrey Barraclough, *The Origins of Modern Germany*, Oxford, 1962, pp. 136-140; a análise clássica.

Um feudalismo completo, tão atrasado na Germânia, finalmente chegava agora ao século XII. Mas estava erigido *contra* uma integração monárquica do campo, ao contrário do que ocorreria na Inglaterra, onde a própria hierarquia social feudal fora instalada pela monarquia normanda, ou na França, onde ela precedeu o surgimento da monarquia e daí em diante foi lentamente reorientada em cheio no processo de centralização concêntrica. Uma vez acontecido isto, os efeitos políticos se mostraram irreversíveis. A dinastia Hohenstaufen, que surgiu depois de cristalizada a nova estrutura social, procurava construir um poder imperial renovado sobre sua base, aceitando a intermediação das jurisdições e das ramificações de vassalagem que agora se desenvolviam na Germânia. O próprio Frederico I realmente assumiu a liderança da organização de uma nova hierarquia feudal de complexidade e rigidez sem antecedentes — a *Heerschildordnung* — criando uma classe principesca de feudatários maiores ocupante de suas terras e elevando-os acima do resto de toda a nobreza, ao nível de *Reichsfürsten*.[16] A lógica desta política era converter a monarquia em uma suserania feudal propriamente dita, abandonando toda a tradição de administração com prerrogativas reais carolíngias. Entretanto, seu complemento necessário era recortar um domínio real adequadamente grande que proporcionasse ao imperador uma base financeira autônoma, a qual tornasse efetiva sua suserania. Como as propriedades da família Hohenstaufen na Suábia eram inteiramente insuficientes para isto, e a agressão direta contra os príncipes germânicos compatriotas não fosse aconselhável, Frederico tentou converter a Itália do Norte — que sempre fora um feudo imperial sem importância — em um sólido bastião exterior do poder real do outro lado dos Alpes. Esta ativação entrosada das soberanias germânica e italiana ameaçava uma explosão fatal do próprio poder papal na península, especialmente depois de a Sicília, na retaguarda, ter sido acrescentada às possessões imperiais por Henrique IV. A conseqüente reanimação da guerra entre o Império e o Papado finalmente cancelou qualquer possibilidade de uma monarquia imperial estável na própria Germânia. Com Frederico II, a dinastia Hohenstaufen tornou-se essencialmente italianizada em caráter e orientação, e a Germânia foi deixada a seus barões. Depois de mais cem anos de guerra, o resultado final foi a neutralização de qualquer monarquia hereditária no século XIII, quando o Império se tornou definitivamente eletivo, e houve a transformação da Germânia em um confuso arquipélago de principados.

---

(16) Barraclough, *The Origins of Modern Germany*, pp. 175-177, 189-190.

Se a instalação do feudalismo germânico foi marcada e embaraçada pela permanência de instituições tribais datando desde o tempo de Tácito, correspondentemente a evolução do feudalismo na Itália foi abreviada e modulada pela sobrevivência de tradições clássicas. A reconquista bizantina da maior parte da península aos ostrogodos no século VI, apesar da destruição material que causou, ajudou a preservar estas tradições por uma fase crítica da Idade Média. De qualquer maneira, a colonização bárbara havia sido relativamente rarefeita. Como resultado, a Itália jamais perdeu a vida urbana municipal que tivera no Império Romano. As cidades maiores logo agiram como centros de negócios para o tráfico comercial através do Mediterrâneo, florescendo como portos e entrepostos bem mais adiantados que quaisquer outras cidades na Europa. A Igreja herdou muito da posição social e política da velha aristocracia senatorial; os bispos eram os típicos governantes administrativos das cidades italianas até o século XI. Devido à predominância de componentes romanos na síntese feudal desta zona, onde a herança de Augusto e Justiniano inevitavelmente tinha um grande peso, as relações de propriedade nunca se alinharam unilateralmente com o caudal dos modelos feudais. A sociedade feudal sempre foi muito heterogênea da Idade das Trevas, combinando feudos, pequenos camponeses livres, latifúndios e propriedades urbanas em diferentes regiões. Os domínios senhoriais propriamente ditos seriam fundados predominantemente na Lombardia e no Norte, e, por outro lado, as propriedades rurais estavam mais concentradas no Sul, onde o latifúndio clássico trabalhado por escravos sobreviveu sob o governo bizantino até o princípio da Idade Média.[17] As pequenas propriedades camponesas possivelmente eram mais numerosas no centro montanhoso do país. O sistema senhorial conseqüentemente era mais fraco na Italia que ao norte dos Alpes, e a ascensão das comunas urbanas aconteceu mais cedo e foi mais importante do que em outros lugares.

Inicialmente, as cidades eram dominadas por pequenos nobres feudais dominados por seus governantes episcopais. Por volta do final do século XI, as jurisdições senhoriais já estavam diminuindo, enquanto a Contestação da Investidura deu às comunidades mercadoras nas cidades a oportunidade de começar a caça ao supra-senhorio eclesiástico e de instituir seu próprio governo comunal, a princípio na forma de um sistema "consular" eletivo e mais tarde com a contratação de administradores externos profissionais, o *podestà* do século XIII.

---

(17) Philip Jones, "The Agrarian Development of Mediaeval Italy", *Second International Conference of Economic History*, Paris, 1965, p. 79.

De 1100 mais ou menos em diante, estas comunas dominaram todo o Norte da Itália, equipando-se sistematicamente para conquistar o campo que lhe era adjacente, atacando feudos baronais e abolindo as imunidades feudais, arrasando castelos e forçando os senhores vizinhos à sujeição. O objetivo desta agressiva expansão urbana era conquistar um *contado* territorial do qual a cidade pudesse daí por diante levantar os impostos, tropas e cereais para aumentar seu próprio poder e prosperidade *vis-à-vis* de seus rivais.[18] As relações rurais foram alteradas radicalmente pela disseminação do *contado*, pois as cidades tendiam a introduzir novas formas de dependência semicomercializada para o campesinato, que eram uma considerável mudança da servidão: a *mezzadria*, ou a plantação a meia contratual, se tornou habitual na maior parte do Norte e do Centro da Itália no século XIII. O desenvolvimento de manufaturas dentro das comunas então levou ao aumento das tensões sociais entre os mercadores e os grandes senhores (um estrato dominante com propriedade rural e urbana) e os grupos artesanais e profissionais organizados em associações e excluídos do governo das cidades. No século XIII, a ascensão política dos últimos fundou uma curiosa expressão na instituição do *Capitano del Popolo*, que muitas vezes gozava de um condomínio alarmante com o *podestà* dentro da mesma circunscrição: o próprio posto era um memento impressionante do clássico tribuno romano.[19] Este frágil equilíbrio não durou muito. No século seguinte, as comunas lombardas caíram uma depois da outra sob a influência das tiranias pessoais hereditárias, os *signorie*; o poder daí em diante estava concentrado nas mãos de aventureiros autocráticos, a maioria ex-feudatária ou *condottieri*. A Toscana seguiu na mesma direção nos próximos cem anos. As regiões mais adiantadas da Itália tornaram-se então um tabuleiro de cidades-Estado competidoras, no qual o campo envolvido, diferentemente de qualquer outro lugar da Europa, foi anexado às cidades: nenhuma pirâmide feudal jamais foi erigida. A presença do Papado cruzando a península, vigilante contra a ameaça de algum Estado todo-poderoso, era um obstáculo adicional ao surgimento de qualquer monarquia peninsular, naturalmente.

Somente em duas regiões da Itália foi implantado um sistema político-econômico feudal em escala completa. Não era por acidente que ambas fossem essencialmente "extensões" do feudalismo mais orgânico e poderoso na Europa — que era centrado na França. O Piemonte, confinando com a Savóia, era um território fronteiriço do outro lado dos Alpes: nestas terras altas desenvolveram-se uma hierarquia senhorial e um campesinato dependente, isentos da influência das comunidades nas planícies. Mas a esta época, o canto no extremo noroeste da península era muito pequeno e muito pobre para ter alguma importância geral na Itália. Muito mais formidável era o reino meridional de Nápoles e Sicília, que os normandos haviam criado depois de suas conquistas aos bizantinos e aos árabes no século XI. Ali, feudos foram distribuídos e surgiu um verdadeiro sistema baronal, completo, com apanágios e servidão; a monarquia que governava este simulacro meridional da síntese francesa era — se tanto — reforçada por concepções orientalizadas de soberania real devidas a demoradas influências árabes e bizantinas. Foi este Estado autenticamente feudal que proporcionou a Frederico II a base para sua tentativa de conquistar e organizar toda a Itália numa monarquia medieval unificada. Este projeto falhou por razões que serão consideradas mais tarde. A divisão da península em dois sistemas sociais diferentes devia persistir por muitos séculos ainda.

Na Espanha, apenas dois séculos separavam a ocupação visigótica da conquista muçulmana. Neste pequeno espaço de tempo, só poderiam surgir indefinidas combinações de elementos germânicos e romanos: na maior parte do período, como já vimos, houve uma completa separação legal e administrativa das duas comunidades depois da colonização bárbara. Nenhuma síntese desenvolvida era possível nestas condições. A Espanha cristã caiu antes que Carlos Magno criasse o Império que atuou como o real incubador para o feudalismo europeu. A herança visigótica foi virtualmente eliminada pela conquista islâmica, e a sociedade cristã residual nas Astúrias teve de recomeçar a partir de algo como o zero. Daí em diante, o esforço histórico específico da Reconquista foi a determinante fundamental das formas do feudalismo espanhol, e não colisão e fusão originais das sociedades bárbara e imperial. Este fator básico deixou, desde cedo, a Espanha isolada dos outros países da Europa Ocidental, produzindo uma série de características não homólogas às dos principais tipos de feudalismo europeu. A matriz da sociedade medieval espanhola neste aspecto foi ímpar. A exceção ao modelo geral seria a Catalunha, incorporada ao reino carolíngio no século IX, que conseqüentemente passou pela experiência padrão de *vassi dominici*, do sistema de benefícios e do condado administrativo. No início da Idade Média a situação do campesinato passou por uma degradação progressiva semelhante à da França contemporânea, com obrigações pessoais especialmente pesadas e um sistema senhorial desenvolvido. A servidão catalã foi estabelecida pelos senhores locais no decorrer de uns duzentos anos, a partir da metade do século XI em diante.[20] No ocidente, as situações peculiares da longa luta contra o poder mouro deram lugar a um desenvolvimento dualista. A lenta reconquista do extremo norte para o sul criou amplas terras-de-ninguém — *presuras* — entre os Estados cristão e muçulmano, que eram colonizadas por camponeses livres, em condições gerais de falta de trabalho. Estas *presuras* também enfraqueciam a jurisdição senhorial nos territórios cristãos propriamente ditos, pois as terras vazias desocupadas eram um refúgio potencial para fugitivos.[21] As comunidades camponesas livres muitas vezes se recomendavam coletivamente aos senhores para proteção, as assim chamadas *behetrías*. Com formações sociais deste gênero, à solta, com incursões incertas constantes de parte dos dois lados através das linhas móveis de demarcação religiosa, havia pouca possibilidade para que uma hierarquia feudal completamente fixa tomasse forma. O caráter religioso das guerras fronteiriças, além disso, significava que a escravização de cativos permaneceu como uma prática social regular na Espanha por muito mais tempo que em qualquer outro lugar da Europa. A disponibilidade do trabalho escravo muçulmano em geral atrasava a consolidação de uma classe de servos cristã na Península Ibérica (uma correlação inversa entre os dois sistemas de trabalho é regra geral na era medieval, como veremos). A partir da virada do século XI em diante, houve uma considerável extensão das propriedades senhoriais e dos amplos domínios em Castela e Leão.[22] Os *solariegos* ou vilãos castelhanos, desta época em diante, já não eram em pequeno número, mas nunca chegaram a constituir a maioria da população rural. A expansão das fronteiras aragonesas foi relativamente menos importante e a servidão era menos pronunciada em suas terras interiores.

---

[18] Para toda essa evolução, ver Daniel Waley, *The Italian City-Republics*, Londres, 1969, pp. 12-21, 56-92.

[19] Max Weber, *Economy and Society*, Nova Iorque, 1968, vol. III, pp. 1308-1309; Daniel Waley, *The Italian City-Republics*, pp. 182-197. Uma razão central para o surgimento das instituições do *popolo* eram as extorsões fiscais dos patrícios: ver J. Lestocquoy, *Aux Origines de la Bourgeoisie*, Paris, 1952, pp. 189-193.

Os monarcas dos reinos cristãos dos séculos X e XI deviam sua autoridade excepcional a funções militares supremas na cruzada permanente em direção ao sul e ao pequeno tamanho de seus Estados, e não a uma suserania feudal muito articulada ou a reservas senhoriais reais consolidadas.[23] A vassalagem e as jurisdições senhoriais existiam, mas permaneciam elementos dissociados que ainda não se haviam fundido para formar um sistema feudal propriamente dito. Uma classe nativa de *caballeros villanos* — cavaleiros plebeus — residia paradoxalmente nas cidades, e propiciava serviço de cavalaria para o avanço ao sul em troca de privilégios municipais e fiscais.[24] Depois do ano 1100, as influências feudais francesas sobre a corte e a Igreja de Castela levaram à multiplicação de *señoríos* territoriais, embora estes não tenham adquirido a autonomia dos seus modelos de além dos Pirineus. Iniciativas cistercienses eram também responsáveis pela criação de três grandes ordens militares e monástias — Santiago, Calatrava e Alcântara —, que doravante desempenhariam um papel-chave em Castela.

Esse anômalo complexo de instituições durou até o século XII, quando a Reconquista havia avançado lentamente até a linha do Tejo. E então, no século XIII, virtualmente todo o Sul caiu, rápida e subitamente, à Reconquista. Em 30 anos a Andaluzia foi absorvida. Com esta enorme herança territorial inesperada, todo o processo de colonização agora estava invertido, e uma ordem agrária, completamente oposta à do Norte, foi criada no Sul. As campanhas vitoriosas foram em parte considerável organizadas e lideradas pelas grandes ordens militares de Castela — cuja estrutura característica havia sido copiada do inimigo islâmico para a propagação da fé. Essas fraternidades guerreiras agora tomavam vastas propriedades e se apropriavam de jurisdições senhoriais acima delas; foi dos capitães militares deste século que surgiu a maioria da classe dos grandes que iria dominar o feudalismo espanhol daí por diante. O artesanato muçulmano fora rapidamente expulso das cidades para o restante emirado islâmico de Granada — um golpe que ao mesmo atingiu o pequeno proprietário agrícola que tradicionalmente estivera ligado à economia urbana andaluza. A subseqüente repressão das rebeliões camponesas mouriscas havia despovoado a terra. Houve assim uma falta de trabalho aguda que somente poderia ser solucionada pela redução da força de trabalho rural à condição servil — uma condição imposta mais facilmente com a chegada dos exércitos nobres armados ao Mediterrâneo. A estruturação de vas-

---

(20) J. Vicens Vives, *Historia de los Remensas en el Siglo XV*, Barcelona, 1945, pp. 26-37.

(21) J. Vicens Vive, *Manual de Historia Económica de España*, Barcelona, 1959, pp. 120-123.

(22) Luis de Valdeavellano, *Historia de España*, Madri, 1955, I/II, pp. 293-304.

(23) C. Sanchez-Albornoz, *Estudios sobre las Instituciones Medievales Españolas*, México, 1965, pp. 797-799.

(24) Elena Lourie, "A Society Organized for War: Mediaeval Spain", *Past and Present*, nº 35, dez. 1966, pp. 55-66. Esse artigo proporciona um resumo competente de algumas das principais linhas da historiografia medieval espanhola.

tos latifúndios na Andaluzia foi promovida mais adiante pela ampla conversão de hectares plantados em pastagem de ovelhas para lã. Nestas condições estéreis, a maioria dos soldados de infantaria que ganharam pequenas fazendas no Sul vendeu-as para grandes proprietários e voltou para o Norte.[25] O novo modelo do Sul reagia em Castela: para prevenir a drenagem de mão-de-obra de suas propriedades para a aristocracia andaluza mais rica, a classe dos *hidalgos* do Norte firmou laços crescentes de dependência sobre o seu campesinato, até que por volta do século XIV uma classe vilã cada vez mais uniforme surgira na maior parte da Espanha. As monarquias de Aragão e Castela, nenhuma delas instituição ainda inteiramente consolidada, colheram os frutos dos benefícios desta feudalização de suas aristocracias guerreiras. As tradições de vassalagem militar ao comandante real foram reforçadas, uma nobreza poderosa e leal foi criada e uma classe camponesa servil foi estabilizada na terra.

Portugal, na borda mais avançada da Península Ibérica no Atlântico, foi a última monarquia feudal importante a surgir na Europa Ocidental. A região noroeste da Hispânia romana recebera os suevos, o único povo germânico da confederação inicial que cruzou o Reno em 406 para instalar-se nas terras que conquistou primeiro. Os suevos deixaram atrás de si a mais densa quantidade de topônimos germânicos na península, as pesadas terras aradas do Norte e a memória fugaz do primeiro governante bárbaro católico na Europa, antes que fossem conquistados e absorvidos pelo reino visigodo no século VI. Daí por diante, as fronteiras ocidentais da Ibéria têm pouca história separada do resto da península, sofrendo a conquista muçulmana e a formação de um reduto cristão montanhoso mais além, tal como ocorrera na própria Espanha. Sua história independente ressurgiu quando Portugal — então um modesto trato de terra entre o Minho e o Douro — foi concedido como apanágio a um descendente do duque da Borgonha em 1093. Cinqüenta anos depois, seu neto fundou a monarquia portuguesa. Nesta distante região fronteiriça, muito do padrão geral do desenvolvimento espanhol seria repetido e exagerado. A reconquista do Sul foi muito mais breve do que na Espanha, e por isto levou a um poder real muito mais pronunciado. O país foi libertado da ocupação muçulmana com a captura do Algarve em 1249, dois séculos antes da queda de Granada. Nenhuma hierarquia intra-senhorial formalizada surgiu e o separatismo da nobreza era fraco. A subvassalagem estava confinada a uns poucos senhores poderosos, como a casa de Bragança.

---

(25) G. Jackson, *The Making of Mediaeval Spain*, Londres, 1972, pp. 86-88.

Um grupo restrito de *cavaleiros-vilãos* formava uma elite aldeã relativamente próspera com arrendamentos enfitêuticos. A pequena propriedade camponesa era mínima, exceto no extremo norte, porque não houve ali uma fase de reconquista lenta comparável à de Castela e Leão. Grande massa da população rural era de rendeiros pagando aluguéis em grandes propriedades com poucas mansões senhoriais. Os impostos prediais e fiscais juntos somariam uns 70 por cento da produção direta; a mão-de-obra de serviços seria de um a três dias por semana, embora esse não fosse um regime universal.[26] Por outro lado, a servidão da gleba já estava desaparecendo desde o século XIII, pelo menos em parte, por causa da abundância de cativos muçulmanos no Sul; o comércio marítimo com a Inglaterra e a França agora já aumentava significativamente. A importância das ordens religiosas militares, para os padrões de Portugal medieval, era ainda maior do que na Espanha. A distribuição das propriedades em terras pela classe governante era provavelmente única na Europa Ocidental: desde a revolução de Avis em 1383, a renda anual da monarquia era quase igual à da Igreja, e as duas juntas eram entre quatro e oito vezes maiores que o total dos rendimentos da nobreza.[27] Esta centralização extrema de propriedade feudal era um vívido indicador da singularidade da formação social portuguesa. Combinada com a ausência da servidão adscrita e com a ascensão do comércio costeiro do século XIII em diante, ela marcou Portugal para um futuro diferente desde cedo.

---

(26) A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1964, pp. 143-144.

(27) Armando Castro, *Portugal na Europa do seu Tempo*, Lisboa, 1970, pp. 135-138.

O extremo norte

O caráter diferencial e a trajetória das formações sociais escandinavas, a partir da Idade Média, compõem um fascinante problema para o materialismo histórico, proporcionando um necessário *controle* sobre qualquer tipologia marxista generalizante de desenvolvimento regional europeu, o que é muitas vezes negligenciado.[1] Aqui teremos pouco espaço para explorar esta questão subdocumentada e complexa. Mas é preciso um pequeno esboço do desenvolvimento antigo desta área para uma compreensão do papel crítico desempenhado mais tarde pela Suécia na história do início da Europa moderna.

Bastará dizer a princípio que o determinante histórico *fundamental* da "especificidade" escandinava foi a natureza da estrutura social *viking*, que originalmente isolou toda a zona do resto do continente. Naturalmente, a Escandinávia ficara totalmente à margem do mundo romano. Nenhuma contigüidade com os legionários e os negociantes dos *limes* havia perturbado ou apressado a vida de suas populações tribais nos séculos da *pax romana*. Embora a grande onda de invasões bárbaras nos séculos IV e V tenha incluído muitos povos originalmente escandinavos, em especial os godos e os burguinhões,[2] estes se haviam instalado entre o resto das populações germânicas do outro lado do Báltico, antes de sua imersão no Império. A Escandinávia propriamente dita, assim, estava intocada pelo grande drama do colapso da Antiguidade. Assim, ao final da Idade Média, depois de três séculos de governo franco ou lombardo sobre as antigas províncias do Ocidente romano, da evolução social correspondente e da síntese que propiciaram os fundamentos de um feudalismo totalmente desenvolvido, as formações sociais do extremo norte preservavam virtualmente intacto o padrão interno primitivo das comunidades tribais germânicas do tempo de Tácito: um campesinato armado (*bondi*), um livre conselho de guerreiros-camponeses (*thing*), uma classe liderante de nobres de clã (liderada pelos *jarls*), um sistema de expedições de ataques ligeiros (*hirdh*) e um sistema monárquico semi-eletivo e precário.[3] Por volta do século VIII, estas sociedades escandinavas rudimentares, por sua vez, tornaram-se uma das fronteiras bárbaras do Império Carolíngio restaurado, enquanto ele se expandia pela Germânia do Norte até a Saxônia, ao longo de uma linha adjacente à Dinamarca. A este contato seguiu-se uma súbita e devastadora reprodução das invasões bárbaras que haviam varrido o Sul para atacar o Império Romano. Do século VIII ao XI, bandos *vikings* saquearam a Irlanda, a Inglaterra, a Holanda e a França, pilhando até a Espanha, Itália e Bizâncio. Os colonos *vikings* povoaram a Islândia e a Groenlândia, e soldados e comerciantes *vikings* criaram o primeiro Estado territorial na Rússia.

Estas invasões muitas vezes têm aparecido como um "segundo assalto" contra a Europa cristã. Na verdade, sua estrutura era *decisivamente* diferente das invasões dos bárbaros germânicos que levaram ao fim a Antiguidade no Ocidente. Em primeiro lugar, eles não eram *Völkerwanderungen* propriamente ditos, porque não eram povos inteiros que migravam através das terras: eram expedições *marítimas*, ne-

---

(1) Numa famosa observação, Hecksher uma vez comentou que os "países de segunda linha" não tinham direito a esperar que sua História em geral fosse estudada. Argumentando que "todo seu estudo histórico deveria levar à descoberta de leis gerais ou ao discernimento de mecanismos de uma evolução maior", concluiu que o desenvolvimento de terras como a Suécia só tinha significado na medida em que prenunciasse ou estivesse conformado a um modelo internacional mais amplo. O resíduo poderia ser efetivamente negligenciado: "não compliquemos as tarefas da ciência desnecessariamente". (E. Hecksher, "Un Grand Chapitre de l'Histoire du Fer: Le Monopole Suédois", *Annales*, nº 14, março 1932, p. 127). As tarefas da ciência histórica não se podem considerar cumpridas se uma região que traz controvérsia a muitas de suas categorias é ignorada por ela. O desenvolvimento escandinavo não é apenas um catálogo de singularidades, para ser opcionalmente acrescentado a um inventário indefinido de formas sociais. Suas próprias variações contêm algumas lições gerais para qualquer teoria do feudalismo europeu na íntegra, na época medieval e no início da era moderna.

(2) Provavelmente de Götland e Bornholm, respectivamente.

(3) Uma recente avaliação concisa numa língua não-escandinava é o estudo de Gwyn Jones, *A History of the Viking*, Oxford, 1968, pp. 145-155. Kuhn argumenta que o *hirdh* foi uma inovação anglo-dinamarquesa mais recente dos séculos X e XI, que foi mais tarde reimportada de volta à Suécia — um ponto de vista isolado: "Die Grenzen der germanischen Gefolgschaft", pp. 43-47.

cessariamente bem mais limitadas em número. Estudos recentes reduziram muito as estimativas exageradas das vítimas apavoradas das facções de ataques ligeiros dos *vikings*. Os bandos saqueadores não tinham mais de 300 a 400 indivíduos, em sua maioria: o maior grupo que atacou a Inglaterra no século IX tinha menos de mil componentes.[4] Um segundo ponto, essencial, é que a expansão *viking* teve um caráter notadamente comercial: os objetivos de suas expedições marítimas não incluíam apenas terra para colonização, mas também dinheiro e bens. Saquearam algumas cidades em seu rastro, mas também fundaram e construíram muitas outras — em contraste diametralmente oposto a seus antecessores. As cidades eram o centro de sua força de comércio. Além do mais, o principal desse negócio era o tráfico de escravos, capturados e transportados de toda a Europa, mas acima de tudo do ocidente celta e do oriente eslavo. Naturalmente é necessário fazer a distinção dos respectivos modelos da expansão norueguesa, dinamarquesa e sueca nessa época: a diferença entre elas era muito mais do que simples nuanças regionais.[5] Os *vikings* noruegueses no flanco ocidental extremo parecem ter sido impelidos por falta de terras na região montanhosa de seu país; além da simples pilhagem, eles parecem ter estado atrás de terras para a colonização, não importando quão inóspito o meio ambiente: atacaram a Irlanda e a Escócia, e foram eles que povoaram as Feroe desoladas e que descobriram e colonizaram a Islândia. As expedições dinamarquesas ao centro, que conquistaram o nordeste da Inglaterra e a Normandia, foram assaltos muito mais organizados, sob comandos disciplinados semi-reais, e criaram sociedades além-mar mais hierarquizadas e mais compactas, das quais extorquiam o tesouro e os tributos de proteção (como o *danegeld*) que era gasto no local na construção de uma ocupação territorial estável. A expansão pirata dos suecos no flanco oriental dirigia-se quase exclusivamente para o comércio: a penetração varegue na Rússia não estava preocupada com a colonização, o assentamento em terras, mas sim com o controle das rotas fluviais para Bizâncio e o Oriente muçulmano. Considerando que os típicos Estados *vikings* fundados no Atlântico (as Órcades, a Islândia ou a Groenlândia) eram comunidades agrícolas instaladas, o reino varegue na Rússia foi um império comercial

---

[4] P. H. Sawyer, *The Age of Vikings*, Londres, 1962, p. 125. Este é o estudo mais sóbrio e preciso de todo o tópico, embora seja também o mais breve sobre a estrutura social no interior dos países escandinavos.

[5] Ver Lucien Musset, *Les Invasions: Le Second Assaut contre l'Europe Chrétienne (VIIe-XIe Siècles)*, Paris, 1965, pp. 115-118; Johannes Bronsted, *The Vikings*, Londres, 1967, pp. 31-36, tem uma discussão semelhante, se não menos adequada.

construído principalmente com as vendas de escravos ao mundo islâmico, inicialmente via khanatos do Khazar e búlgaro, e mais tarde diretamente do empório comercial de Kiev.

O comércio varegue no Oriente eslavo era em tal escala que, como já vimos, criou um mundo novo e permanente para a escravidão através da Europa. Sua importância era especialmente grande para a Suécia por causa da especialização significativa desta última nessa forma de saque escandinavo. O tráfico russo não era em si mais que uma concentração regional de uma característica gera e fundamental da expansão *viking*. Na própria Islândia, a enorme distância de Kiev, as propriedades da nobreza sacerdotal *godar* desde o início foram cultivadas por escravos celtas, capturados na Irlanda. O padrão e a amplitude das incursões dos *vikings* para apanhar escravos pela Europa ainda não receberam adequado estudo histórico.[6] Mas, para nossos propósitos aqui, o que mais necessita ser enfatizado, e tem sido pouco ressaltado, é o impacto crítico do uso generalizado do trabalho escravo *dentro* das próprias terras escandinavas. O resultado deste comércio predatório no exterior era, paradoxalmente, *preservar* muito da estrutura primitiva da sociedade *viking* em casa. As formações sociais escandinavas foram as últimas na Europa a fazer uso disseminado e normal do trabalho escravo. "O próprio escravo era a pedra fundamental da vida *viking* em casa."[7] O modelo típico das comunidades tribais na fase inicial de diferenciação social, como já vimos, era a dominância de uma aristocracia guerreira cujas terras eram cultivadas pelos escravos capturados. Foi precisamente a presença desta mão-de-obra forçada *externa* o que permitiu a coexistência de uma nobreza com um campesinato livre nativo, organizado em clãs agnáticos. O excesso de trabalho para o surgimento de uma nobreza fixada na terra ainda não tinha de ser arrancado do povo empobrecido: neste estágio, a escravidão consiste numa "salvaguarda" contra a servidão. As formações sociais *vikings*, em que havia importação e reabastecimento constantes de escravos estrangeiros (servos), desta maneira não passou por nenhum desvio verdadeiro no sentido da dependência feudal e do trabalho vinculado: permaneceram comunidades de clã primitivas, extremamente vigorosas, na remota margem do extremo norte da Europa medieval. Até o século XII as aldeias camponesas escandinavas mantinham um modelo social muito próximo ao dos povos germânicos do século I. Houve uma distribuição coletiva de faixas de terra a cada família, conforme as normas convencionais, numa comunidade jurídica que era governada por seus próprios costumes.[8] As terras comuns de um tipo ortodoxo — florestas, campos e pastos — eram partilhadas pelas aldeias e comunidades vizinhas. A propriedade individual só era reconhecida depois de quatro ou seis gerações de posse, ou mais, e geralmente estava restrita aos notáveis. Um agricultor *bondi* comum poderia ter uma força de trabalho de três escravos, um nobre poderia ter uns trinta servos.[9] Ambos compareciam às assembléias livres de *thingar*, que estavam organizadas em escalões sucessivos, do nível cem para cima: fatualmente dominadas pelos grandes locais, estes contudo representavam toda a comunidade rural, e podiam, como ao tempo de Tácito, vetar as iniciativas dos nobres. Uma leva de tropas navais ou *liderantes* para a manutenção dos navios de guerra era sustentada por todos os homens livres. As dinastias reais, enfraquecidas por mecanismos de sucessão incidentais e instáveis, forneciam reis que deviam ser eleitos por uma *thing* provincial que confirmaria sua ascensão. A rapina e a escravização *viking* além-mar conservaram assim uma relativa liberdade de clã e uma igualdade jurídica na terra natal.

---

[6] E. I. Bromberg, "Wales and the Mediaeval Slave Trade", *Speculum*, vol. XVII, nº 2, abril de 1942, pp. 263-269, considera as operações *vikings* na área do Mar da Irlanda e emite alguns julgamentos relevantes sobre a atitude da Igreja Cristã para com o comércio no início da Idade Média.

[7] Jones, *A History of the Vikings*, p. 148. O mais completo estudo sobre a escravidão na Escandinávia é proporcionado por P. Foote e D. M. Wilson, *The Viking Achievement*, Londres, 1970, pp. 65-78. Essa obra sublinha corretamente a importância crítica do trabalho escravo para as realizações econômicas e culturais da sociedade *viking*: p. 78.

Depois de três séculos de ataques e colonizações além-mar, a dinâmica da expansão *viking* chegou ao fim com o último grande ataque norueguês à Inglaterra em 1066, em que Harald Hardrada, outrora comandante varegue em Bizâncio, foi derrotado e morto na Ponte Stamford. Simbolicamente, os frutos desta expedição foram colhidos três semanas depois em Hastings pelos normandos, uma comunidade

---

(8) Lucien Musset, *Les Peuples Scandinaves au Moyen Age*, Paris, 1951, pp. 87-91: entre as obras em francês, esse excelente trabalho é o melhor estudo da Escandinávia medieval. Musset acrescenta que mesmo na Noruega e na Islândia, onde havia uma colonização dispersa e a agricultura era simples pastoreio transumante, uma comunidade de vizinhança extensiva redistribuía o solo arável e compartilhava as campinas. Há uma discussão extremamente interessante sobre a forma escandinava de posse da terra, *odal*, e suas inúmeras conotações sociais em A. Gurevich, "Réprésentations et Attitudes à l'Égard de la Proprieté pendant le Haut Moyen Age", *Annales ESC*, maio-jun. 1972, pp. 525-529. O termo "alódio" poderia estar etimologicamente ligado a *odal* por metástase: em qualquer caso, os limites da propriedade alodial estão indicados numa forma extrema pela possesão *odal viking*.

(9) Jones, *A History of the Vikings*, p. 148.

dinamarquesa além-mar que adotara as novas estruturas militares e sociais do feudalismo europeu.[10] As invasões *vikings* originais haviam precipitado a cristalização do feudalismo em meio à desintegração do Império Carolíngio no século IX. Fora aperfeiçoado agora e estabilizara-se num sistema institucional pleno, e provou ser decisivamente superior aos empobrecidos ataques das tradicionais campanhas *vikings*. A cavalaria pesada conquistou a Inglaterra, onde os grandes navios foram repelidos. A relação de forças entre o Norte remoto e o restante da Europa Ocidental doravante invertia-se: de agora em diante o feudalismo ocidental devia exercer uma pressão lenta e constante sobre a Escandinávia, e gradualmente iria alterar seu próprio modelo. Para começar, a retenção do expansionismo *viking* além-mar por si inevitavelmente conduziu a mudanças endógenas radicais dentro da Escandinávia. Isto significava que o fornecimento de trabalho escravo agora cessava efetivamente e, com isto, as velhas estruturas sociais se rompiam cada vez mais.[11] Visto que já não havia mais uma reserva constante de trabalho forçado do exterior, a diferenciação social só poderia prosseguir com a sujeição dos lavradores *bondi* à nobreza local, e o surgimento de rendeiros dependentes cultivando as terras de uma nobreza enraizada, agora mais territorial do que marítima em seu poder social. O corolário deste processo foi a estabilização gradual do governo real e a transformação dos *jarlar* regionais em governadores de província, subordinando o trabalho dos *thing* locais. A gradual introdução do cristianismo na Escandinávia, conversão que só foi completada pelo final do século XII, presente por toda parte, acelerou a transição de comunidades semitribais tradicionais a sistemas de Estado monárquicos: as religiões pagãs nórdicas que haviam sido a ideologia nativa de uma velha ordem de clãs naturalmente caíram. Estas mudanças internas já eram visíveis durante o século XII. Todo o impacto externo de um feudalismo europeu nos confins nórdicos do continente fez-se sentir no século XIII. A primeira ação vitoriosa da cavalaria pesada ocorreu na batalha de Fotevik em 1134, quando os cavaleiros mercenários germânicos demonstraram sua destreza na Escânia. Mas só depois que o exército dinamarquês de Valdemar II — o mais poderoso governante escandinavo da Idade Média — foi aniquilado por uma hoste de príncipes germânicos do norte em Bornhoved em 1227, devido

---

(10) Seu feito, o lançamento com êxito de uma invasão feudal por mar, naturalmente, deveu-se a seu fundo escandinavo.

(11) A escravidão desapareceu na Islândia durante o século XII, na Dinamarca do século XIII e na Suécia, no século XIV: Foote e Wilson, *The Viking Achievement*, pp. 77-78.

à superioridade eqüestre dos últimos, é que é organização militar do feudalismo foi transplantada finalmente para o norte, com todas as suas conseqüências sociais.[12] Schleswig tornou-se o primeiro feudo propriamente dito a ser concedido pela monarquia dinamarquesa em 1253. Logo seguiram as cerimônias conferindo dignidades, os sistemas de títulos e os brasões heráldicos. Em 1279-1280, a aristocracia sueca obteve isenção jurídica de taxas (*frälse*) em troca de obrigação formal de serviço de cavalaria (*rusttänst*) Daí por diante ela se torna uma classe legal separada ao longo das linhas continentais, investida em feudos (*län*) por governantes reais. A consolidação das aristocracias locais em uma nobreza feudal foi acompanhada por uma firme degradação estável das condições do campesinato em todos os países escandinavos durante os últimos séculos da depressão medieval. A classe dos pequenos proprietários possuía apenas dois quintos das terras na Noruega pelo ano de 1350.[13] No século XIV a nobreza sueca proibiu a antiga classe dos *bondi* de usar armas, e empenhou-se em amarrá-la à terra promulgando leis que exigiam serviços de mão-de-obra compulsória da população rural nômade errante.[14] Os *thingar* foram rebaixados a funções jurídicas limitadas e o poder político central concentrou-se num conselho magnata ou *råd*, que dominou tipicamente a forma de governo medieval deste período. A tendência em direção a um modelo-padrão continental era inequívoca pela época da União de Kalmar, que em 1397 reuniu formalmente os três reinos escandinavos num único Estado.

Contudo, o feudalismo escandinavo jamais foi completado por causa de seu início muito tardio. Mostrou-se incapaz de suprimir inteiramente as poderosas instituições e tradições rurais de um campesinato independente, cujos direitos populares e assembléias de agricultores ainda tinham viva memória no campo. Houve mais um determinante crítico para este excepcionalismo nórdico: a maior parte da área estava virtualmente imune às invasões estrangeiras por todo o final da Idade Média e o início da era moderna; de maneira que o coeficiente das hostilidades feudais, cujo atrito constante invariavelmente tinha efeitos nefastos sobre as liberdades camponesas, era bem mais baixo que em outros lugares. A Dinamarca representa um caso especial, pois era uma extensão da massa continental e assim estava mais sujeita a influências e intrusões germânicas pela zona fronteiriça de Schleswig-Holstein, e terminou alinhando muito proximamente com o modelo social do interior imperial. Mesmo assim o campesinato dinamarquês só foi se tornar inteiramente servil muito mais tarde, no século XVII, e foi novamente emancipado cem anos depois. A Noruega, que caiu finalmente sob um governo de Copenhague, foi dominada por uma aristocracia de fala dinamarquesa, mas manteve uma estrutura rural mais tradicional.

Entretanto, foi a Suécia que representou o exemplo mais puro do tipo geral de formações sociais escandinavas na época do final da Idade Média. Durante todo este período, foi a área mais atrasada na região.[15] Foi o último país a manter a escravidão, que realmente persistiu até o início do século XIV, e que foi abolida formalmente apenas em 1325; foi o último país a ser cristianizado, e o último a atingir uma monarquia unificada, que acabou se mostrando mais fraca do que a de seus vizinhos. Quando o serviço de cavaleiro foi introduzido no final do século XIII, não adquiriu o peso opressivo de seu similar dinamarquês, por causa do abrigo estratégico que era a latitude sueca e também pela topografia local — um tapete de florestas, lagos e rios —, que era sempre hostil à cavalaria. Assim, as relações de produção rurais nunca foram inteiramente feudalizadas. Pelo fim da Idade Média, apesar da intromissão da aristocracia, do clero e da monarquia, o campesinato sueco ainda tinha a posse de metade da superfície cultivada do país. Embora esta mais tarde tenha sido declarada *dominium directum* do monarca pelos legisladores reais e cercada de restrições reais no arrendamento e divisão dos lotes,[16] na prática formava um vasto setor alodial que devia impostos aos reis, mas já não mais obrigações e serviços. A outra metade do campesinato cultivava as terras da monarquia, da Igreja e da nobreza, devendo arrendamentos feudais e serviços a seus respectivos senhores. Os nobres suecos declararam-se "reis dos seus

(12) Erik Lonroth, "The Baltic Countries", em *The Cambridge Economic History of Europe*, III, Cambridge, 1963, p. 372.

(13) Foote e Wilson, *The Viking Achievement*, p. 88.

(14) Musset, *Les Peuples Scandinaves au Moyen Age*, pp. 278-280. *Fralse* significava "livre" e originalmente era o oposto de "escravo", ao ser aplicado habitualmente à classe lavradora dos *bondi*. A mudança semântica da palavra para denotar privilégios nobres, acima e contra obrigações camponesas, condensou toda a evolução social da Escandinávia do final da Idade Média. Ver Foote e Wilson, *The Viking Achievement*, pp. 126-127.

(15) As leis suecas sobre a terra dos séculos XIII e XIV revelam uma sociedade ainda impressionantemente semelhante à apresentada por Tácito em seu relato sobre a Germânia no século I; as duas principais diferenças eram o desaparecimento das tribos e a existência de uma autoridade de Estado central: K. Wuher, "Die schwedischen Landschaftsrechte und Tacitus Germania", *Zeitschrift der Savigny Stiftung für Rechtsgeschichte* (*Germ. Abteilung*), LXXXIX, 1959, pp. 1-52.

(16) Estas restrições são enfatizadas por Oscar Bjurling, "Die altere schwedische Landwirtschaftspolitik im Überblick", *Zeitschrift für Agrargeschichte und Agrarsoziologie*, Jg 12, Hft I, 1964, pp. 39-41. Mas não alteram o significado fundamental do campesinato pequeno proprietário, em qualquer perspectiva comparativa.

camponeses" (Ata de Kalmar, de 1483), e no século XVII declararam que o campesinato era uma classe de *mediate subditti*;[17] mas na prática, novamente, o verdadeiro relacionamento de forças de classe no solo jamais permitiu a confirmação destas reivindicações. A servidão propriamente dita nunca se estabeleceu na Suécia, e a justiça senhorial era virtualmente desconhecida: as cortes eram reais ou populares. As prisões e os códigos senhoriais (*gårdsrätt*) foram importantes apenas numa breve década do século XVII. Assim, não foi por acidente que, ao surgir um sistema de Estados no início da era moderna, a Suécia tenha sido o único grande país da Europa em que o campesinato teve sua representação. A feudalização incompleta das relações de produção rurais inevitavelmente teve efeitos limitadores na própria organização política da nobreza. O sistema feudal importado da Germânia jamais reproduziu estritamente o modelo continental. Em vez disto, os cargos administrativos tradicionais da monarquia, para os quais tinham sido nomeados nobres, eram agora assimilados aos feudos, com uma distribuição regionalizada da soberania; estes *län* continuaram revogáveis pelo governante real e nunca se tornaram a quase-propriedade hereditária dos nobres neles investidos.[18] E, no entanto, esta ausência de uma hierarquia feudal articulada não significava uma monarquia de cúpula particularmente poderosa: ao contrário, como em toda a Europa da época, significava que no topo da sociedade o poder real era extremamente fraco. Não houve monarquia feudal em ascensão no final da Idade Média na Suécia, mas antes uma volta aos séculos XIV e XV, a um governo conciliatório por um *råd* de nobres, para o qual a União de Kalmar, nominalmente presidida por uma dinastia dinamarquesa em Copenhague, proporcionava um pano de fundo convenientemente distante.

---

(17) Para a famosa opinião de Per Brahe a esse respeito, ver E. Heckscher, *An Economic History of Sweden*, Cambridge, EUA, 1954, p. 118.

(18) Michael Roberts, *The Early Vasas*, Cambridge, 1968, p. 38; Lucien Musset, *Les Peuples Scandinaves au Moyen Age*, pp. 265-267.

A dinâmica feudal

O feudalismo na Europa Ocidental, então, surgiu no século X, expandiu-se durante o século XI e atingiu o auge no final do século XII e no século XIII. Tendo esboçado um pouco dos variados caminhos de sua implantação em países europeus maiores, poderemos agora considerar o notável progresso social e econômico global que representou.[1] Pelo século XIII, o feudalismo europeu já havia produzido uma civilização unificada e desenvolvida, que registrava um enorme avanço em

---

(1) A plena compreensão do dinamismo do modo de produção feudal foi uma das mais importantes aquisições da historiografia medieval nas últimas décadas. Logo depois da Segunda Guerra, Maurice Dobb escreveria repetidamente, em seu clássico *Studies in the Development of Capitalism*, sobre o "baixo nível técnico", o "pobre rendimento da terra", a "ineficiência do feudalismo como sistema de produção" e o "estado estacionário da produtividade de trabalho na época" (Londres, 1967, reedição, pp. 36, 42-43). Apesar das advertências de Engels, tais pontos de vista eram provavelmente muito correntes entre os marxistas dessa época; deve-se notar, entretanto, que Rodney Hilton teve escrúpulos, criticando Dobb por uma "tendência a afirmar que o feudalismo foi sempre inevitavelmente atrasado como sistema econômico e social... Na verdade, até perto do final do século XIII o feudalismo foi globalmente um sistema de expansão. No século IX e mesmo antes, havia certo número de inovações técnicas nos métodos de produção que eram um grande avanço em relação aos métodos da Antiguidade clássica. Áreas imensas de florestas e pântanos foram recuperadas para o cultivo, a população aumentou, novas cidades foram construídas, uma vida intelectual e artística vigorosa e progressista podia ser vista em todos os centros culturais da Europa Ocidental". (*The Modern Quarterly*, vol. 2, nº 3, 1947, pp. 267-268.) Hoje, a maioria dos escritores, marxistas e não-marxistas, concordaria com a ênfase de Southern, quando ele fala da "revolução secreta destes séculos": ver suas observações em *The Making of the Middle Ages*, pp. 12-13, quanto ao significado deste período do desenvolvimento europeu para a História do mundo.

relação às comunidades rudimentares e fragmentadas da Idade Média. Eram muitos os índices deste avanço. O primeiro e mais fundamental deles foi o grande salto para a frente que produziu o excedente agrícola no feudalismo. Isto porque as novas relações de produção rural haviam permitido um impressionante aumento na produtividade agrícola. As inovações técnicas que eram os instrumentos materiais deste aumento foram basicamente o arado de ferro para lavrar, os arreios firmes para tração eqüina, o moinho de água para a força mecânica, o adubo calcário para a melhoria do solo e o sistema de três campos para a rotação de semeaduras. É indiscutível o imenso significado destas invenções para a agricultura medieval, em que as transformações ideológicas prévias feitas pela Igreja tiveram grande importância. Mas não devem ser isoladas como fetiches ou com variáveis determinantes da história econômica do período.[2] Na verdade, está bastante claro que a simples existência destas melhorias não era uma garantia para sua utilização disseminada. Há uma brecha de uns dois ou três séculos entre seu aparecimento esporádico e sua constituição como sistema distinto e prevalecente na Idade Média.[3] Eram precisamente apenas a formação e a consolidação das novas *relações sociais de produção* que poderiam aplicá-las para o trabalho em uma escala geral. Somente depois da cristalização de um feudalismo desenvolvido no campo é que elas seriam amplamente apropriadas. É na dinâmica interna do próprio modo de produção — e não no advento de uma nova tecnologia, que foi uma de suas expressões materiais — que deve ser buscado o motor fundamental do progresso agrário.

Já vimos no início que o modo de produção feudal era definido, entre outras características, por uma gradação *escalar* de propriedade, que, portanto, nunca foi divisível em unidades homogêneas e permutáveis. Este princípio de organização gerou o domínio eminente e o feudo

---

(2) O livro de Lynn White, *Mediaeval Technology and Social Change*, Londres, 1963, o mais longo estudo sobre as invenções feudais, diz exatamente isso: o moinho e o arado se tornaram demiurgos de épocas históricas. O fetichismo de White em relação a estes artefatos e a manipulação de provas foi causticamente criticado por R. H. Hilton e P. H. Sawyer, "Technical Determinism: The Stirrup and the Plough", *Past and Present*, nº 24, abr. 1963, pp. 90-100.

(3) Duby observa que arados e arreios aperfeiçoados ainda eram uma raridade entre o campesinato europeu dos séculos IX e X, e que a tração eqüina não chegou a ser disseminada antes do século XII: *Rural Economy and Country Life in the Mediaeval West*, p. 21. A cautela maior de Duby contrasta com as desenfreadas conjeturas de White: a diferença em suas datações não é uma simples questão de precisão cronológica, mas da posição causal da técnica na agricultura feudal. Este aspecto é desenvolvido acima.

revogável ao nível da nobreza: ao nível da aldeia, determinou a divisão de terra em reservas senhoriais e lotes camponeses, sobre os quais os direitos do senhor estavam por sua vez diferenciados em graus. Foi exatamente esta divisão que modelou as formas duais de confronto de classes entre senhores e camponeses no modo de produção feudal. Por um lado, o senhor naturalmente procurava incrementar os serviços de mão-de-obra em seu domínio e as obrigações em espécie dos lotes camponeses fora dela.[4] O nível de organização atingido pelo nobre feudal em seu domínio era de importância crítica muitas vezes para a aplicação das novas técnicas: o exemplo mais evidente, que foi amplamente documentado por Bloch, foi a introdução do moinho de água, que precisava de uma represa de certo tamanho para ser aproveitável, e assim deu lugar a uma das primeiras e mais prolongadas de todas as *banalités* ou monopólios exploratórios senhoriais — a obrigação do campesinato local de levar seu cereal para ser moído no moinho do senhor.[5] Aqui, o senhor feudal era realmente, nas palavras de Marx, "o manipulador e controlador do processo de produção e de todo o processo da vida social"[6] — ou seja, uma necessidade funcional do avanço agrícola. Naturalmente, este avanço era obtido ao mesmo tempo para benefício do proprietário do moinho e às custas do vilão. Outras *banalités* tinham caráter mais puramente confiscatório, mas a maioria era derivada do uso coercitivo dos meios de produção superiores controlados pela nobreza. As *banalités* foram profundamente odiadas durante toda a Idade Média e eram sempre um dos primeiros objetivos de ataques populares durante os levantes camponeses. O papel direto do senhor na administração e supervisão do processo de produção naturalmente declinava, enquanto o próprio excedente aumentava: desde cedo bailios e intendentes administravam grandes propriedades para uma nobreza mais elevada que se havia tornado economicamente parasitária. Abaixo

---

(4) Van Bath sugere que teve de acontecer algum equilíbrio entre a exploração da reserva senhorial e o vicariato talvez na proporção de 1:2, de maneira a não exaurir o trabalho do aldeão, e assim prejudicar o próprio cultivo da terra senhorial, a menos que houvesse trabalho contratado adicional em disponibilidade. *The Agrarian History of Western Europe*, pp. 45-46. A experiência do Oriente europeu não parece confirmar esta hipótese, pois, como veremos, a mão-de-obra ali estaria muito mais disponível do que no Ocidente.

(5) Bloch traçou o surgimento e o significado deste último num ensaio famoso, "The Advent and Triumph of the Water-Mill", reimpresso agora em *Land and Work in Mediaeval Europa*, Londres, 1967, pp. 136-168. As *banalités* foram introduzidas nos séculos X e XI, depois de já estabelecido o sistema senhorial — depois de mais um endurecimento do sistema.

(6) *O capital*, vol. III, pp. 860-861. A referência de Marx é retrospectiva a todo o período anterior ao advento do capitalismo.

do nível magnata, entretanto, os nobres menores e os intermediários administrativos caracteristicamente exerciam uma pressão sufocante sobre a terra e o trabalho para que uma produção maior estivesse à disposição dos proprietários: a importância social e econômica deste estrato tendia a aumentar firmemente durante o período medieval. Do ano 1000 em diante, a classe aristocrática como um todo já havia sido consolidada por novos modelos de herança planejados para proteger a propriedade nobre contra a divisão, e todos os seus setores desenvolviam um apetite crescente pelo consumo de bens para o conforto e o luxo, que atuavam como um poderoso estímulo para a expansão do abastecimento que vinha do interior, bem como a introdução de novas exações como a *taille*, que veio a ser cobrada pela primeira vez do campesinato pelo final do século XI. Indício típico do papel do senhor no desenvolvimento da economia feudal desta época foi a disseminação da viticultura no século XII: o vinho era uma bebida da elite e as vinhas eram caracteristicamente especulação aristocrática, envolvendo um grau de trabalho especializado mais elevado e também de maior aproveitamento que as plantações de cereais.[7] Mais geralmente, no sistema senhorial como um todo, a produtividade líquida na propriedade senhorial era substancialmente mais elevada que a dos lotes camponeses que a cercavam;[8] prova não apenas da apropriação pela classe dominante do melhor solo, mas também da relativa racionalidade econômica de sua exploração.

Por outro lado, era na classe dos próprios produtores imediatos que residia a grande força motriz do desenvolvimento agrário medieval. O modo de produção feudal que surgira na Europa Ocidental geralmente permitia ao campesinato o espaço mínimo para aumentar a produção a seu dispor, dentro das severas restrições do senhorio. O camponês típico devia proporcionar rendas em trabalho na propriedade senhorial — muitas vezes até três dias por semana — e muitas obrigações adicionais; no entanto, ele estava livre para tentar aumentar a produção em sua própria faixa de terra no resto da semana. Marx observou: "A produtividade dos dias restantes da semana, que estão à disposição do próprio produtor, é uma grandeza variável que deve se desenvolver com a sua experiência... A possibilidade é aqui apresentada em relação a um desenvolvimento econômico definitivo".[9] As obrigações feudais cobradas sobre a produção dos próprios lotes camponeses tendiam a adquirir uma certa regularidade e estabilidade, cujo caráter habitual só poderia ser alterado pelos senhores como resultado de mudanças radicais no equilíbrio de forças locais entre as duas classes.[10] Foi criada uma margem para os resultados da melhoria de produtividade que deveria caber ao produtor direto. Assim, a Alta Idade Média foi marcada por uma firme disseminação do cultivo de cereais e uma mudança em direção à mais delicada plantação do trigo, que era essencialmente trabalho de um campesinato que consumia pão como alimento principal. Houve uma gradual transição ao uso de cavalos para arar o solo, mais ligeiros e mais eficientes que os bois que os haviam precedido, embora também mais caros. Mais e mais aldeias vieram a possuir forjas para a produção local de instrumentos de ferro, enquanto se desenvolvia um artesanato rural disperso.[11] Os aperfeiçoamentos no equipamento técnico criados então tendiam a reduzir a demanda pela mão-de-obra nas propriedades nobres, permitindo um aumento correspondente nas produções dos próprios lotes camponeses. Ao mesmo tempo, enquanto a população crescia com a expansão da economia medieval, o tamanho médio das propriedades camponesas diminuía regularmente por causa da fragmentação, caindo de talvez uns 40 hectares no século IX para uns oito a 12 hectares no século XIII.[12] O desfecho normal deste processo foi a crescente diferenciação social nas aldeias, com a principal linha divisória correndo entre as famílias que possuíam juntas de cavalos ou bois para arar e as que não possuíam; um estrato incipiente de *kulaks* normalmente confiscava a maior parte dos benefícios do progresso rural dentro da aldeia, e muitas vezes tendia a reduzir os camponeses mais pobres à situação de trabalhadores dependentes a seu serviço. Os camponeses prósperos e os pobres estruturalmente eram antagônicos aos senhores que se refestelavam em cima deles, e lutas dilacerantes e silenciosas entre as duas classes mantive-

---

(7) Duby, *Guerriers et Paysans*, pp. 266-267.

(8) M. Postan, "England", *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. I, *The Agrarian Life of the Middle Ages*, p. 602; *The Mediaeval Economy and Society*, p. 124.

(9) *O Capital*, vol. III, p. 774.

(10) R. H. Hilton, "Peasant Movements in England before 1381", em *Essays in Economic History*, vol. II, ed. E. M. Carus-Wilson, Londres, 1962, pp. 73-75. Marx sublinhou a necessidade desta regularidade para a coerência do modo de produção: "Aqui, como sempre, o interesse do setor que governa a sociedade é sancionar a ordem existente como lei e estabelecer legalmente seus limites pelo uso e pela tradição. Afora tudo o mais, e a propósito, isto muda de direção tão logo a constante reprodução da base da ordem existente e suas relações fundamentais assumam forma regulamentada e ordeira com o correr do tempo. Tal regulamentação e tal ordem são por si mesmas elementos indispensáveis de qualquer modo de produção, se o caso é aceitar a independência e a estabilidade sociais a partir da simples oportunidade e da arbitrariedade." *O Capital*, vol. III, pp. 773-774.

(11) Ver Duby, *Guerriers et Paysans*, pp. 213, 217-221.

(12) Rodney Hilton, *Bond Men Made Free*, Londres, 1973, p. 28.

ram-se por todo o período medieval — irrompendo ocasionalmente em luta aberta, mas isto não era muito freqüente nos séculos que agora estamos considerando. As formas de resistência camponesa eram muito variadas: apelos à justiça pública (onde ela existia, como na Inglaterra) contra as reivindicações senhoriais exorbitantes, a não-submissão coletiva aos serviços de mão-de-obra (protogreves), pressões pela redução imediata nos arrendamentos, ou malandragens nos pesos de produção ou medidas de terra.[13] Os senhores, fossem leigos ou eclesiásticos, lançavam mão, de sua parte, da manipulação legal de novas obrigações, da violência coercitiva direta para garantir seus aumentos nos arrendamentos, ou da tomada de terras comunais ou em disputa. As lutas pelos arrendamentos assim poderiam ser geradas por qualquer um dos pólos antagonistas do relacionamento feudal, e tendiam a estimular a produtividade em ambas as extremidades.[14] Senhores e camponeses estavam objetivamente envolvidos num processo conflitual cujas conseqüências globais deveriam levar adiante toda a economia agrária.

Uma área de conflito social foi especialmente importante em suas conseqüências para o desenvolvimento deste modo de produção. As disputas sobre a terra eram naturalmente endêmicas, numa situação em que o solo comunal da aldeia não era de maneira alguma solo de boa qualidade para a agricultura e imensas porções do terreno eram floresta virgem, pântano ou charnecas. A recuperação e a transformação de solo não cultivado foram daí por diante a mais frutuosa avenida para a expansão da economia rural na Idade Média, e a mais dramática expressão da capacidade produtiva aperfeiçoada da agricultura feudal. Realmente, um amplo movimento de ocupação e colonização de novas terras ocorreu do ano 1000 a 1250. Senhores e camponeses participavam vigorosamente deste impetuoso processo. Os cultivos dos camponeses geralmente estavam nos limites da terra arável, sacrificando bosques ou pastagens que as cercavam. As recuperações de terras feitas pelos nobres eram geralmente empreendimentos posteriores e maiores, mobilizando maiores recursos para a recuperação de terreno mais difícil.[15] A mais árdua possibilidade de recuperação de terras remotas não-cultivadas foi trabalho das grandes ordens monásticas, acima de todas, a dos monges de Císter, cujas abadias fronteiriças constituíam prova tangível dos benefícios do antinaturalismo católico. O tempo de vida de um monastério não era o mesmo de um baronato: não precisava reaver o investimento de trabalho necessário para a recuperação de terras numa única geração; as regiões mais remotas ou intratáveis que fossem recuperadas para cultivo ou pastagens, que devessem ter projeções econômicas de mais longo prazo, eram então assumidas pelas ordens religiosas. Por sua vez, estas eram muitas vezes especialmente opressivas para o campesinato, pois suas comunidades eclesiásticas tinham residência mais fixa que os cavaleiros ou barões, que muitas vezes podiam estar fora em expedições militares. As pressões e reivindicações conflitantes, que se levantaram da competição por novas áreas, eram assim mais uma forma de luta de classes pela terra. Em alguns casos, para ganhar mão-de-obra para defesa de florestas ou charnecas, os nobres libertavam camponeses da situação servil: para empreendimentos maiores, seus agentes ou *locatores* tinham sempre que prometer isenções feudais especiais aos recrutados. Em outros casos, as culturas de camponeses eram a seguir tomadas e expropriadas pelos nobres, e os pequenos proprietários eram reduzidos daí em diante à servidão.

Mais geralmente, pelo final do século XII e no século XIII, movimentos agudamente contraditórios podiam ser observados na sociedade rural da Europa Ocidental. As terras senhoriais sob contrato e a sua mão-de-obra diminuíam na maioria das regiões, com a notável exceção

---

(13) Para estas formas de lutas diferentes, algumas clandestinas e outras abertas, ver R. H. Hilton, *A Mediaeval Society: The West Midlands*, pp. 154-160; "Peasant Movements in England before 1381", pp. 76-90; "The Transition from Feudalism to Capitalism", *Science and Society*, outono de 1953, pp. 343-348; e Witold Kula, *Théorie Economique du Système Féodal*, Haia-Paris, 1970, pp. 50-53, 146.

(14) Duby, ao contrário, atribui o impulso econômico central do período só ao campesinato. Em seu ponto de vista, a nobreza levou ao crescimento a economia européia do ano 600 a 1000, por sua acumulação de pilhagens e de terra nas guerras; o campesinato conduziu o crescimento da economia no período de 1000 a 1200 por seus aperfeiçoamentos do cultivo rural, em meio a uma nova paz; a burguesia urbana liderou o crescimento a partir de 1200 através do comércio e dos artífices nas cidades: *Guerriers et Paysans*, *passim*. A simetria um tanto suspeita deste esquema, contudo, não se sustenta em sua própria evidência. É muito duvidoso que a incidência global das guerras tenha declinado seriamente depois do ano 1000 (como ele admite a certa altura, na p. 207); mas o papel senhorial ativo na economia dos séculos XI e XII está amplamente documentado pelo próprio Duby. Por outro lado, é meio difícil ver por que as atividades militares da nobreza devam receber uma tal proeminência econômica no período anterior a 1000, às custas de trabalho camponês. Na prática, o vocabulário de Duby oscila significativamente em sua localização das "fontes do dinamismo econômico" em cada fase (compare as formulações aparentemente contraditórias nas pp. 160 e 169, e nas pp. 200 e 237, que atribuem sucessivamente prioridade causal à guerra e ao cultivo na fase 1, e aos nobres menores e camponeses na fase 2). Estas oscilações refletem dificuldades reais de análise no magistral estudo de Duby. Na verdade, é impossível, sem dúvida, imputar proporções econômicas precisas aos papéis subjetivos das classes em conflito na época: foi a estrutura objetiva do modo de produção que colocou em movimento seus respectivos desempenhos variáveis, sob a forma de luta social.

(15) Ver o estudo de Duby, *Rural Economy and Country Life in the Mediaeval West*, pp. 72-80.

da Inglaterra. Os trabalhadores sazonais, pagos em salários e isentos das obrigações habituais, tornavam-se mais freqüentes em propriedades senhoriais; enquanto o arrendamento das reservas senhoriais a rendeiros camponeses aumentava muito às custas do cultivo direto em casa. Em algumas áreas, especialmente talvez no Norte da França, comunidades de camponeses e aldeias compravam a emancipação de senhores ansiosos por realizar seus rendimentos em dinheiro.[16] Por outro lado, a mesma época foi testemunha também de uma onda renovada de servidão, que anteriormente despojara de sua liberdade grupos sociais livres, e emprestou uma nova couraça e nova precisão às definições jurídicas da ausência de liberdade, com a formulação, pela primeira vez, da doutrina da "servidão de gleba", a partir do final do século XI em diante. As propriedades de camponeses livres, que diversamente das possessões servis estavam sujeitas à partilha por herança, eram exauridas por pressões senhoriais em muitas regiões, transformando-se em arrendamentos dependentes. As propriedades alodiais em geral declinaram e foram reduzidas nessa época, que assistiu a uma disseminação maior do sistema feudal.[17] Essas tendências agrárias conflitantes eram, todas, manifestações da luta social silenciosa pela terra que deu vitalidade econômica ao período. Foi essa tensão oculta, incessante e infatigável entre governantes e governados, entre os senhores militares da sociedade e os produtores diretos abaixos deles, que ficou por detrás da enorme expansão medieval dos séculos XII e XIII.

O resultado palpável dessas pressões dinâmicas inerentes à economia feudal ocidental foi aumentar de maneira muito considerável a produção total. O aumento da área cultivada naturalmente não pode ser quantificado numa escala continental, devido à impossibilidade de avaliar-se quaisquer proporções médias, dada a diversidade de climas e solos; entretanto, não resta dúvida de que era muito considerável em quase todos os lugares. Mas as melhorias nos lucros têm sido estimadas um tanto mais precisamente, se não ainda cautelosamente, pelos historiadores. O cálculo de Duby é de que, entre os séculos IX e XIII, a semeadura/colheita média aumentava no mínimo de 2,5:1 a 4:1, e a porção da colheita à disposição do produtor dobrou efetivamente: "Uma grande mudança na produtividade, a única na história até os grandes avanços nos séculos XVIII e XIX, ocorreu no interior da Europa Ocidental entre o período carolíngio e o alvorecer do século XIII... Ao final do século XIII a agricultura medieval atingira um nível técnico equivalente ao dos anos que precederam imediatamene a revolução agrícola".[18] A dramática aceleração das forças de produção detonou uma correspondente explosão demográfica. A população total da Europa Ocidental provavelmente foi além do dobro entre 950 e 1348, indo de uns 20 mil habitantes para 54 mil.[19] Tem sido calculado que a expectativa média de tempo de vida, que seria de uns 25 anos no Império Romano, teria subido para 35 anos pelo século XIII na Inglaterra feudal.[20] Foi em meio a esta sociedade que aumentava que o comércio foi revigorado depois de um longo declínio durante o período obscurantista da Idade Média, e, cada vez mais numerosas, as cidades se espalharam e prosperaram como pontos de interseção para os mercados regionais e centros manufatureiros.

A ascensão destes enclaves urbanos não pode ser separada da influência agrária que os cercava. É bastante incorreto divorciar os dois em qualquer análise da Alta Idade Média.[21] Primeiro, a maioria das novas cidades em sua origem era patrocinada ou protegida por senhores feudais, para quem um objetivo natural era açambarcar mercados locais ou embolsar os lucros do comércio a longa distância, concentrando-os sob sua proteção. Por outro lado, a abrupta ascensão dos preços de cereais do ano 1000 a 1300 — num aumento de uns 300 por cento — proporcionou campo de trabalho inflacionário e propício para a venda de toda mercadoria urbana. Entretanto, uma vez economicamente fundadas e lançadas, as cidades medievais logo receberam uma autonomia relativa, que tomou uma forma política visível. Inicialmente dominadas pelos agentes senhoriais (na Inglaterra) ou por pequena nobreza residente (na Itália), patriciados tipicamente urbanos propriate urbanos propriamente ditos, sendo a maioria recrutada das fileiras

---

(16) Estas compras eram geralmente obra de camponeses ricos que dominavam aldeias em regiões dotadas de relações de mercado, na França ou na Itália: Hilton, *Bond Men Made Free*, pp. 80-85.

(17) Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, II, pp. 77-82, 102-104, 276-284.

(18) *Rural Economy and Country Life in the Mediaeval West*, pp. 101-102. A posição de Duby parece exagerada aqui: ver as estimativas de Van Bath dos rendimentos da agricultura pós-medieval, adiante, pp. 251-252. Sua ênfase na magnitude do crescimento medieval, contudo, é do consenso geral.

(19) J. C. Russell, *Late Ancient and Mediaeval Populations*, Filadéifia, 1958, pp. 102-113. As populações da França, Bretanha, Germânia e Escandinávia parecem ter realmente triplicado durante estes séculos; foram os índices de crescimento mais lento na Itália e na Espanha que levaram a média total para baixo.

(20) R. S. Lopez, *The Birth of Europe*, Londres, 1967, p. 398.

(21) Um ponto de vista expresso com freqüência é que, nas palavras de Postan, as cidades desta época eram "ilhas não-feudais nos mares feudais" (*The Mediaeval Economy and Society*, p. 212). Tal descrição é incompatível com qualquer análise comparativa de cidades medievais, numa tipologia histórica mais ampla do desenvolvimento urbano.

de antigos intermediários feudais, mercadores ou artesãos prósperos.[22] Este novo estrato patrício controlava uma economia urbana em que a própria produção chegou a estar firmemente regulamentada pelas associações, que surgiram nas últimas décadas do século XII. Nestas corporações não havia uma separação entre o artesão produtor e os meios de produção, e os pequenos empregadores formavam uma massa plebéia imediatamente abaixo da própria oligarquia de mercadores-artesãos. Somente nas cidades flamengas e italianas é que uma classe de trabalhadores urbanos assalariados, relativamente grande, aparece abaixo deste artesanato, com identidade e interesses diferentes. O modelo de governo municipal variava de acordo com o peso relativo da atividade "manufatureira" ou "mercantil" nas cidades em questão. Onde a primeira tinha uma importância central, as associações de artesãos ocasionalmente chegavam a obter alguma participação no poder público, como em Florença, Basiléia, Estrasburgo, Gand; e onde a última decididamente predominava, as autoridades da cidade em geral limitavam-se exclusivamente a mercadores (Veneza, Viena, Nuremberg, Lübeck).[23] Grandes manufaturas estavam concentradas basicamente nas duas regiões densamente povoadas da Flandres e do Norte da Itália. Os têxteis de lã eram naturalmente o principal setor em crescimento, cuja produtividade provavelmente mais que triplicou com a introdução do tear de pedal horizontal. No entanto, os maiores benefícios colhidos pelo capital medieval urbano eram sem dúvida os do comércio a longa distância e os da usura. Dada a continuada (apesar de diminuída) predominância de uma economia natural e das ainda rudimentares redes de transporte e comunicações na Europa, as oportunidades para comprar barato e vender caro nos mercados imperfeitos eram desproporcionalmente lucrativas. O capital mercantil podia realizar altos lucros apenas intermediando entre duas esferas isoladas de valores de uso.[24] O sistema de feiras da Champagne ligando os Países Baixos à Itália, do século XII ao princípio do século XIV, se tornou um eixo famoso destas transações inter-regionais.

Além do mais, a *fusão* estrutural da economia e da política que definiam o modo de produção não estava necessariamente confinada

---

(22) J. Lestocquoy, *Aux Origines de la Bourgeoisie: Les Villes de la Flandre et de l'Italie sous le Gouvernement des Patriciens* (*XIe-XVe Siècles*), Paris, 1952, pp. 45-51, discute as origens das oligarquias florentina, genovesa e de Siena. A. B. Hibbert, "The Origin of the Mediaeval Town Patriciate", *Past and Present*, nº 3, fev. 1953, pp. 15-27, é a melhor análise geral sobre o problema.

(23) Ver comentários em Guy Fourquin, *Histoire Economique de l'Occident Médiéval*, Paris, 1969, pp. 240-241.

(24) Ver Marx, *O Capital*, III, pp. 320-325.

apenas à extração do excedente agrícula senhorial. A coerção extra-econômica de caráter político-militar era da mesma forma utilizada livremente pelas oligarquias patrícias que chegaram a governar as cidades medievais: expedições armadas para reforçar os monopólios, incursões punitivas contra os rivais, campanhas para impor taxas e cobranças no interior vizinho. O ponto alto desta aplicação de violência política, para uma dominação pela força da produção e do intercâmbio comercial, naturalmente foi alcançado pela anexação de cidades italianas, com ávida sujeição e extorsão de suprimentos e de trabalho dos *contados* rurais conquistados. O caráter anti-senhorial das expedições urbanas na Lombardia ou na Toscana não as tornavam antifeudais em qualquer sentido: seriam antes modalidades urbanas de um mecanismo geral para a extração do excedente característico da época, dirigido contra os profissionais rurais competidores. Contudo, as comunidades urbanas organizadas indubitavelmente representavam uma força de vanguarda no todo da economia medieval, pois só elas estavam voltadas unicamente à produção de bens e repousavam exclusivamente sobre a troca de dinheiro. Realmente, a própria escala dos lucros da outra grande vocação comercial dos mercadores é testemunha de seu papel-piloto neste aspecto, por entre a rarefação generalizada de dinheiro naquela época. O apogeu das fortunas patrícias estava na atividade banqueira, onde taxas de juros astronômicas podiam ser ganhas de empréstimos extorsivos a príncipes e nobres com pouco dinheiro vivo. "A usura vive nos poros da produção, exatamente como os deuses de Epicuro viviam no espaço entre os mundos", observou Marx. "O dinheiro é tanto mais difícil de ser obtido quanto menos a forma-mercadoria constitui a forma geral dos produtos. Por isto o usurário não conhece outra barreira senão a capacidade de resistir ou de pagar daqueles que precisam de dinheiro."[25] O caráter parasitário dessas operações não os tornou necessariamente improdutivos em termos econômicos tributários férteis do investimento para manufaturas ou transporte muitas vezes fluíam dos rios caudalosos da usura. A volta da cunhagem de moedas à Europa na metade do século XIII, com a fabricação simultânea em 1252 do januarius e do florim em Gênova e Florença, foi o símbolo resplandecente da vitalidade comercial das cidades.

Foram elas que também restauraram o comando dos mares que circundam a Europa — uma dádiva decisiva para seu crescimento. A economia urbana da Idade Média era inteiramente indissociável do comércio e do transporte marítimo: não era por acidente que seus dois centros

---

(25) *O Capital*, III, p. 585.

regionais, na Europa do Norte e do Sul, estavam próximos à orla marítima. A primeira condição para a ascensão das cidades italianas foi o estabelecimento de sua supremacia naval no Mediterrâneo Ocidental, que foi desembaraçado das frotas islâmicas no início do século XI. Isto foi seguido por mais duas expansões internacionais — a dominação do Mediterrâneo Oriental com a vitória da Primeira Cruzada e a abertura de rotas de comércio regulares no Atlântico, indo do Mediterrâneo ao Canal da Mancha.[26] O poder marítimo de Gênova e Veneza é que agora assegurava à Europa Ocidental um constante superávit comercial em relação à Ásia — um excedente que financiou seu retorno em ouro. A escala da riqueza acumulada nestas cidades mediterrâneas pode ser julgada por uma simples comparação: em 1293, as taxas marítimas só do porto de Gênova rendiam três vezes e meia a mais do que todo o rendimento real da monarquia francesa.[27]

A condição estrutural da possibilidade deste poder e prosperidade urbanos foi, como vimos, a parcelarização da soberania peculiar ao modo de produção feudal na Europa. Só isto permitiu a autonomia *política* das cidades e sua emancipação do controle direto senhorial ou monárquico, que separava fundamentalmente a Europa Ocidental dos Estados Orientais do mesmo período, com suas concentrações metropolitanas muito maiores. A forma mais amadurecida tomada por esta autonomia era a *comuna*, uma instituição que é um lembrete da irredutível diferença entre cidade e campo, mesmo dentro da unidade feudal. A comuna era uma confederação fundada através de um juramento de lealdade recíproca entre iguais: a *conjuratio*.[28] Este compromisso jurado era uma anomalia no mundo medieval: embora as instituições feudais de vassalagem e soberania tivessem um caráter enfaticamente mútuo, eram os elos de obrigação entre superiores e inferiores numa expressa hierarquia de níveis. A desigualdade as definia muito mais que a reciprocidade. A *conjuratio* urbana, pacto de fundação da comuna e uma das aproximações históricas mais chegadas a um contrato social formal, continha um novo princípio — uma comuni-

---

(26) Bautier, *The Economic Development of Mediaeval Europe*, pp. 96-100, 126-130, enfatiza corretamente a importância destes avanços.

(27) Lopez, *The Birth of Europe*, pp. 260-261. O ano foi excepcional em Gênova: as receitas foram quatro vezes o nível de 1275, e o dobro das de 1334. Mas a possibilidade deste pico ainda é bastante impressionante.

(28) Weber, *Economy and Society*, III, pp. 1251-1262. Os comentários específicos de Weber sobre as cidades medievais são quase sempre muito precisos e argutos, mas sua teoria geral o impediu de ver as razões estruturais da sua dinâmica. Ele atribuiu o capitalismo urbano da Europa Ocidental basicamente à competição posterior entre nações-Estado fechadas: *General Economic History*, Londres, 1927, p. 337.

dade de iguais. Era naturalmente temida e odiada pelos nobres, prelados e monarcas: a *comuna* era um "novo e detestável nome", para Guibert de Nogent no início do século XII.[29] Naturalmente, a comuna, na prática, era limitada a uma pequena elite nas cidades; seu exemplo inspirou as Ligas entre cidades ao Norte da Itália e no Reno, e, por extensão, as Ligas de Cavaleiros na Germânia. A novidade ainda embrionária da instituição derivou do autogoverno das cidades autônomas. Datava exatamente da conjuntura em que as cidades lombardas haviam expulsado o domínio absoluto de seus governantes episcopais e assim quebrado a cadeia de dependência feudal a que se haviam integrado antes. Comunas no modelo italiano jamais foram generalizadas na Europa — eram privilégio das regiões mais adiantadas economicamente. As duas outras grandes aglomerações, onde também seriam encontradas, foram Flandres e (um século depois) o Reno. Nestas duas zonas, entretanto, existiam sob carta patente de autonomia dada pelos suseranos feudais, levando-se em consideração que as cidades italianas haviam aniquilado a suserania imperial na Lombardia de uma vez por todas no século XII. Foram importantes também por um século e tanto nas regiões de vassalagem fora da propriedade real no Norte da França, onde sua influência garantia um tratamento tolerante às *bonnes villes* do Centro e Sul pela monarquia.[30] Na Inglaterra, por outro lado, onde a proeminência de comunidades comerciais estrangeiras era sinal da relativa fraqueza da classe burguesa local, as cidades eram pequenas demais para adquirir a importância econômica necessária a uma emancipação política — com exceção de Londres, que era mantida diretamente sob controle real por ser capital.[31] Comunas propriamente ditas jamais foram estabelecidas na ilha, com importantes conseqüências para futuros desenvolvimentos constitucionais. Pela Europa Ocidental, contudo, os centros urbanos ganhavam cartas patentes básicas e uma existência municipal corporativa. Em cada país, as cidades medievais representaram um componente econômico e cultural absolutamente central da ordem feudal.

Em cima desta fundamentação dualista de impressionante progresso agrícola e vitalidade urbana é que foram erigidos os monumen-

---

(29) Frase que chamou a atenção de Marx (*Selected Correspondence*, p. 89) e de Bloch (*Feudal Society*, p. 354). Para Jacques de Vitry, outro prelado, elas eram "violentas e pestilentas": Lopez, *The Birth of Europe*, p. 234.

(30) Petit-Dutaillis, *Les Communes Françaises*, Paris, 1947, pp. 62, 81.

(31) Londres recebeu uma carta patente formal de liberdades de Eduardo III em 1327; mas pelo final da Idade Média, a cidade em geral estava seguramente subordinada ao poder central da monarquia.

tos majestosos da estética e da intelectualidade da Alta Idade Média — as grandes catedrais e as primeiras universidades. Van Bath comenta: "No século XII explodiu um período de exuberante desenvolvimento no Sul e Oeste da Europa. Nos anos entre 1150 e 1300 atingiu-se um ponto alto nos campos cultural e material que jamais foi equiparado até muito tempo depois. Este avanço não aconteceu apenas na teologia, filosofia, arquitetura, escultura, nos trabalhos em vidro e na literatura, mas também houve uma prosperidade material".[32] As origens da arquitetura gótica, artefato supremo desta "exuberância" cultural, foram uma expressão adequada às energias unitárias da época: começou no Norte da França, berço do feudalismo desde Carlos Magno, e seu inaugurador foi Suger — abade, regente e patrono —, cuja tríplice vocação foi a de reorganizar e racionalizar o domínio de Saint Denis, consolidar e estender o poder da monarquia dos capetos para Luís VI e VII e lançar na Europa um estilo leve de construção, de que seus próprios versos religiosos eram o programa estético.[33] Estas realizações internas da civilização medieval ocidental tiveram seu reflexo externo em sua expansão geográfica. A esta altura, o ímpeto do modo de produção feudal criou as expedições das cruzadas internacionais de 1000 a 1250. Os três grandes braços desta expansão iam ao Báltico, à Península Ibérica e ao Levante. Brandenburgo, a Prússia e a Finlândia foram conquistados e colonizados por cavaleiros germânicos e suecos. Os mouros foram empurrados no Tejo à serra de Granada; Portugal foi limpo *in toto* e um novo reino fundado ali. A Palestina e Chipre foram tomados de seus governantes muçulmanos. A própria conquista de Constantinopla, rompendo em definitivo com os remanescentes do velho antigo Império Oriental, pareceu consumar e simbolizar o vigor triunfante do feudalismo ocidental.

---

[32] *The Agrarian History of Western Europe*, p. 132.

[33] Ver o interessante ensaio de Erwin Panofsky sobre Suger em *Meaning in the Visual Arts*, Nova Iorque, 1955, pp. 108-145.

A crise geral

Nos cem anos seguintes uma crise geral maciça tomou conta de todo o continente. Veremos que é esta crise que tem aparecido retrospectivamente como a linha dividindo as águas dos destinos da Europa. Suas causas ainda estão por ser sistematicamente estudadas e analisadas, embora hoje já se possa dizer que seus elementos fenomenológicos estejam bem esclarecidos.[1] O determinante mais profundo desta crise provavelmente estará num "emperramento" dos mecanismos de reprodução ① do sistema até o ponto das suas capacitações básicas. Em particular, parece claro que o motor básico da recuperação dos solos, que impulsionara toda a economia feudal por três séculos, acabou ultrapassando os limites objetivos da estrutura social e das terras disponíveis. A população continuou a crescer e a produção caiu nas terras marginais ② ainda disponíveis para uma recuperação aos níveis da técnica existente,

---

[1] O melhor estudo da crise ainda é o de Leopold Génicot, "Crisis: from the Middle Ages to Modern Times", em *The Agrarian Life of the Middle Age*, pp. 660-741. Ver também R. H. Hilton, "Y eut-il une Crise Générale de la Féodalité?", *Annales ESC*, jan.-mar. 1951, pp. 23-30. Duby criticou recentemente a romântica idéia de uma crise geral com base no fato de que em alguns setores foi registrado significativo progresso cultural e urbano nos últimos séculos da Idade Média. "Les Sociétés Médievales: Une Approche d'Ensemble", *Annales ESC*, jan.-fev. 1971, pp. 11-12. Mas isto é confundir o conceito de crise com o de retrogressão. Nenhuma crise de qualquer modo de produção jamais é um simples declínio verbal. O limitado surgimento de novas relações e forças de produção era compatível não apenas com o nadir da depressão de meados do século XIV, mas muitas vezes era um aspecto integral dela, especialmente nas cidades. Não há necessidade de questionar a existência de uma crise geral, mesmo porque ela já foi bordada e rebordada na literatura romântica.

(3) e o solo deteriorava por causa da pressa e do mau uso. As últimas reservas de terra regenerada eram normalmente de qualidade pobre, solo muito fino ou úmido, mais difícil de cultivar, e onde eram semeadas plantações inferiores, como a aveia. As terras aradas mais antigas, por outro lado, estavam sujeitas ao desgaste e deterioração pela própria antiguidade de seu cultivo. O aumento da área plantada com cereais, ainda por cima, era atingido muitas vezes à custa de uma redução das pastagens: em conseqüência, a criação de animais sofria, e com isto, o abastecimento de esterco para a própria terra arável.[2] Assim, o progresso da agricultura medieval incorria agora em suas próprias perdas. A derrubada de florestas e as terras desoladas não haviam sido acompanhadas de um cuidado comparável em sua conservação: normalmente havia pouca aplicação de fertilizantes, de maneira que a camada superior do solo muitas vezes era rapidamente exaurida; as (4) enchentes e as tempestades de poeira se tornaram mais freqüentes.[3] Além disto, a diversificação da economia feudal européia junto com o cresci- (5) mento do comércio internacional haviam levado algumas regiões a diminuir a produção do milho, dos cereais, às custas de outros (vinhas, linho, lã ou pecuária), e assim, a um aumento na dependência da importação — e aos perigos correlatos.[4]

Contra o pano de fundo deste equilíbrio ecológico precário e crescente, a expansão demográfica podia descontar na superpopulação o primeiro golpe de azar das colheitas. Os anos de abertura do século XIV logo estiveram pontilhados com tais desastres: 1315-1316 foram (7) anos de fome na Europa. As terras começaram a ser abandonadas, e o índice de nascimentos decaiu, mesmo antes dos cataclismas que assolaram o continente mais tarde. Em algumas regiões, como a Itália Cen- Toscana tral, arrendamentos exorbitantes arrancados do campesinato já faziam decair seus índices de reprodução pelo século XIII.[5] A economia urbana, ao mesmo tempo, agora atingia alguns obstáculos críticos para seu desenvolvimento. Não há razão para acreditar-se que a pequena produção mercantil, em que se apoiavam seus artífices, tenha sido seriamente estorvada por restrições da corporação e pelo monopolitismo patrício que dominavam as cidades. Mas o meio básico para a troca de bens sem dúvida fora apanhado pela crise: das primeiras décadas do século XIV em diante houve uma escassez insidiosa de dinheiro que (8) inevitavelmente afetou as operações bancárias e o comércio. As razões subjacentes para esta crise monetária são obscuras e complexas. Seu fator central era um limite objetivo das próprias forças de produção. (9) Na agricultura e na mineração uma certa barreira tecnológica havia sido atingida, e a exploração se tornou inviável ou deletéria. A extração da prata, a que estava conectado organicamente todo o setor urbano e monetário, deixou de ser praticável ou rentável nas principais zonas mineiras da Europa Central, porque já não havia meio de cavar poços (10) mais profundos ou de refinar minérios mais impuros. "A extração da prata quase chegou ao fim no século XIV. Em Goslar, houve reclamações de uma subida do nível de água no fundo de poços; também houve problema com água nas minas da Boêmia. A recessão já iniciara na Áustria pelo início do século XIII. A atividade mineira cessou em Deutschbrod em 1321, em Freisach por volta de 1350 e em Brandes (Alpes Franceses) em torno de 1320."[6] A falta de metais levou a repetidas adulterações na cunhagem em vários países sucessivamente, e daí a uma inflação em espiral.

---

(2) A melhor discussão, realmente, sobre estes processos na agricultura feudal pode agora ser encontrada em Postan, *The Mediaeval Economy and Society*, pp. 57-72. O livro de Postan é dedicado à Inglaterra, mas as implicações de sua análise têm alcance geral.

(3) Postan "Some Economic Evidence of Declining Population in the Later Middle Ages", *Economic History Review*, nº 3, 1950, pp. 238-240, 244-246; Van Bath, *The Agrarian History of Wester Europe*, pp. 132-144. Estes fatos são uma clara evidência de uma crise nas forças de produção dentro das relações de produção predominantes. Indicam exatamente o que Marx dizia ser uma contradição estrutural entre as duas. Uma explicação alternativa para a crise, uma vez já proposta experimentalmente por Dobb e (6) Kosminsky, será questionável empiricamente e reducionista teoricamente. Eles argumentaram que a crise geral do feudalismo no século XIV foi basicamente causada por uma escalada contínua da exploração nobre a partir do século XI, que provocou revoltas camponesas cumulativas e desta maneira um colapso da velha ordem. Ver E. A. Kosminsky, "The Evolution of Feudal Rent in England from the 11th to the 15th Centuries", *Past and Present*, nº 7, abr. 1955, pp. 12-36; M. Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, pp. 44-50; Dobb é mais sutil. Esta interpretação não parece enquadrar-se na tendência geral das relações de arrendamentos na Europa Ocidental desta época; além disso, tende a transformar a teoria de Marx das contradições objetivas em uma simples contestação subjetiva de decisões de classe. A *resolução* de crises estruturais num modo de produção depende sempre da intervenção direta da luta de classes; mas a *germinação* destas crises pode muito bem tomar todas as classes sociais de surpresa numa dada totalidade histórica, originando-se de outros níveis estruturais dela, do que do próprio confronto imediato. É o choque da situação crítica que se desdobra que determina seu resultado, como veremos no caso da crise feudal.

(4) Esta tendência pode estar exagerada. Bautier, por exemplo, reduz virtualmente toda a crise econômica do século XIV a um efeito lateral adverso do progresso útil na especialização agrícola, resultante de uma divisão de trabalho internacional em desenvolvimento: *The Economic Development of Mediaeval Europe*, pp. 190-209.

(5) D. Herlihy, "Population, Plague and Social Change in Rural Pistoia, 1201-1450", *Economic History Review*, XVIII, nº 2, 1965, pp. 225-244, documenta este fenômeno na Toscana. A economia rural da Itália Central, por outro lado, era um tanto atípica em relação ao resto da Europa Ocidental como um todo: seria insensato generalizar as relações de arrendamento a partir do caso de Pistóia. Deve-se observar que o resultado da superexploração toscana era a infertilidade camponesa, em vez da rebelião.

(6) Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe*, p. 106.

Isso por sua vez provocou cisões cada vez mais amplas nas relações entre preços urbanos e agrícolas.[7] 11 O declínio na população levou a uma contração na demanda de bens de subsistência, de maneira que os preços dos cereais caíram depois de 1320. Os artífices urbanos e o alto custo de bens produzidos para consumo senhorial, em contraste, dispunham de uma clientela de elite e tornavam-se progressivamente mais caros. Este processo contraditório afetou drasticamente a classe nobre, pois seu modo de vida se havia tornado cada vez mais dependente dos bens de luxo produzidos nas cidades (o século XIV veria o apogeu da pompa feudal, com as modas da corte de Borgonha que se espalharam por toda a Europa), enquanto o cultivo nas propriedades senhoriais e as obrigações servis de suas propriedades produziam rendimentos progressivamente decrescentes. 12 O resultado foi um declínio nos rendimentos senhoriais, que por sua vez liberou uma onda de lutas sem precedentes enquanto os cavaleiros tentavam recuperar suas fortunas em todos os cantos com pilhagens.[8] 13 Na Alemanha e na Itália, esta busca dos saques numa época de escassez produziu o fenômeno do bandistismo desorganizado e anárquico entre senhores feudais: o cruel *Raubrittertum* da Suábia e do Reno e os *condottieri* saqueadores que se espalharam da Romagna até a Itália do Norte e Central. Na Espanha, as mesmas pressões geravam uma guerra civil endêmica em Castela, enquanto a nobreza se dividia em facções rivais por questões de sucessão dinástica e poder real. 14 Acima de tudo, a Guerra dos Cem Anos na França — uma combinação sanguinária de guerra civil entre as casas de Valois e de Borgonha e uma luta internacional entre a Inglaterra e a França, envolvendo também Flandres e as forças ibéricas — afundou o mais rico país da Europa numa desordem e miséria sem paralelos. Na Inglaterra, o epílogo da última derrota continental na França foi o gangsterismo dos barões da Guerra das Duas Rosas. A guerra, vocação dos cavaleiros nobres tornou-se um negócio profissional: o serviço de cavalaria cada vez mais dava lugar aos capitães mercenários e à violência paga. Em toda parte a população civil era a vítima.

Para completar o panorama desolador, esta crise estrutural era determinada por mais uma catástrofe conjuntural: a invasão da Peste Negra, vinda da Ásia em 1348. Este foi um acontecimento externo à História da Europa, que se abateu contra ela de maneira um tanto assemelhada ao que a colonização européia fez às sociedades americana ou africana (o impacto de epidemias no Caribe talvez proporcione uma comparação). Passando da Criméia aos Bálcãs via Mar Morto, a peste viajou como um furacão por Itália, Espanha, Portugal, fez uma curva em direção ao norte através da França, Inglaterra e dos Países Baixos, e finalmente tomou impulso de volta ao Oeste e passou novamente pela Germânia, Escandinávia e Rússia. 15 Com a resistência demográfica já enfraquecida, a Peste Negra cortou uma faixa da população talvez em torno de um quarto dos habitantes do continente. 40% da pop. Depois disto, eclosões de pestilência tornaram-se endêmicas em muitas regiões. Combinado a estas repetidas pragas ancilares, o imposto cobrado por volta de 1400 ia em torno de dois quintos do rendimento bruto.[9] 16 O resultado foi uma devastadora escassez de mão-de-obra, exatamente quando a economia medieval tinha sido atingida por graves contradições endógenas. Luta de classes Estes desastres acumulados desencadearam uma luta de classe desesperada pela terra. A classe nobre, ameaçada pelas dívidas e pela inflação, agora confrontava-se com uma força de trabalho dizimada e descontente. 17 Sua reação imediata foi tentar recuperar o excedente prendendo o campesinato às terras senhoriais ou baixando os salários na cidade e no campo. O Estatuto dos Trabalhadores decretado na Inglaterra em 1349-1351, logo depois da Peste Negra, está entre os programas mais glacialmente explícitos de exploração em toda a História européia da luta de classes.[10] A *Ordonannce* fran-

---

(7) Ver H. Miskimin, "Monetary Movements and Market Structures — Forces for Contraction in Fourteenth and Fifteenth Century England", *Journal of Economic History*, XXIV, dez. 1964, nº 2, pp. 483-490; Génicot, "Crisis: from the Middle Ages to Modern Times", p. 692.

(8) Para a crise dos rendimentos dos nobres, ver a análise de Fourquin, *Histoire Economique de l'Occident Médiéval*, pp. 335-340.

(9) Russell, *Late Ancient and Mediaeval Population*, p. 131. Como reação a interpretações tradicionais, está na moda entre os historiadores modernos lançar protestos enfáticos sobre o impacto das epidemias do século XIV na economia e na sociedade européia. Em quaisquer padrões comparativos, esta atitude mostra um senso de proporção estranhamente vicioso. Os desastres das duas Guerras Mundiais que tivemos neste século, se combinados, infligiram muito menos danos à vida que a Peste Negra. É difícil até conceber o que poderiam ter sido as conseqüências de uma perda líquida de 40 por cento da população da Europa no espaço de duas gerações numa época posterior.

(10) "Atendendo ao que foi ultimamente ordenado por nosso Senhor o Rei, e pelo consentimento dos prelados, condes, barões e outros deste conselho, contra a malícia dos servos, que eram indolentes, e não desejando servir depois da pestilência sem excessivos salários, que tais espécies de servos, homens e mulheres, sejam obrigados a servir, recebendo o salário habitual e pagamentos nos lugares onde eles devam servir no 20º ano do reinado do rei que agora está, ou cinco ou seis anos antes, e que os mesmos servos que se recusem a servir de tal modo sejam punidos com o aprisionamento de seus corpos (...) os servos, não levando em consideração o decreto, mas para sua comodidade e singular avareza, privam-se de servir a grandes homens e outros, a menos que recebam pagamento e salários dobrados ou triplicados daquilo que deveriam assumir no 20º ano ou antes, para grande prejuízo dos grandes homens e empobrecimento de toda a comunidade." A. R. Myers (ed.), *English Historical Documents*, vol. IV, 1327-1485, Londres, 1969, p. 993. O Estatuto aplicava-se a todos os que não possuíam terra suficiente para

cesa de 1351 basicamente repetia dispositivos semelhantes ao Estatuto inglês.[11] No mesmo ano, as cortes de Castela reunidas em Valladolid decretaram a regulamentação de salários. Os príncipes germânicos logo seguiram pelo mesmo caminho: foram impostos controles similares na Baviera em 1352.[12] A monarquia portuguesa passou suas leis sobre as *sesmarias* duas décadas mais tarde, em 1375. No entanto, a tentativa senhorial de reforçar as condições servis e fazer a classe produtora pagar os custos da crise agora encontrava resistência violenta e desenfreada — muitas vezes liderada por camponeses mais educados e mais prósperos, e mobilizando as mais profundas paixões populares. Estes conflitos contidos e localizados, que haviam caracterizado a demorada ascensão do feudalismo, subitamente fundiram-se em grandes explosões regionais ou nacionais durante a depressão feudal, em sociedades medievais que agora estavam muito mais integradas econômica e politicamente.[13] A penetração do comércio de bens enfraquecera os relacionamentos habituais, e o advento de taxação real agora muitas vezes encobria tradicionais extorções de nobres nas aldeias: tendiam a centralizar as reações populares à extorsão ou repressão senhorial em movimentos coletivos maiores. Já em 1320 a Flandres Ocidental fora teatro de uma feroz guerra camponesa contra as extorsões fiscais de seu suserano francês e as obrigações e dízimos de sua nobreza e Igreja local. Em 1358, o Norte da França estava em chamas com a Grande Jacquerie, talvez o maior levante camponês registrado na Europa Ocidental desde as Bacaudae, açulado pelos confiscos e pilhagens militares durante a Guerra dos Cem Anos. Em 1381, irrompeu a Revolta Camponesa na Inglaterra, precipitada por uma nova taxa *per capita*, com as metas mais avançadas e impetuosas de todos estes levantes: nada menos que uma aberta abolição da servidão e anulação do sistema legal existente. No século seguinte foi a vez do campesinato calabrês, que se rebelou contra seus senhores aragoneses, na grande revolta de 1469-1475. Na Espanha, os servos da *remença* na Catalunha

---

seu próprio sustento, obrigando-os a trabalhar para senhores por salários fixos: em conseqüência, atingia também os pequenos proprietários.

[11] E. Perroy, "Les Crises du XIV^e^ Siècle", *Annales ESC*, abr.-jun. 1949, pp. 167-182. Perroy aponta que houve um tríplice determinante na depressão da metade do século na França: uma crise de cereais devida a uma safra ruim em 1315-1320, uma crise financeira e monetária conduzindo a sucessivas desvalorizações entre 1335-1345 e à crise demográfica da epidemia de 1348-1350.

[12] Friedrich Lutge, "The Fourteenth and Fifteenth Centuries in Social and Economic History", em G. Strauss (ed.), *Pre-Reformation Germany*, Londres, 1971, pp. 349-350.

[13] Ver Hilton, *Bond Men Made Free*, pp. 96 e segs.

irromperam contra a divulgação dos "maus costumes" impostos a eles pelos barões, e seguiu-se uma guerra civil em 1462 e outra em 1484.[14] Estes eram apenas os maiores episódios de um fenômeno continental, que se estendia da Dinamarca a Maiorca. Enquanto isto, nas regiões mais desenvolvidas de todas — Flandres e o Norte da Itália — havia revoluções comunais e autônomas: em 1309 os pequenos mestres e os tecelões de Gand tomaram o poder do patriciado e derrotaram o exército nobre que estava preparado para esmagá-los em Courtrai. Florença experimentou um levante ainda mais radical em 1378, quando os esfomeados cardadores da lã de Ciompi — que não eram artesãos, mas trabalhadores assalariados — estabeleceram uma breve ditadura.

Todas estas revoltas dos explorados foram desbaratadas — com a parcial exceção do movimento *remença* — e politicamente reprimidas.[15] Mas seu impacto sobre o resultado final da grande crise do feudalismo na Europa Ocidental foi profundo. Uma das conclusões mais importantes que permite o exame da grande queda do feudalismo europeu é que — ao contrário do que crêem os marxistas — a figura característica de uma crise num modo de produção não é aquela em que vigorosas forças (econômicas) de produção explodem triunfais através de relações (sociais) retrógradas e prontamente restabelecem uma produtividade mais alta e uma sociedade sobre suas ruínas. 18 Pelo contrário, as forças de produção tendem habitualmente a *paralisar* e *recuar* no quadro das relações de produção existentes; estas, assim, devem ser radicalmente mudadas e reordenadas *antes* que novas forças de produção possam ser criadas e combinadas para um modo de produção globalmente novo. Em outras palavras, as relações de produção, em geral, mudam anteriormente às forças de produção numa época de transição e não vice-versa. Assim, as conseqüências imediatas da crise do feudalismo ocidental não foram algum surto rápido de novas tecnologias na indústria ou na agrialteração social / crise do modo de produção feudal

---

[14] Já tinham ocorrido sérias perturbações nestas duas áreas no século XIV: nas terras napolitanas sob o domínio angevino de Roberto I (1309-1343) e na Catalunha na década de 1380.

[15] Um campesinato sozinho desafiou com êxito a classe feudal na Europa. O caso da Suíça muitas vezes é ignorado em discussões sobre as grandes insurreições rurais do final da Idade Média na Europa. Mas, embora o movimento cantonal suíço em muitos aspectos represente uma experiência histórica *sui generis*, diferente das revoltas camponesas na Inglaterra, França, Espanha, Itália ou nos Países Baixos, não pode, também, estar inteiramente separado delas. Foi um dos episódios centrais da mesma época da depressão agrária e das lutas sociais da terra. Seu significado histórico é discutido na seqüência deste estudo, *Lineages of the Absolutist State*, pp. 301-302 (ed. bras., *Linhagens do Estado Absolutista*, Brasiliense, 1985).

cultura; isto ocorreria apenas depois de um considerável intervalo. A conseqüência direta e decisiva foi antes uma alteração social penetrante do interior ocidental. Os violentos levantes rurais da época, mesmo em caso de derrota, traziam imperceptíveis mudanças no equilíbrio das forças de classes na terra. Na Inglaterra, os salários rurais haviam declinado nitidametne com a proclamação do Estatuto dos Trabalhadores; depois da Revolta Camponesa, começaram a subir numa curva ascendente que continuou por todo o século seguinte.[16] O mesmo processo era evidente na Alemanha. Na França, o caos econômico forjado na Guerra dos Cem Anos deslocou todos os fatores de produção, e inicialmente os salários permaneceram relativamente estáveis, ajustados aos níveis decrescentes de produção; mas, mesmo assim, eles continuaram a subir de maneira apreciável pelo final do século.[17] Os níveis dos salários quadruplicaram em Castela na década de 1348-1358, depois da Peste Negra.[18] Longe de a crise geral do modo de produção feudal piorar a condição dos produtores diretos no campo, ela terminou até melhorando tal condição e emancipando-os. Na verdade, ela mostrou ser o ponto decisivo na dissolução da servidão no Ocidente.

(19)

As razões para este resultado imensamente significativo ainda estão por ser encontradas, sem a menor dúvida, antes de mais nada, na articulação dualista do modo de produção feudal que tem sido enfatizada desde o início deste estudo. Acima de tudo, era o setor *urbano*, protegido estruturalmente pela parcelarização da soberania na forma de governo medieval, que agora se desenvolvia a um ponto em que podia alterar de maneira decisiva o resultado das lutas de classes no setor rural.[19] A localização geográfica das grandes revoltas camponesas do final da Idade Média no Ocidente conta sua própria história. Em cada caso, elas ocorriam em zonas de poderosos centros urbanos, que agiam objetivamente como um fermento para estes levantes populares: Bruges e Gand em Flandres, Paris, no norte da França, Londres, no sudeste da Inglaterra, e Barcelona, na Catalunha. A presença das cidades maiores sempre significou uma irradiação de relações de mercado pelos campos vizinhos: numa época de transição foram as tensões de uma agricultura semicomercializada que se mostraram mais intensas para o sistema da sociedade rural. No Sudeste da Inglaterra, os rendeiros realmente eram ultrapassados em número por servos e trabalhadores sem terra nos distritos mais afetados pela Revolta Camponesa.[20] Os artesãos rurais destacaram-se na guerra em Flandres. As regiões de Paris e Barcelona eram as áreas mais adiantadas da França e da Espanha, respectivamente, com a densidade mais alta na troca de mercadorias em cada país. Além do mais, o papel das cidades nas revoltas camponesas da época não era limitado a seus efeitos sapadores contra a ordem senhorial tradicional em sua vizinhança. Muitas das cidades apoiaram ou deram assistência ativamente às rebeliões rurais de alguma forma, fosse a partir da incipiente simpatia popular da base, fosse de cálculos interessados de patrícios acima. Os mais pobres em Londres se reuniram à Revolta Camponesa em solidariedade social; os ricos burgueses do regime de Etienne Marcel em Paris emprestaram auxílio tático à Jacquerie objetivando suas próprias finalidades políticas. Mercadores e associações de Barcelona permaneciam acima dos levantes *remenças*; mas os tecelões de Bruges e Ypres eram aliados naturais dos camponeses da Flandres marítima. Assim, tanto objetiva quanto muitas vezes subjetivamente, as cidades afetavam o caráter e o curso das grandes revoltas da época.

20

Não era apenas ou principalmente nestas explosões extremas que as cidades intervinham no destino do país: elas jamais deixaram de fazê-lo mesmo em condições de uma paz social de superfície. No Ocidente, a relativamente densa rede de cidades exercia uma constante influência gravitacional no equilíbrio de forças sociais no interior. Foi o predomínio destes centros de mercado que tornou a fuga da servidão uma possibilidade permanente para os camponeses descontentes. A máxima alemã *Stadtluft marcht frei* (o ar da cidade faz o homem livre) era a regra para os governos das cidades de toda a Europa, pois os servos fugitivos eram uma entrada positiva de mão-de-obra para os artífices urbanos. A presença destas cidades exercia uma pressão constante sobre os nobres sempre preparados para as lutas para realizar seus rendimentos em forma monetária. Os senhores precisavam de dinheiro vivo e — além de um certo ponto — não podiam se arriscar a impelir seus camponeses indiscriminadamente à vida errante ou ao emprego urbano. Doravante eram obrigados a aceitar um afrouxamento geral nos laços servis na terra. O resultado foi a substituição lenta, mas firme, das obrigações por rendas em dinheiro no Ocidente, e um crescente arrendamento sob contrato das terras senhoriais a rendeiros camponeses. Este processo desenvolveu-se mais cedo e em maior intensidade na Inglaterra, onde a proporção do campesinato livre fora sempre relativamente alta; ali as costumeiras posses dos servos se haviam transformado tranqüilamente em arrendamentos não-servis por volta de 1400, e a posse tinha passado à enfiteuse.[21] O século seguinte provavelmente testemunhou um aumento substancial nos rendimentos reais e totais do campesinato inglês, em combinação com uma diferenciação social seriamente acentuada, enquanto um estrato de pequenos proprietários *kulak* passava a predominar em muitas aldeias e o trabalho assalariado era disseminado pelo campo. A falta de mão-de-obra era ainda tão grave na agricultura que a área cultivada se reduzia, os arrendamentos agrários declinavam, o preço dos cereais caía e os salários subiam: uma conjuntura afortunada — embora um tanto efêmera — para o produtor direto.[22] A nobreza reagiu voltando-se cada vez mais para a atividade pastoril, para abastecer a indústria da lã que se desenvolvera nas novas cidades dedicadas à tecelagem, iniciando já um movimento de cerco e introduzindo um complexo sistema de escoltas mercenárias e violência paga, "contrato" e "carta patente", que foi designado como "feudalismo bastardo" do século XV[23] e cujo principal teatro de operações foram as guerras de York e Lancaster. A nova conjuntura possivelmente foi mais propícia à classe que se beneficiava com a prática do mercenarismo, do que às classes nobres tradicionais.

---

[16] E. Kosminsky, "The Evolution of Feudal Rent in England from the 11th to the 15th Centuries", p. 28; R. Hilton, *The Decline of Serfdom in Mediaeval England*, Londres, 1969, pp. 39-40.

[17] E. Perroy, "Wage-Labour in France in the Later Middle Ages", *Economic History Review*, Segunda Série, VIII, nº 3, dez. 1955, pp. 238-239.

[18] Jackson, *The Making of Mediaeval Spain*, p. 146.

[19] As interconexões estruturais entre a predominância rural e a autonomia urbana do modo de produção feudal na Europa Ocidental podem ser vistas nitidamente a partir do exemplo paradoxal da Palestina. Ali, virtualmente toda a comunidade dos cruzadas — magnatas, cavaleiros, mercadores, clero e artesãos — estava concentrada em cidades (a produção rural foi deixada aos camponeses nativos). Conseqüentemente, era uma área onde não havia qualquer autonomia municipal e onde jamais surgiu nenhum Estado burguês.

[20] Hilton, *Bond Men Made Free*, pp. 170-172.

O processo de trocas tomou a forma de uma transição direta dos serviços de mão-de-obra para rendas em dinheiro na Inglaterra. No continente, em geral, houve uma evolução um tanto mais lenta dos serviços de mão-de-obra, que passaram a rendas em espécie e daí a pagamentos em dinheiro. Isso aconteceu tanto na França, onde o resultado final da Guerra dos Cem Anos foi deixar o camponês com a posse de seus lotes, quanto no sudeste alemão.[24] O modelo francês distinguia-se por duas particularidades. Os senhores recorreram à venda direta da emancipação com mais freqüência do que nos demais países, para tirar o máximo proveito imediato da transição. A justiça real retardada e combinada à lei romana tornava as posses dos camponeses mais seguramente hereditárias, de maneira que a pequena propriedade acabou por adquirir raízes sólidas; na Inglaterra, a pequena nobreza conseguiu evitar, isso, mantendo os direitos enfitêuticos incertos e temporários, permitindo assim o despejo mais fácil do campesinato da terra em data posterior.[25] Na Espanha, a luta dos *remenças*, os camponeses da Catalunha, contra os "seis costumes do mal" terminou com a Sentença de Guadalupe em 1486, quando Fernando de Aragão emancipou-os formalmente destas cargas. Adquiriram a posse estável de seus lotes, e seus senhores detinham os direitos jurisdicionais e legais sobre estes; os que haviam participado dos levantes *remenças* ao mesmo tempo foram multados pelo monarca.[26] Em Castela, como aconteceu na Inglaterra, a classe proprietária reagiu à falta de mão-de-obra do século XIV transformando as terras em pastagens, que daí por diante se tornaram o ramo principal das atividades agrárias na Meseta. A produção de lã foi, em geral, uma das soluções senhoriais mais importantes para a crise agrícola; a produção européia teria aumentado umas três a cinco vezes no último período medieval.[27] Nas condições que havia em Castela, a servidão de gleba já não tinha mais muita base econômica lógica e as cortes de Toledo em 1481 finalmente concederam aos servos o direito de abandonar os senhores, e assim foram abolidos os vínculos adscritícios. Em Aragão, onde a ati-

---

(21) R. H. Hilton, *The Decline of Serfdom in Mediaeval Europe*, pp. 44 e segs.

(22) M. Postan, "The Fifteenth Century", *Economic History Review*, vol. IX, 1938-1939, pp. 160-167, descreve esta concatenação. Postan sugeriu recentemente que a prosperidade camponesa crescente também possa por algum tempo ter levado a um decréscimo no nível de comercialização no campo, pois as casas da aldeia retinham um parte maior do produto agrícola para seu próprio consumo: *The Mediaeval Economy and Society*, pp. 201-204.

(23) K. B. MacFarlane, "Bastard Feudalism", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, vol. XX, nº 61, maio-nov. 1945, pp. 161-181.

(24) Kohachiro Takahashi, "The Transition from Feudalism to Capitalism", *Science and Society*, XVI, nº 41, outono 1952, pp. 326-327. A evolução dos serviços de mão-de-obra para os arrendamentos em dinheiro foi mais direta na Inglaterra, porque a ilha não havia tido a experiência anterior do continente, de uma mudança para arrendamentos em espécie no século XIII; por isto, as cobranças em mão-de-obra haviam sobrevivido por mais tempo em sua forma original ali do que em outros lugares. Para as oscilações da Inglaterra nos séculos XII e XIII (o afrouxamento das obrigações, seguido por uma intensificação), ver M. Postan, "The Chronology of Labour Services", *Transactions of the Royal Historical Society*, XX, 1937, pp. 169-193.

(25) M. Bloch, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, pp. 131-133. Bloch aponta que é exatamente por causa deste entrincheiramento camponês que os senhores franceses se empenharam energicamente em reconstituir as grandes propriedades senhoriais do século XV em diante, por meios econômicos e legais, obtendo considerável êxito: pp. 134-154.

(26) Vicens Vives, *Historia de los Remensas en el Siglo XV*, pp. 261-269.

(27) Bautier, *The Economic Development of Mediaeval Europe*, p. 210.

vidade pastoril nunca tivera grande importância, as cidades eram fracas e existia uma hierarquia feudal mais rígida, o senhorio repressor não foi abalado seriamente no final da Idade Média, e a servidão da gleba permaneceu enraizada.[28] Na Itália, as comunas quase sempre haviam combatido as jurisdições senhoriais, separando as funções do senhor e do proprietário senhoril em seus *contados*. Bolonha, por exemplo, havia emancipado os servos com uma declaração retumbante já em 1257. Na realidade, a servidão havia desaparecido razoavelmente no Norte da Itália pelo início do século XIV, duas ou três gerações antes da ocorrência do mesmo processo na França ou na Inglaterra.[29] Esta precocidade só confirma a regra de que foi o solvente das cidades que basicamente garantiu a desintegração da servidão no Ocidente. No Sul da Itália, com seu caráter eminentemente senhorial, o desastroso povoavoamento do século XIV levou a uma anarquia entre os nobres, destrutiva para os dois lados, e a uma nova onda de jurisdições. Houve uma transformação generalizada de terras cultiváveis em pastagens e um crescimento no tamanho dos latifúndios. O levante calabrês de 1470, realmente ao contrário de quase todas as outras rebeliões rurais na Europa Ocidental, não teve repercussões urbanas: os camponeses não conquistaram quaisquer liberdades, e o campo foi lançado numa prolongada depressão econômica. A ascensão prematura e desqualificada das cidades do Norte da Itália acelerou as primeiras formas de plantio comercial em grande escala com trabalho assalariado, pioneiras na Lombardia, e o desenvolvimento de arrendamentos a curto prazo e do sistema da safra a meia, que durante o século foram-se disseminando lentamente para o norte através dos Alpes, no Sul da França e no leste holandês. As terras senhoriais cultivadas pelo trabalho servil eram um anacronismo na França, na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, na Itália do Norte e na maior parte da Espanha pelo ano de 1450.

---

(28) Para o caráter e persistência da servidão em Aragão, ver Eduardo de Hinojosa, "La Servidumbre de la Gleba en Aragón", *La España Moderna*, 190, out. 1904, pp. 33-44.

(29) Philip Jones, "Italy", em *The Agrarian Life of the Middle Ages*, pp. 406-407.

2. Europa Oriental

A leste do Elba

Do outro lado do Elba, o resultado econômico da grande crise foi diametralmente oposto. Agora é necessário que nos voltemos para a história das vastas regiões a leste do coração do feudalismo europeu, acima da linha do Danúbio, e também vejamos a natureza diferencial das formações sociais que se haviam desenvolvido ali.[1] Para nossos objetivos, a característica mais fundamental de toda a zona plana, estendendo-se do Elba ao Don, pode ser definida como a *ausência* permanente daquela síntese ocidental específica entre um modo de produção tribal e comunal em desintegração, baseado em uma agricultura primitiva e dominado por aristocracias guerreiras rudimentares, e um modo de produção escravo em dissolução, com uma civilização urbana extensiva, baseada na troca de mercadorias e em um sistema de Estado imperial. Além das linhas do *limes* franco, não houve a fusão estrutural de formas históricas díspares comparável à que aconteceu no Ocidente.

Este fato central foi o determinante histórico básico do desenvolvimento desequilibrado da Europa e do persistente atraso do Leste. As imensas regiões retrógradas além dos Cárpatos haviam estado sempre fora dos limites da Antiguidade. A civilização grega bordejara as costas do Mar Negro com dispersas colônias na Cítia. Estes postos marítimos de pouca importância jamais estabeleceram alguma penetração pelo interior do Ponto, e foram afastados pelos sármatas, quando estes ocuparam as estepes do Sul da Rússia, deixando apenas traços arqueológicos atrás de si.[2] A civilização romana realizou o feito decisivo de conquistar e colonizar a maior parte da massa de terra da Europa Ocidental — mas esta importante extensão geográfica das estruturas da Antiguidade clássica nunca se repetiu com a mesma profundidade na Europa Ocidental. A anexação da Dácia, por Trajano, representou o único avanço significativo para o interior deste continente — um ganho modesto, logo abandonado. O interior oriental jamais se integrou ao sistema imperial romano.[3] Sequer chegou a manter os contatos militares e econômicos que a Germânia sempre reteve com o Império — embora ficasse mais longe. As influências diplomáticas, comerciais e culturais romanas permaceram intensas na Germânia depois da evacuação das legiões, e o conhecimento que os romanos tinham da região era íntimo e correto. Não havia um tal relacionamento entre o Império e os territórios bárbaros do leste. Tácito, que era admiravelmente bem informado sobre a etnografia e aestrutura social germânica, não tinha noção alguma dos povos que viviam mais além. Este espaço mais a leste era mítico e vazio: *cetera iam fabulosa.*[4]

---

[1] Abaixo do Danúbio a península balcânica formava uma região distinta, isolada do próprio Leste por sua integração ao Império Bizantino. Seu destino separado será discutido numa consideração posterior sobre o Sudeste da Europa.

---

(2) Rostovtsev, em seu primeiro trabalho importante, enfatizou que as influências orientais sempre foram mais importantes que a grega no Sul da Rússia, que nunca foi helenizada de maneira durável: *Iranians and Greeks in South Russia*, Oxford, 1922, pp. viii-ix. Para um estudo moderno sobre as colônias do Mar Negro, ver J. Boardman, *The Greeks Overseas*, Londres, 1964, pp. 245-278.

(3) É notável que a Dácia formasse uma proeminência isolada, vulneravelmente sobressaindo da linha das fronteiras imperiais para as terras montanhosas da Transilvânia: não foi feita nenhuma tentativa de ocupação das brechas que se interpunham, formadas pelas planícies em direção à Panônia no oeste e à Valáquia, a leste. É possível que a relutância romana em penetrar mais para o interior da Europa Oriental estivesse relacionada à relativa ausência de acesso naval à região, comparada com a linha costeira que possuía a Europa Ocidental, e conseqüentemente pode ser vista como função da estrutura intrínseca da civilização clássica. Talvez seja significativo que Augusto e Tácito tenham considerado uma expansão estratégica do poder romano pela Europa Central do Báltico à Boêmia, pois esta linha permitiria potencialmente um movimento de torquês do Norte e do Sul, utilizando expedições anfíbias pelo Mar do Norte e pelos rios germânicos acima, do tipo conduzido por Drúsio e Germânico. A chave da campanha boêmia do ano 6 d.C. pode ter sido baseada num encontro projetado do exército de Tibério avançando desde o Ilíricum com um segundo exército que vinha do Elba: Wells, *The German Policy of Augustus*, p. 160. A profundidade da Europa Oriental do outro lado do Elba não oferecia o mesmo tipo de acesso. No caso, mesmo a assimilação da Boêmia mostrou ser muito para as forças romanas. Outra razão para o fracasso do Império em expandir-se pelas regiões mais a leste pode ter sido o caráter de estepe de grande parte dos terrenos, habitado tipicamente por nômades sármatas — um quadro natural discutido abaixo.

(4) *Quod ego ut incompertum in medio relinquam* — "o resto são lendas, que abandono como não verificadas": as últimas palavras de *Germania*, com as quais Tácito encerra a narrativa.

Não é por acaso que ainda hoje se conhece muito pouco sobre as migrações tribais e os deslocamentos na Europa Oriental, no início da Era Cristã, apesar de estas ocorrerem numa escala imensa. Está claro hoje que as grandes planícies ao norte do Danúbio — outrora moradia dos ostrogodos, visigodos e vândalos — foram parcialmente esvaziadas pelas *Völkerwanderungen* das tribos germânicas durante o século V em direção à Gália, Itália, Espanha e Norte da África. Houve efetivamente uma mudança geral das populações germânicas para o ocidente e o sul, abrindo terreno para o avanço de outro grupo étnico de povos tribais e agrícolas atrás deles. Os eslavos provavelmente se originaram na região do Dnieper-Pripet-Bug, e começaram a expandir-se para o vazio no leste deixado pelos germânicos nos séculos V e VI.[5]

Uma grande corrente demográfica deve ter acontecido em suas remotas terras de origem para explicar o caráter meio de maré, com avanços e recuos, deste movimento. Pelo final do século VI, as tribos eslavas haviam ocupado virtualmente toda a imensidão do Báltico ao Egeu, e de volta ao Volga. O ritmo exato e a distribuição destas migrações permanecem obscuros: seu produto social geral nos séculos que se seguiram, entretanto, está suficientemente claro.[6] As comunidades agrícolas eslavas evoluíram para uma estrutura interna mais diferenciada, ao longo do caminho já trilhado anteriormente pelos germanos. A organização tribal deu lugar a colônias de aldeias nucleares que reuniam famílias associadas, com propriedade cada vez mais individualizada. Aristocracias guerreiras produziram os primeiros chefes militares com excepcionais poderes militares e tribais, e, depois, príncipes líderes, mais estáveis, com autoridade sobre confederações maiores. Os séquitos ou guarda-costas destes líderes em todos os cantos formavam o embrião de uma classe governante que dominava um campesinato não-servil. Neste aspecto, a *druzhina* russa era essencialmente semelhante ao *Gefolgschaft* germânico, ou ao *hirdh* escandinavo, apesar das variações locais entre eles.[7] Os escravos prisioneiros de guerra muitas vezes eram uma outra característica destas formações sociais rudimentares, proporcionando mão-de-obra doméstica e agrícola cativa, na au-

---

(5) Dvornik, *The Slavs. Their Early History and Civilization*, Boston, 1956, pp. 3-45, que tende a localizar as terras de origem dos eslavos um tanto mais a oeste, entre o Vístula e o Oder; e L. Musset, *Les Invasions: Le Second Assaut contre l'Europe Chrétienne* (*VII-IXe Siècles*), pp. 75-79, que comenta: "Este imenso avanço parece mais com as inundações de terras desocupadas do que uma conquista" (p. 81).

(6) Para um esboço típico, ver S. H. Cross, *Slavic Civilization through the Ages*, pp. 17-18.

(7) Frantisek Graus, "Deutsche und Slawische Verfassungsgeschichte", *Historische Zeitschrift*, CXLVII, 1963, pp. 307-312.

sência de uma classe servil. As instituições políticas comunais, com assembléias ou tribunais populares, muitas vezes sobreviviam para coexistir com uma hierarquia social hereditária. A agricultura continuava extremamente primitiva, com a técnica de queimada prevalecendo muito tempo entre as florestas intermináveis. Inicialmente havia muito pouco desenvolvimento urbano. Em outras palavras, a evolução dos povos eslavos no Leste foi mais ou menos uma reprodução fiel da evolução dos povos germânicos que os precederam, antes de irromperem pelo Império Romano e assimilarem a sua civilização muito mais avançada, numa dissolução catastrófica de seus respectivos modos de produção anteriores. Este hesitante desenvolvimento "sem auxílio" indica a importância indescritível da Antiguidade na formação do feudalismo ocidental.

O atraso nômade

O lento desenvolvimento das comunidades agrícolas eslavas no Oriente em direção a sistemas de Estado estáveis era interrompido e abalado repetidamente por sucessivas ondas de invasões nômades vindas da Ásia Central, que varriam a Europa desde o princípio da Idade Média e muitas vezes chegavam até os limites do Ocidente. Estas invasões, que exerceram uma influência fundamental na História da Europa Oriental, foram o resgate geográfico da região. Não se tratava apenas de território adjacente às fronteiras asiáticas do nomadismo pastoril, e por isto repetidamente sustentava o ímpeto dos assaltos militares nômades à Europa, funcionando como pára-choque por causa de sua interposição. Boa parte compartilhava uma similaridade topográfica com as estepes asiáticas de onde povos nômades eram periodicamente dispersados para o exterior. Da costa do Mar Negro às florestas acima do Dnieper, e desde o Don ao Danúbio, uma ampla faixa territorial incluindo a maior parte da Ucrânia moderna e da Criméia, afilando-se adentro da Romênia e da Hungria, formava uma campina plana européia que servia naturalmente à atividade pastoril e — sendo menos árida que a própria estepe asiática — permitia a agricultura fixa.[1] Esta zona formava o largo corredor pôntico que conduzia sempre mais confederações nômades à pilhagem e conquista das sociedades agrícolas

---

(1) Para uma descrição das campinas pônticas, ver D. Obolensky, *The Byzantine Commonwealth*, Londres, 1971, pp. 34-37; W. H. McNeill, *Europe's Steppe Frontier 1500-1800*, Chicago, 1964, pp. 2-9.

instaladas em seu outro lado, e das quais se tornavam os senhores — em caleidoscópica sucessão. O desenvolvimento da agricultura estável entre as florestas da Europa Oriental era assim obstruído por essa ocorrência de terra de tipo semi-estepe que vinha desde a Ásia, e pelos ataques nômades destrutivos que ela arrastava.

O primeiro e mais famoso destes choques foi o sombrio ataque dos hunos, que precipitou a queda do Império Romano no século V, agitando todo o mundo germânico. Enquanto as tribos teutônicas fugiam *en masse* de seu caminho, atravessando as fronteiras imperiais, o governante huno Átila estabeleceu um reino predador além do Danúbio, pilhando a Europa Central. E no século VI, os ávaros saquearam por todo o seu caminho através do Oriente, dominando as populações eslavas locais. No século VII a cavalaria búlgara era o flagelo das planíceis transdanubianas e panonianas. Nos séculos IX e X, foram os nômades magiares que assolaram regiões inteiras partindo de suas fortalezas na Europa Oriental. Nos séculos XI e XII, os petchenegues e os cúmanes predaram sucessivamente a Ucrânia, os Bálcãs e os Cárpatos. Finalmente, no século XIII, os exércitos mongóis aniquilaram a Rússia, esmagaram as resistências polonesa e húngara e, depois de hibernarem às portas do Ocidente, varreram os Bálcãs em seu caminho de volta. Este último e maior assalto deixou a marca social e política mais permanente. A Horda Dourada, um braço turco da hoste de Gengis Khan instalada próxima ao Cáspio, manteve um jugo opressor sobre a Rússia por 150 anos.

O modelo e a freqüência destas invasões fizeram delas uma das coordenadas básicas da formação da Europa Oriental. Se muito da história desta região pode ser definido em primeira instância pela ausência da Antiguidade clássica, ela está diferenciada da História da Europa Ocidental em segunda instância pela pressão do nomadismo pastoril. O início da história do feudalismo ocidental é a de uma síntese entre os modos de produção escravo e comunal-primitivo em desintegração, formações sociais centradas nos campos e nas cidades. Já o início da história do feudalismo oriental em muitos aspectos é o da ausência total desta síntese entre sociedades agrícolas estabelecidas e sociedades pastoris predatórias — modos de produção dos campos e das estepes. Naturalmente, o impacto das invasões nômades não deve ser exagerado, mas está bastante claro que elas retardaram de maneira significativa a evolução interna das sociedades agrícolas da Europa Oriental. Para podermos apresentar a natureza deste impacto, são necessários alguns comentários sobre as peculiaridades da organização social e econômica nômade. O nomadismo pastoril representa um modo de produção distinto, com sua dinâmica, limites e contradições próprios, que não deve ser confundido com o tribal ou com a agricultura feudal. Historicamente, ele dominou os limites asiáticos da Europa durante toda a Idade Média, demarcando as fronteiras terrestres do continente. Este nomadismo não constituiu simplesmente uma forma primordial de economia, mais primitiva e mais rude que a da agricultura camponesa sedentária. Tipologicamente, foi uma evolução mais tardia, nestas regiões áridas e semi-áridas onde classicamente se desenvolveu.[2] Na verdade, o particular paradoxo do nomadismo pastoril estava em que ele representou em muitos aspectos uma exploração muito mais especializada e experiente do mundo natural do que a agricultura feudal, embora suas inerentes limitações fossem mais estreitas. Foi uma trilha de desenvolvimento que era uma ramificação do cultivo agrário primitivo, que obteve benefícios impressionantes no princípio, mas que depois se mostrou um beco sem saída — enquanto a agricultura camponesa revelava lentamente seu potencial bem maior para um progresso acumulativo social e técnico. Mas no período intermediário que sobreveio, as sociedades nômades muitas vezes possuíam uma crítica superioridade política sobre as sociedades sedentárias na organização e no exercício do poder, quando ambas entravam em conflito; esta supremacia, entretanto, tinha limitações restritas e autocontraditórias. Os pastores turcos e mongóis desta época, pela própria logística de seu modo de produção e de sua força militar, estavam sempre e necessariamente em inferioridade numérica em relação às populações agrícolas eslavas quando estes as dominavam, e seu governo era normalmente efêmero, exceto quando fosse exercido próximo a suas terras de origem.

As formações sociais nômades eram definidas pelo caráter móvel de seus meios básicos de produção: eram os rebanhos — e não a terra — que sempre haviam constituído a riqueza fundamental do pastoreio transumante e que articulavam a natureza de seu sistema de propriedade.[3] Assim, as sociedades nômades tipicamente combinavam a pro-

---

(2) Owen Lattimore, *Inner Asian Frontiers of China*, Nova Iorque, 1951, pp. 61-65, 361-365; *Nomads and Commissars*, Nova Iorque, 1962, pp. 34-35.

(3) Esta posição básica foi sustentada por S. E. Tolybekov, em seu importante ensaio "O Patriarkhal'no-Feodal'nykh Otnosheniyakh u Kochevykh Narodov", *Voprosy Istorii*, jan. 1955, nº 1, p. 77 — em contraste com outros especialistas soviéticos que participaram de uma discussão sobre o nomadismo nas páginas do mesmo jornal, iniciada pela reportagem de L. P. Potapov, "O Sushchnosti Patriarkhal'no Feodal'nykh Otnosheniyakh u Kochevykh Narodov Srednei Azii i Kazakhstana", *Voprosy Istorii*, jun. 1954, nº 6, pp. 73-89. Todos os outros participantes — L. P. Potapov, G. P. Basharin, I. Ya. Zlatkin, M. M. Efendiev, A. I. Pershits, S. Z. Zimanov — argumentaram que a

priedade individual dos animais com a apropriação coletiva da terra. Os rebanhos pertenciam a famílias, e suas pastagens eram usufruto de clãs ou de tribos nômades. Além do mais, não é o caso de uma propriedade coletiva da terra: ela não era uma possessão fixa, ao contrário do que ocorre em uma sociedade agrícola, em que o solo é objeto de ocupação e cultivo permanentes. O nomadismo pastoril significava exatamente a mudança constante dos rebanhos e manadas de um pasto a outro num complicado ciclo sazonal. Nas palavras de Marx: "Entre as tribos nômades pastoris a terra se apresenta em sua imensidão elementar, como todas as outras condições da natureza, como os exemplos das estepes e os altos platôs asiáticos. Ela é pisada e consumida pelos rebanhos, que proporcionam subsistência aos povos nômades. Estes a encaram como propriedade sua, embora jamais fixando esta propriedade... O que é aqui neste caso *apropriado* e *reproduzido* é apenas o rebanho e não o solo, que é sempre usado em temporalidade comunal seja onde for que as tribos interrompam suas perambulações".[4] A "propriedade" da terra desta maneira significava o direito de uma travessia intermitente e regular; na frase de Lattimore, "o direito de mover-se, e não o direito de acampar, é que é a propriedade decisiva".[5] A transumância era um sistema de uso cíclico, não um domínio absoluto. Assim, a diferenciação social podia processar-se muito rapidamente nestas sociedades nômades, sem necessariamente romper com sua unidade de clã. A riqueza de uma aristocracia pastoril era o tamanho de seus rebanhos, e poderia permanecer compatível com um ciclo comunal de migração e pastoreio. Mesmo os nômades mais pobres possuíam alguns animais, de maneira que uma classe não-proprietária de produtores dependentes era normalmente evitada, embora as famílias nômades comuns devessem várias obrigações e serviços aos chefes e aos notáveis do clã. As constantes lutas intestinas nas estepes também levaram ao fenômeno dos clãs submissos, agregados a outros, que seguiam nas migrações do clã vitorioso;[6] cativos militares podiam também tornar-se escravos domésticos, embora nunca fossem muito numerosos. As assembléias de clã reuniam-se para decisões importantes; a liderança tribal era de hábito semi-eletiva.[7] O estrato aristocrático controlava a distribuição das pastagens e a organização das transumâncias.[8]

Assim organizadas, as sociedades nômades revelaram notável habilidade na utilização de seu meio ambiente inóspito. O clã típico passava em revista sempre uma cuidadosa combinação variegada de rebanhos, que incluía cavalos, gado bovino, camelos e ovelhas — sendo estas últimas a principal forma social de riqueza. Cada um destes rebanhos exigia habilidades de tratamento distintas e tipos de solo e pastos diferentes. Da mesma forma, os complexos ciclos anuais de migração exigiam um conhecimento preciso das diferentes gamas de terrenos, em suas respectivas estações. A exploração experiente destes meios de produção mesclados envolvia um notável grau de disciplina coletiva, de desempenho de tarefas integrado e capacidade técnica. Para tomarmos o exemplo mais óbvio: a superioridade nômade na equitação provavelmente incorporava um nível mais elevado de habilidade de mão-de-obra que qualquer uma das técnicas na agricultura camponesa medieval. Mas ao mesmo tempo os limites do modo de produção nômade eram extremamente rígidos. Para começar, ele só poderia suportar uma força de trabalho pequena: os povos nômades eram sempre ultrapassados em número por seus rebanhos, pois a proporção entre animais e homens para manter a transumância nas estepes semi-áridas era sempre muito alta. Não eram possíveis grandes aumentos de produtividade como na agricultura sedentária, pois o meio de produção não

---

terra, e não os rebanhos, constituía o meio de produção fundamental das formações sociais nômades, e esta posição foi endossada por uma declaração editorial na conclusão do debate (*Voprosy Istorii*, jan. 1956, nº 1, p. 77). A discordância ocorreu dentro de um consenso geral de que as sociedades nômades seriam feudais na essência, embora com antigos costumes patriarcais sobreviventes — de onde a noção de feudalismo patriarcal, usada para designar as estruturas sociais nômades. Tolybekov foi julgado por seus colegas como tendo enfraquecido indevidamente a força desta classificação, ao dar ênfase às divergências entre os tipos de propriedade nômade e senhorial. Na verdade, o nomadismo representa manifestamente um modo de produção inteiramente diverso, que não é assimilável ao feudalismo agrário, como Lattimore tem sustentado corretamente há muito tempo: *Inner Asian Frontiers of China*, p. 66 e segs. É bastante claro que o próprio Marx acreditava que o nomadismo pastoril constituísse um modo de produção isolado, como se pode ver na Introdução a seus comentários sobre as sociedades pastoris, de 1857: *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (*Einleitung*), pp. 19, 27. Entretanto, equivocadamente ele se referiu aos mongóis como estando envolvidos primariamente na pecuária.

(4) K. Marx, *Pre-Capitalist Formations*, pp. 88-89.

(5) Lattimore, *Inner Asian Frontiers of China*, p. 66.

(6) B. Ya. Vladimirtsov, *Obshchestvnnyi Stroi Mongolov. Mongol'skii Kochevoi Feodalizm*, Leningrado, 1934, pp. 64-65. O trabalho de Vladimirtsov sobre os mongóis foi pioneiro em seu campo de estudos e sua influência ainda permanece grande nos meios eruditos soviéticos de hoje. O editorial de 1966 em *Voprosy Istorii* citado anteriormente paga tributo a ele, embora rejeitando a noção de Vladimirtsov de um feudalismo nômade especial, diferente daquele das sociedads sedentárias (*op. cit.*, p. 75).

(7) Vladimirtsov, *Obshchestvennyi Stroi Mongolov*, pp. 79-80.

(8) I. Ya. Zlatkin, "K Voprosu o Sushchnosti Patriarkhal'no-Feodal'nykh Otnoshenii u Kochevykh Narodov", *Voprosy Istorii*, abr. 1955, nº 4, pp. 78-79. Zlatkin enfatiza que o nômade dependente — cuja incidência e grau de submissão ele exagera — estava vinculado à figura de seu senhor itinerante, e não ao solo: "estas relações, por assim dizer, nomadizavam-se com o nômade" (p. 80).

era o solo — maleável quantitativa e diretamente — mas sim os rebanhos, que dependiam da terra, que em si não era influenciada pelo nomadismo, e que assim permitia essencialmente apenas um aumento quantitativo. O fato de que no modo de produção nômade os objetivos e meios básicos de trabalho fossem bastante idênticos — o animal — impôs limites insuperáveis ao rendimento do trabalho. Os ciclos de produção pastoris eram muito mais prolongados que os da agricultura, e não tinham intervalos para o desenvolvimento dos ofícios rurais: além disto, todos os membros do clã participavam destes ciclos, incluindo os chefes, impedindo assim o surgimento de uma divisão de trabalho mental e manual — e, conseqüentemente, da escrita.[9] Acima de tudo, por definição, o nomadismo excluía virtualmente a formação de cidades ou de algum desenvolvimento urbano, que a agricultura sedentária basicamente promovia. Até um certo ponto, o modo de produção nômade estava, portanto, destinado à estagnação.

As sociedades nômades normalmente eram famintas e pobres em suas terras de origem infecundas. Raramente eram auto-suficientes, geralmente fazendo troca de produtos com as comunidades culturais vizinhas, num minguado sistema comercial.[10] Contudo, tinham uma saída a que podiam recorrer espetacularmente: o tributo e a conquista. A criação de cavalos, atividade econômica básica do nomadismo pastoril, também os equipava para a guerra: eles certamente possuíam a melhor cavalaria do mundo. Foram eles que primeiro desenvolveram os arqueiros montados e, de Átila a Gengis Khan, era a superioridade que tinham nesta arma o segredo de seu formidável poderio militar. A inigualável capacidade nômade em cobrir longas distâncias em alta velocidade e manter uma organização e um comando cerrados em expedições foram na guerra as mais decisivas armas.

As características estruturais das formações sociais nômades tendiam a gerar um típico ciclo de expansão e contração predatória, onde os clãs das estepes ascendiam em espiral até se tornarem grandes impérios e, com a mesma rapidez, voltaram a uma obscuridade sem destaque.[11] O processo começaria com incursões ligeiras às rotas comerciais ou aos centros vizinhos, objetivos imediatos para controle e pilhagem — virtualmente todos os povos nômades apresentavam apurado sentido de riqueza monetária e circulação de mercadorias.[12] A seguir, havia a fusão de clãs e tribos rivais da estepe em confederações para a agressão exterior.[13] Depois, em mais uma fase, seriam lançadas as verdadeiras guerras de conquista, muitas vezes se desdobrando uma após outra através de vastidões e envolvendo migrações de povos inteiros. O resultado final poderia ser um império nômade em grande escala: no caso extremo dos mongóis, um território imperial maior que qualquer outro sistema de Estado singular — jamais havido antes ou depois. A natureza destes impérios, entretanto, condenava-os a uma vida curta. Invariavelmente estavam construídos sobre tributos elementares — a extorsão direta de tesouro e mão-de-obra das sociedades conquistadas e submetidas, que em geral eram socialmente mais adiantadas que a sociedade nômade dominadora e que, aliás, não se esforçava por modificar. O saque de dinheiro era o objetivo principal daquilo que o historiador romeno Iorga chamava de "Estados predadores":[14] o sistema de impostos era planejado apenas para sustentar as tropas nômades ocupantes e proporcionar uma pródiga renda para a nova aristocracia da estepe no comando do Estado tributário. Em segundo lugar, as sociedades submetidas muitas vezes eram obrigadas a fornecer homens para um sistema militar nômade grandemente expandido e também artesãos, para uma capital política nômade a ser construída.[15] O recolhimento dos impostos; o controle das estradas comerciais; a reunião dos recrutas; a deportação de artífices: as operações administrativas dos Estados nômades estavam essencialmente limitados a esses aspectos. Assim, eles eram construtores puramente parasitários, sem raízes no sistema de produção, graças ao qual se alimentavam. O Estado tributário apenas retirava um excedente exorbitante do sistema de distribuição existente, sem alterar substancialmente a economia e sociedade submissas, a não ser quando bloqueava ou impedia seu desenvolvimento. A própria sociedade nômade passou por mudanças drásticas e rápidas com o estabelecimento desses impérios.

---

[9] Ver a excelente análise de Tolybekov, "O Patriarkhal'no-Feodal'nykh Otnosheniyakh", pp. 78-79.

[10] M. M. Efendiev, A. I. Pershits, "O Sushchnosti Patriarkhal'no-Feodal'nykh Otnoshenii u Kochevikov-Skotorodov", *Voprosy Istorii*, nov. 1955, nº 11, pp. 65, 71-72; Lattimore, *Inner Asian Frontiers of China*, pp. 332-335.

[11] O estudo mais inteligente sobre este processo é o de E. A. Thompson, *A History of Attila and the Huns*, Oxford, 1948, que traça o desenvolvimento da maior invasão nômade da Europa.

[12] Marx comentou certa vez: "As correntes nômades foram as primeiras a desenvolver a forma do dinheiro, porque todos os seus bens mundanos consistiam em objetos móveis e portanto diretamente alienáveis; por causa de seu modo de vida, que os colocava continuadamente em contato com as comunidades estrangeiras, que requeriam a troca de produtos". *O Capital*, vol. I, p. 88. Naturalmente, ele estava errado ao acreditar que as formações sociais nômades tenham sido as primeiras a inventar o dinheiro.

[13] Vladimirtsov, *Obshchestvennyi Stroi Mongolov*, p. 85. Esta fase também produziu, no caso mongol, um paralelo realmente próximo ao fenômeno do séquito nas formações sociais pré-feudais — grupos anticlã de guerreiros livres ou *nokod*, a serviço de líderes tribais. Vladimirtsov, *op. cit.*, pp. 87-96.

[14] Ver N. Iorga, "L'Interpretation de l'Orient et de l'Occident au Moyen Age", *Bulletin de la Section Historique*, XV (1929), Academia Romana, p. 16. Iorga foi um dos primeiros historiadores europeus a compreender a importância e especificidade destes Estados para a história das regiões orientais do continente; historiadores rumenos mais tarde foram gratos a ele.

[15] Ver as descrições em G. Vernadsky, *The Mongols and Russia*, Yale, 1953, pp. 118, 213, 339-341. Os exércitos mongóis também alistavam artesãos em seu corpo de engenheiros.

A conquista militar e a exploração fiscal inevitavelmente estratificaram de modo marcante as comunidades de clã originais; a passagem de uma confederação tribal a um Estado tributário automaticamente gerou uma dinastia de príncipes e uma nobreza governante, separada dos nômades comuns organizados em exércitos regulares comandados por eles. Nos casos em que a base territorial de origem do nomadismo estivesse preservada, a criação de exércitos de campo permanentes dividia verticalmente a sociedade nômade; uma grande parte desta doravante estava separada de sua pátria pastoril, para cumprir o dever privilegiado como tropas de ocupação nos territórios conquistados no exterior, onde as riquezas eram maiores. E, assim, tendiam a se tornar progressivamente sedentarizadas e assimiladas às sociedades mais desenvolvidas ou mais numerosas sob seu controle. O resultado final podia ser uma completa desnomadização do exército e da administração ocupantes e uma fusão étnica e religiosa com a classe governante local.[16] Em geral, o que acontecia a seguir era a desintegração social e política de todo o império, enquanto os ramos mais pobres e primitivos dos clãs nômades em casa separavam-se dos ramos privilegiados e desmoralizados lá fora. Nos casos em que todo um povo nômade migrava para uma nova terra para formar um império, reapareciam os mesmos dilemas: ou a nobreza nômade gradualmente abandonava por inteiro o pastoreio e se amalgamava à classe proprietária nativa, ou toda a comunidade permanecia semipastoril e sobreposta aos povos sujeitados, caso este em que a superioridade demográfica destes últimos poderia levar a uma revolta vitoriosa e à destruição dos conquistadores.[17] A camada numérica do controle nômade sobre populações conquistadas era sempre muito fina, devido à logística inerente ao próprio nomadismo: no último caso dos domínios de Gengis Khan, a proporção entre mongóis e povos tributários estava em 1:100.[18] Os impérios nômades, expedicionários ou migratórios, estavam destinados ao mesmo ciclo de expansão e desintegração, porque a transumância pastoril como modo de produção era estruturalmente incompatível com uma administração tributária estável como sistema político. Os governantes nômades ou deixavam de ser nômades ou de governar. A transumância pastoril podia, e realmente foi assim, existir numa precária simbiose com a agricultura sedentária nas áridas zonas de estepe, cada uma preservando seu próprio caráter e suas terras distintas, e cada uma dependendo da outra em limitada troca de produtos. Mas ela nunca chegaria a formar uma *síntese* com a última, quando os clãs pastoris estabelecessem um Estado predador sobre as populações agrárias em seu próprio território.[19] Jamais surgiram novas formas sociais ou econômicas. O modo de produção nômade permaneceu um beco sem saída histórico.

Se esse era o curso típico de um completo ciclo de conquista nômade, havia, no entanto, algumas variações importantes no padrão comum dos específicos povos pastoris que desceram à Europa Oriental, desde o princípio da Idade das Trevas, os quais serão apontados brevemente. O ímã geográfico central para os exércitos de arqueiros montados, que sucessivamente percorreram o continente, era a planície da Panônia, na Hungria moderna. A região de Alföld que se estendia

---

(16) Lattimore, *Inner Asian Frontiers of China*, pp. 519-523, que enfoca principalmente o exemplo mongol. A assimilação cultural completa naturalmente não ocorreu entre os conquistadores mongóis ou manchus da China: uma identidade étnica isolada foi preservada em cada caso, até a derrota das respectivas dinastias criadas por eles.

(17) Thompson, *A History of Attila and the Huns*, pp. 177-183, descreve o caso huno. Todavia, Thompson equivocou-se ao supor que os hunos tenham abandonado a atividade pastoril depois de criar seu império panoniano pelo Danúbio. Sua existência foi muito breve para tanto. O estudioso húngaro Harmatta salientou que qualquer abandono rápido de criação de cavalos não teria solapado a base imediata do poder militar húngaro na Europa Central. J. Harmatta, "La Société des Huns à l'Époque d'Attila", *Recherches Internationales*, n.º 2, maio-jun. 1957, pp. 194, 230.

(18) Vernadsky, *The Mongols and Russia*, pp. 130-131.

(19) Brown comparou recentemente os respectivos destinos dos Impérios Romano e Chinês, confrontados com seus invasores bárbaros, condenando a rígida inabilidade dos primeiros para assimilar seus conquistadores germânicos e sobreviver a eles como uma civilização, em contraste com a capacidade elástica dos últimos de tolerar e absorver seus senhores mongóis: *Religion and Society in the Age of Saint Augustine*, pp. 56-57, *The World of Late Antiquity*, p. 125. Tal comparação é um paralogismo, que revela os limites da "psicologia histórica" que é sua marca distintiva, e também os méritos do fecundo trabalho de Brown. A diferença entre os dois resultados não era uma função das atitudes culturais subjetivas das clássicas civilizações romana e chinesa, mas a natureza material das formações sociais conflitantes, respectivamente, na Europa e na Ásia. O extensivo nomadismo no deserto jamais se poderia fundir com a agricultura intensiva irrigada do Estado imperial chinês, e toda a polaridade econômica e demográfica entre ambos era totalmente diferente da que originou a ascensão da síntese romano-germânica na Europa ocidental. As razões para a impossibilidade de qualquer síntese comparável estão expostas por Lattimore em *Inner Asian Frontiers of China*, pp. 512 e segs.

através do Danúbio e do Tisza — a *puszta* húngara — era a zona topográfica que na Europa mais se assemelhava em muitos pontos às estepes da Ásia Central: é uma savana sem árvores e plana, ideal para a criação de cavalos até os dias de hoje.[20] Além do mais, a *puszta* panoniana oferecia vantagens estratégicas naturais, por sua localização no centro da Europa; proporcionava uma base territorial de onde podiam ser realizados ataques radiais em qualquer direção ao resto do continente. Assim, os hunos estabeleceram ali seu império; os ávaros montaram seus acampamentos circulares na mesma região; os búlgaros a selecionaram como seu primeiro ponto de descanso; finalmente, os magiares fizeram ali sua moradia permanente; os petchenegues e os cúmanes procuraram nela abrigo final; e os mongóis, ao invadir a Europa, deram uma parada e invernaram ali também. Destes povos todos, só os nômades magiares se tornaram sedentários depois de sua derrota em Lechfeld em 955, estabelecendo-se em comunidade agrícola permanente na bacia do Danúbio. O império huno foi destruído sem deixar traços por uma revolta da população sujeitada — principalmente tribos germânicas — em Nedao, na metade do século V, e, realmente, os hunos desapareceram da História. O império ávaro foi derrotado pela população eslava tributária no século VII, não deixando vestígios étnicos atrás de si na Europa. Os búlgaros, outro povo turco-tártaro, foram expulsos da Panônia, mas instalaram um canato no sudoeste dos Bálcãs, cuja nobreza finalmente foi assimilada pela população submissa e terminou sendo eslavizada no século IX. Os petchenegues e os cúmanes, depois de dominarem as regiões do Sul da Ucrânia e da Romênia por dois séculos, foram dispersados nos séculos XI e XIII respectivamente pelos exércitos bizantino e mongol — seus remanescentes fugiram para a Hungria, onde a classe governante magiar os assimilou para reforçar sua separação étnica e cultural dos vizinhos eslavos. Os exércitos mongóis recuaram ao Gobi no século XIII, enfim, para participar das lutas dinásticas depois da morte de Gengis Khan; uma subseção turca das hostes mongóis — a Horda Dourada — cimentou um sistema de chefia suprema predatório na Rússia por 150 anos, antes de ser por sua vez destruída numa incursão de Tamerlão em seu domínio cáspio. A longevidade singular do poder da Horda Dourada deveu-se essencialmente a sua fortuna geográfica. A Rússia

era o país europeu mais próximo das estepes asiáticas e o único que poderia estar sujeito a uma dominância tributária pelos conquistadores nômades desde as margens do próprio território pastoril. A capital da Horda Dourada próxima ao Cáspio foi instalada para intervenção militar e controle dentro da Rússia agrícola, embora permanecendo no interior de estepes — evitando por isto os dilemas tanto da superimposição direta ou o da ocupação a distância do país conquistado.

O impacto destes sucessivos assaltos nômades à Europa Oriental foi naturalmente desigual. O efeito geral, é claro, foi retardar e impedir o desenvolvimento nativo de forças de produção e dos sistemas de Estado no Oriente. Assim, o império ávaro oprimiu e manipulou as grandes migrações eslavas do século VI, de maneira que nenhuma forma política comensurável surgiu de seus avanços territoriais — em contraste com a formação de Estados na época das migrações germânicas no Ocidente. O primeiro Estado eslavo autônomo, a obscura Grande Morávia do século IX, foi demolido pelos magiares. A maior ordem política do início da Idade Média oriental, a Rússia de Kiev, foi primeiro enfraquecida crucialmente por ataques petchenegues e cúmanes a seus flancos, e depois completamente destruída pelos mongóis. Em comparação, a Polônia e a Hungria ficaram apenas contundidas pela invasão mongol; as derrotas de Legnitsa e Sajo terminaram com a unificação pelos Piasts no espaço de uma geração e provocaram, com a segunda, a ruptura da dinastia Arpad — deixando os dois países em desordem e confusão. O Estado búlgaro revigorado — de há muito uma forma de governo eslavizada — foi levado a um brusco fim pela retirada mongol através dele. De certa maneira, a região mais afetada de todas foi a da moderna Romênia, que estava tão continuamente sujeita à depredação e ao domínio nômade que nenhum sistema de Estado nativo pôde surgir antes da expulsão dos cúmanes no século XIII; toda sua história depois da retirada romana da Dácia no século III permanece, como conseqüência, envolta na escuridão. A cortina nômade foi um pano de fundo recorrente na formação do Oriente medieval.

---

(20) As peculiaridades sociológicas desta região, algumas das quais duraram até este século, aparecem muito claramente em A. N. J. Den Hollander, "The Great Hungarian Plain. A European Frontier Area", *Comparative Studies in Society and History*, III, 1960-1961, pp. 74-88, 155-169.

O padrão do desenvolvimento

Agora podemos considerar a evolução interna das formações sociais do Leste europeu neste contexto histórico geral. Marx uma vez escreveu, numa carta a Engels em que discutia o desenvolvimento polonês: "Aqui pode-se mostrar que a servidão tenha surgido de maneira simplesmente econômica, sem o passo intermediário da conquista e sem o dualismo étnico".[1] Esta fórmula indica com bastante precisão a natureza do problema colocado pelo aparecimento do feudalismo a leste do Elba. Como já vimos, ele foi caracterizado fundamentalmente pela ausência da Antiguidade, com a civilização urbana e o modo de produção escravo. Entretanto, falar de uma senda puramente econômica do feudalismo na Europa Oriental é uma redução que negligencia o fato de as terras orientais se tornarem justamente aquela parte do continente que veio a ser a *Europa* e por isto não poderem mais escapar a alguns determinantes gerais — estruturais e superestruturais — do modo de produção feudal que havia surgido no Ocidente. O modelo inicial das comunidades agrícolas eslavas, que ocuparam a maior parte da porção oriental do continente acima do Danúbio, já foi indicado. Alguns séculos depois das migrações, elas ainda permaneciam amorfas e primitivas, com seu desenvolvimento não se beneficiando de qualquer contato com formas urbanas ou imperiais, e não havendo nenhuma fusão com tais formas, dada a ausência de algum legado da

---

[1] Marx-Engels; *Selected Correspondence*, Londres, 1965, p. 95.

Antiguidade clássica. A tribo e o clã permaneceram as unidades básicas de organização social por muito tempo; o paganismo ancestral não se alterou; as técnicas agrícolas eram rudimentares, com a predominância do cultivo por queimadas por entre os ermos arbóreos das planuras orientais até o século VIII; não tinha havido registro de nenhum Estado nativo como os dos marcomanos e quados, que tiveram breve existência ao longo dos *limes* romanos. Entretanto, a diferenciação e a estratificação social e política prosseguiam, gradualmente. A lenta transição à lavoura arável regular aumentava o excedente disponível para a completa cristalização de uma nobreza guerreira, divorciada da produção econômica. As aristocracias de clãs consolidaram sua dominância, adquirindo maiores posses de terras e usando cativos de guerra para seu cultivo; um pequeno campesinato com suas propriedades individuais às vezes detinha instituições populares de assembléia e justiça, mas estava sujeito ao poder dos nobres. Surgiam príncipes e chefes que reuniram os seus partidários nessas escoltas armadas que já conhecemos, núcleo de uma classe dirigente estabilizada. A maturação desta hierarquia social e política foi logo acompanhada por uma impressionante multiplicação de cidades modestas nos séculos IX e X — fenômeno comum à Rússia, Polônia e Boêmia. No início, pelo menos na Polônia, eram centros tribais fortificados, dominados por castelos locais.[2] Tornaram-se naturalmente o foco dos negócios e ofícios regionais, e na Rússia — onde menos se conhece sobre sua organização política — revelaram uma divisão de trabalho urbana relativamente adiantada. Os escandinavos, ao chegar à Rússia, chamaram-na *Gardariki* — a terra das cidades, por causa dos muitos centros comerciais que lá havia. O surgimento destes *grody* poloneses e dos *goroda* russos foi talvez o desenvolvimento mais significativo nas terras eslavas deste período, devido à completa ausência anterior de uma urbanização no Oriente. Foi o ponto mais remoto da evolução social endógena na Europa Oriental na Idade das Trevas.

O desenvolvimento político posterior de toda a região agora ficaria sob crítica influência exógena. A ascensão do feudalismo europeu ocidental e o impacto do expansionismo escandinavo recaíram bem além do Elba. Doravante a proximidade continental a sistemas sociais e econômicos mais adiantados e vizinhos deverá ser considerada sempre, na avaliação do curso dos acontecimentos na própria Europa Oriental. A profunda influência que estes, de diversas maneiras, exerceram sobre as estruturas políticas e os sistemas de Estado do Leste medieval pode ser verificada pela consistência da evidência filológica.[3] Todas as palavras-chaves eslavas usadas para designar os mais altos postos políticos e de autoridade neste período — o vocabulário mesmo da própria superestrutura de Estado — derivam de termos germanos, romanos e turanianos. O russo *tsar* — "imperador" — é emprestado do *césar* romano. O polonês *krol*, eslavo do sul *kral* — "rei" — é tomado do epônimo do próprio Carlos Magno, *Carolus Magnus*. O russo *knyaz* — "príncipe" — deriva do velho alemão *kuning-az*, e *druzhina* (em polonês *druźyna*) — "séquito" — virá talvez do *dringan* gótico. O russo e eslavo do sul *boyar* — "nobre" (boiardo) — é uma palavra turaniana, adotada da aristocracia nômade das estepes, designando primeiro a classe governante búlgara. O tcheco *rytiry* — "cavaleiro" — é o alemão *reiter*. As palavras polonesa e tcheca para "feudo" — *łan* e *lan* — são também simples transcrições do alemão *lehen*.[4] Esta maciça predominância de termos estrangeiros (quase sempre ocidentais — alemães ou latinos) conta sua própria história. Inversamente, é significativo que a palavra eslava, talvez a mais importante na esfera da superestrutura — a russa *voevoda* ou a polonesa *wojewoda* — signifique apenas "aquele que lidera os guerreiros": o chefe militar tribal da fase de início de desenvolvimento social descrita por Tácito. Este termo sobreviveu para se tornar um título formal na Idade Média (equivocadamente passado ao inglês como "palatino"). Fora isso, o vocabulário dos altos graus políticos foi quase todo emprestado do estrangeiro.

---

[2] Henryk Lowmianowski, "La Génèse des États Slaves et ses Bases Sociales et Économiques", *La Pologne au X^{e} Congrès International des Sciences Historiques à Rome*, Varsóvia, 1955, pp. 29-53 — um resumo dos pontos de vista aqui apresentados sobre o desenvolvimento eslavo inicial.

Houve ainda um segundo catalisador externo na formação das estruturas de Estado no Oriente. Este foi a Igreja Cristã. Assim como a transição das comunidades tribais a formas de governo territorial era invariavelmente seguida pela conversão religiosa na época das colonizações germânicas no Ocidente, no Oriente ocorreu o mesmo — a fundação de Estados geridos por príncipes coincidia com a adoção do cristianismo. Como já tivemos oportunidade de verificar, o abandono do paganismo tribal normalmente era uma precondição para a substituição dos princípios de clã de organização social e para o estabelecimento de autoridade e hierarquia políticas centralizadas. O trabalho profícuo de emissários da Igreja vinda de fora — católica ou ortodoxa — era um componente essencial ao processo de formação do Estado na Europa Oriental. O principado da Boêmia foi fundado pela dinastia Premyslid, quando seu primeiro soberano, Vaclav, que governou de 915 a 929, se tornou um ardoroso cristão. O primeiro Estado polonês unitário foi criado quando o potentado Piast Mieszko I adotou simultaneamente a fé católica e o título ducal em 966. O reino varegue na Rússia de Kiev atingiu sua forma completa quando o príncipe rurik Vladimir aceitou o batismo ortodoxo em 988, de maneira a obter um casamento imperial com a irmã do imperador bizantino Basílio II. Os nômades húngaros já estavam similarmente sedentarizados e organizados num Estado real, com a conversão do primeiro governante arpad, Estêvão, o qual — como Mieszko — recebeu, de Roma, credo (em 966-967) e monarquia (1000), uma coisa pela outra. Em todos estes casos, a adoção do cristianismo pelos príncipes era seguida de uma cristianização oficial de seus súditos: era um ato inaugural de Estado. Em muitos casos, mais tarde explodiu uma reação popular pagã, na Polônia, Hungria e Rússia, misturando protestos religiosos e sociais contra a nova ordem.

A inovação religiosa era um passo mais fácil na consolidação dos Estados reais que a passagem de uma nobreza foreira à proprietária. Vimos que o surgimento de um sistema de séquito assinala uma ruptura marcante com laços de parentesco como princípio básico de organização social; o séquito representa o limiar da transição de uma aristocracia tribal a uma feudal. Uma vez formado o séquito do príncipe — um grupo híbrido de nobres que constituía o séquito militar pessoal cercando o governante, que é sustentado economicamente por seus negócios domésticos e por sua parte no saque de guerra em troca de serviço leal em combate e na administração —, geralmente esse

(3) Hoje, esta evidência é ignorada muitas vezes por uma convenção polida, por causa do chauvinismo alemão que reivindica haver demonstrado que as primitivas sociedades eslavas fossem incapazes de formação de um Estado nativo, o que levou historiadores do Leste europeu a negá-lo ou minimizar a questão. Os ecos destas controvérsias ainda não estão silenciados de maneira alguma, como se pode verificar consultando F. Graus, "Deutsche und Slawische Verfassungsgeschichte", *Historische Zeitschrift*, CXLVIII, 1963, pp. 265-317. As preocupações que as inspiram, naturalmente, são inteiramente estranhas ao materialismo histórico. Afirmar a verdade óbvia de que as formações sociais eslavas fossem em geral mais primitivas que suas homólogas germânicas no início da Idade Média, e que fossem politicamente provindas destas, é não endossar nenhum dos dois grupos com quaisquer características "étnicas" inerentes, mas concordar que o primeiro tenha iniciado por uma trilha evolucional mais tardia comparável à do segundo grupo, por determinadas razões históricas, que por si de modo algum ditaram suas respectivas trajetórias posteriores, naturalmente marcadas por desenvolvimento irregular e introvertido. Seria desnecessário repetir estes truísmos.

(4) F. Dvornik, *The Slavs in European History and Civilization*, New Brunswick, 1962, pp. 121, 140; L. Musset, *Les Invasions. Le Second Assaut contre l'Europe Chrétienne*, p. 78; George Vernadsky, *Kievan Russia*, Yale, 1948, p. 178; K. Wuhrer, "Die Schwedischen Landschaftsreschte und Tacitus Germania", *Zeitschrift des Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte* (*Germanistische Abteilung*), LXXXIX, 1959, pp. 20-21.

grupo se torna o primeiro grande instrumento de governo. Ainda para a nobreza feudal propriamente dita desenvolver-se fora da dependência de cortejo militar, é necessário um passo mais crucial: sua territorialização como classe proprietária. Em outras palavras, um grupo compacto de guardas e guerreiros leais deve ser dispersado para se transformar em senhores feudais com propriedades nas províncias, mantidos como feudos em vassalagem a seu monarca. Esta passagem estrutural invariavelmente era muito problemática, já que a fase final do movimento sempre ameaçava cancelar os ganhos da primeira fase, produzindo uma nobreza local anárquica recalcitrante a qualquer autoridade real centralizada. O perigo então fatalmente procedia de uma desintegração do próprio Estado monárquico original, cuja unidade paradoxalmente era assegurada com menor dificuldade nos estágios menos adiantados do séquito real doméstico. A implantação de um sistema feudal estável e integrado, portanto, era um processo extremamente difícil. Surgira somente depois de séculos de tentativas confusas e incipientes no Ocidente, durante a Idade das Trevas, e foi consolidado finalmente por entre um colapso geral da autoridade real no século X — meio milênio depois das invasões germânicas. Assim, não é surpresa que no Leste também não tenha havido avanço linear desde os primeiros Estados dinásticos dos Premyslids, Piasts e Ruriks até os sistemas feudais prontos e acabados. Ao contrário, em cada caso — Boêmia, Polônia e Rússia — houve uma recaída eventual na confusão e desordem: uma regressão política em que o poder dos príncipes e a unidade territorial eram fragmentados ou eclipsados.[5] Encarada sob uma perspectiva comparativa, estas vicissitudes dos primeiros sistemas de Estado orientais estavam enraizadas nos problemas do forjamento de uma nobreza senhorial coesa dentro de uma forma de governo real unitária. Isto por sua vez pressupunha a criação de um campesinato servil, fixado à terra e que fornecesse o excedente para uma hierarquia feudal desenvolvida. Por definição, um sistema feudal não poderia surgir até que existisse a mão-de-obra servil para fornecer os produtores

---

(5) A experiência do Leste europeu é uma salutar advertência contra as inflamadas reivindicações que fazem historiadores locais para o Estado anglo-saxão na Inglaterra, que é muitas vezes apresentado como tendo realizado completamente uma vitoriosa transição ao feudalismo às vésperas da invasão normanda, por causa do caráter unitário de seu governo real. A Inglaterra anglo-saxônica, com seu relativo adiantamento, poderia muito bem ter em seguida entrado em colapso, afundando em desordem e regressão, como aconteceu com os primeiros Estados eslavos, dada a ausência comum de uma herança clássica. Foi a conquista normanda, produto da síntese greco-romana no Ocidente continental, o que realmente evitou o declínio.

imediatos para ele. No Ocidente, o aparecimento e a generalização da servidão ocorreram, mais uma vez durante o século X, depois de toda a experiência da Idade Média e do Império Carolíngio que a concluíra. A economia rural típica do prolongado tempo que ia do século V ao IX fora, como já vimos, muito misturada e fluida em seu caráter, onde coexistiam elementos escravos, pequenos proprietários, rendeiros livres e camponeses dependentes. No Oriente, não houve um modo de produção escravo anterior, de maneira que o ponto de partida para qualquer evolução em direção à servidão foi necessariamente diferente e mais rude. Mas aí também, a sociedade rural na primeira época depois que foram estabelecidos os sistemas de Estado foi heterogênea e de transição em toda parte: o grosso do campesianto ainda não tinha experimentado a servidão. O feudalismo oriental só nasceu depois de um necessário período de trabalho de pasto.

Se este foi o modelo geral de início do desenvolvimento no Oriente, havia naturalmente variações importantes na trajetória econômica, política e cultural das diferentes regiões incluídas, que devem ser notadas. A Rússia representa o caso mais interessante e mais complexo, porque ali pareceu ocorrer uma espécie de sombra bruxuleante "oriental" da síntese que ocorreu no Ocidente. O primeiro Estado russo foi criado no fim do século IX e início do século X por negociantes e piratas suecos navegando pelas rotas fluviais abaixo, a partir da Escandinávia.[6] Encontraram ali uma sociedade que já havia produzido muitas cidades locais nas florestas, mas sem unidade ou forma de governo local. Os mercadores e soldados varegues que chegaram até lá logo estabeleceram uma supremacia política sobre esses centros urbanos, unindo os caminhos fluviais do Volkhov e do Volga para criar uma zona única de trânsito econômico do Báltico ao Mar Negro, e fundando um Estado cujo eixo de autoridade política ia de Novgorod a Kiev ao longo deste caminho fluvial. O Estado varegue centrado em Kiev tinha caráter comercial, como já vimos: estava localizado de maneira a controlar as rotas comerciais entre a Escandinávia e o Mar Negro, e seu principal tráfico de exportação era o de escravos — destinados aos mundos muçulmano e bizantino. Fora formado um entreposto de escravos no Sul da Rússia, cuja zona de captura era todo o Leste eslavo e

---

(6) O sentimento nacional russo tem levado muitas vezes, nos séculos XIX e XX, a negações das origens escandinavas do Estado kieviano (ou, ainda, até à derivação da própria palavra *rus*). O anacronismo de tal historiografia patriótica não necessita de demonstração aqui: tem seu equivalente nos mitos ingleses da continuidade a que já aludimos antes.

que servia às terras mediterrânea e persa, conquistadas pelos árabes, e também o Império grego. O Estado Khazar mais a leste, que havia dominado anteriormente o lucrativo comércio exportador para a Pérsia, foi eliminado, e assim os varegues ganharam também o acesso direto às rotas do Cáspio.[7] Estas operações comerciais maiores do Estado kieviano ajudaram a dar à Europa sua primeira e nova palavra, que veio para ficar, para designar os escravos: *sclavus* aparece pela primeira vez no século X. Os comerciantes varegues também despachavam para fora a cera, peles e mel — daí em diante os principais gêneros de exportação russa pela Idade Média —, embora fossem artigos secundários. O desenvolvimento urbano de Kiev, que a destacou de qualquer outro centro na Europa Oriental, estava baseado essencialmente num comércio que agora representava um crescente anacronismo na economia ocidental.

Entretanto, se os governantes nórdicos de Kiev proporcionaram o impulso político inicial e a experiência comercial para o primeiro Estado russo, foi um contato diplomático e cultural próximo, do outro lado do Mar Negro onde estava Bizâncio, o que mais contribuiu para a relativa sofisticação superestrutural da Rússia de Kiev. Aqui está muito evidente um limitado paralelismo com o impacto do Império Romano sobre o Ocidente germânico. Em particular, a linguagem escrita e a religião — os dois componentes básicos de qualquer sistema ideológico na época — eram importados de Bizâncio. Os primeiros príncipes varegues em Kiev haviam concebido sua capital como base para expedições piratas contra Bizâncio ou a Pérsia, mas especialmente contra o primeiro — uma presa atraente para a pilhagem. Seus ataques foram repelidos duas vezes, em 860 e 941; pouco despois, Vladimir, o primeiro soberano varegue a usar um nome eslavo, adotou o cristianismo. Os alfabetos glagolítico e cirílico haviam sido criados por padres gregos especialmente para as línguas dos povos eslavos — e foram a causa de sua conversão à fé ortodoxa. A Rússia kieviana agora adotava credo e escrita e, com ambos, a instituição bizantina de uma Igreja de Estado. Sacerdotes gregos foram enviados com presteza à Ucrânia para equipar uma hierarquia eclesiástica que gradualmente se tornou tão eslavizada quanto seriam a casa governante e seus detentores. Esta Igreja mais tarde seria o meio para um transplante ideológico da tradi-

---

[7] Em Musset, *Les Invasions. Le Second Assaut*, pp. 99-106, 261-266, há uma discussão equilibrada sobre a natureza do papel dos varegues na Rússia. Pode-se notar que a palavra eslava para cidade, *gorod*, é finalmente o mesmo que o termo *gardr* na antiga-língua nórdica, mas não é certo se a primeira derivou da última: Foote e Wilson, *The Viking Achievement*, p. 221.

ção imperial autocrática do Império Oriental, mesmo depois do subseqüente desaparecimento deste último. A influência administrativa e cultural de Bizâncio pareceu então permitir uma precária síntese russa no Leste, que poderia ser comparada à síntese franca no Ocidente, tanto em suas prematuras realizações como em sua inevitável queda, seguida de caos e regressão.[8] Mas os limites de tal comparação estão evidentes. Não havia um solo territorial comum de Kiev a Bizâncio que pudesse ter sido o solo de uma fusão real. O Império grego, que por si agora estava distante de seu predecessor romano, só podia transmitir impulsos parciais e distanciados através do Euxino. É natural que nenhuma hierarquia feudal, como gerou o Império Carolíngio, tenha aparecido na Rússia durante este período. É antes a natureza heteróclita e amorfa da sociedade e da economia kieviana que impressionam. Uma classe dominante de príncipes e boiardos, derivados da *druzhina* varegue, recolhia tributos e controlava o comércio nas cidades, onde tipicamente subsistiam os conselhos oligarcas ou *vechya*, remanescentes das antigas assembléia populares. Os boiardos possuíam grandes propriedades com uma força de trabalho mista, composta de escravos, peões *zakupy* ou camponeses em servidão por débito, e ainda contratavam mão-de-obra. Lado a lado com estas propriedades, existia um considerável campesinato livre organizado em comunas aldeãs.[9]

O Estado kieviano atingiu o auge de seu poder sob o governo de Iaroslav no século XI (1015-1036), o último de seus príncipes com ambições varegues e conexões eslavas: foi em seu reinado que foram lançadas as aventuras externas finais do Estado kieviano, um ataque militar a Bizâncio e uma expedição à Ásia Central. A partir da metade do século XI, a dinastia Rurik e sua nobreza já estavam completamente russificadas. Logo estavam cortadas as grandes rotas comerciais para o sul — primeiro, com a ocupação cúmane do Sul da Ucrânia e, depois, com as cruzadas. As cidades italianas agora tomavam conta dos comércios islâmico e bizantino. Outrora entreposto econômico de Bizâncio, Kiev declinava junto com as metrópoles gregas no sul. O resultado deste isolamento foi uma notável mudança de rumo na evolução da formação social de Kiev. A contração dos negócios foi acompanhada inevitavelmente por uma deterioração das cidades e por uma intensificação da importância dos proprietários rurais locais. Desprovidos das rendas do comércio de escravos, a classe boiarda voltava-se para dentro para compensar-se com o aumento de seus domínios e do excedente agrícola.[10] Em conseqüência, houve uma pressão econômica notável sobre o campesinato, que agora começava a declinar em direção à servidão. Simultaneamente, a unidade política do Estado kieviano começou a romper-se em principados subordinados que se batiam entre si, enquanto a Casa de Rurik desintegrava-se em lutas dinásticas. O provincialismo senhorial se desenvolvia com a crescente degradação do campesinato.

---

[8] Marx reuniu os Impérios carolíngios e varegue em *The Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century*, Londres, 1969, p. 109. Mas este é um trabalho de fabulação fóbica, certamente a pior peça de escrito histórico jamais composta por Marx; contém uma imensidão de erros. Quando foi republicado pela primeira vez na virada do século, Ryazanov, como estudioso de Marx, escreveu uma sóbria crítica a respeito: "Karl Marx über den Vorsprung der Vorherrschaft Russlands in Europa", *Die Neue Zeit* (*Ergänzungshefte*, nº 5), 5.3.1909, pp. 1-64. O editor contemporâneo do texto deixou de indicar uma distância mínima em relação a ele.

[9] Uma compreensiva descrição da estrutura social kieviana poderá ser encontrada em Vernadsky, *Kievan Russia*, pp. 131-172; mas ela está arruinada pela crença de Vernadsky de que "capitalismo" e "democracia" estavam em algum sentido latentes no sistema comercial e nos conselhos sobreviventes do Estado kieviano, equívocos de categoria fantasiosa herdados de Rostovtsev.

O curso do desenvolvimento nas terras tchecas ou polonesas era naturalmente afetado na maior parte antes pela influência germânica que pela escandinava ou bizantina; dentro deste meio ambiente mais ocidentalizado, entretanto, pode-se discernir uma evolução comparável. As formações sociais iniciais daquelas regiões não eram diferentes da Rússia kieviana primitiva, mas sem o abundante comércio extensivo que foi a base de seu excepcional crescimento urbano. Assim, as aristocracias locais dominavam uma mistura de produtores imediatos — que incluíam pequenos proprietários, escravos e peões — no Oriente, de maneira muito ampla; isto era um reflexo da transição de estruturas sociais simples, cujos guerreiros do clã haviam usado escravos prisioneiros no cultivo de suas terras, à falta de um campesianto dependente, caminhando em direção a um sistema de Estado diferenciado, com a crescente subordinação de toda a força de mão-de-obra rural, através de mecanismos de dívidas camponesas ou de práticas de recomendação. Na Polônia, Silésia, Boêmia ou Morávia, as técnicas agrícolas muitas vezes permaneciam extremamente primitivas, com o cultivo por queimadas e com as pastagens de campo ainda praticadas por uma população heterogênea de livres proprietários, rendeiros e escravos. A primeira estrutura política a surgir foi um Estado boêmio um tanto fantástico no início do século VII, estabelecido pelo mercador comerciante franco Samo, que liderou a revolta eslava local, derrubando o império ávaro na Europa Central. O Estado de Samo, que possivelmente era um reino controlador do comércio, como o dos primitivos varegues na Rússia, não conseguiu converter a população local e não durou muito tempo.[11] Duzentos anos depois, uma estrutura mais sólida surgiu mais a oriente — o Grande Estado da Morávia do século IX.

Este principado repousava sobre muitos castelos e fortificações aristocráticas, e foi um poder importante nos confins do Império Carolíngio, cuja aliança diplomática era buscada por Bizâncio contra a expansão franca. Foi ali que os irmãos ortodoxos Cirilo e Metódio foram enviados ao governante, Rastislav, na missão de instrução e conversão para a qual haviam criado o alfabeto eslavônico. Seus esforços foram ultrapassados finalmente pelos padres católicos de Roma. As terras tchecas, entretanto, se tornaram o primeiro ponto avançado da conversão cristã no Leste, antes que o Estado morávio fosse subjugado por uma invasão magiar no início do século X. Foi na Boêmia, menos gravemente danificada pela devastação nômade, que doravante ocorreu gradualmente uma recuperação política. Pelo início do século XI, um Estado tcheco aparecera novamente — desta vez, com uma estrutura social mais adiantada que incluía uma versão primitiva de um sistema feudal. O renascimento otoniano conduzira a um aumento crescente na pressão germânica nos mercados orientais do Império. O desenvolvimento político da Boêmia daí em diante esteve sempre sujeito ao impacto contraditório da intervenção e influência germânica nas terras tchecas. Por um lado, isto acelerou a formação de instituições feudais (por imitação) e estimulou a fixação da nobreza eslava em seu próprio Estado natal, simbolizado pelo ardente culto a seu patrono e santo, Venceslau.[12] Pelo outro lado, impediu a consolidação de uma monarquia estável — pois os imperadores germânicos desde Oto I reivindicavam a Boêmia como um feudo do Império, o que exacerbou as rivalidades dinásticas na aristocracia tcheca. O Estado unitário boêmio logo estava comprometido por uma longa e debilitante luta entre as famílias Premyslid e Slavnikovic pelo poder político, que mergulhou o país em repetidas guerras civis.[13] Pelo final do século XII, os feudos

---

(10) K. R. Schmidt, "The Social Structure of Russia in the Early Middle Ages", *XI^e Congrès International des Sciences Historiques*, Uppsala, 1960, Rapports III, p. 32. Schmidt discute ênfases historiográficas rivais na riqueza agrícola ou comercial das classes governantes de Kiev, de Kliuchevsky em diante.

(11) G. Vernadsky, "The Beginnings of the Czech State", *Byzantion*, 1944-1945, XVII, pp. 315-328, argumenta — contra toda evidência — que Samo era um mercador eslavo "dedicado à idéia de uma cooperação intereslávica", missão improvável que é mais um exemplo dos danos causados pelo nacionalismo no campo da historiografia medieval.

(12) F. Graus, "Origines de l'Etat et de la Noblesse en Moravie et en Bohème", *Revue des Études Slaves*, vol. 39, 1961, pp. 43-58.

(13) F. Dvornik, *The Slaves. Their Early History and Civilization*, pp. 115, 300.

boêmios tornaram-se hereditários e o campesinato ficou cada vez mais sujeito às obrigações senhoriais, enquanto uma aristocracia de província se enraizava no campo. Pelo mesmo processo, o poder político central foi enfraquecido e comprometido, enquanto a Boêmia regredia em disputa e divisões entre os príncipes.

Na Polônia, a organização tribal e de clã durou mais tempo: pelo século IX existia uma vaga confederação regional dos poloneses, com o centro em Gniezno. Foi somente com a coroação de Mieszko I, líder piast, no final do século X, que se formou o primeiro Estado unitário polonês. Mieszko adotou o cristianismo em 966 e o impôs em seus domínios — como a religião organizadora do novo sistema político.[14] O trabalho missionário na Polônia foi obra da Igreja Católica, que trouxe o latim, doravante língua literária oficial do país (indício da brusca mudança nos níveis social e cultural resultante do aparecimento do Estado piast, contrastando com a anterior e mais lenta evolução da Boêmia; a nobreza polonesa, realmente, iria usar o latim como língua escrita por muito tempo depois de haver caído em desuso no Ocidente pós-medieval). Mieszko foi confirmado em seu título ducal pelo Papado em troca de sua obediência religiosa. Seu ducado repousava num sistema de cortes bem integrado e amplo — uma *drużyna* de uns três mil nobres, que eram postados ao redor do governante, ou nas guarnições regionais de *grody* fortificadas com que o país estava coberto. A utilização destes partidários reais como comandantes de castelo representou um plano intermediário efetivo na passagem de uma aristocracia doméstica para uma aristocracia fundiária. O antigo Estado piast beneficiou-se do desenvolvimento urbano incipiente do século pagão anterior e obteve respeitáveis rendimentos dos centros comerciais locais. Boleslau I, filho de Mieszko, desenvolveu rapidamente o poder piast, expandindo geograficamente o reino polonês com a anexação da Silésia e marchando pela Ucrânia, reivindicando o título real. Mas aqui também a solidez e unidade política do Estado iniciante mostraram-se uma promessa decepcionante. A monarquia polonesa, como a boêmia, eram o alvo de constantes manobras diplomáticas e militares dos germanos. Imperadores alemães reclamavam a jurisdição imperial sobre as duas regiões, e finalmente tiveram êxito bloqueando a consolidação da autoridade real na Polônia, onde o título de monarca foi devolvido por Mieszko II, e reduzindo à condição de vassalagem a Boêmia, que se tornou um feudo

---

(14) Aleksander Gieysztor, "Recherches sur les Fondements de la Pologne Médiévale: État Actuel des Problèmes", *Acta Poloniae Historica*, IV, 1961, pp. 19-25.

forma do Império.[15] Além disto, a rapidez com que o Estado piast fora construído mostrou ser a causa de sua destruição interna. Em 1031 houve um violento levante social e religioso, combinando uma reação pagã contra a Igreja, uma revolta camponesa contra o aumento das pressões senhoriais e uma insurreição aristocrática contra o poder da dinastia governante. Os senhores poloneses expulsaram Mieszko II do país, e o dividiram em voivodatos provinciais. Seu filho Casimiro foi reposto no trono com a ajuda boêmia e kieviana, mas o Estado central daí por diante já estava gravemente enfraquecido. No século XII, a devolução pelos piasts do poder em forma de apanágios regionais também ajudou a destruí-lo. A Polônia agora se dividia em inúmeros ducados miúdos, a pequena propriedade camponesa decaía e as arrecadações prediais extorsivas se multiplicavam pelo interior. As terras clericais e nobres ainda englobavam apenas uns 45 por cento da população rural, mas a tendência já era clara.[16] Na Polônia, como em todos os lugares, a condição do campesinato nativo estava se deteriorando lentamente em direção à servidão por volta do século XII. Este foi um processo comum à Rússia, Livônia, Polônia, Boêmia, Hungria e Lituânia. Em geral, tomou a forma de uma firme expansão de grandes propriedades pelas aristocracias locais, um declínio no número de livres proprietários, um aumento nas propriedades camponesas e então uma gradual transformação dos arrendatários dependentes e dos cativos ou escravos por delito em uma única massa rural não-liberta, factualmente sob jurisdições senhoriais, embora ainda não formalmente servil.[17]

Entretanto, este processo deveria subitamente estacionar e inverter-se. Durante os séculos XII e XIII, como já vimos, o feudalismo ocidental se expandiu rapidamente para fora, da Espanha à Finlândia, da Irlanda à Grécia. Dois destes avanços foram especialmente importantes e duradouros — os realizados na Península Ibérica e no Leste transélbico. Mas, ao passo que a Reconquista na Espanha e em Portugal esmagou uma civilização adiantada ainda que decadente, trazendo consigo pouca ou nenhuma melhoria econômica imediata para as terras recentemente conquistadas (o grande dinamismo ultramarino de ambos ainda se localiza em um distante futuro), a colonização eminen-

---

(15) Para a forma germânica de governo neste período, ver especialmente F. Dvornik, *The Making of Central and Eastern Europe*, Londres, 1949, pp. 194-196, 217-235, e *The Slavs: Their Early History and Civilization*, pp. 275-292.

(16) H. Lowmianski, "Economic Problems of the Early Feudal Polish State", *Acta Poloniae Historica*, III, 1960, p. 30.

(17) Jerome Blum, "The Rise of Serfdom in Eastern Europe", *American Historical Review*, LXVII, nº 4, jul. 1957, pp. 812-815.

temente alemã do Leste desencadeou um crescimento dramático da produtividade nas terras por ela alcançadas. Variavam muito as formas desta colonização. Brandenburgo e a Pomerânia estavam ocupadas por senhores e príncipes das fronteiras setentrionais da Alemanha. A Prússia e a Livônia foram conquistadas por organizações militares das cruzadas, a Ordem Teutônica e os Cavaleiros da Espada. A Boêmia, a Silésia e, em certa extensão, a Transilvânia foram gradualmente povoadas com imigrantes do Ocidente que formaram cidades e aldeias, lado a lado com os habitantes eslavos, sem mudanças drásticas na situação política. A Polônia e a Lituânia, da mesma forma, receberam comunidades germânicas, principalmente de mercadores e artesãos. As tribos pagãs do Báltico — os pruzzi e outros — foram subjugadas *manu militari* pela Ordem Teutônica, e a chamada "Cruzada dos Wendes" foi lançada contra os eslavos obodritas entre o Elba e o Oder. Mas, à parte estes dois setores, o maior volume da colonização foi uma questão relativamente pacífica, que era muitas vezes encorajada pelas aristocracias eslavas locais, ansiosas por colonizar seus próprios espaços esparsamente povoados com uma força de trabalho nova e relativamente habilitada.[18]

As condições específicas dessa colonização determinaram seu impacto peculiar nas formações sociais do Leste. A terra era abundante, embora densamente revestida de florestas e de solo nem sempre de boa qualidade (o solo do litoral báltico era arenoso); a população, por outro lado, era escassa. Calcula-se que o total de habitantes da Europa Oriental, incluindo a Rússia, chegasse talvez a uns 13 milhões pelo início do século XIII, comparado a uns 35 milhões na Europa Ocidental, uma zona menor.[19] A mão-de-obra e o trabalho especializado tinham de ser transportados ao Ocidente em comboios organizados, de colonos recrutados das regiões mais densamente povoadas do Reno, Suábia, Francônia e Flandres. A necessidade era tão premente e os problemas na organização de seu deslocamento tão grandes, que os nobres e o clero que inspiravam o movimento a oriente deviam conceder aos camponeses e burgueses que se instalavam nas novas terras consideráveis direitos sociais. O campesinato mais hábil na Europa para o trabalho da construção de diques e drenagem, trabalho essencial para a recuperação de regiões não-cultivadas, era encontrado na Holanda, e fizeram-se esforços especiais para atraí-los ao Oriente. A Holanda do Norte, entretanto, era um canto da Europa que jamais conhecera um sistema senhorial propriamente dito e cujo campesinato já era muito mais livre das obrigações servis que o francês, o inglês ou o alemão no século XII. A lei flamenga portanto teve de ser aceita com eles, e logo exerceu uma influência geral no estatuto do campesinato colonial, que era predominantemente alemão e não havia conhecido tal liberdade em sua terra natal.[20] Desta maneira, no Oriente recém-colonizado, havia pouca jurisdição senhorial sobre o campesinato, que recebia terras hereditárias, vinculadas a um arrendamento em espécie, mas a poucos serviços de mão-de-obra; além do mais, os cultivadores podiam vender o usufruto de seus lotes e deixar os lugares em que se estabeleciam. As aldeias formavam comunidades rurais governadas por prefeitos hereditários (em geral, o organizador da emigração), e não por ordens senhoriais. Estas colônias mudaram rapidamente todo o modelo agrário do Elba ao Vístula, e mais além. Foram removidas florestas e introduzidos arados de ferro e o sistema de três campos alternados pela primeira vez: a agricultura de subsistência regrediu e o cultivo de cereais foi disseminado. Desenvolveu-se um considerável comércio de exportação de madeira. Sob o impacto deste processo, com a produção bem mais elevada e um maior excedente, a nobreza local e as ordens de cruzados foram aos poucos aceitando as normas da agricultura camponesa vindas do Ocidente. Assim, a condição do campesinato nativo na Polônia, Boêmia, Silésia, Pomerânia e outros lugares, que estivera mergulhado na servidão antes do começo da colonização germânica, registrava agora uma recuperação pela assimilação das condições de vida dos que chegavam; o campesinato da Prússia, inicialmente reduzido à servidão pela Ordem Teutônica, foi emancipado no decorrer do século seguinte. Surgiram aldeias autônomas com seus prefeitos e tribunais, a nobreza rural foi ampliada e a produção aumentou de maneira correspondente.

O aumento da produção de cereais e da derrubada de madeiras por sua vez estimularam um resultado ainda mais importante da colonização do Oriente: o crescimento das cidades e dos entrepostos de comércio ao longo da costa do Báltico no século XIII — Rostock, Dantzig, Wismar, Riga, Dorpat e Reval. Estes centros urbanos eram comunas independentes e turbulentas, com um próspero comércio exportador e animada vida política. Assim como a lei flamenga exercera uma in-

---

(18) A própria Ordem Teutônica foi convidada a entrar na Prússia pelo duque de Mazóvia, polonês, em 1228.

(19) Russell, *Late Ancient and Mediaeval Population*, p. 148.

(20) M. Postan, "Economic Relations between Eastern and Western Europe", em *Eastern and Western Europe during the Middle Ages*, Geoffrey Barraclough (ed.), Londres, 1970, p. 169.

fluência benéfica nas relações sociais na agricultura nativa, a lei germânica moldada na Carta de Magdeburgo exerceu influência análoga no estatuto das cidades tradicionais do Oriente. Na Polônia, em particular, as cidades que se tornavam abrigo de amplas colônias de mercadores e de artesãos alemães recebiam agora os Direitos de Magdeburgo: Poznan, Cracóvia e a recentemente fundada cidade de Varsóvia se beneficiaram deste processo.[21] Na Boêmia ocorreu uma rede mais densa de colonização urbana promovida pelos burgueses alemães, baseada na mineração e nas indústrias metalúrgicas da área, e com maior participação de artesãos e negociantes tchecos. Desta maneira, no século XIII, o Leste colonial era a sociedade fronteiriça ao feudalismo europeu, impressionante projeção de seu próprio dinamismo expansionista, que ao mesmo tempo tinha algumas vantagens sobre o sistema gerador, vantagens estas que as sociedades fronteiriças ao capitalismo europeu mais tarde teriam na América e na Oceania — maior igualdade e mobilidade. Carsten recapitula as características desta sociedade levada à plenitude: "O sistema senhorial com suas restrições à liberdade e sua jurisdição particular não havia sido transferido para o Leste — e nem a servidão o fora. A situação dos camponeses era bastante melhor que no Ocidente, e isto incluía a população nativa. As distinções de classe eram menos acentuadas no Leste, nobres mudavam-se para as cidades e tornavam-se burgueses, enquanto burgueses adquiriam propriedades e prefeitos de aldeia mantinham feudos. Toda a estrutura da sociedade, como se poderia esperar de uma área colonial, era muito mais livre e frouxa do que na Europa Ocidental. Parecia apenas uma questão de tempo para que o Leste já não fosse mais atrasado e se tornasse uma das regiões mais desenvolvidas da Europa. Realmente, isto já se aplicava às cidades hanseáticas ao longo da costa do Báltico, especialmente às cidades wendes e a Dantzig.[22]

A Rússia, que está além dos confins da penetração germânica, entretanto, teve uma evolução com alguns curiosos paralelos nestes séculos, embora em um ritmo diferente e num diferente contexto. Isto foi resultado da dissolução do Estado de Kiev nos séculos XII e XIII, sob a pressão dos reveses externos e das fraquezas internas. Como vimos, as cruzadas haviam cortado as rotas comerciais do Mar Negro a Constantinopla e ao mundo islâmico, nas quais se baseava tradicionalmente a prosperidade do comércio de Kiev. Do Leste, as incursões dos cúmanes eram uma ameaça constante e, em casa, o sistema do "seniorato" dos

---

(21) Roger Portal, *Les Slaves*, Paris, 1965, p. 75.

(22) F. L. Carsten, *The Origins of Prussia*, Oxford, 1954, p. 88.

príncipes levou a uma confusão de guerras civis e desordens.[23] A própria Kiev foi saqueada no meio do século XII pelo príncipe de Suzdal. E, então, setenta anos depois, aconteceu aí o violento choque da última grande invasão nômade, vinda da Ásia Central: toda a Rússia, fora o Noroeste, foi assolada e subjugada pelos mongóis, pouco depois da morte de Gengis Khan. Talvez um décimo da população tenha perecido neste desastre. Em conseqüência, houve uma definitiva mudança no eixo da civilização russa, da bacia de Kiev para as até então bastante despovoadas florestas virgens do triângulo Oka-Volga a nordeste, quase ao mesmo tempo em que havia uma ampliação da infiltração demográfica através do Elba.

Na recomposição gradual de uma formação social russa no nordeste, ocorreram muitos dos mesmos efeitos sociais que haviam marcado a zona do Báltico. A recuperação e colonização de imensos espaços despovoados detiveram a queda do campesinato russo em direção a uma dependência servil permanente, que estivera em andamento nos últimos séculos do Estado kieviano. Os príncipes eram obrigados a oferecer isenções de taxas, direitos comunais e mobilidade pessoal aos camponeses, para induzi-los a instalar-se nas terras recentemente desbravadas. Logo vieram nobres e monastérios, talvez com mais firme controle senhorial sobre as novas aldeias. A autoridade política se tornou ainda mais subdividida pelos senhores territoriais, enquanto os camponeses abaixo deles ganhavam maior liberdade.[24] Quanto maior a distância dos principais sítios de poder político na região central, mais alto era o grau de liberdade que o campesinato obtinha em seu caminho: caracteristicamente, ela era completa nas remotas florestas do norte, que as jurisdições senhoriais só alcançavam de maneira hesitante. Ao mesmo tempo, a mudança do eixo demográfico e econômico para o triângulo do Oka-Volga estimulou bastante as cidades comer-

---

(23) Dvornik oferece duas explanações contraditórias sobre o particularmente complicado sistema de apanágios de Kiev, que levou a estas desordens. Inicialmente atribui o sistema a uma instituição germano-escandinava, a *tanistry*, em que um governante era sucedido não por seu filho, mas pelo irmão mais moço, e este, por seu sobrinho mais velho — um sistema só encontrado na África vândala e nas colônias nórdicas da Escócia. Em outro local, entretanto, ele assimila o sistema à hierarquia do "seniorato" dos duques piasts, da Polônia, e aos sistemas de sucessão tchecos do século XII, e afirma ser um princípio eslavo o de que o país fosse patrimônio da casa governante, cujos membros coparticipariam do governo. Comparar: *The Slavs: Their Early History and Civilization*, p. 213, e *The Slavs in European History and Civilization*, pp. 120-121.

(24) Há uma boa análise sobre este desenvolvimento dualista no ensaio de Marc Szeftel, "Aspects of Russian Feudalism", em *Feudalism in History*, Rushton Coulborn (ed.), Princeton, 1956, pp. 169-173.

ciais de Novgorod e Pskov mais a noroeste, na zona intermediária entre a Rússia e a Livônia de colonização germânica. Doravante a Rússia Central proporcionava o abastecimento de cereais ao império comercial de Novgorod, com suas cobranças tributárias indo até as tribos subárticas ao norte e com seu eminente papel no comércio báltico. Embora governada por uma assembléia municipal, Novgorod não era na verdade uma comuna mercadora comparável às cidades alemãs da costa: o *veche* era dominado por boiardos fundiários muito diferentes dos burgueses hanseáticos. Contudo, a influência germânica era muito forte na cidade, que tinha uma grande comunidade mercantil estrangeira e um sistema corporativo de inspiração ocidental para seus artesãos — caso único nas cidades russas, antes ou depois. Novgorod assim proporcionava a ligação estratégica que unia a Rússia e as outras terras da Europa Oriental a um sistema econômico intercomunicante.

A crise no Leste

A crise do feudalismo europeu começou mais tarde no Leste e provavelmente foi ali mais reduzida em suas dimensões absolutas; na Rússia, verificou-se em uma seqüência de tempo distinta. No entanto, seu relativo impacto poderia ter sido ainda maior, pois abateu-se sobre uma estrutura social muito mais recente e mais frágil que a do Ocidente. O golpe foi mais difuso, mas a resistência a ele foi muito mais fraca. É preciso ter em mente estes dois aspectos contraditórios da crise geral do Leste europeu, pois é sua combinação que torna compreensível seu curso e seu resultado. Descrições convencionais tendem a deixar cair toda a depressão feudal dos séculos XIV e XV num colapso continental tido indevidamente como homogêneo. Ainda assim, em uma primeira instância, está claro que o mecanismo básico da crise feudal no Ocidente — um exagero e estagnação das forças de produção nos últimos limites das relações sociais de produção, levando a um colapso demográfico e uma recessão econômica — não teria repercussão no Oriente. Aqui, a implantação de novas técnicas agrícolas e a organização social eram ainda relativamente recentes, e não haviam de maneira alguma atingido os limites de expansão possíveis. O tipo de superpopulação que existia no Ocidente por volta de 1300 era desconhecido no Oriente. Grandes tratos de território cultivável ainda não haviam sido abertos ao longo do Vístula ou do Oder, quando as terras marginais já estavam diminuindo em redor do Reno, do Loire ou do Tâmisa. Assim, havia muito pouca probabilidade de uma repetição endógena simultânea da crise ocidental no Oriente. Realmente, por um período considerável no século XIV, a Polônia e a Boêmia pareciam ter atingido o seu apogeu político e cultural. A urbanização tcheca atingiu seu apogeu sob a dinastia de Luxemburgo, antes de sua queda em espiral com a Liga dos Barões e as guerras hussitas.[1] Em seu breve fulgor sob Carlos IV, a Boêmia foi a Borgonha do Leste europeu. A Polônia escapou à grande peste e foi vitoriosa na Guerra dos Treze Anos; Casimiro III era contemporâneo e par de Carlos IV; a casa dos Jaguelões uniu a Polônia à Lituânia para formar o maior Estado territorial no continente. Os governantes angevinos Carlos Roberto e Luís I organizaram também na Hungria uma poderosa monarquia feudal, cuja influência e prestígio eram consideráveis por toda a região, a qual, sob Luís, celebrou uma aliança pessoal com a Polônia. Esta vitalidade política, entretanto, já não podia mais opor-se à mudança de clima econômico que atingiu a Europa Oriental, atrasada em relação à que havia no Ocidente, mas visivelmente ligada a ela. A evidência deixa claro que pelo início do século XV havia uma depressão sincronizada nos dois lados da Europa.

Quais foram as verdadeiras razões para a crise no Oriente? Em primeiro lugar, naturalmente, no amplo âmbito de territórios afetados pela colonização germânica, houve uma repentina hesitação em relação ao impulso econômico e demográfico que ela transmitia. Uma vez que as terras que originaram o feudalismo no Ocidente foram apanhadas pela recessão numa vasta frente, sua projeção nas fronteiras do Leste estava correspondentemente enfraquecida. A intensidade da colonização agora enfraquecia e acabou desaparecendo. Pelo início do século XIV, já havia sinais inquietantes de aldeias desertas e campos abandonados em Brandenburgo e na Pomerânia. Em parte, isto se devia à migração mais para leste dos camponeses habituados à mobilidade. Estas mesmas mudanças indicavam um dos perigos de todo o processo de colonização. Exatamente porque a terra era abundante, ela podia ser explorada com brevidade e depois deixada para trás, tal como aconteceu em outras épocas e continentes, em que um processo semelhante viria a criar extensas bacias de pó. O solo arenoso do litoral báltico era particularmente propenso à exaustão, a menos que tratado cuidadosamente — assim, ali também a inundação e a erosão gradualmente se instalaram. Além do mais, a queda nos preços dos cereais no Ocidente, devido à abrupta precipitação na demanda, inevitavelmente afetou o Oriente, onde um modesto volume de exportação de cereais já havia começado. O índice dos preços de centeio em Königsberg, durante o século seguinte, refletiu muito de perto a queda dos preços do trigo registrada nas cidades do Ocidente.[2] Ao mesmo tempo, como já vimos, as condições que retardavam o progresso das técnicas de mineração afetaram os estoques de metais para cunhagem de dinheiro por todo o continente, embora as minas da Boêmia tenham sido menos afetadas que as saxônicas. A desvalorização da cunhagem de dinheiro e uma ligeira queda nos rendimentos senhoriais, agudamente sentidas em Brandenburgo, na Polônia e em todos os lugares, foram um efeito comum. O Oriente não foi poupado dos castigos concomitantes à grande crise no Ocidente, os terríveis efeitos da depressão que se tornaram a causa de sua reiteração. A peste, a escassez e as guerras varreram através das planícies européias pouco menos que em outras partes. Houve onze explosões maiores da peste na Prússia entre os anos 1340 e 1490.[3] Entre 1350 e 1450, a Rússia foi vinte vezes assolada pela peste:[4] o governante moscovita, Simeão, morreu devido a ela — junto com seu irmão e dois filhos, em 1353. A Polônia foi a única grande área da Europa que escapou à Peste Negra. A Boêmia não teve tanta sorte. As más colheitas de 1437-1439 na Prússia foram as piores do século. Conflitos militares assolavam todas as principais regiões do Leste. Os otomanos aniquilaram a Sérvia e a Bulgária no final do século XIV, submetendo-as a uma história local isolada da história de todo o resto da Europa. Mais de 150 campanhas foram empreendidas através da Rússia contra mongóis, lituanos, alemães, suecos e búlgaros. Contínuos ataques fronteiriços e feudais despovoaram as fronteiras entre Brandenburgo e a Pomerânia. As forças polonesas esmagaram a Ordem Teutônica em Grünewald em 1410, com um exército recrutado em toda a Europa Oriental, e invadiram a Prússia em 1414, 1420 e 1431-1433. Depois de duas décadas de uma paz latente, foi empreendido um conflito final e muito mais implacável em 1453: a Guerra dos Treze Anos, que abalou a Ordem Teutônica e arruinou completamente a Prússia Oriental por uma geração. O efeito desta luta feroz e prolongada foi um maciço despovoamento e o abandono de propriedades. As demoradas guerras hussitas do início do século XV na Boêmia tiveram o mesmo efeito, nivelando e triturando a economia rural enquanto exércitos rivais a cru-

---

(1) A prosperidade da Boêmia na época baseava-se na descoberta das minas de prata de Kutna Hora, que se tornaram o maior abastecedor europeu depois de 1300, depois da paralisação geral de empresas em todos os cantos: R. R. Betts, "The Social Revolution in Bohemia and Moravia in the Latter Middle Ages", *Past and Present*, nº 2, novembro de 1952, p. 31.

(2) Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe*, p. 139.

(3) Carsten, *The Origins of Prussia*, p. 103.

(4) Blum, *Lord and Peasant in Russia*, p. 60.

zavam em marchas e contramarchas. Nem foi este o drama supremo do final da Idade Média restringido apenas às terras tchecas. As hostes contratadas pelo imperador Sigismundo levantaram-se em toda a Europa para suprimir as Ligas Hussitas insurgentes, enquanto os exércitos taboritas de Procópio, o Calvo, estendiam a guerra contra o Império e a Igreja, adentrando a Áustria, Eslováquia, Saxônia, Silésia, Brandenburgo, Polônia e Prússia, com suas colunas itinerantes, e seus carros de guerra iam deixando uma trilha de destruição por todo o caminho até Leipzig, Nuremberg, Berlim e Dantzig.

Além disto, enquanto as revoltas sociais no Ocidente haviam se seguido a conflitos militares, ou surgiam separadas destes (como a Grande Jacquerie), no Leste as duas estavam inextricavelmente confundidas: as guerras maiores e as insurreições formavam um único processo. As duas grandes conflagrações no Báltico e na Boêmia foram também violentas guerras civis. Os camponeses em Ermland já se haviam rebelado durante uma pausa breve no conflito russo-polonês. Entretanto, a própria Guerra dos Cem Anos foi um selvagem levante social generalizado em que as cidades comerciais de Dantzig e Torun aliaram-se à pequena nobreza rural e aos cruéis mercenários livres numa revolta para derrubar a burocracia militar da Ordem Teutônica. No final do século XIV, a Boêmia já era cenário de turbulentos conflitos de barões durante o reinado de Venceslau IV, com bandos errantes de assassinos pagos perambulando pelo interior: foi nestas lutas ferozes que João Ziska, futuro comandante da causa hussita, teve seu treinamento militar, antes de servir num grupo que lutou pelo monarca polonês em Grünewald. E então, de 1419 a 1434, explodiram as guerras hussitas, acontecimento sem precedentes na história medieval, que fez com que burgueses, cavalheiros, artesãos e camponeses se confrontassem com os fundiários nobres, patrícios urbanos, a dinastia e tropas estrangeiras, numa extraordinária luta social e protonacional promovida sob os estandartes da religião.[5] Os artigos da comunidade de pobres rurais, que fundaram a cidade de Tabor nas colinas da Boêmia, talvez expressassem o mais profundo brado em prol de uma liberação impossível em toda a história do feudalismo europeu.[6] O milenarismo radical logo foi suprimido dentro do bloco hussita, mas a lealdade dos camponeses e artesãos, que proporcionavam soldados para a causa hussita, não vacilou para com seus líderes Ziska e Procópio. Somente 15 anos depois desta excepcional insurreição armada, que depôs um imperador, desafiou o papado e derrotou cinco cruzadas que a enfrentaram, é que ela finalmente foi sufocada e o campo ganhou novamente uma paz moribunda. As outras poderosas monarquias da Polônia, Boêmia e Hungria haviam-se desintegrado todas em desordens e usurpações promovidas pelos barões, com crescentes pressões senhoriais sobre o campesinato pelo início do século XV. Houve uma breve recuperação em conjunto dos três países pelo meio do século, com a ascensão de Jorge de Podebrody nas terras tchecas, Matias Corvinus na Hungria, e o reinado de Casimiro IV na Polônia — governantes competentes que por algum tempo restauraram a autoridade real, detendo a queda em direção à fragmentação nobiliárquica. Pelo final do século, os três reinos haviam recaído mais uma vez numa fragilidade comum. Agora seu declínio era irremediável. A monarquia foi posta em leilão na Polônia pelo *szlachta*, e na Boêmia e na Hungria foi anexada pelos Habsburgo. Nenhum Estado dinástico voltou jamais a ressurgir nesta zona.[7]

A Rússia, por outro lado, entrou em sua própria crise antes do resto do Oriente, com a desintegração do Estado kieviano e a conquista mongol, mas começou a recuperar-se antes também. A pior fase da época da "escassez monetária", quando a atividade econômica retraiu-se tanto que a cunhagem do dinheiro desapareceu inteiramente, havia terminado pela segunda metade do século XIV. Uma lenta e espasmódica reunião das terras da Rússia Central ocorria, primeiro sob a liderança de Suzdal e depois de Moscou, mesmo enquanto o jugo tributário mongol ainda prevalecia; apesar disto, esse êxito inicial não deve ser exagerado, pois ainda por mais um século os mongóis iriam mostrar-se capazes de infligir punição condigna à excessiva autonomia russa.

---

(5) Frederick Heymann, *John Ziska and the Hussite Revolution*, Princeton, 1965, é o melhor trabalho sobre as guerras hussitas em língua não-tcheca. É um estudo bem escrito, com o inconveniente de ser breve na análise social e que pára na morte de Ziska em 1424. Heymann enfatiza exatamente o caráter sem precedentes dos levantes hussitas, mas comete um anacronismo reivindicando ter sido o primeiro elo da grande cadeia de revolução modernas, antecedendo a holandesa, inglesa ou americana, pp. 477-479. Pertence claramente a outro gênero de série histórica. Josef Macek, *The Hussite Movement in Bohemia*, Praga, 1958, é uma exploração muito mais completa da composição de classe das forças contendoras, mas é basicamente apenas um resumo dos trabalhos mais eruditos e extensos do autor em tcheco.

(6) "Neste tempo, nenhum rei reinará e nenhum senhor governará sobre a terra, qualquer outro a fazer alguma coisa, porque todos devem ser iguais, irmãos e irmãs." Artigos taboritas quiliastas de 1420, em Macek, *The Hussite Movement in Bohemia*, p. 133.

(7) Para esse modelo, ver R. R. Betts, "Society in Central and Western Europe: Its Development towards the End of Middle Ages", *Essays in Czech History*, Londres, 1969, pp. 255-260: um dos mais importantes ensaios sobre a evolução agrícola da Europa Ocidental e Oriental da época.

Moscou foi espetacularmente saqueada em 1382, em desagravo à derrota mongol em Kulikov, dois anos antes. Além disto, os mongóis tornaram comum a deportação de artesãos em seu próprio benefício, enviando-os a seu acampamento asiático de Sarai-Baru, no Mar Cáspio; calcula-se que o número de cidades russas tenha caído à metade e a produção artesanal urbana tenha sido virtualmente eliminada por um certo período como resultado destas incursões.[8] As incessantes guerras civis entre os Estados, regidos por príncipes durante o processo gradual de reunificação (mais de 90 estão registrados entre 1228 e 1462), também deram sua contribuição à recessão agrícola e ao abandono de colônias: embora talvez mais ambíguo que em qualquer outro lugar da Europa Oriental, o fenômeno dos *pustoshi* — as terras vazias — ainda era muito comum nos séculos XIV e XV.[9] Fora do âmbito da emigração alemã, sujeita à ação da tutela mongol, o desenvolvimento russo não deve ser alinhado mecanicamente com o do litoral báltico ou o das planícies polonesas: ele teve seu ritmo próprio e suas próprias anomalias. Naturalmente, Sarai era mais importante para ele que Magdeburgo. Em todo caso, parece incontestável uma analogia mais ampla de sua trajetória, em meio a estas diferenças.

A depressão agrícola no Leste ainda teve uma conseqüência fatal. Mais recente e menos robustas, as cidades comerciais do Báltico, da Polônia e da Rússia estavam muito menos capacitadas a resistir a uma súbita carestia e retração de seu interior do que os maiores e mais antigos centros urbanos do Ocidente. Os últimos, realmente, representaram o único setor notável da economia ocidental, que apesar de todas as crises, enfim, avançaram penosamente adiante, passados os tumultos populares e as falências patrícias, pelos séculos XIV e XV. O total da população urbana da Europa Ocidental, na verdade, provavelmente tenha aumentado até 1450, a despeito de todas as desastrosas epidemias e fomes. Entretanto, as cidades do Leste estavam muito mais expostas. Em 1300 as cidades hanseáticas talvez tenham-se igualado aos portos italianos em volume e movimento. O valor de seus negócios, contudo, compostos principalmente pela importação de vestimentas e tecidos e pela exportação de produtos silvestres e naturais da agricultura (madeira, linho, cera ou peles), era muito menor;[10] desnecessário dizer que elas também não controlavam nenhum *contado* rural. Além do mais, agora encaravam uma intensa competição marítima com a Holanda — navios holandeses haviam começado a navegar o Sound no século XIV e pelo final do século XV já abrangiam 70 por cento do tráfico que passava por ele. Foi precisamente para enfrentar este desafio que as cidades alemãs de Lübeck a Riga constituíram formalmente a Liga Hanseática pela primeira vez em 1367. A federação não as ajudou, entretanto. Espremidas entre a competição holandesa no mar e a depressão agrária em terra, as cidades hanseáticas estavam impotentes. Com seu declínio, ia-se a fonte de vitalidade comercial local para além do Elba.

Fundamentalmente, foi esta fragilidade das cidades que permitiu aos nobres adotarem uma solução para a crise, que estruturalmente tinha uma barreira para elas no Ocidente: uma reação senhorial que lentamente destruiu todos os direitos dos camponeses e sistematicamente reduziu os rendeiros a servos, que trabalhavam em grandes propriedades senhoriais. A análise econômica lógica desta situação, oposta diametralmente à que foi adotada por fim no Ocidente, está no relacionamento entre terra e trabalho no Leste. O colapso demográfico, embora em termos absolutos fosse provavelmente menos grave que no Ocidente europeu, deu uma força ainda maior àquilo que, de qualquer maneira, era uma falta de mão-de-obra endêmica. Dada a imensidão dos espaços despovoados da Europa Oriental, a fuga de camponeses era um perigo sério que os senhores tinham de enfrentar onde a terra permanecia potencialmente muito abundante. Ao mesmo tempo, havia poucas oportunidades para entrar em formas agrícolas que necessitassem de menor intensidade de mão-de-obra, como a indústria de lã que viera em auxílio dos senhores duramente pressionados na Inglaterra ou em Castela: as terras aráveis e o cultivo de cereais permaneciam as mais óbvias vias de produção no meio ambiente oriental, mesmo antes que um grande comércio exportador estivesse em andamento. A proporção terra/trabalho por si instigara a classe nobre a enérgicas restrições à mobilidade camponesa e à constituição

---

(8) Blum, *Lord and Peasant in Russia*, pp. 58-61.

(9) Hilton e Smith, em sua esclarecedora introdução a *The Enserfment of the Russian Peasantry*, R. E. F. Smith (ed.), Cambridge, 1968, p. 14, deixam dúvidas sobre a interpretação de Blum de referências documentais aos *pustoshi*, argumentando que estes poderiam muito bem indicar terras aguardando derrubada e colonização, e não terras abandonadas. Eles questionam até que ponto haveria uma recessão econômica ou demográfica na Rússia durante os séculos XIII e XIV (pp. 15,26). Russel, por outro lado, calcula uma queda líquida na população de 25 por cento de 1340 a 1450, entre 8 e 6 milhões, o equivalente às perdas na Itália no mesmo período; e isto representaria necessariamente um recuo mais grave, pois o aumento da população russa já fora notavelmente baixo na época precedente. *Population in Europe 500-1500*, pp. 19, 21.

(10) Henri Pirenne, *Economic and Social History of Mediaeval Europe*, Londres, 1936, pp. 148-152.

de grandes propriedades senhoriais.[11] Mas uma coisa era o aproveitamento econômico de tal possibilidade; outra, bem diferente, era a sua exeqüibilidade social. A existência da independência municipal urbana e do seu poder de atração, mesmo em forma reduzida, era um obstáculo manifesto à imposição coercitiva de uma servidão generalizada ao campesinato: já vimos que era exatamente a "interposição" objetiva das cidades na estrutura global de classes que bloqueava qualquer intensificação final dos vínculos servis como resposta à crise no Ocidente. A condição prévia para a cruel transformação regressiva do campo que aconteceu no Oriente foi, assim, a aniquilação da autonomia e da vitalidade das cidades. A classe nobre estava bastante ciente de que não teria êxito esmagando os camponeses, a não ser que houvesse antes eliminado ou subjugado as cidades. Agora ela prosseguia implacável neste objetivo. As cidades livonianas resistiam ativamente à introdução da servidão; as cidades de Brandenburgo e da Pomerânia, que sempre estiveram mais sujeitas a pressão de barões e príncipes, não o fizeram. Mas todas foram derrotadas da mesma forma em suas lutas com os adversários senhoriais no decorrer do século XV. A Prússia e a Boêmia, onde as cidades tradicionalmente eram mais fortes, significativamente foram as únicas zonas no Oriente que testemunharam verdadeiros levantes camponeses e violenta resistência social à classe nobre neste período. Ainda assim, pelo final da Guerra dos Treze Anos, todas as cidades prussianas, com exceção de Königsberg, estavam arruinadas ou tinham sido anexadas pela Polônia: Königsberg se opôs desde o início à servidão, mas foi impotente para refreá-la. A última derrota dos hussitas, em cujos exércitos marcharam lado a lado camponeses pobres e artesãos, como que selou o destino das cidades autônomas na Boêmia: umas cinqüenta famílias magnatas monopolizaram o poder político no final do século XV, e de 1487 em diante iniciaram um ataque infatigável aos centros urbanos enfraquecidos.[12]

Na Rússia, onde as cidades comerciais de Novgorod e Pskov jamais haviam possuído uma estrutura municipal comparável às de outras cidades européias, pois eram inteiramente dominadas por boiardos fundiários e não proporcionavam garantias de liberdade pessoal dentro de seus limites, a concentração reunida do poder nobre nos estados de

---

[11] Esta proposição fundamental foi sugerida classicamente por Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, pp. 53-60, e mais tarde foi desenvolvida por Hilton e Smith, *The Enserfment of the Russian Peasantry*, pp. 1-27.

[12] F. Dvornik, *The Slavs in European History and Civilization*, New Brunswick, 1962, p. 333.

Suzdal e Moscou tratou-as dentro do mesmo espírito. Ivã III, em 1478, pôs termo à independência de Novgorod; a nata de seus boiardos e comerciantes foi deportada, suas propriedades confiscadas e redistribuídas e um governador real ou *namestnik* passou a governar a cidade diretamente para o czar.[13] Pouco depois, Vassili III subjugou Pskov. As novas cidades criadas na Rússia Central eram centros militares e administrativos sob controle de príncipes desde o início. A orientação política mais sistematicamente antiurbana de todas foi a adotada pela pequena nobreza polonesa. Na Polônia, a classe nobre interditou os entrepostos locais para ocupar-se diretamente com os mercadores estrangeiros, fixando limites de preços para os bens de produção urbana, apropriando-se das manufaturas e elaborando direitos relativos (para a cervejaria), baniram os cidadãos da propriedade da terra e — naturalmente — evitaram qualquer tipo de recepção de camponeses fugitivos nas cidades: medidas que golpearam a própria existência de uma economia urbana. O resultado inevitável deste processo foi um lento sufocamento generalizado da vida das cidades por toda a Europa, que foi repetido país após país. Na Boêmia, o processo foi limitado por uma conveniente aliança do patriciado urbano alemão com os senhores feudais tchecos contra os hussitas, e também na Rússia, onde as cidades jamais haviam gozado as liberdades combinadas dos portos hanseáticos, e por isto não eram grande ameaça ao poder senhorial: Praga e Moscou sobreviveram com as maiores populações da região. Nas terras germanizadas de Brandenburgo, Pomerânia e do Báltico, por outro lado, a desurbanização foi tão completa que, em fins de 1564, a maior cidade em Brandenburgo, Berlim, tinha a lamentável quantidade de mil e trezentas casas.

Foi essa histórica derrota das cidades que abriu caminho para a imposição da servidão no Leste. Os mecanismos de reação senhorial foram muito retardados e na maioria das regiões foram sistematizados algum tempo depois de as mudanças substantivas terem sido operadas na prática. Mas a trama geral foi a mesma em todos os lugares. No decorrer dos séculos XV e XVI os camponeses na Polônia, na Prússia, na Rússia, em Brandenburgo, na Boêmia e na Lituânia foram gradualmente restringidos em sua mobilidade; eram infligidas punições por fugas; as dívidas eram usadas para prendê-los ao solo; as obrigações foram agravadas.[14] O Oriente agora testemunhava pela primeira vez na História o surgimento de uma verdadeira economia senhorial. Na Prússia, em 1402, a Ordem Teutônica decretou a expulsão das cidade, na época da colheita, de todos aqueles que não tivessem residência fixa, e a regulamentação do salário máximo para os trabalhadores em 1417. Então, durante a Guerra dos Treze Anos, a Ordem alienou indiscriminadamente terras e jurisdições aos mercenários que havia contratado para lutar contra os poloneses e a União, com o resultado de que um território previamente dominado por pequenos proprietários que pagavam arrendamentos em espécie a uma burocracia militar, que se apropriava deles e os comercializava, agora via transferências de terra em escala maciça a uma nova nobreza e a consolidação dos grandes latifúndios e das jurisdições senhoriais. Por volta de 1494, os proprietários prussianos ganharam o direito de enforcar fugitivos sem julgamento. Finalmente, a debilitada Ordem dissolveu-se no início do século XVI, em meio à repressão de revoltas camponesas e à secularização de domínios eclesiásticos, e seus cavaleiros remanescentes fundiram-se na aristocracia local para formar uma única classe *junker* que, daí em diante, dominou um campesinato desprovido de seus direitos habituais e irreversivelmente atado ao solo. Na Rússia, o ataque aos pobres do campo estava ligado de forma semelhante a uma nova arrumação da própria classe feudal. O surgimento da propriedade concedida em troca de serviço ou *pomest'e* às custas do patrimônio alodial ou *votchina*, sob os auspícios do Estado moscovita e no interesse deste, produziu um novo estrato de cruéis latifundiários na pequena nobreza a partir do século XV; houve, então, uma redução no tamanho das propriedades feudais, combinada com a intensificação de extorsões do campesinato. As obrigações e serviços eram aumentados sistematicamente, e os *pomeshchiki* reclamavam contra os padrões de mobilidade dos camponeses.

---

[13] Para este episódio, ver G. Vernadsky, *Russia at the Dawn of the Modern Age*, Yale, 1955, pp. 54-63.

---

(14) Para um panorama de todo este processo, ver o artigo de Blum, "The Rise of Serfdom in Eastern Europe", *American History Review*, jul. 1957 — um ensaio pioneiro, sejam quais forem as reservas que possam inspirar seu esquema explanatório. Blum sugere quatro razões básicas para a definitiva servidão imposta ao campesinato da Europa Oriental: o aumento do poder político da nobreza, o crescimento das jurisdições senhoriais, o impacto do mercado de exportação e o declínio das cidades. As duas primeiras apenas descrevem o fenômeno da servidão, não o explicam. A terceira, como veremos, é empiricamente implausível. A quarta é a única causa realmente válida, embora deva ser naturalmente explicada. Em geral, o artigo de Blum não tem profundidade temporal ou amplidão comparativa para situar completamente o fenômeno da servidão oriental. Isto também poderá ser feito, uma vez que a formação histórica diferencial das duas zonas da Europa esteja adequadamente estabelecida. Entretanto, suas deficiências não diminuem os notáveis méritos do ensaio de Blum, que continua sendo um marco na discussão do problema.

Em 1497, o código administrativo de Ivã III aboliu formalmente o direito tradicional de os camponeses saírem das propriedades por sua própria vontade, restringindo suas saídas a uma semana antes ou depois do dia de São Jorge. As saídas foram sendo proibidas pelo seu sucessor, Ivã IV, no século seguinte, inicialmente a pretexto de emergências nacionais temporárias, por causa das catástrofes das guerras livonianas; depois, com o passar do tempo, as proibições tornaram-se normais e absolutas.

A redistribuição de terra depois dos levantes hussitas na Boêmia, que haviam levado a uma desapropriação de uma Igreja que até então possuíra um terço da superfície cultivada do país, produziu imensos latifúndios nobres e também uma demanda de mão-de-obra estável e dependente para trabalhar neles. As guerras trouxeram grande despovoamento e falta de mão-de-obra. Em conseqüência, havia uma tendência imediata a restrições coercitivas ao movimento camponês. Em 1437, três anos depois da derrota de Procópio em Lipan, a Corte Forense emitiu uma ordem sobre a perseguição a fugitivos; em 1453, o *Snem* reforçou o mesmo princípio; a adscrição formal e legal foi decretada por um Estatuto de 1497 e pela Lei da Terra de 1500.[15] No século seguinte, a corvéia foi intensificada, e o desenvolvimento geral dos viveiros de peixes e da produção de cerveja nos domínios tchecos acrescentou mais emolumentos aos rendimentos senhoriais;[16] mas a permanência de um considerável enclave urbano na economia parece ter limitado o grau local de exploração rural (aqui os serviços de mão-de-obra eram mais leves que em qualquer outro lugar). Em Brandenburgo, o banimento da migração sazonal pela Polônia em 1496 agravou seriamente o problema da mão-de-obra dos proprietários de terra germânicos e ajudou a precipitar a expropriação das pequenas propriedades camponesas e a integração compulsiva da força de trabalho rural nos domínios, o que seria a grande característica do próximo século.[17] A reação senhorial na Polônia foi ainda mais além. Ali, a pequena nobreza havia conseguido direitos jurisdicionais especiais e outros para a monarquia em troca do fornecimento de doações em dinheiro, necessárias para vencer as guerras com a Ordem Teutônica. A

---

(15) R. R. Betts, "Social and Constitutional Development in Bohemia in the Hussite Period", *Past and Present*, nº 7, abr. 1955, pp. 49-51.

(16) A. Klima e J. Macureck, "La Question de la Transition du Féodalisme au Capitalisme en Europe Centrale (16^{e} e 18^{e} Siècles)", *10th International Congress of Historical Sciences*, Uppsala, 1960, p. 100.

(17) Hans Rosenberg, "The Rise of the Junkers in Brandenburg-Prussia 1410-1653", *American Historical Review*, vol. XLIX, out. 1943 e jan. 1944, p. 231.

reação da classe proprietária à falta de mão-de-obra da época foi o Estatuto de Piotrkow, que pela primeira vez amarrou formalmente o campesinato ao solo e daí em diante proibiu as cidades de recebê-lo. No século XV havia um grande crescimento dos *folwarky* feudais, ou reservas senhoriais que se desenvolveram com especial densidade ao longo dos caminhos ribeirinhos para o Báltico. Nessa época houve então uma tomada de posição jurídica geral em relação à servidão em toda a Europa. A legislação adscritiva dos séculos XV e XVI, na realidade, não veio para reduzir a servidão do campesinato oriental de uma só vez. Em cada país havia uma brecha considerável entre os códigos legais banindo a mobilidade rural e as realidades sociais do campo — e isto valia da mesma forma para a Rússia, a Boêmia ou a Polônia.[18] Os instrumentos para forçar à servidão de gleba ainda eram muitas vezes falhos, as fugas da aldeia continuavam, mesmo depois de as medidas mais repressivas terem sido decretadas contra elas — algumas vezes ilicitamente ignoradas pelos próprios grandes magnatas, ansiosos por atrair a mão-de-obra dos pequenos proprietários. Ainda não existia na Europa Oriental uma máquina política capaz de impor uma servidão rigorosa e completa. Mas o passo decisivo fora dado: as novas leis antecipavam a futura economia do Leste. Daí em diante, a situação do campesinato deveria piorar inexoravelmente.

A firme degradação do campesinato no século XVI coincidiu com a disseminação da agricultura de exportação, enquanto os mercados ocidentais eram cada vez mais abastecidos com cereais das propriedades senhoriais do Leste. Mais ou menos de 1450 em diante, com a recuperação econômica do Ocidente, pela primeira vez a exportação de cereais ultrapassou a de madeira no Vístula. O comércio de cereais é muitas vezes citado como a razão fundamental para a segunda servidão na Europa Oriental.[19] A evidência real, entretanto, não parece assegurar tal conclusão. A Rússia, que não exportou trigo até o século XIX, experimentou uma reação senhorial nada menor que a havida na Polônia e na Alemanha Oriental, que tiveram um comércio florescente a partir do século XVI. Além do mais, dentro da própria zona de exportação, o impulso em direção à servidão cronologicamente antecipa o início do comércio de cereais, que só ocorreu depois da alta dos preços e da elevação do consumo no Ocidente, com a grande expansão do século XVI. O *Gutsherrschaft* especializado na exportação de centeio naturalmente não era desconhecido já na Polônia ou na Pomerânia do século XIII, mas nunca foi um modelo estatisticamente dominante, e não chegou a sê-lo senão dois séculos mais tarde. O auge da agricultura de exportação oriental, nas propriedades senhoriais, às vezes indevidamente chamadas de "empresas comerciais de plantações", ocorreu no século XVI. A Polônia, principal país produtor da região, exportou umas 20 mil toneladas de centeio por ano, pelo início do século XVI. Cem anos depois, esta quantia havia subido umas oito vezes, indo a umas 170 mil toneladas em 1618.[20] O número real anual de navios no Sound aumentou de uma média de 1300 para 5 mil no mesmo período.[21] Os preços de cereais em Dantzig, porto principal para o tráfego desses produtos, estavam uns 30 a 50 por cento acima dos preços nos centros do interior de Praga, Viena e Liubliana, indicando o arranque comercial do mercado exportador; embora o nível geral dos preços dos cereais europeus ainda estivesse apenas pela metade dos preços no Ocidente ao final do século XVI.[22] O papel do Báltico como centro para a economia cerealista da Europa Oriental não deve ser exagerado. Realmente, mesmo na Polônia — o principal país em causa —, a exportação de cereais foi só até uns 10 a 15 por cento do total, em seu auge; por boa parte do século XVI, as proporções estiveram bem abaixo disto.[23]

O impacto do comércio de exportação nas relações de produção sociais não deve ser subestimado, mas parece haver tomado a forma de um *aumento no índice* em vez de alguma *inovação no tipo* de exploração feudal. Assim, é significativo que os serviços gratuitos de mão-de-obra — um índice transparente do grau de produção de excedentes do campesinato — tenham saltado de maneira muito considerável do século XV ao XVI, em Brandenburgo e na Polônia.[24] Em fins do século XVI, esta prestação de serviços não remunerados — ou corvéias — ocorria cerca de três vezes por semana em Mecklemburgo, enquanto na Polônia exigiam-se dos camponeses depauperados, totalmente privados de parcelas próprias, até seis dias de trabalho gratuito por semana. Junto com uma intensificação no índice de exploração, o advento de uma exportação de produtos agrícolas em grande escala levou inevitavelmente à tomada de terras aldeãs e a uma expansão geral da superfície arável. De 1575 a 1624, as reservas senhoriais subiram 50 por cento na Marca Central.[25] Na Polônia, a proporção do trabalho de cultivo camponês em terras da reserva senhorial e nas propriedades da pequena nobreza subira a índices virtualmente desconhecidos no Ocidente medieval: entre 1500 e 1580, a média estaria entre 2/3 e 4/5, o que implicava um aumento de confiança no trabalho contratado.[26] O estrato dos camponeses outrora próspero, o *rolniki*, estava agora eliminado em toda parte.

---

[18] Comparar os comentários muito semelhantes em R. H. Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy*, Chicago, 1971, p. 92; W. E. Wright, *Serf, Seigneur and Sovereign — Agrarian Reform in Eighteenth Century Bohemia*, Mineápolis, 1966, pp. 8-10; Marian Malowist, "Le Commerce de la Baltique et le Problème des Luttes Sociales en Pologne aux XV^e^ et XVI^e^ Siècles", *La Pologne au X^e^ Congrès International des Sciences Historiques*, pp. 133-139.

[19] Ver, por exemplo, M. Postan, em *Eastern and Western Europe in the Middle Ages*, pp. 170-174; Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe*, pp. 156-157; K. Timieniecki, "Le Servage en Pologne et dans les Pays Limitrophes au Moyen Age", *La Pologne au X^e^ Congrès International des Sciences Historiques*, pp. 26-27.

[20] H. Kamen, *The Iron Century. Social Change in Europe 1550-1660*, Londres, 1971, p. 221.

[21] J. H. Parry, "Transport and Trade Routes", *Cambridge Economic History of Europe*, vol. IV, *The Economy of Expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Cambridge, 1967, p. 170.

[22] Aldo de Maddalena, *Rural Europe 1500-1750*, Londres, 1970, pp. 42-43; Kamen, *The Iron Century*, pp. 212-213.

[23] W. Kula, *Théorie Economique du Système Féodal*, pp. 65-67. Ver também Andrzej Wyczanski, "Tentative Estimates of Polish Rye Trade in the Sixteenth Century", *Acta Poloniae Historica*, IV, 1961, pp. 126-127. A estimativa usada por Kula foi calculada originalmente para a Polônia de antes da partilha no século XVIII, mas Kula conclui que na média ela é válida para todo o período dos séculos XVI ao XVIII. O índice de comercialização de qualquer colheita determinada estaria talvez entre 35 e 40 por cento do produto líquido. A parte para exportação no total do *mercado* para cereais era então 25 e 40 por cento, o que era muito considerável, como observa Kula.

Naturalmente, ao mesmo tempo, o comércio báltico de trigo acelerou as tendências antiurbanas dos proprietários locais. O fluxo de exportação liberou-os da dependência às cidades locais: agora eles adquiriam um mercado que lhes garantia rendimentos firmes em dinheiro e pronto abastecimento de bens manufaturados, sem as inconveniências de ter cidades politicamente autônomas à porta. Agora só precisavam impedir que as cidades existentes dessem condições para que se efetuassem negócios diretos entre os comerciantes estrangeiros e os proprietários locais. Realmente acabaram por atingir este objetivo. Os navios de carga holandeses logo dominaram todo o tráfico de centeio. O resultado final foi um sistema agrário que deu origem a unidades de produção que em algumas regiões eram muito maiores que as reservas senhoriais no Ocidente, que sempre tendiam a desmembrar-se nas zonas limítrofes em parcelas arrendadas: os lucros inesperados oriun-

---

(24) Blum, "The Rise of Serfdom in Eastern Europe", p. 830.

(25) Kamen, *The Iron Century*, p. 47.

(26) A. Maczak, "The Social Distribution of Landed Property in Poland from the 16th to the 18th Century", *Third International Conference of Economic History*, Paris, 1968, p. 469; A. Wyczanski, "En Pologne. L'Economie du Domaine Nobiliaire Moyen (1500-1580)", *Annales ESC*, jan.-fev. 1963, p. 84.

dos do comércio exportador, no século da revolução de preços no Ocidente, eram insuficientes para sustentar os custos da supervisão e organização senhorial de produção numa escala superior. O centro do complexo de produção mudou do pequeno produtor para o empreendedor feudal.[27] Mas o eventual aperfeiçoamento deste sistema não deve ser confundido com a resposta estrutural originada na solução que a nobreza oriental dera à depressão agrícola dos séculos XIV e XV, solução que fora determinada pelo equilíbrio de forças entre as classes e pelo desfecho de uma violenta luta social no seio das próprias formações sociais européias orientais.

A agricultura senhorial que estava consolidada no início da era moderna, entretanto, era, em certos aspectos críticos, muito diferente daquela da Europa Ocidental no início da era medieval. Acima de tudo, provou ser economicamente muito menos dinâmica e produtiva como sistema agrário — conseqüência fatal de sua maior opressão social sobre as massas rurais. O principal progresso registrado em seus três ou quatro séculos de existência foi na extensão. Do século XVI em diante, as aberturas de terras prosseguiram lenta e irregularmente pela maior parte do Leste — o equivalente das recuperações do Ocidente medieval. O processo foi bastante retardado pelo problema, específico da região, das estepes pônticas que entravam pela Europa Oriental — notório hábitat dos tártaros predadores e dos nômades cossacos. A penetração polonesa em Volhínia e Podólia no século XVI e início do XVII foi possivelmente a mais proveitosa expansão agrária singular daquela época. A conquista russa final da imensidão deserta mais a leste e a colonização agrícola da Ucrânia só foram realizadas no final do século XVIII.[28] As colônias austríacas do mesmo período empregariam o arado pelas grandes áreas da Transilvânia e do Banat. A maior parte da *puszta* húngara não foi tocada pelo arado até meados do século XIX.[29] A semeadura do Sul da Rússia representou a maior recuperação quantitativa na História do continente, e a Ucrânia se tornaria o celeiro do milho da Europa na era da revolução industrial. A

---

(27) S. D. Skazkin, "Osnovnye Problemi tak Nazyvaemovo 'Vtorovo Izdanii Krepostnichestva' v Srednei i Vostochnoi Evrope", *Voprosy Istorii*, fev. 1958, pp. 103-104 — um ensaio escrupuloso e arguto. Devido à massa numérica de pequenos nobres, a média estatística da propriedade polonesa não era muito grande — uns 130 hectares no século XVI: mas a escala das propriedades dos magnatas, concentrada em mãos de umas poucas famílias, era imensa —, às vezes centenas de milhares de hectares, e equivalente número de servos.

(28) Para se ver a importância desta colônia final, ver as observações em McNeill, *Europe's Steppe Frontier 1500-1800*, pp. 192-200.

(29) Den Hollander, "The Great Hungarian Plain", pp. 155-161.

disseminação extensiva da agricultura feudal no Leste, embora muito gradual, estava se impondo ultimamente. Mas jamais foi igualada por qualquer benefício intensivo em organização ou produtividade. A economia rural permaneceu tecnologicamente atrasada e nunca chegou a gerar qualquer inovação significativa do gênero que marcou o Ocidente medieval, muitas vezes revelando resistência prolongada mesmo na adoção dessas descobertas ocidentais mais antigas. Assim, a rude *podseka*, limpeza sumária das terras por queimada ou arranque, predominou em Moscou até o século XV; só depois da década de 1460 é que foi introduzido o sistema de três campos.[30] Arados de ferro com aivecas ficaram por muito tempo desconhecidos, nestas regiões do leste não afetadas pela colonização alemã; o arado simples ou *soka* — um arado de madeira — foi uma ferramenta normal do camponês russo até o século XX. Não foram desenvolvidas novas culturas, apesar da falta constante de forragem, até a importação de milho para os Bálcãs na época do Iluminismo. Em geral, a produtividade da agricultura feudal oriental era miseravelmente baixa. A produção de cereais na região ainda estava na proporção de 4:1 até o século XIX — em outras palavras, a níveis que haviam sido alcançados na Europa Ocidental no século XIII e ultrapassados no século XVI.[31]

Esse era o notável atraso da Europa Oriental. A causa fundamental deste desempenho primitivo, pelos padrões interfeudais, poderia ser encontrada na natureza da servidão oriental. As relações de produção rurais nunca permitiram essa margem relativa de autonomia e produtividade do camponês que haiva existido no Ocidente: isto era impedido pela concentração uniforme de senhorio econômico, jurídico e pessoal que caracterizou o senhorialismo europeu oriental. O resultado muitas vezes era uma proporção, entre as áreas de reservas senhoriais e as parcelas camponesas, bastante diferente de qualquer outra no Ocidente. A *szlachta* polonesa atingia sistematicamente índices duas ou três vezes mais altos que os do Ocidente medieval, levando as extensões de seus *folwarky* aos limites da exaustão rural. Os serviços não remunerados de mão-de-obra também atingiam níveis desconhecidos na Europa Ocidental — em princípio, muitas vezes ilimitados na Hungria, e na prática, cinco ou seis dias por semana na Polônia.[32] O efeito mais impressionante desta superexploração senhorial foi inverter todo o modelo da produtividade da agricultura feudal anterior. Enquanto no Ocidente os rendimentos eram sempre tipicamente mais altos nas reservas senhoriais que nos lotes camponeses, no Oriente os lotes camponeses muito freqüentemente atingiam índices mais altos de produtividade que as reservas aristocráticas. Na Hungria do século XVII, a produção camponesa era às vezes o dobro da produção das reservas senhoriais.[33] Na Polônia, reservas senhoriais, que haviam mais que dobrado de tamanho pelo açambarcamento de propriedades rurais, conseguiam aumentar seu rendimento em pouco mais de um terço, tão acentuada foi a queda na produção uma vez assim pressionados seus servos.[34] Os limites do feudalismo oriental — que comprimiam e definiam todo seu desenvolvimento histórico — foram os de sua organização social de trabalho: forças de produção rural permaneceram presas dentro de limitações relativamente estreitas pelo tipo e grau de exploração do produtor direto.

Engels, numa frase famosa, referiu-se à reação senhorial da Europa Oriental no final da Idade Média e início da era Moderna como uma "segunda servidão".[35] É preciso esclarecer a ambigüidade desta formulação, de maneira a finalmente colocar a trilha do feudalismo oriental em todo seu contexto histórico. Se se pretende dizer que a servidão era um fantasma na Europa Oriental, que voltava uma segunda vez para assombrar os pobres, a expressão está simplesmente incorreta. A servidão propriamente dita jamais existira antes no Leste, como já vimos. Por outro lado, se o que se quer é dizer que a Europa tenha conhecido duas diferentes ondas de servidão, uma primeiro no Ocidente (do século IX ao XIV), e depois outra no Oriente (dos séculos XV ao XVIII), então esta é uma fórmula que preenche o desenvolvimento histórico real do continente. Com isto, podemos *inverter* o ângulo normal de visão a partir do qual geralmente é vista a servidão oriental. Ela

---

(30) A. N. Sakharov, "O Dialektike Istoricheskovo Razvitiya Russkovo Krest'yantsva", *Voprosy Istorii*, 1970, nº 1, p. 21; Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy*, p. 85.

(31) Ver a análise em B. H. Slicher Van Bath, "The Yields of Different Crops (Mainly Cereals) in Relation to the Seed c. 810-1820", *Acta Historica Neerlandica*, II, 1967, pp. 35-48 e segs. Van Bath classifica a produção de trigo em quatro níveis históricos de produtividade: o estágio A registra a média de produção acima de 3:1, o estágio B, de 3:1 a 6:1, o estágio C, de 6:1 a 9:1, e o estágio D, acima de 9:1. A transição de B a C ocorreu antes de 1500 na maior parte da Europa Ocidental, e a maior parte da Europa Oriental ainda estava no estágio B na década de 1820.

(32) Zs. Pach, *Die ungarische Agrarentwicklung im 16-17 Jahrhundert — Abbiegung von Westeuropäischen Entwicklungsgang*, Budapeste, 1964, pp. 56-58; R. F. Leslie, *The Polish Question*, Londres, 1964, p. 4.

(33) Kamen, *The Iron Century*, p. 223.

(34) De Maddalena, *Rural Europe 1500-1750*, p. 41.

(35) Marx-Engels, *Selected Correspondence*, p. 355. Engels alude aqui a seu ensaio sobre a *marca*, onde ele se inclina abertamente à primeira interpretação da frase, incluindo — equivocadamente — toda a Alemanha no processo assim descrito (*Werke*, XIX, pp. 317-330).

é apresentada convencionalmente pelos historiadores como uma regressão notável da época das liberdades que existiam no Leste antes da reação senhorial. Mas a verdade é que estas mesmas liberdades foram uma *interrupção* de um lento processo local de feudalização servil no Leste. O que Bloch chamou de "aumento dos laços de dependência" estava já a caminho, quando a expansão ocidental para além do Elba e a migração russa para o Oka e Volga repentina e temporariamente o detiveram. A reação senhorial no Leste a partir do século XIV, assim, pode ser vista, numa perspectiva mais distanciada, como uma *retomada* de uma jornada autóctone em direção a um feudalismo articulado, que fora bloqueado e desviado externamente durante dois ou três séculos. Esta jornada havia começado mais tarde e era mais lenta e mais vacilante que no Ocidente: acima de tudo, como vimos, porque não havia uma síntese original por trás dela. Mas, ao desenrolar-se, a linha desta marcha pareceu apontar finalmente para uma ordem social não muito diferente da que havia uma vez existido nas regiões do Ocidente medieval menos urbanizadas e mais atrasadas. Do século XII em diante, entretanto, já não foi possível novamente haver uma evolução puramente endógena. O destino do Oriente fora alterado pela intrusão do Ocidente, inicial e paradoxalmente em direção a uma emancipação bem maior do campesinato, e subseqüentemente à provação comum de uma longa depressão. Finalmente, o retorno local à senhorialização era por si mesmo determinado e marcado por toda a História que se interpunha, de maneira que daí por diante seria irreversivelmente outro que não aquele se se houvesse desenvolvido em relativo isolamento. Contudo, a distância básica entre Oriente e Ocidente permaneceu essencialmente a mesma. A história do Leste europeu estava, desde o começo, mergulhada numa temporalidade essencialmente distinta daquela do desenvolvimento da Europa Ocidental. Havia começado muito tarde, e desde então, mesmo depois de sua interseção com a do Ocidente, retomaria uma evolução primordial em direção a uma ordem econômica já ultrapassada e deixada para trás em todos os lugares do continente. A coincidência cronológica das zonas opostas da Europa e sua crescente interpenetração geográfica criam a ilusão de uma simples contemporaneidade das duas. Na verdade, o Oriente ainda tinha de passar por todo um ciclo histórico de desenvolvimento servil, exatamente quando o Ocidente estava saindo dele. Esta é afinal a mais profunda razão por que as conseqüências econômicas da crise geral do feudalismo europeu seriam diametralmente opostas nas duas regiões: a atenuação das obrigações e definhamento da servidão no Ocidente, a reação senhorial e a implantação da servidão no Leste.

Ao sul do Danúbio

Ainda resta uma sub-região distinta a ser discutida, cuja evolução histórica separou-a do resto da Europa Oriental. Poder-se-ia dizer que os Bálcãs representam uma zona tipologicamente análoga à Escandinávia, em seu relacionamento diagonal à grande linha divisória que atravessa o continente. Realmente, há uma curiosa simetria inversa entre os respectivos destinos da Europa do Noroeste e do Sudeste. Já vimos que a Escandinávia foi uma das maiores regiões da Europa Ocidental que jamais se integrou ao Império Romano, e por isto não participou da "síntese" original entre o modo de produção escravo, em dissolução no final da Antiguidade, e os modos de produção primitivo-comunais fragmentares das tribos germânicas que assolaram o Ocidente latino. No entanto, o extremo norte acabou entrando na órbita do feudalismo ocidental, preservando as formas duráveis de sua distância inicial em relação à matriz ocidental comum. Um processo inverso pode ser traçado no extremo sul da Europa Oriental. Se a Escandinávia produziu definitivamente uma variante do feudalismo ocidental *sem* o benefício da herança imperial urbana da Antiguidade, os Bálcãs não desenvolveram uma variante estável oriental, *apesar* da prolongada presença metropolitana do Estado sucessor de Roma na região. Bizâncio manteve um Império burocrático centralizado na Europa do Sudeste, com cidades maiores, permuta de bens e escravidão, durante setecentos anos depois da batalha de Adrianópolis.

Naquele período ocorreram repetidas invasões bárbaras, conflitos de fronteira e mudanças territoriais nos Bálcãs. E, ainda assim, a fusão final dos dois mundos, como aconteceu no Ocidente, nunca ocorreu nesta região da Europa. Longe de acelerar o surgimento de um feudalismo desenvolvido, o legado bizantino parece na verdade havê-lo retardado: toda a área da Europa Oriental ao sul do Danúbio, com seu aparentemente mais adiantado ponto de partida, ficou econômica, política e culturalmente atrás das imensas e vazias terras ao norte — onde virtualmente não houve qualquer experiência anterior de civilização urbana ou de formação de Estado. Todo o centro de gravidade da Europa Oriental veio localizar-se nas planícies do norte; e tanto, que o longo período subseqüente do governo otomano nos Bálcãs levaria muitos historiadores a excluí-los tacitamente do conjunto da Europa, ou a reduzi-lo a uma vaga região fronteiriça dela. E o demorado processo social que terminou finalmente na conquista turca é de grande interesse intrínseco para o "laboratório de formas" que a História da Europa proporciona, precisamente por causa de seu resultado anômalo: a estagnação secular e a regressão. Há duas questões colocadas pela particularidade da zona dos Bálcãs. Qual seria a natureza do Estado bizantino que sobreviveu por tanto tempo ao Império Romano? Por que jamais aconteceu uma síntese feudal durável, do tipo ocidental, no choque entre os bárbaros eslavos e turanianos que devastaram a península do final do século XVI em diante e que depois ali se estabeleceram?

A queda do Império Romano no Ocidente foi determinada basicamente pela dinâmica do modo de produção escravo e suas contradições, uma vez detida a expansão imperial. A razão essencial por que foi o Império Ocidental que desmoronou no século V, e não o Oriental, é que foi ali que a agricultura escrava extensiva encontrou seu hábitat nativo, com as conquistas romanas da Itália, da Espanha e da Gália. Nestes territórios não havia civilização anterior madura para resistir à nova instituição latina do latifúndio escravo, ou modificá-la. Assim, foi sempre nas províncias ocidentais que a lógica desumana do modo de produção atingiu sua mais completa e mais sinistra expressão, definitivamente enfraquecendo e fazendo ruir todo o edifício imperial. No Mediterrâneo oriental, por outro lado, a ocupação romana nunca foi superposta a uma semelhante *tabula rasa*. Ao contrário, encontrou ali um meio ambiente costeiro e marítimo que já havia sido densamente povoado com cidades comerciais pela grande onda da expansão grega no período helênico. Fora esta colonização grega anterior que havia estabelecido a ecologia social básica do Oriente, do mesmo modo a posterior colonização romana estabeleceria a do Ocidente. As duas faces críticas deste modelo helênico, como vimos, eram a relativa densidade das cidades e as dimensões relativamente modestas da propriedade rural. A civilização grega havia desenvolvido a escravidão agrícola, mas não a sua organização extensiva num sistema de latifúndios; seu crescimento urbano e comercial fora mais espontâneo e policêntrico que o de Roma. Bastante isolado desta divergência original, o comércio era de qualquer maneira inevitavelmente muito mais intenso ao longo das fronteiras do Império Persa e do Mar Vermelho que nos confins do Atlântico, depois da unificação romana do Mediterrâneo. O resultado foi que a instituição romana da grande propriedade com escravos jamais se enraizou nas províncias orientais com a mesma extensão que no Ocidente: sua introdução foi sempre moderada pela persistência dos modelos urbano e rural do mundo helênico, em que a pequena propriedade camponesa jamais estivera tão brutalmente enfraquecida como na Itália pós-púnica, e em que a vitalidade municipal tinha atrás de si uma tradição mais longa e mais legítima. O Egito, celeiro do Mediterrâneo oriental, tinha proprietários de colossais contingentes de escravos; permanecia, no entanto, uma região em que predominava a pequena propriedade. Assim, quando chegou o tempo da crise para todo o modo de produção escravo e da sua superestrutura imperial, seus efeitos estavam mais abrandados no Oriente, precisamente porque a escravatura sempre fora mais limitada ali. A solidez interna da formação social das províncias orientais, em conseqüência, não foi tão abalada pelo declínio estrutural do modo de produção dominante do Império. O desenvolvimento de um colonato a partir do século IV foi menos marcante; o poder dos grandes proprietários para solapar e desmilitarizar o Estado imperial era menos arrojado; a prosperidade comercial nas cidades, menos eclipsada.[1] Foi esta configuração interna que deu ao Oriente a densidade e elasticidade políticas para resistir às invasões bárbaras que derrubaram o Ocidente. Suas vantagens estratégicas, tantas vezes citadas para explicar a sobrevivência na época de Átila e Alarico, eram na verdade muito precárias. Bizâncio achava-se mais bem fortificada que Roma graças a suas defesas marítimas — mas estava também mais sujeita aos ataques bárbaros. Os hunos e os visigodos começaram suas incursões pela Mésia, e não pela Gália ou pela Nórica, e a primeira derrota espetacular da cavalaria imperial foi na Trácia. O godo Gainas atingiu um posto no comando militar do Oriente tão perigoso e proeminente quanto o do vândalo Estilicão no Ocidente. Não foi a geografia que determinou a sobrevivência do Império Bizantino, e sim uma estrutura social que se mostrou capaz de expulsar

---

(1) Ver acima, pp. 93-96.

ou assimilar com sucesso os adversários externos — ao contrário do Ocidente.

O teste decisivo para o Império Oriental chegou na virada do século VII, quando ele já estava quase completamente dominado pelos três grandes assaltos vindos de diferentes pontos cardeais, sendo que o seu encadeamento representou uma ameaça muito mais formidável que qualquer outra que o Império do Ocidente jamais teve de enfrentar: as invasões eslavo-ávaras dos Bálcãs, o ataque persa à Anatólia e, enfim, a definitiva conquista árabe do Egito e da Síria. Bizâncio suportou esta provação tríplice por meio de uma galvanização social, cuja natureza e extensão exatas são ainda uma questão em disputa.[2] Está claro que a aristocracia provincial deve ter sofrido enormemente com as guerras e ocupações desastrosas deste período, e que o modelo existente de grande e média propriedade possivelmente estivesse rompido e desorganizado: isto pode ser verdade especialmente quanto ao reinado do usurpador Focas, resultado de um motim nas fileiras do exército.[3] Também fica evidente que a adscrição camponesa ao solo, implantada pelo último sistema de colonato romano, pouco a pouco desapareceu em Bizâncio, deixando atrás de si uma grande massa de comunidades de aldeias livres, composta por camponeses com lotes individuais e responsabilidades fiscais coletivas perante o Estado.[4] É possível, embora um tanto incerto, que uma divisão ainda mais radical da propriedade da terra tenha sido promovida pela casa imperial sob Heráclio: pequenos proprietários receberiam terras, para sua manutenção, do Estado em troca de serviço de guerra nos *themata* bizantinos.[5] De qualquer

---

(2) A interpretação clássica deste período será encontrada em G. Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, Oxford, 1968, pp. 92-107, 133-137; P. Charanis, "On the Social Structure of the Later Roman Empire", *Byzantion*, XVII, 1944-1945, pp. 39-57. Alguns aspectos importantes foram seriamente desafiados nos últimos anos: ver a nota 5 deste capítulo.

(3) Para o impacto destas invasões, ver Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, p. 134. Historiadores soviéticos destacam o episódio de Focas: ver, por exemplo, M. Ya. Siuziumov, "Nekotorye Problemi Istorii Vizantii", *Voprosy Istorii*, mar. 1959, nº 3, p. 101.

(4) E. Stein, "Paysannerie et Grands Domaines dans l'Empire Byzantin", *Recueils de la Société Jean Bodin, II, Le Servage*, Bruxelas, 1959, pp. 129-133; Paul Lemerle, "Esquisse pour une Histoire Agraire de Byzance: Les Sources et les Problèmes", *Revue Historique*, vol. 119, 1958, pp. 63-65.

(5) Esta é a maior *vexata quaestio* dos estudos mesobizantinos. As teses de Stein e Ostrogorsky — uma ortodoxia aceita há muito — de que Heráclio foi responsável pela reforma agrária que criou camponeses-soldados com o estabelecimento do sistema dos *themata*, hoje causam muitas dúvidas. Lemerle submeteu a tese a uma crítica em três partes, argumentando, em primeiro lugar, que não há nenhuma evidência real de que Heráclio tenha criado o sistema dos *themata* (que foi surgindo aos poucos depois de

modo, houve uma recuperação militar substancial que levou, primeiro à derrota dos persas e, então — depois da tomada islâmica do Egito e da Síria, cuja lealdade a Bizâncio fora minada pela heterodoxia religiosa —, à derrota dos árabes às margens do Taurus. No século que seguiu, a dinastia isauriana construiu a primeira armada imperial permanente, capaz de dar a Bizâncio a superioridade marítima contra as frotas árabes, e iniciou-se a lenta reconquista dos Bálcãs do Sul. Os fundamentos sociais desta renovação política estão evidentemente na ampliação da base camponesa da autonomia da aldeia no Império, fosse esta diretamente facilitada pelos *themata* ou não: a extrema preocupação dos últimos imperadores em preservar as comunidades de pequenas propriedades, por seu valor fiscal e militar, para o Estado não deixam dúvidas a respeito.[6] Assim, Bizâncio sobreviveu, por toda a Idade das Trevas do Ocidente, com um território diminuído mas com virtualmente toda a panóplia superestrutural da Antiguidade clássica intacta. Não houve um encerramento drástico da vida urbana;[7] as

---

seu reinado no século VII), em segundo lugar, que as terras militares ou *strateia* tiveram um desenvolvimento ainda mais tardio, de que não há documentação antes do século X e, em terceiro, que os detentores das posses destas terras jamais foram soldados, de modo algum, mas eram apenas indivíduos que tinham a obrigação fiscal de apoiar um homem da cavalaria no exército. O efeito desta crítica é destituir o reinado de Heráclio de importância estrutural nos campos agrícola ou militar, e projetar um maior grau de continuidade nas instituições rurais bizantinas do que até agora tem sido suposto. Ver P. Lemerle, "Esquisse pour una Histoire Agraire de Byzance", *Revue Historique*, vol. 119, pp. 70-74, vol. 120, pp. 43-70, e "Quelques Remarques sur le Règne d'Heraclius", *Studi Medievali*, I, 1960, pp. 347-361. Pontos de vista semelhantes são desenvolvidos em A. Pertusi, "La Formation des Thèmes Byzantins", *Berichte zum XI Internazionalen Byzantinisten-Kongress*, Munique, 1958, pp. 1-40, e W. Kaegi, "Some Reconsiderations on the Themes (Seventh-Ninth Centuries)", *Jahrbuch der osterreichischen byzantinischen Gesellschaft*, XVI, 1967, pp. 39-53, Ostrogorsky replicou instantaneamente em seu *Korreferat* ao relatório de Pertusi de 1958, citado acima (*Berichte*, pp. 1-8), e em "L'Exarchat de Ravenne et l'Origine des Thèmes Byzantins", *VII, Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravena, 1960, pp. 99-110, que argumenta que a criação dos exarcados ocidentais de Ravena e Cartago no final do século VI pressagiou a implantação do sistema de *themata* pouco depois. Ostrogorsky recebeu algum apoio de flanco do bizantinista soviético A. P. Kazhdan, que rejeitou os pontos de vista de Lemerle em "Eshchyo Raz ob Agrarnykh Otnosheniyakh v Vizantii IV-Xi vv", *Vizantiiskii Vremennik*, 1959, XVI, I, pp. 92-113. A disputa sobre a origem do sistema dos *themata* se baseia muito em uma única frase de Teofanes, historiador que escreveu 200 anos depois da época de Heráclio, e, conseqüentemente, parece não ter solução possível. Deve-se mencionar que a própria sugestão de Lemerle de que a liberdade camponesa crescente no período mesobizantino devia-se basicamente às migrações eslavas, que resolviam a falta de mão-de-obra no Império e assim tornavam a adscrição redundante — uma proposta muito menos persuasiva que sua crítica à tese que relaciona essa liberdade ao sistema dos *themata*.

(6) Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, pp. 272-274, 306-307.

(7) O destino das cidades dos séculos VII ao IX é outro foco de controvérsia. Kazhdan sustenta que houve um colapso efetivo das cidades neste período: "Vizantiiskie

manufaturas de luxo foram mantidas; pelo menos a navegação foi levemente aperfeiçoada; e, acima de tudo, a administração centralizada e a taxação uniforme do Estado imperial subsistiram — um remoto pólo de unidade visível de longe na noite do Ocidente. A cunhagem de dinheiro fornece o mais claro índice deste êxito: o besante de ouro bizantino tornou-se o padrão mais universal da época no Mediterrâneo.[8]

Um preço muito alto foi pago por este renascimento. O Império Bizantino alijou bastante de sua carga de Antiguidade para sobreviver em uma nova era, mas não o suficiente para desenvolver-se dinamicamente. Ficou estático entre os modos de produção escravo e feudal, incapaz de voltar a um ou de avançar ao outro, num beco sem saída social que só poderia levar finalmente à sua extinção. Por um lado, a trilha de volta a uma economia escrava generalizada estava fechada; só um amplo programa de expansão imperial poderia ter criado a força de mão-de-obra cativa necessária à sua recriação. Na verdade, o Estado Bizantino tentou sempre reconquistar os territórios perdidos na Europa e na Ásia, e, onde suas campanhas eram vitoriosas, o número de escravos do Império prontamente aumentava assim que os soldados traziam para casa seus botins de guerra — e isto de maneira mais significativa com as conquistas da Bulgária de Basílio II no início do século XI. Havia também os convenientes mercados da Criméia, através dos quais os escravos eram exportados regularmente para o sul, aos Impérios Bizantino e Árabe, que eram possivelmente os principais abastecedores de Constantinopla.[9] Nenhuma destas duas fontes podia se comparar às grandes arremetidas que haviam feito as fortunas de Roma. A escravidão não desapareceu de Bizâncio de forma alguma, mas jamais se tornou predominante em sua agricultura. Ao mesmo tempo, a solução rural que havia evitado para o Oriente o mesmo des-

---

Goroda v VII-IX vv", *Sovietskaya Arkheologiya*, vol. 21, 1954, pp. 164-188; mas esta descrição foi modificada com êxito por Ostrogorsky, "Byzantine Cities in the Early Middle Ages", *Dumbarton Oaks Papers*, nº 13, 1959, pp. 47-66, e Siuziumov, "Vizantiiskii Gorod (Seredina VII-Seredina IX v.)", *Vizantiiskii Vremennik*, 1958, XIV, pp. 38-70, que mostrou que ela está ultrapassada.

(8) R. S. Lopez, "The Dollar of the Middle Ages", *The Journal of Economic History*, XI, verão 1951, nº 3, pp. 209-234. Lopez salienta que a estabilidade monetária bizantina, enquanto testemunha de orçamentos equilibrados e de um comércio bem-organizado, não significaria necessariamente muito crescimento econômico. A economia bizantina neste período talvez tenha estado bastante estagnada.

(9) A. Hadjinicolau-Marava, *Recherches sur la Vie des Esclaves dans le Monde Byzantin*, Atenas, 1950, pp. 29, 89; R. Browning, "Rabstvo v Vizantiiskoi Imperii (600-1200 gg)", *Vizantiiskii Vremennik*, 1958, XIV, pp. 51-52. O artigo de Browning é a melhor síntese sobre este tópico.

tino do Ocidente — a consolidação da pequena propriedade à sombra da grande — inevitavelmente demonstrou ser apenas provisória: a sólida pressão exercida pelas classes dominantes provinciais no sentido de criar um colonato dependente foi detida nos séculos VI e VII, mas no século X já se havia reafirmado implacavelmente. Os decretos da dinastia macedônica denunciam muitas e muitas vezes a inexorável apropriação de terras camponesas e a sujeição dos pobres pelos potentados rurais da época — os *dunatoi*, ou poderosos. A concentração de terras em mãos de oligarquias locais recebeu violenta resistência do Estado, porque ameaçava destruir suas reservas de abastecimento e o recolhimento de impostos, subtraindo a população agrária ao domínio da administração pública, da mesma forma que o *patrocinium* e colonato romanos haviam feito: um sistema para-senhorial no campo significa o o fim de um aparato militar e fiscal metropolitano capaz de impor a autoridade imperial no reino. As tentativas de sucessivos imperadores no sentido de deter a maré de poder dos *dunatoi* se mostraram necessariamente vãs; a administração local, empenhada na implementação de seus decretos, estava inteiramente assessorada pelo pessoal das mesmas famílias cuja influência pretendia limitar.[10] Assim, não apenas a polarização econômica continuou no campo, mas a rede militar dos *themata* foi paulatinamente sendo dominada pelos grandes senhores locais. Sua própria descentralização, inicialmente condição de sua robusta vitalidade, agora facilitava seu confisco pelos círculos de potentados provinciais, uma vez que sua base original de pequenas propriedades estava minada. A estabilização das últimas formas antigas atingidas pela renovação bizantina dos séculos VII e VIII estava assim cada vez mais comprometida por tendências a uma desintegração protofeudal na economia e na sociedade rurais.

Por outro lado, se alguma reversão duradoura ao tipo de formação social característico da Antiguidade era impossível, um avanço em direção a um feudalismo desenvolvimento também estava impedido. O aparato burocrático supremo da autocracia bizantina permaneceu essencialmente intacto por 500 anos depois de Justiniano: a máquina de Estado centralizada em Constantinopla jamais abandonou a soberania administrativa, fiscal e militar total sobre o território imperial. O princípio de taxação universal jamais caducou, embora depois do século XI

(10) O crescimento do poder econômico e político dos *dunatoi* é um tema comum a todos os modernos historiadores bizantinistas: uma das melhores discussões ainda é uma das primeiras, C. Neumann, *Die Weltstellung des byzantinischen Reiches vor den Kreuzzügen*, Leipzig, 1894, pp. 52-61 — um estudo pioneiro em muitos aspectos.

ocorressem cada vez mais desvios em relação a esta prática. As funções econômicas do último período de Estado antigo, desta maneira, nunca desapareceram. Mas, bastante significativamente, a escravidão hereditária continuou dominante no setor de manufatura do Império, e este setor por sua vez gozava de privilégios de monopólio que o tornaram um eixo para a exportação bizantina e para a indústria alimentar.[11] A conexão peculiarmente íntima entre o modo de produção escravo e a superestrutura do Estado imperial, que havia marcado a Antiguidade, conservou-se assim até os séculos finais de Bizâncio. Além do mais, o trabalho escravo no setor privado da economia não era absolutamente negligenciável: não só continuou a proporcionar volume maior de serviços domésticos para os ricos, mas também foi usado nas grandes propriedades até o século XII. Se hoje é impossível determinar a extensão estatística da escravidão na agricultura do Império Bizantino, por outro lado, é possível, no entanto, conjeturar que seu impacto estrutural sobre as relações rurais não foi de se desprezar: tanto o nível relativamente baixo de obrigações de trabalho pagas pelos foreiros *paroikoi* dependentes, por todo o final da história bizantina, como a escala relativamente grande do cultivo em terras da reserva senhorial poderiam muito bem ter ocorrido em função da disponibilidade de trabalho escravo para a classe rural magnata, mesmo que sua incidência real fosse isolada.[12] Assim, uma burocracia imperial prepotente e uma economia escrava residual agiam constantemente para bloquear as tendências espontâneas de polarização de classes no campo que levassem a uma exploração feudal da terra e a um separatismo senhorial. Além do mais, e pelas mesmas razões, as cidades jamais tiveram uma oportunidade para desenvolver-se em direção a um comunalismo medieval. A autonomia municipal das cidades, que fora uma vez a base celular do Império Romano inicial, já declinava grandemente quando o Império Ocidental caiu, embora ainda conservasse algum resquício de vitalidade no Oriente. A implantação do sistema bizantino dos *themata* levou a uma demolição política local das cidades, enquanto a vida cívica era paulatinamente sufocada pelo peso da capital e da corte. Todos os vestígios de autonomia municipal foram abolidos formalmente por um decreto de Leão VI, que se limitou a consumar um longo processo histórico.[13] Contra este pano de fundo, as cidades bizantinas, tendo perdido

---

(11) Browning, "Rabstvo", pp. 45-46.

(12) Browning, "Rabstvo", p. 47.

(13) Ostrogorsky, "Byzantine Cities in the Early Middle Ages", *Dumbarton Oaks Papers*, nº 13, 1959, pp. 65-66. A mesma recodificação legal aboliu os direitos do Senado

uma vez as antigas formas de privilégio, não foram capazes de ganhar novamente formas feudais de liberdade dentro do sistema imperial. Não surgiram liberdades municipais por dentro da moldura compressora do Estado autocrático.

Dada a ausência de qualquer parcelarização radical de soberania, uma dinâmica urbana do tipo ocidental era estruturalmente impossível. A implantação de um modo feudal de desenvolvimento foi bloqueada em Bizâncio, tanto no campo como na cidade, pela força de oposição de seu complexo institucional clássico e pela sua infra-estrutura. Um sintoma revelador deste beco sem saída era a natureza jurídica da própria aristocracia e monarquia do Império Bizantino. Até o amargo fim, a púrpura imperial jamais se tornou propriedade hereditária de uma dinastia ungida, não importa quão forte se tenha tornado o legitimismo popular; tecnicamente permaneceu sempre como tinha sido iniciada nos longínquos dias do Principado de Augusto — um posto eletivo sobre o qual o Senado, o Exército e o povo de Constantinopla exerciam direitos formais ou factuais de investidura. O cume semidivino da burocracia imperial era a sede de uma função impessoal, semelhante à do oficialato uniforme que lhe estava abaixo e, do mesmo modo, diferente da realeza personalizada do Ocidente feudal. A nobreza que governava neste Estado administrativo não era menos diferente das realezas pessoais do Ocidente feudal. Nenhum sistema hereditário de títulos jamais foi cristalizado em Bizâncio: as honras eram conferidas basicamente por serviços oficiais prestados ao Império, tal como havia sido na época final de Roma, e não passavam a uma segunda geração. Na verdade, mesmo um nome de família aristocrático demorou a desenvolver-se (em marcado contraste com a sociedade mais genuinamente senhorial da Armênia e da Geórgia no Cáucaso adjacente, com seu sistema de níveis inteiramente desenvolvido).[14] As firmes dinastias *dunatoi* da Anatólia, que de maneira crescente vieram a romper a constituição do Estado metropolitano, tiveram um desenvolvimento relativamente tardio: a maioria das grandes famílias — os Focas, Scleros, Comneno, Diógenes e outras — só atingiu proeminência

---

e da classe curial, sistematizando a centralização administrativa da burocracia imperial bizantina: Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, p. 245. Leão VI governou de 886 a 912.

(14) Ver os sensatos comentários de C. Toumanoff, "The Background to Manzikert", *Proceedings of the XIIIth International Congress of Byzantine Studies*, Londres, 1967, pp. 418-419. O clarissimato, é claro, era tecnicamente hereditário no final do Império Romano, mas simultaneamente perdeu muito de seu significado para os novos títulos burocráticos, não-transmissíveis: Jonnes, *The Later Roman Empire*, vol. II, pp. 528-529.

nos séculos IX e X.[15] E, além disto, os proprietários bizantinos sempre residiram caracteristicamente nas cidades[16] — como os latifundiários romanos antes deles —, num modelo que contrasta acentuadamente com os domicílios rurais da nobreza feudal ocidental, com seu papel original muito mais direto na produção agrícola. Assim, a classe governante de Bizâncio por si mesma permaneceu a meio caminho entre os *clarissimi* do final da Antiguidade e o baronato do início da Idade Média. Em seu próprio corpo estava inscrita a tensão frustrada do Estado.

É este profundo impasse interno dentro de toda sua economia e forma de governo que explica o caráter estranhamente estéril e imóvel do Império Bizantino — como se o próprio fato da sua longevidade lhe sugasse a vitalidade. O beco sem saída dos modos de produção rural levaram a uma tecnologia agrícola estagnante, que virtualmente não registrou avanços significativos por todo um milênio, a não ser pela introdução de umas poucas culturas especializadas na época heracliana. Os arreios primitivos e apertados da Antiguidade foram preservados até o final da história bizantina, nunca se chegando a adotar a coalheira medieval. O arado pesado também foi ignorado, pelo uso do ineficiente arado tradicional. No máximo, foi aceito o moinho de água — um presente retardatário do próprio Império Romano.[17] O grande feixe de inovações que transformaram a agricultura ocidental no mesmo período jamais se aclimatou neste meio ambiente mediterrâneo, de solos áridos e fracos — não apareceram também quaisquer aperfeiçoamentos nativos que os substituíssem. Houve uma ruptura maior na manufatura, realizada no reinado de Justiniano — a introdução de uma indústria de seda em Constantinopla, onde as fábricas do Estado, daí por diante, gozaram de um papel monopolista no mercado de exportação europeu até a ascensão das cidades mercantis italianas.[18] Mesmo este foi um segredo furtado do Oriente, e não uma descoberta

---

(15) S. Vryonis, "Byzantium: the Social Basis of Decline in the Eleventh Century", *Greek, Roman and Byzantine Studies*, vol. 2, 1959, n.º 1, p. 161.

(16) G. Ostrogorsky, "Observations on the Aristocracy in Byzantium", *Dumbarton Oaks Papers*, n.º 25, 1971, p. 29.

(17) Para os arreios, ver Lefèbvre des Noettes, *L'Attelage et le Cheval de Selle à Traver les Ages*, Paris, 1931, pp. 89-91; para o arado, A. G. Haudricourt, M. J.-B. Delammare, *L'Homme et la Charrue à Travers le Monde*, Paris, 1955, pp. 276-284; para o moinho de água, J. L. Teall, "The Byzantine Agricultural Tradition", Dumbarton Oaks Papers, n.º 25, 1971, pp. 51-52. O artigo de Teall mostra o que parece um otimismo injustificado sobre a agricultura bizantina, cuja própria evidência é limitada demais para ser sustentada.

(18) R. S. Lopez, "The Silk Trade in the Byzantine Empire", *Speculum*, XX, n.º 1, jan. 1945, pp. 1-42, acentua a importância internacional do monopólio bizantino de tecidos preciosos.

nativa; fora isto, pouca coisa digna de nota se desenvolveu nas oficinas de Bizâncio. De maneira similar, ao grande florescimento cultural do século VI, seguiu-se um hieratismo cada vez mais estreito e rígido, cuja relativa monotonia de formas de pensamento e arte apresenta um lamentável contraste com as do final da Antiguidade. (Não é coincidência que o primeiro redespertar intelectual e artístico real tenha ocorrido quando o Império já entrava numa crise irreversível, porque só então se rompeu o seu poder de coesão e coerção.) A verdade subjacente ao famoso parecer de Gibbon sobre Bizâncio, aqui como em outras partes, só é confirmada por explanações posteriores, que eram inacessíveis a ele.[19]

Num único domínio, entretanto, a História bizantina é bastante agitada e acidentada: a crônica de seus combates. A conquista militar — ou melhor: a reconquista — foi um fio condutor de sua existência, desde a época de Justiniano até a dos Paleólogos. As reivindicações territoriais universais, como sucessor do ***Imperium Romanum***, foram o princípio permanente de sua política exterior.[20] Neste aspecto, a conduta do Estado Bizantino era central e ininterruptamente dirigida por sua matriz na Antiguidade. Desde seu próprio nascimento como entidade imperial separada, tentou recuperar as terras perdidas que outrora deviam obediência a Roma. A realização literal desta ambição fora esvaziada de qualquer significado por toda a passagem interventora do tempo, pois Bizâncio agora jamais poderia esperar repetir as campanhas triunfais de conquista e de escravização, que haviam levado as legiões romanas de uma ponta a outra do Mediterrâneo — o modo de produção escravo há muito estava ultrapassado no Ocidente e se tornara recessivo no Oriente. Assim, não havia uma razão social ou eco-

---

(19) *The Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. XLVIII. Naturalmente, a linguagem de Gibbon é exagerada ("um conto entediante e uniforme sobre a fraqueza e a miséria"), para desprazer dos historiadores que vieram a seguir, para quem esta é uma das passagens menos apreciadas em seu trabalho. Porém, o tratamento que Gibbon dá a Bizâncio, na verdade, foi dirigido por toda a arquitetura de seu *History*: visto que a queda de Roma foi "uma revolução que será sempre lembrada pelas nações da Terra", o destino de Bizâncio apenas estava "*passivamente* conectado" com "revoluções que mudaram o estado do mundo" (grifo dele: I, p. 1; V, p. 171). As distinções conceituais implícitas indicadas aqui são perfeitamente racionais e modernas.

(20) Este ponto da História bizantina foi convincentemente enfatizado por H. Ahrweiler, *Byzance et la Mer*, Paris, 1966: ver especialmente pp. 389-395. A própria insistência de Ahrweiler de que foram basicamente as ambições navais do Império Bizantino as maiores responsáveis por seu colapso final, desviando sua atenção da consolidação de seu poder na terra, é bem mais duvidosa. O mais crítico para a queda final do Estado foi antes o esforço militar total envolvido em sucessivas reconquistas, onde os exércitos pesavam muito mais que as frotas.

nômica para sua expansão militar — ela não poderia estimular historicamente uma nova ordem em sua existência. O resultado foi que as sucessivas ondas de expansionismo bizantino a cada vez quebravam na base imperial, de onde haviam partido, e acabavam por submergi-la e enfraquecê-la. Uma fatalidade misteriosa visitou virtualmente a cada um dos grandes reinos da reconquista. Assim, não apenas a magnífica recuperação da Itália, do Norte da África e do Sul da Espanha — levada a efeito por Justiniano no século VI — foi aniquilada pelas invasões dos lombardos e dos árabes: na geração seguinte, caíram também os Bálcãs, a Síria e o Egito. Da mesma forma, os impressionantes avanços dos imperadores macedônios no final do século X e início do século XI foram seguidos, também repentina e desastrosamente, pelo colapso do poder bizantino na Anatólia diante dos seldjúcidas. No século XII, a revigorada expansão de Manuel Comneno, que levou suas tropas à Palestina, à Dalmácia e à Apúlia, mais uma vez soçobrou em catástrofe, enquanto os turcos rumavam contra o Egeu e os francos saqueavam Constantinopla. Até mesmo no epílogo final de sua existência é visível o mesmo padrão: a retomada da própria Bizâncio pelos Paleólogos no século XIII levou ao abandono de Nicéia e finalmente à redução do Império a uma área minúscula da Trácia, que fora tributária dos otomanos por um século antes de eles entrarem em Constantinopla. Cada fase da expansão era seguida por uma contração ainda mais drástica, sua punição infalível. É este ritmo entrecortado que faz o curso da história bizantina tão diferente da de Roma, com sua curva ascendente relativamente suave, seguida da estabilização e do declínio.

Naturalmente, está claro que na seqüência enumerada acima houve uma crise verdadeiramente decisiva que firmou de modo irrevogável o destino do Império: o período que vai entre as campanhas búlgaras de Basílio II e a vitória seldjúcida de Manzicerta, no século XI. Isto tem sido, em geral, encarado como uma fase em que a burocracia civil de Constantinopla, depois dos brilhantes sucessos militares do último imperador macedônio, sistematicamente desmantelou os exércitos provinciais do Império, de maneira a deter a ascensão dos magnatas rurais que haviam chegado a controlar seu comando, e, assim, a ameaçar a integridade da própria administração central imperial.[21] A ascensão destes oligarcas de província era por sua vez um reflexo da desapropriação do pequeno campesinato, que agora ganhava um irresistível

---

(21) Ver, *inter alia*, Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, pp. 320-321, 329-333, 341-345 e segs., e Vryonis, "Byzantium: the Social Basis of Decline in the Eleventh Century", pp. 159-175.

movimento ascendente. Seguiu-se uma brutal eclosão de conflitos de corte e guerras civis, que enfraqueciam criticamente as defesas bizantinas, já seriamente prejudicadas pelas políticas de desmilitarização das "panelinhas" burocráticas na capital. O *coup de grâce* veio com a chegada dos turcos ao Oriente. Esta explanação, em linhas gerais, está certamente correta, mas sua apresentação muitas vezes implica um contraste ilusório entre os triunfos do reinado de Basílio II e os recuos que o sucederam, e assim não proporciona uma persuasiva descrição das razões por que os grupos políticos, que dominaram a corte de Constantinopla depois de 1025, agiram da maneira aparentemente suicida como o fizeram. Na realidade, foi o extenuante esforço das guerras búlgaras de Basílio II, com suas grandes despesas e perdas imensas, o que possivelmente preparou o caminho para o precipitado colapso dos cinqüenta anos seguintes. Os exércitos bizantinos haviam-se mantido tradicionalmente com contingentes militares relativamente modestos. Desde o século VI, o tamanho médio de um corpo expedicionário estaria em torno de apenas uns 16 mil homens; o aparato militar total de Estado no século IX talvez fosse de uns 120 mil — uma cifra bem abaixo da do final do Império Romano, o que provavelmente ajuda a explicar a maior estabilidade interna no Estado bizantino.[22] A partir do reinado de João Zimisces em meados do século X, o tamanho dos exércitos aumentou brutalmente, a um ponto não atingido durante o governo de Basílio.

Esse encargo teve de ser reduzido proporcionalmente depois de sua morte; já havia sinais ameaçadores de inflação e uma incipiente desvalorização, após séculos de estabilidade de preços no Império. A cunhagem de moedas foi rapidamente depreciada a partir do reinado de Miguel IV em diante (1034-1041). A política interna dos imperadores macedônios curvou-se às ganâncias econômicas e ambições políticas dos *dunatoi* provinciais: os governadores civis da metade do século XI continuaram esta tradição, mas deram a ela um sentido crítico perigosamente novo.[23] Procuraram diminuir os *themata* locais, que se

---

(22) J. Teall, "The Grain Supply of the Byzantine Empire, 330-1025", *Dumbarton Oaks Papers*, nº 13, 1959, pp. 109-117. A mudança provavelmente estava em parte ligada à transformação da infantaria legionária romana em cavalaria pesada bizantina.

(23) N. Svoronos, "Société et Organisation Intérieure dans l'Empire Byzantin au XI^{e} Siècle: Les Principaux Problèmes", *Proceedings of the XIIth International Congress of Byzantine Studies*, pp. 380-382, arrisca a proposição de que os novos imperadores civis tenham também tentado elevar o papel das "classes médias" comerciais nas cidades, democratizando seu acesso ao Senado, de maneira a criar um contrapeso aos magnatas rurais — uma hipótese duvidosa, apoiada em categorias inadequadas.

haviam tornado aos poucos o braço militar do poder nobre, principalmente na Anatólia. Fazendo isto, objetivavam aliviar o tesouro público e controlar os nobres de fora cuja ambição e insubordinação eram sempre, de alguma forma, uma ameaça política à paz civil. A introdução das cotas de malha com pesadas armaduras no final do século X aumentara a carga financeira das unidades *themata* nas províncias, e tornara os velhos sistemas de defesa local mais difíceis de manter. Os novos regimes burocráticos em Constantinopla, que sucederam à dinastia bélica macedônia, voltaram-se assim para os regimentos de elite, *tagmata*, que estavam postados próximo à capital e que tinham um contingente estrangeiro mais profissional. As unidades de cavalaria sempre foram o núcleo militar mais firme dos exércitos imperiais, com melhor disciplina e treinamento. Soldados *themata* dispersos licenciados agora estavam até certo ponto organizados em brigadas nestes regimentos profissionais, que, cada vez com maior freqüência, eram acionados para realizar missões na província ou na fronteira; ao mesmo tempo, a proporção de mercenários estrangeiros neles aumentava constantemente. O volume total da organização militar bizantina foi bastante reduzido por estas formas de governo civilistas, que sacrificavam a força estratégica aos interesses econômicos e políticos da burocracia da corte e aos dignitários metropolitanos. Toda a unidade do Estado bizantino cindiu-se num conflito entre os braços civil e militar da ordem imperial, de maneira impressionantemente semelhante à brecha fatal que precedera a queda do Império Romano.[24] A resistência dos *dunatoi* ao novo curso dos acontecimentos era violenta, e agora o equilíbrio de poder no campo havia-se distanciado muito para que uma solução fosse imposta com êxito. Seu único efeito foi o de provocar uma tormentosa série de guerras civis na Anatólia entre as facções "militar" e "burocrática" da classe dominante, que desmoralizou e desorganizou

---

(24) A diferença mais óbvia e mais importante entre os dois conflitos era que a última elite militar bizantina era primariamente uma classe proprietária provincial da Anatólia, e o último comando do exército romano era composto principalmente por oficiais profissionais, primeiro, balcânicos, e depois, cada vez mais, bárbaros (ver acima, pp. 82-86, 96-99). A mudança provavelmente deveu-se muito à introdução da cavalaria pesada, depois da implantação do sistema dos *themata*, que criou os potentados militares locais no Império Bizantino. As linhas divisórias, em conseqüência, divergiam nos dois casos: em Roma, o aparato do alto comando estava centrado nas cidades, o poder dos proprietários civis no campo, enquanto em Bizâncio os potentados militares dominavam as províncias e os burocratas civis, a capital. Por isso, a explosão de verdadeiras guerras civis entre os dois lados do Império Grego e a muito maior consciência da natureza de seus antagonismos entre os contemporâneos (compare Pselos com Ammianus). As semelhanças estruturais entre os processos em Roma e Bizâncio eram significativamente muito próximas.

todo o sistema de defesa bizantino. A perseguição religiosa e étnica às comunidades armênias, que haviam sido incorporadas recentemente ao Império, causou ainda mais desordem e comoção ao longo da vulnerável fronteira oriental. Estava pronto o cenário para a queda de Manzicerta.

Em 1071, o sultão seldjúcida, Alp Arslan, indo para o sul pelo Cáucaso em direção ao Egito, deu com os exércitos de Romanus Diógenes IV, e aniquilou-os, capturando o próprio imperador. No campo de batalha, os exércitos auxiliares dos armênios, mercenários francos e petchenegues e os regimentos bizantinos, comandados por um rival civilista, haviam todos desertado ou traído as normas imperiais. A Anatólia se transformou num território aberto e indefeso, em que os nômades turcomanos vaguearam nas décadas seguintes, sem encontrar oposição.[25] O domínio bizantino na Ásia Menor estava rompido, não pela erupção de massa *Völkeranderung* do tipo gótico ou vândalo, nem por uma ocupação militar organizada do gênero persa ou árabe, mas, sim, pela migração gradual de bandos de nômades às terras altas. O caráter anárquico e fragmentário das sucessivas incursões turcas, entretanto, não era sinal de seu caráter efêmero. Pelo contrário, a crescente nomadização que disto resultou provou ser mais destrutiva a longo prazo para a civilização grega na Anatólia que as conquistas militares centralizadas dos Bálcãs pelos exércitos otomanos que vieram depois. As caóticas incursões ligeiras e pilhagens selvagens dos turcomanos lentamente desurbanizavam região após região, deslocando populações agrárias instaladas e destruindo instituições culturais cristãs.[26] A destruição da economia rural pelos nômades finalmente ficou para trás com a ascenção do sultanato seldjúcida de Konya no século XIII, que restaurou a paz e a ordem na maior parte da Anatólia turca; mas a pausa seria apenas temporária.

Enquanto isso, a própria informalidade das colonizações turcas no interior permitiu a sobrevivência do Estado bizantino do final do século XI e seu contra-ataque às costas da Ásia Menor — entretanto,

---

(25) Claude Cahen, "La Première Pénétration Turque en Asie Mineure (Seconde Moitié du XI^{e} Siècle)", *Byzantion*, 1948, pp. 5-67.

(26) Agora há uma discussão e documentação extensa sobre este processo em S. Vryonis, *The Decline of Medieval Hellenism in Asia Minor and the Process of Islamization from the Eleventh through the Fifteenth Century*, Berkeley-Los Angeles, 1971, pp. 145-168, 184-194 — um estudo maior. Vryonis talvez tenha uma tendência a exagerar a responsabilidade dos conflitos civis-militares na classe dominante bizantina para o conflito grego em Manzicerta e depois ("O único e mais fatídico desenvolvimento", pp. 76-77, 403), mas sua descrição dos mecanismos sociais da turquificação da Anatólia que veio depois é confiável.

jamais recuperou os platôs centrais. Sob os Comnenos, as oligarquias militares provinciais, que haviam estado acumulando poder em suas propriedades e à testa de suas tropas locais, finalmente assumiram o controle do Estado imperial. Os grupos magnatas maiores não foram elevados à corte por Alexis I, que reservou estas posições para suas próprias conexões familiares ramificadas, para garantir-se contra os poderosos *dunatoi* rivais — agora, no entanto, a pequena nobreza média e baixa ganhavam terreno por sua própria conta. As barreiras à feudalização agora iam sendo postas de lado. Benefícios administrativos ou *pronoiai* eram concedidos aos proprietários de terra, o que dava a eles poderes fiscais, judiciais e militares sobre territórios determinados em troca de serviços específicos para o Estado; multiplicados pelos Comnenos, estes benefícios afinal se tornaram hereditários sob os Paleólogos.[27] Os nobres ganharam imunidades, ou *ekskousseiai*, que os isentavam da jurisdição da burocracia central, e recebiam doações de terras monásticas ou da Igreja para seu uso pessoal (*charistika*). Nenhuma destas formas institucionais adquiriu a lógica ou a ordem do sistema feudal ocidental; no máximo, eram versões parciais ou fragmentares. Sua tendência social era clara. Os camponeses livres agora iam sendo degradados à condição de rendeiros foreiros dependentes ou *paroikoi*, cada vez mais aproximada à dos servos na Europa Ocidental.

A economia urbana da capital, com suas manufaturas de Estado e artigos de luxo para exportação, nesse meio-tempo ia sendo sacrificada às negociações diplomáticas com Veneza e Gênova, cujos mercadores logo passaram a gozar de uma absoluta supremacia comercial no Império, devida aos privilégios entregues generosamente a eles pela Crisobula de 1084, que os isentava das taxas imperiais de vendas. Invertendo seu tradicional equilíbrio comercial, Bizâncio em seu declínio econômico agora perdia o monopólio das sedas e tornava-se um importador certo de tecidos e roupas ocidentais e outras manufaturas acabadas, em troca exportando bens primários como trigo e óleo para a Itália.[28] O sistema administrativo decaiu a um ponto em que os governadores regionais muitas vezes residiam na capital e só faziam incursões a suas províncias para a coleta de taxas, em mal disfarçadas expedições saqueadoras.[29] Mercenários e aventureiros enchiam as fileiras de seus exércitos; cruzados as supervisionavam com grande cobiça. A tomada e o saque de Constantinopla por uma expedição vêneto-franca em 1204 finalmente acabaram com o que restava do Estado imperial. Foi importado um sistema feudal e ocidental completo, com feudos e vassalagens, principalmente na Grécia Central e do Sul, onde senhores franceses introduziram um modelo semelhante ao de ultramar. Esta importação artificial, entretanto, não durou muito. O regime sucessor grego em Nicéia, deixado na periferia do velho Império anterior, foi capaz de reunir penosamente os restos fragmentados do território bizantino e reconstituir uma sombra de Estado imperial mais uma vez em Constantinopla.

A classe *pronoia* de proprietários de terra agora se tornara herdeira de seus benefícios; a massa do campesinato era de *paroikoi*; as relações de vassalagem foram assimiladas nas concepções políticas do aparelho de Estado local, e os apanágios eram concedidos pela família Paleólogo governante; as comunidades comerciais estrangeiras possuíam enclaves e franquias autônomos. No campo, multiplicavam-se as propriedades monásticas, e os proprietários seculares recorriam com freqüência ao pastoreio extensivo, de maneira a poder mudar com facilidade suas propriedades durante as incursões turcomanas.[30] Mas esta aparente feudalização final da formação social bizantina jamais atingiu uma coerência orgânica ou espontânea.[31] Suas instituições eram um simulacro de formas ocidentais, onde estava inteiramente ausente a dinâmica histórica que havia produzido estas últimas: uma advertência

(27) G. Ostrogorsky, *Pour l'Histoire de la Féodalité Byzantine*, Bruxelas, 1954, pp. 9-257, é o estudo clássico sobre a instituição da *pronoia*. Ostrogorsky sustenta que "a *pronoia* em Bizâncio e nas terras eslavas do Sul, como o feudo no Ocidente e a *pomest'e* na Rússia, é a manifestação de uma feudalidade desenvolvida" (p. 257) — uma argumentação contestável que é discutida logo abaixo.

(28) M. Ya. Siuziumov, "Borba za Puti Razvitiya Feodal'nykh Otnoshenii v Vizantii", *Vizantiiskie Ocherki*, Moscou, 1961, pp. 52-57.

(29) J. Herrin, "The Collapse of the Byzantine Empire in the Twelfth Century: A Study of a Mediaeval Economy", *University of Birmingham Historical Journal*, XII, nº 2, 1970, pp. 196-199, um vívido camafeu da época.

(30) Ernst Werner, *Die Geburt einer Grossmacht (1300-1481)*, Berlim, 1966, pp. 123-124, 145-146.

(31) O problema de saber se um verdadeiro feudalismo bizantino se formou ou não, no crepúsculo do Império Grego, tem sido uma tradicional linha divisória entre os bizantinistas. Ostrogorsky emprestou o peso de sua autoridade ao ponto de vista de que a última sociedade bizantina era essencialmente feudal: ver o recente "Observations on the Aristocracy in Byzantium", pp. 9 e segs. Os historiadores soviéticos, da mesma forma, sempre afirmaram a existência de um feudalismo bizantino (muitas vezes tendendo a datar seu aparecimento um tanto mais cedo). Uma nova exposição búlgara sobre esta posição pode ser encontrada em Dimitar Angelov, "Byzance et l'Europe Occidentale", *Etudes Historiques*, Sofia, 1965, pp. 47-61. Lemerle, por outro lado, negou categoricamente que o feudalismo tenha sido alguma vez implantado em Bizâncio, com o que concorda a maioria dos estudiosos ocidentais. O estudo comparativo de Boutruche, conceitualmente mais apurado, também rejeita a noção de que o complexo *pronoia-ekskousseia-paroikoi* tenha jamais constituído um autêntico sistema feudal: *Seigneurie et Féodalité*, vol. I, pp. 269-279.

notável contra qualquer tentativa de eliminação de modos de produção por uma comparação atemporal de seus elementos. As últimas formas feudais bizantinas eram o resultado final de uma *decomposição* secular de uma forma de governo imperial unitária, que havia permanecido inalterada por sete séculos — em outras palavras, eram o produto de um processo diametralmente oposto ao que originara o feudalismo ocidental, uma *recomposição* dinâmica de dois modos de produção anteriores — já dissolvidos — numa nova síntese, que deveria liberar as forças produtivas numa escala sem precedentes. Não foi registrado nenhum aumento na densidade demográfica, na produtividade agrícola ou no comércio urbano neste crepúsculo do governo bizantino. No máximo, a desintegração do velho sistema de Estado metropolitano liberou alguma efervescência intelectual e um torvelinho social no reduzido perímetro de sua influência na Grécia. A captação econômica da capital por comerciantes italianos levou a uma restauração do comércio nativo em umas poucas cidades provinciais que estavam melhor protegidas, e o aumento do tráfico cultural com o Ocidente diluiu o controle do obscurantismo ortodoxo.

O último episódio significante da história bizantina — o derradeiro brilho moribundo de sua vitalidade — paradoxalmente combinava a manifestação de novas agitações geradas pelo feudalismo incipiente da Grécia Oriental com a influência dos processos derivados da crise do feudalismo decrescente no Ocidente latino. Em Tessalônica, a segunda cidade do Império, uma revolta municipal contra a usurpação do potentado Cantacuzene mobilizou paixões antimísticas e antioligárquicas entre as massas urbanas, confiscou e distribuiu a propriedade dos monastérios e dos ricos, e durante sete anos rechaçou os ataques da classe proprietária de terras, apoiada pelos otomanos.[32] A inspiração desta luta social feroz, sem exemplos nos 900 anos da história bizantina, talvez tenha sido proporcionada pela revolução comunal genovesa de 1339, um dos elos da grande cadeia de levantes urbanos durante a crise medieval final da Europa Ocidental.[33] A supressão da república

---

(32) P. Charanis, "Internal Strife in Byzantium during the Fourteenth Century", *Byzantion*, XV, 1940-1941, pp. 208-230, analisa o caráter e o curso da revolta.

(33) Siuziumov alega que o modelo da revolta de Tessalônica, pelo contrário, foi o renascimento nacional, em Roma, de Cola di Rienzo, e não apenas a simples revolta municipal em Gênova, e que só se tornou questão comunal no final, na fase de encerramento. Para ele, a insurreição foi basicamente o trabalho de uma classe urbana empreendedora, cujo objetivo era a restauração de um Estado imperial central, capaz de defesa contra as ameaças turca e ocidental. Uma tal interpretação dos zelotes de Tessalônica parece injustificadamente forçada, num ensaio contrário: "Borba za Puti Razvitiya Feodal'nykh Otnoshenii v Vizantii", pp. 60-63.

zelote em Tessalônica, naturalmente, foi inevitável: a formação social bizantina em degeneração era incapaz de sustentar uma forma urbana tão adiantada, em que estivesse pressuposto um tônus econômico e social completamente diferente. Com a derrota, a história bizantina independente efetivamente esgotou-se. Do final do século XIV em diante, o nomadismo turcomano revigorado devastou a Anatólia Ocidental e aniquilou o último ponto de apoio do helenismo na Jônia, enquanto os exércitos otomanos moviam-se de Galípoli para o norte. Constantinopla passou o último século de sua existência como um isolado tributário do poder turco nos Bálcãs.

Agora se pode colocar a questão: por que, durante toda esta longa história, jamais ocorreu alguma fusão dinâmica nos Bálcãs entre as ordens imperial e bárbara, como a que teria produzido um feudalismo ascendente do tipo ocidental? Por que não houve ali uma síntese heleno-eslava comparável em escopo e efeitos à síntese romano-germânica? Devemos lembrar que as invasões tribais assolaram toda a vastidão de terras que se estendia do Danúbio ao Adriático e ao Egeu, pelo final do século VI e início do VII; e que, depois disto, as fronteiras eslava e bizantina recuaram e avançaram na península balcânica, por mais de 700 anos de constantes contatos e conflitos. O destino das três maiores regiões que a compunham naturalmente foi variável, e poderá ser resumido como segue. A grande vaga eslavo-ávara de 580-600 varreu toda a península, e submergiu a Ilíria, a Mésia e a Grécia, avançando até o Peloponeso, no extremo sul. A perda da Ilíria para a migração e colonização eslavas cortou a histórica ligação por via terrestre do mundo imperial romano; nenhum outro acontecimento poderia ser tão decisivo para a ruptura da unidade entre a Europa Ocidental e Oriental na Idade das Trevas. Ao sul, passaram-se ainda mais dois séculos antes que Bizâncio fosse capaz de começar a sistemática reconquista da Trácia e da Macedônia nos anos 780 — e mais uns vinte anos antes que o Peloponeso fosse finalmente subjugado. Daí por diante, a maior parte da Grécia propriamente dita foi governada sem interrupção por Constantinopla, até a conquista latina de 1204. A Mésia, colonizada por eslavos, por outro lado, foi invadida pelos búlgaros, nômades turanianos da Rússia Central, que ali estabeleceram um khanato no final do século VII. Pelo final do século IX, a classe dominante búlgara se havia eslavizado e geria um poderoso império, cujo controle se estendia até a Macedônia Ocidental. Depois de uma série de lutas militares épicas com Bizâncio, o Estado búlgaro foi subjugado por João Zimisces e Basílio II, e incorporado ao Império Grego a partir de 1018, por mais de cento e cinqüenta anos. Mas, em 1186, uma revolta búlgaro-valáquia vitoriosa terminou com a ocupação bizantina, e um segundo Império búlgaro surgiu, dominando os Bálcãs novamente, até ser batido pelas invasões mongóis da década de 1240. A antiga zona da Ilíria, em contraste, vegetou além da órbita de influência bizantina por quatro séculos, antes de ser parcialmente retomada e parcialmente reduzida à clientelagem por Basílio II no início do século XI. Estabeleceu-se aí uma dominação grega por uma forma frágil e precária que durou apenas um século, assinalado por numerosas rebeliões, até o aparecimento, em 1151, de um reino sérvio unificado. Na metade do século XIV, o Império Sérvio, por sua vez, se tornou o poder supremo dos Bálcãs, humilhando o da Bulgária e o de Bizâncio, antes de se desintegrar às vésperas da conquista turca.

Por que este modelo alternativo acabou não gerando nenhuma síntese feudal forte — e, na verdade, nenhuma ordem histórica durável? O solo da zona toda mostrou ser uma areia movediça para a organização social e também para a formação de Estado — nada é mais impressionante do que a facilidade com que os otomanos finalmente tomaram posse dela, depois que cada poder local já havia imergido numa inatividade temporária comum pelo final do século XIV. A resposta a esta questão certamente está no peculiar jogo de forças entre as ordens pós-bárbaras e a do final do império nos Bálcãs. O Império bizantino, depois da perda da península nos séculos VI e VII, estava ainda demasiadamente forte para ser destruído por um ataque vindo de fora, e parcialmente ainda capaz de recuperar terreno perdido, depois de um intervalo de duzentos anos. Mas no período que sobreveio, os povos eslavos e turanianos que se haviam instalado nos Bálcãs, ao contrário, tornaram-se desenvolvidos demais ou por demais numerosos para ser assimilados, quando por sua vez fossem reconquistados — assim, a dominação grega jamais conseguiu integrá-los a Bizâncio e, ao cabo, mostrou-se efêmera. A mesma equação pode ser formulada de maneira negativa. As comunidades eslavas, que formavam a maioria maciça dos primeiros colonos bárbaros nos Bálcãs, eram socialmente primitivas demais no período heracliano, para serem capazes de estabelecer sistemas políticos do tipo que as tribos germânicas haviam criado no Ocidente merovíngio. Por outro lado, o Estado bizantino, por sua própria estrutura interna, como já vimos, era incapaz de obter o tipo de sujeição e integração dinâmica dos povos tribais que outrora havia sido característica da Roma imperial. Nenhuma das duas forças poderia prevalecer sobre a outra de maneira permanente, embora pudessem descarregar repetidos danos letais uma sobre a outra. O choque entre ambas não tomou a forma de um cataclisma geral do qual tenha surgido uma nova síntese — foi uma lenta e recíproca trituração e exaustão. Os sinais distintivos deste processo, que colocaram o Sul da Europa distanciado do Ocidente europeu, estão registrados de muitos modos diferentes.

Para tomarmos, primeiro, dois sensíveis índices culturais: todo o padrão de evolução lingüística e religiosa na região foi muito diferente. No Ocidente, os invasores germânicos haviam sido convertidos ao cristianismo ariano pela época de sua conquista; aos poucos foram ganhos para a Igreja Católica; e, com poucas exceções, suas línguas desapareceram diante da fala romance das populações latinizadas que subjugaram. Por outro lado, no Sudeste, os eslavos e os ávaros, que invadiram os Bálcãs no final do século VI, eram povos pagãos e, por quase três séculos, a maior parte da península permaneceu descristianizada — o único e o mais dramático revés jamais sofrido pelo cristianismo no continente. Além disso, quando os búlgaros se tornaram os primeiros bárbaros a se converter no final do século IX, foi-lhes concedido um patriarca ortodoxo autônomo, o que era o mesmo que uma Igreja "nacional" independente. Os sérvios terminaram recebendo este privilégio no século XII. Ao mesmo tempo, enquanto a Grécia era lentamente re-helenizada lingüisticamente depois de sua reconquista por Bizâncio no final do século VIII e início do IX, todo o interior da península balcânica permaneceu eslavo na língua: tanto é assim que, para obter a conversão de seus habitantes, os missionários gregos Cirilo e Metódio de Tessalônica (então ainda uma cidade fronteiriça bilíngüe) tiveram de inventar o alfabeto glagolítico especificamente para o povo de língua eslava da região.[34] A assimilação cultural, assim, ocorreu exatamente na ordem inversa nos Bálcãs: enquanto no Ocidente uma heresia particularista deu lugar à ortodoxia universalista e ao latinismo lingüístico, no Sudeste, o paganismo gerou uma ortodoxia separatista apoiada em um não-helenismo lingüístico. A conquista militar bizantina posterior não pôde alterar de maneira alguma esta condição cultural básica. No que diz respeito a isto, a grande massa da população eslava da península havia-se consolidado fora do raio de ação bizantino. Uma colonização de maior densidade demográfica pode em parte explicar o contraste com as invasões germânicas. Mas não há dúvida de que a natureza do meio ambiente bizantino inicial tenha sido também um determinante primordial.

---

(34) G. Ostrogorsky, "The Byzantine Background to the Moravian Mission", *Dumbarton Oaks Papers*, nº 19, 1965, pp. 15-16. Para o caráter da escrita glagolítica e depois a cirílica, ver D. Obolensky, *The Byzantine Commonwealth*, Londres, 1971, pp. 139-140.

Se, ao nível cultural, os relacionamentos bárbaro/bizantino revelam a relativa fraqueza do último, ao nível econômico e político indicam, outrossim, os limites peculiares do primeiro. Os problemas gerais da formação inicial de um Estado eslavo já foram discutidos antes. A experiência particular dos Bálcãs imprime-lhes um acentuado destaque. Realmente, parece claro que foi a organização militar ávara que comandou e liderou o ataque bárbaro aos Bálcãs, tornando sua conquista possível. Os eslavos, que lutavam como suas tropas auxiliares, ultrapassavam-nos muito em número e ficavam para trás nas novas terras, enquanto as hordas ávaras voltavam à sua base na Panônia, para ressurgir periodicamente em incursões contra Constantinopla — mas não para se instalarem na península.[35] As migrações eslavas agora estavam disseminadas por territórios que durante séculos haviam sido parte integrante do sistema imperial romano, e que até mesmo incluíam o berço da civilização clássica — a Grécia. Ainda assim, por mais de três séculos depois de suas invasões, estes povos não produziram qualquer forma de governo transtribal de que reste algum registro. O primeiro Estado real verdadeiro a ser criado nos Bálcãs foi trabalho de outro povo nômade turaniano, os búlgaros — cuja superioridade militar e política sobre os eslavos os capacitaram a criar um khanato poderoso ao sul do Danúbio, que logo desafiou frontalmente Bizâncio. A classe governante protobúlgara dos boiardos dominava uma formação social mista, cuja população era constituída principalmente de camponeses eslavos livres, que pagavam tributo a seus chefes supremos turanianos, que compunham uma aristocracia militar em dois níveis ainda organizadas com base no clã. Pelo final do século IX, a língua protobúlgara havia desaparecido e o khanato fora cristianizado formalmente: o sistema de clã e o paganismo caíram juntos, como em todos os lugares, e logo toda a classe boiarda estava eslavizada, embora com certa aparência cultural grega.[36] O início do século X testemunhou um formidável ataque direto a Bizâncio pelo novo governante búlgaro Simeão, que tomou Adrianópolis duas vezes, passou pelo Golfo de Corinto e cercou Constantinopla. A ambição declarada de Simeão era nada menos que tornar-se o senhor do próprio Império Oriental, e, no

---

[35] P. Lemerle, "Invasions et Migrations dans les Balkans depuis la Fin de l'Époque Romaine jusqu'au VII^{e} Siècle", *Revue Historique*, CCXI, abr.-jun. 1954, pp. 293 e segs.

[36] S. Runciman, *A History of the First Bulgarian Empire*, Londres, 1930, pp. 94-95; I. Sakazov, *Bulgarische Wirtschaftsgeschichte*, Berlim/Leipzig, 1929, pp. 7-29.

encalço deste objetivo, teve êxito ao tomar à força, a Bizâncio, a concessão de um título imperial de "czar". Finalmente, depois de prolongadas campanhas, seus exércitos foram derrotados pelo governante croata Tomislau, e a Bulgária caiu em debilidade e inquietude durante o governo do seu filho Pedro.

O primeiro movimento inequivocamente radical religioso da Europa cristã, o bogomilismo, agora se disseminava, expressão do protesto camponês contra os enormes custos das guerras de Simeão e da polarização social que as havia acompanhado.[37] O Estado búlgaro ainda sofreu mais um revés das destrutivas guerras russo-bizantinas que aí se travavam. Um renascimento militar e político durante o governo do czar Samuel no final do século X, entretanto, levou a um outro conflito violento com Bizâncio, que durou vinte anos. Foi esta prolongada luta cruel que finalmente minou o sistema imperial bizantino e pavimentou o caminho para sua queda na Anatólia. Suas conseqüências naturalmente foram ainda mais desastrosas para a Bulgária, cuja existência independente esteve extinta por mais de 150 anos. A ocupação bizantina durante os séculos XI e XII levou a um rápido aumento das grandes propriedades e à intensificação das extorsões e pressões fiscais centrais de nobres gregos e búlgaros sobre o campesinato. Pela primeira vez foi introduzida na Bulgária a instituição da *pronoia* e multiplicadas as imunidades *ekskousseia*. Números crescentes de antigos camponeses livres caíam na situação de *paroikoi* dependentes, e a escravidão se expandia contemporaneamente graças ao cativeiro de prisioneiros de guerra.[38] Agora, como era de se prever, revivia o bogomilismo. Houve repetidas revoltas populares contra o governo bizantino e, em 1186, dois chefes valacos, Pedro e João Asen, lideraram uma insurreição vitoriosa, que desbaratou as expedições punitivas gregas enviadas contra ela.[39] Um "segundo" Império Búlgaro foi então construído, com hierarquia administrativa e sistema de taxações muito próximo ao de Bizâncio: o número de camponeses livres continuava a cair, e o estrato boiardo superior consolidava o seu poder. No início do século XIII, o czar Ioanitsa (Kalojan) empenhou-se outra vez em atingir a meta tradicional das dinastias búlgaras — o assalto a Constantinopla e a pretensão ao título imperial universal que advinha com seu controle. Suas tropas derrotaram o imperador latino Balduíno pouco depois da quarta cruzada, e seu sucessor carregou os estandartes búlgaros vitoriosamente para o Adriático. Mas, dentro de uma década, este Estado ampliado caiu diante do ataque violento dos mongóis.

---

[37] Um sacerdote ortodoxo da época recapitulou as doutrinas sociais do bogomilismo: "Eles ensinam seu próprio povo a não obedecer a seus senhores, insultam os ricos, odeiam o czar, ridicularizam os mais velhos, condenam os boiardos, encaram como vis à vista de Deus aqueles que servem o czar, e proíbem cada servo de trabalhar para seu mestre". Obolensky, *The Byzantine Commonwealth*, p. 125.

[38] Dimitar Angelov, "Die bulgarische Länder und das bulgarische Volk in der Grenzen des byzantinischen Reiches im XI-XII Jahrhundert (1018-1185)", *Proceedings of the XIIth International Congress of Byzantine Studies*, pp. 155-161. Enquanto os *ekskouseiai* nunca chegaram a ter imunidades "integrais", pois sempre se ativeram a encargos públicos lançados sobre os *paroikoi*, concessões búlgaras do período conferiam poderes senhoriais muito mais compreensíveis sobre o campesinato. Ver G. Cankova-Petkova, "Bizânce et le Développement Social et Economique des États Balkaniques", *Actes du Premier Congrès International des Études Balkaniques et Sud-Est Européens*, Sofia, 1969, pp. 344-345.

As populações eslavas da antiga região da Ilíria foram, em geral, muito mais lentas para desenvolver um sistema político pós-tribal, por não disporem inicialmente de uma classe militar nômade bem organizada: a diferenciação social processou-se mais gradualmente e a organização de clãs mostrou-se muito tenaz. O primeiro reinado croata (900-1097) foi absorvido pela Hungria e não desempenhou mais nenhum papel independente. Ao sul, os *župani* hereditários governavam territórios locais, de suas instalações fortificadas, como patrimônios de família, e divididos entre os parentes para administração.[40] Os primeiros principados a surgir foram os de Zeta e Rascia no século XI, criações antibizantinas que foram parcialmente suprimidas pelos imperadores Comneno. No final do século XII, o Grande Župan Estêvão Nemanja uniu os dois territórios num só reino sérvio, adquirindo o título real do papa. Embora os esforços bizantinos para a reconquista da Sérvia tenham sido detidos, passaram-se ainda mais cem anos antes que aristocratas dispersos do clã tivessem passado por um suficiente processo de fortalecimento para formar uma classe proprietária de terras unificada, com direitos senhoriais sobre um campesinato servil e uma capacidade de expandir o território da monarquia sérvia. O eclipse da Bulgária e Bizâncio pelo início do século XIV deu-lhe a oportunidade de ganhar o domínio dos Bálcãs. Estêvão Dushan anexou a Macedônia, a Tessália e o Épiro, proclamou-se imperador dos sérvios e dos gregos em Skoplje em 1346. A estrutura social e política do Grande Império Sérvio está documentada pelo exaustivo código legal redigido logo depois, durante o reinado de Dushan. A nobreza dominante possuía propriedades alodiais hereditárias, trabalhadas por *sebri* dependentes — o equivalente sérvio dos *paroikoi* bizantinos —, camponeses que deviam serviços de mão-de-obra, formalmente ligados à terra por decreto real. O monarca tinha amplos poderes autocráticos, mas era rodeado e aconselhado por um conselho permanente de magnatas e prelados. Dushan aboliu o título de *župan* com seus matizes de clã e substituiu-o pelo grego *kefalija*, o termo bizantino para um governo imperial. A corte, a chancelaria e a administração eram cópias grosseiras das de Constantinopla.[41] Algumas das cidades ribeirinhas do Danúbio exerciam um autogoverno em função dos estreitos laços mantidos com as cidades italianas. As minas de prata que engrossavam os rendimentos reais eram operadas pelo trabalho escravo e dirigidas por saxões. O Império Sérvio foi sem dúvida o mais adiantado Estado eslavo a surgir nos Bálcãs medievais: as correntes cruzadas do Ocidente e Bizâncio são visíveis no caráter misto de seu sistema político, intermediário entre um complexo sistema feudal e uma burocracia autocrática. Mas esta mesma heterogeneidade de seus elementos o condenou a uma vida muito breve. Poucos anos depois da morte de Dushan, desintegrava-se em turbulentas províncias governadas por déspotas e apanágios subdivididos. Um último poder eslavo ainda sucedeu-lhe. Durante cinqüenta anos, na última metade do século XIV, foi a vez da Bósnia de predominar no Adriático: o credo bogomil de sua dinastia e o caráter eletivo de sua monarquia fizeram com que este montanhoso posto avançado fosse incapaz de se ombrear com o Império Sérvio que o precedera.

O círculo de rivalidades entre Bizâncio, a Bulgária e a Sérvia tinha assim terminado numa regressão e num declínio comum no final do século XIV. O frágil sistema de Estado dos Bálcãs medievais estava numa crise geral antes que a conquista otomana o surpreendesse. As razões estruturais para que a região malograsse em produzir uma síntese feudal nativa já foram indicadas. A natureza dos fracassados Estados búlgaro e sérvio pode apenas enfatizá-las. Sua característica mais impressionante, de qualquer perspectiva européia comparativa, é a periódica e impossível imitação da autocracia imperial da própria Bizâncio. Eles procuravam impérios, e não reinos; seus governantes objetivavam o título universal de *autokrator* greco-romano, e não qualquer título imperial. Os Impérios búlgaro e sérvio tentaram imitar o

---

(39) A mais clara descrição deste levante é a de R. L. Wolff, "The 'Second Bulgarian Empire'. Its Origin and History to 1024", *Speculum*, XXIV, nº 2, abr. 1949, pp. 167-206.

(40) Dvornik, *The Slavs. Their Early History and Civilization*, pp. 162-163.

(41) S. Runciman, "Byzantium and the Slavs", em N. Baynes e H. Moss (eds.), *Byzantium: An Introduction to East Roman Civilization*, Oxford, 1948, pp. 364-365; Dvornik, *The Slavs in European History and Civilization*, pp. 142-146.

sistema administrativo interno dos Estados bizantinos, e apossar-se externamente dele pela conquista direta e pela sucessão. Uma tarefa assim era intrinsecamente inviável para eles, e era fatal que tivesse levado a uma superexpansão social e política: uma transição direta de governo tribal-local ao imperial-burocrático estava além dos recursos de qualquer nobreza da região, e não correspondia a nenhuma infra-estrutura econômica real, na ausência tanto de uma economia urbana, quanto de uma escrava. Daí, a ruína recíproca advinda da luta triangular por um domínio imperial que, já por si, era então um anacronismo ilusório. E, ao mesmo tempo, a época em que esta ruína foi consumada foi também a da depressão geral por toda a Europa. A documentação referente à economia rural dos Bálcãs neste período ainda é muito dispersa, em parte devido à subseqüente obliteração otomana de suas instituições, pelo que, hoje, não se pode fazer quaisquer julgamentos sobre suas tendências internas. Mas aqui, como por toda parte, a grande peste também cobrou sua taxa. Cálculos recentes estimam que entre 1348 e 1450 houve um declínio demográfico global de 25 por cento, de uns 6 milhões para 4,5, numa região que era escassamente povoada.[42] Além disso, também irromperam revoltas sociais nos Bálcãs nesta época. A "comuna" de Tessalônica já foi descrita. Simultaneamente a ela houve uma insurreição camponesa nas planícies da Trácia em 1342, contra os senhores provinciais bizantinos. Ao longo do Adriático, Kotor e Bar foram cenário de levantes municipais. Uma rebelião rural na Bulgária em 1277 trouxera um usurpador plebeu ao poder por breve espaço de tempo; no século XIV, a vagabundagem e o banditismo disseminaram-se, enquanto as terras se tornavam cada vez mais concentradas. As pressões do que teria sido a construção do Estado imperial pelas diversas aristocracias da península naturalmente haviam levado a maiores exações fiscais e prediais sobre os pobres, que respondiam com desconfiança e agitação.

É de se notar que virtualmente não tenha havido resistência popular no campo à chegada dos otomanos, com a exceção — significativa — das primitivas fortalezas alpinas da Albânia, onde a organização tribal e de clãs ainda detinha a propriedade de terras e impedia a diferenciação social. Na Bósnia, onde o campesinato bogomil fora especialmente perseguido pela Igreja Católica como "patarene" heréticos e entregue às incursões de mercadores venezianos e ragusianos que vinham aí em busca de escravos,[43] as massas rurais e setores da nobreza local deram as boas-vindas ao governo turco e foram amplamente convertidos ao Islã. Braudel escreveu categoricamente: "A conquista turca dos Bálcãs só foi possível por se haver beneficiado de uma espantosa revolução social. Uma sociedade senhorial que oprimia duramente o campesinato foi tomada de surpresa e caiu por si mesma. A conquista, que eliminou os grandes proprietários latifundiários, em certos aspectos foi uma "liberação dos pobres". A Ásia Menor fora conquistada paciente e lentamente depois de séculos de obscuros esforços dos turcos: a península balcânica, por assim dizer, não opôs resistência a eles".[44] Entretanto, um tal juízo é muito sumário. Na verdade, houve poucos sinais de qualquer colapso espontâneo ou total da ordem social nativa anterior aos ataques turcos. A classe nobre era cada vez mais opressiva em todas as partes e seus sistemas políticos estavam em crise. Mas uma recuperação subseqüente não poderia deixar de ser considerada. Foi o assalto otomano que eliminou qualquer possibilidade de mais algum desenvolvimento autóctone nos Bálcãs. Os campos de Maritsa e Kossovo, onde caíram as aristocracias búlgara e sérvia em suas derrotas, foram palcos de luta dura: não houve vitória fácil para os turcos. Por outro lado, uma vez desferidos os decisivos golpes otomanos, as precárias estruturas de Estado balcânicas não tinham reservas para continuar a luta contra a invasão islâmica. Depois de derrotados os príncipes e nobres locais, a única oportunidade que restava de deter a maré turca ficou nas expedições defensivas para salvação dos Bálcãs, organizadas pelo feudalismo ocidental. Duas cruzadas internacionais saíram de Viena e foram sucessivamente esmagadas pelos exércitos otomanos em 1396 e 1444, em Nicópolis e Varna. O feudalismo ocidental, agora em plena tributação, já não era mais capaz das vitórias de seu apogeu. Com essas derrotas, o Sudeste da Europa reuniu-se rapida-

---

(42) J. C. Russell, "Late Mediaeval Balkan and Asia Minor Population", *The Journal of the Economic and Social History of the Orient*, III, 1960, pp. 265-274; *Population in Europe 500-1500*, p. 19.

(43) Werner, *Die Geburt einer Grossmacht — Die Osmanen*, pp. 229-233.

(44) F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, Paris, 1949, p. 510. A comparação que Braudel faz entre os respectivos ritmos das conquistas na Ásia Menor e nos Bálcãs está equivocada na medida em que sugere que a variante crítica foi o relativo vigor da resistência cristã. A Anatólia foi gradualmente ocupada pelas tropas irregulares das tribos turcomanas, em sucessivas ondas de migrações espontâneas, e os Bálcãs foram conquistados por um Estado militar altamente organizado, na forma do sultanato otomano. Com seus escrúpulos característicos, Braudel retificou a última frase na passagem citada acima na segunda edição revisada de seu trabalho. Agora, ela está assim: "a penísula balcânica *parece* não ter resistido ao invasor" (o grifo é dele). Numa nota ele acrescenta que, se um certo estudo de Angelov está correto, a resistência búlgara foi mais forte do que deixa transparecer em seu texto. Ver *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, Paris, 1966, p. 11.

mente ao destino geral do continente, antes de separar-se dele novamente de maneira mais radical do que nunca.

O mundo medieval, assim, terminou em uma crise generalizada. Tanto os berços do feudalismo no Ocidente como os territórios do Oriente, onde ele havia se propagado ou onde não pudera se desenvolver, foram cenário de profundos processos de dissolução e mutação sócio-econômica no princípio do século XV. No limiar da época moderna, enquanto as trincheiras de Constantinopla caíam diante do canhão turco, as conseqüências dessas mudanças para a ordem política da Europa ainda permaneciam grandemente ocultas. O desenlace final do sistema de Estado que havia de se originar delas ainda está por ser explorado.

Índice onomástico

Aachen, 132
Acilii, 97
Adriano, 73
Adrianópolis, 111, 255, 276
Adriático, 273, 279, 280
África do Norte, 61, 81, 86-87, 99 n. 84, 108, 109 e n. 1, 110, 112, 207, 266
Agis II, 58 n. 5.
Ahenobarbus, Lucius Domitius, 59
Alamanos, 81, 105, 121, 122.
Alanos, 108, 115 n. 3.
Alarico, 108, 257
Albânia, 280
Alcântara, Ordem de, 165
Alemanha (ver Germânia)
Alexandre, 45, 46, 47, 48 e n. 9, 68, 72, 83
Alexandria, 20, 46, 49, 50, 61, 81
Alexis I, 270
Alföld, 218
Algarve, 166
Alsácia, 133
Ambrósio, Santo, 128
Amiens, 62
Anatólia, 258, 263, 266, 268, 269 e n. 26, 273, 277, 281 n. 44
Andaluzia, 165
Angevinos, 157, 238
Anglo-saxões, 116, 117, 118, 119, 120, 154-157, 155 n. 10, 224 n. 5
Aníbal, 54, 57 n. 6
Aníbal, guerra de, 58 e n. 7
Anicii, 97
Anjou, 153
Antióquia, 46, 81
Antíoco III, 62
Antônio, Marco, 67
Antônio, Santo, 129
Apúlia, 91 n. 64, 266
Aquitânia, 108, 110, 112, 153
Árabes, 16, 132, 163, 226, 258, 259, 266
Aragão, 164, 166, 201, 202 n. 28
Arbogasto, 98, 106
Arcádio, 91
Aristóteles, 23-24, 26, 39
Armênia, 263, 269
Armínio, 104
Armórica, 99
Arnulfos, 133
Arpads, 219, 223
Arslan, Alp, 269
Artois, 153
Asen, 277
Ásia Menor, 45-46, 48, 81, 84 e n. 52, 188, 269, 281 e n. 44
Assírio, Império, 21
Astúrias, 163
Atálidas, 46, 48, 49, 50
Atenas, 19, 22, 25, 32, 35-43, 81
Ática, 31, 32, 35, 37, 40, 41, 45 n. 2, 46, 57
Átila, 210, 214, 215 n. 11, 257
Átio, batalha de, 67
Atlântico, 257